



**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MAFRA | PROPOSTA DE REVISÃO**

---

**VOLUME VI | ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO – RELATÓRIO**

**FEVEREIRO 2013**



Após o parecer final da Comissão de Acompanhamento foram introduzidas algumas alterações aos Estudos de Caracterização, subdivididos em 8 capítulos, a saber:

- Relatório, melhoria dos trabalhos desenvolvidos, nos assuntos relativos às entidades que compõem aquele Comissão;
- Peças desenhadas, rectificação da análise global do território municipal, à escala 1:25.000 e 1:10.000.

## ÍNDICE GERAL

### RELATÓRIO

<b>I – ENQUADRAMENTO REGIONAL</b>	<b>1</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL</b>	<b>3</b>
<b>2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ÂMBITO REGIONAL</b>	<b>6</b>
2.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	7
2.1.1 Área Metropolitana de Lisboa: Opções para o Desenvolvimento do Território	7
2.2 Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	9
2.3 Plano Regional do Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa	14
2.4 Planos das Bacias Hidrográficas	19
2.5 Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas	20
2.6 Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra	23
2.7 Plano Sectorial da Rede Natura 2000	26
2.8 Programa Operacional Regional de Lisboa	30
2.9 Projecto de Reabilitação do Porto de Pesca e de Recreio da Ericeira	35
<b>3. DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA – ENQUADRAMENTO GERAL</b>	<b>37</b>
3.1 Análise Demográfica – Censos 2001	37
3.1.1 População	37
3.1.2 Povoamento	42
3.1.3 Estrutura Familiar	42
3.1.4 Estrutura Etária	43
3.2 Análise Socioeconómica – Censos 2001	45
3.2.1 Emprego	45
3.2.2 Distribuição Sectorial do Emprego	46
<b>II – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA</b>	<b>47</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>49</b>
<b>2. RELEVO E HIDROGRAFIA</b>	<b>50</b>
<b>3. GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA</b>	<b>55</b>
<b>4. TECTÓNICA E SISMOLOGIA</b>	<b>61</b>
<b>5. RECURSOS MINERAIS E RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS</b>	<b>63</b>
<b>6. SOLOS</b>	<b>64</b>
6.1 Tipo de Solos	64
6.2 Capacidade de Uso dos Solos	67
<b>7. CLIMATOLOGIA</b>	<b>70</b>

<b>III – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICO</b>	<b>73</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>75</b>
<b>2. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO</b>	<b>86</b>
2.1 Séculos XIII a XV	87
2.2 Finais do século XV a inícios do século XVI	88
2.3 Segunda metade do século XVI a inícios do Século XVII	89
2.4 Século XVII a XVIII	90
2.5 Século XIX e XX	92
<b>3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO</b>	<b>94</b>
3.1 Paleolítico	94
3.2 Mesolítico	94
3.3 Neolítico	95
3.4 Calcolítico	96
3.5 Proto-história (Idade do Bronze e Idade do Ferro)	97
3.6 Romano	98
3.7 Antiguidade Tardia	99
3.8 Idade Média	100
3.9 Idade Moderna	100
<b>4. PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO</b>	<b>102</b>
4.1 Unidades de Paisagem de Âmbito Regional	105
4.1.1 Paisagem da Estremadura – Oeste	109
4.1.2 71 Oeste	110
4.1.3 72 Oeste Interior: Bucelas – Alenquer Oeste	111
4.1.4 73 Oeste Sul: Mafra – Sintra	111
4.1.5 74b Pêro Pinheiro/ Granja do Marquês/ Almargem do Bispo	112
4.2 Unidades de Paisagem de Âmbito Municipal	113
<b>IV – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA</b>	<b>119</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>121</b>
<b>2. DINÂMICAS POPULACIONAIS</b>	<b>122</b>
2.1 Povoamento	122
2.2 Evolução da População	134
2.3 Projecções Demográficas	137
2.4 Estrutura Etária e Familiar	141
<b>3. DINÂMICAS SÓCIO-ECONÓMICAS</b>	<b>147</b>
3.1 Níveis de Instrução	147
3.2 Emprego	149
3.3 Distribuição Sectorial do Emprego	154

<b>4. ESTRUTURA PRODUTIVA</b>	<b>157</b>
4.1 Caracterização Geral	157
4.2 Actividades Industriais	161
4.3 Actividades Agrícolas	167
4.4 Actividades Turísticas	173
4.4.1 Recursos e Atracções Turísticas	174
4.4.2 Produtos Turísticos Existentes	180
4.4.3 Equipamentos e Serviços Turísticos	182
4.4.4 Gastronomia e Restauração	183
4.4.5 Calendarização de Eventos	184
4.4.6 Outros Equipamentos e Serviços	185
<b>V – CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL</b>	<b>187</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>189</b>
<b>2. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; ANÁLISE CENSITÁRIA - CENSOS 2001</b>	<b>190</b>
2.1 Evolução de Edifícios e Alojamentos	190
2.2 Tipologia de Edifícios e Alojamentos	196
2.3 Condições de Alojamento e Época de Construção	199
2.3.1 Condições do Alojamento	199
2.3.2 Época de Construção	201
2.4 Carência de Fogos	202
<b>3. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; ANÁLISE DOS LICENCIAMENTOS ENTRE 2001 E 2005</b>	<b>205</b>
3.1 Metodologia	205
3.2 Licenças de Construção Destinadas a Habitação	206
3.3 Número de Alojamentos Aprovados	207
3.4 Tipologia dos Alojamentos (Unifamiliares vs. Multifamiliares)	208
3.5 Evolução do Número de Alojamentos 1991-2005	211
<b>VI – CARACTERIZAÇÃO URBANA, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS</b>	<b>215</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>217</b>
<b>2. SISTEMA URBANO</b>	<b>218</b>
<b>3. EQUIPAMENTOS</b>	<b>225</b>
3.1 Educação	225
3.2 Desporto	228
3.3 Cultura	230
3.4 Acção Social e Juventude	232
3.5 Saúde e Protecção Social	233
3.6 Espaços Verdes Públicos	235
3.7 Parques Infantis	237

3.8	Feiras, Mercados, Festas e Romarias	238
3.9	Cemitérios e Casas Mortuárias	240
<b>4.</b>	<b>INFRA-ESTRUTURAS E MOBILIDADE</b>	<b>241</b>
4.1	Infra-estruturas Básicas	242
4.1.1	Abastecimento de Água	242
4.1.2	Drenagem de águas residuais	244
4.1.3	Rede de Gás/ Gasodutos	248
4.1.4	Rede Eléctrica	248
4.1.5	Energia Limpa/ Parques Eólicos	249
4.1.6	Resíduos Sólidos	251
4.2	Acessibilidades e Mobilidade	252
4.2.1	Rede Rodo e Ferroviária	252
4.2.2	Transporte Público	259
	<b>VII – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE E AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR</b>	<b>265</b>
<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>267</b>
<b>2.</b>	<b>ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE</b>	<b>270</b>
2.1	Ocupação do Solo	270
2.2	Áreas Urbanas de Génese Ilegal	277
2.3	Estrutura Fundiária	277
2.5	Áreas Críticas	280
<b>3.</b>	<b>AVALIAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PDM</b>	<b>281</b>
3.1	Carta de Ordenamento e Regulamento do PDM-95	282
3.2	Cartas de Condicionantes do PDM-95	287
3.2.1	Reserva Ecológica Nacional	288
3.2.2	Reserva Agrícola Nacional	289
3.2.3	Zona Especial de Protecção	290
3.2.4	Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação	290
3.2.5	Outras Condicionantes	290
3.3	Grau de Ocupação do PDM-95	291
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE CRÍTICA DO REGULAMENTO E ORDENAMENTO</b>	<b>295</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>299</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

---

### I – ENQUADRAMENTO REGIONAL

Figura I.1: Mapa do Continente com a referência da AML e do concelho de Mafra.

Figura I.2: Esquema do Modelo Territorial do PROT-AML.

Figura I.3: O PROT-AML no concelho de Mafra.

Figura I.4: PROF-AML no concelho de Mafra.

Figura I.5: O Plano de Ordenamento da Orla Costeira no concelho de Mafra.

Figura I.6: A Rede Natura no concelho de Mafra.

Figura I.7: Taxas de Crescimento de 1991 a 2001.

Figura I.8: Dinâmicas populacionais de 1991 a 2001.

Gráfico I.1: Saldo Natural e Migratório de 1991 para 2001.

### II – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Figura II.1: Hipsometria.

Figura II.2: Declives.

Figura II.3: Bacias Hidrográficas.

Figura II.4: Geologia.

Figura II.5: Extracto da Carta Hidrogeologica.

Figura II.6: Tipo de Solos.

Figura II.7: Capacidade de Uso do Solo.

### III – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Figura III.1: Localização de Imóveis Classificados no concelho de Mafra.

Figura III.2: Localização de Imóveis em Vias de Classificação no concelho de Mafra.

Figura III.3: Localização do Património Natural Classificado no concelho de Mafra.

Figura III.4: Localização do Património Arquitectónico Não Classificado no concelho de Mafra.

Figura III.5: Localização do Património Arqueológico – Vestígios/ Achados no concelho de Mafra.

Figura III.6: Igreja de Santo André, Mafra.

Figura III.7: Ponte medieval de Cheleiros.

Figura III.8: Capela da Serra do Socorro.

Figura III.9: Igreja paroquial do Milharado.

Figura III.10: Janela manuelina do Paço d'Ilhas.

Figura III.11: Capela de S. Sebastião, Ericeira.

Figura III.12: Capela da Boa Viagem/ Sto. António, Ericeira.

Figura III.13: Forte de Santa Susana, Sto. Isidoro.

Figura III.14: Quinta do Pato, Azueira.

Figura III.15: Convento de Mafra.

Figura III.16: Serra do Socorro vista do Forte Grande.

- Figura III.17: Moinho do Parola, Encarnação.
- Figura III.18: Concheiro de São Julião, Carvoeira.
- Figura III.19: Fornos Neolíticos da Cova da Baleia 1, Mafra.
- Figura III.20: Muralha calcolítica de Penedo do Lexim, Igreja Nova.
- Figura III.21: Tholos da Tituaría, Milharado.
- Figura III.22: Recipiente cerâmico de Cabecinho da Capitôa, Igreja Nova.
- Figura III.23: Árula romana de Santa Marta, Ericeira.
- Figura III.24: Pilastra visigótica de Alcaíça.
- Figura III.25: Adro da Igreja de Santo André, Mafra.
- Figura III.26: Vista do alto da Serra do Socorro.
- Figura III.27: Unidades de Paisagem na Região de Lisboa; DGOTDU, 2004.
- Figura III.28: Unidades da Paisagem Estremadura – Oeste, no concelho de Mafra.
- Figura III.29: Unidades de Paisagem, no Concelho de Mafra.

#### **IV – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA**

- Figura IV.1: Enquadramento Geral – Aglomerados Urbanos.
- Figura IV.2: Densidades Populacionais, em 2001.
- Figura IV.3: Taxas de Crescimento de 1991 para 2001.
- Figura IV.4: Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por freguesia, em 1999.
- Figura IV.5: Composição agrícola da SAU, no concelho de Mafra.
- Figura IV.6: Ocupação Agrícola e Florestal (CORINE, Land Cover 2000).
- Figura IV.7: Mapa Síntese dos Recursos e Atracções Turísticas Naturais.
- Figura IV.8: Igreja de Santo André; Biblioteca do Palácio Nacional; Praia dos Pescadores.
- Figura IV.9: Forte de Santa Susana; Forte de Milreu; Forte Grande.
- Figura IV.10: Exemplos da cultura tradicional no Concelho de Mafra.
- Gráfico IV.1: Proporção da População residente por freguesia, no concelho de Mafra e em 2001.
- Gráfico IV.2: População residente por sede freguesia, em 2001.
- Gráfico IV.3: Evolução da População de 1960 para 2001, nas freguesias mais dinâmicas do concelho.
- Gráfico IV.4: Variação da População Projectada para 2021 e 2011, por freguesia – Método dos Mínimos Quadrados.
- Gráfico IV.5: Variação da População Projectada para 2011, por freguesia.
- Gráfico IV.6: Coeficientes de dependência, jovens e idosos, para 2001, por freguesia.
- Gráfico IV.7: Índices de envelhecimento para 1991 e 2001, por freguesia.
- Gráfico IV.8: Proporção da população activa, em 1991 e 2001, por freguesia.
- Gráfico IV.9: Níveis de ensino em 2001, para o total do concelho de Mafra.
- Gráfico IV.10: Variação da taxa de analfabetismo de 1991 e 2001, por freguesia.
- Gráfico IV.11: Emprego Potencial, em 1991 e 2001, por freguesia.
- Gráfico IV.12: Taxa de actividade, em 1991 e 2001, por freguesia.
- Gráfico IV.13: Taxa de desemprego, em 1991 e 2001, por freguesias e total concelhio.
- Gráfico IV.14: População residente e empregada, por sector de actividade, em 2001, por freguesia.

Gráfico IV.15: Comparação entre os ramos de actividade mais representativos no concelho, segundo o número de empresas, 2007.

Gráfico IV.16: Comparação entre os ramos de actividade mais representativos no concelho, segundo o pessoal ao serviço, 2007.

Gráfico IV.17: Comparação entre os sectores de actividade mais representativos no concelho, segundo o volume de negócios, 2007.

Gráfico IV.18: Rácio do volume de negócios por trabalhador ao serviço em cada sector, 2007.

Gráfico IV.19: Actividades industriais por freguesia do concelho de Mafra, 2006.

Gráfico IV.20: Actividades industriais por freguesia do concelho de Mafra, 2006 (Cont.).

## **V – CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL**

Figura V.1: Variação de edifícios de 1991 para 2001, por freguesia.

Figura V.2: Variação dos alojamentos de 1991 para 2001, por freguesia.

Figura V.3: Alojamentos de Residência Habitual em 2001, por freguesia.

Gráfico V.1: Número de alojamentos por edifício em 1991 e 2001, por freguesia.

Gráfico V.2: Variação de edifícios e alojamentos de 1991 para 2001, por freguesia.

Gráfico V.3: Número de pisos por edifício em 2001, por freguesia.

Gráfico V.4: Alojamentos segundo a forma de ocupação em 2001, por freguesias.

Gráfico V.5: Carência de alojamentos em sentido lato e restrito, em 2001 e por freguesia.

## **VI – CARACTERIZAÇÃO URBANA, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS**

Figura VI.1: Núcleos Urbanos Principais no Concelho de Mafra.

Figura VI.2: Rede Escolar principal no Concelho de Mafra.

Figura VI.3: Principais infraestruturas desportivas, no Concelho de Mafra.

Figura VI.4: Equipamentos culturais (Biblioteca Municipal de Mafra; Quinta da Raposa; Museu Municipal Prof. Raul de Almeida).

Figura VI.5: Centro de Saúde e respectivas extensões, no Concelho de Mafra.

Figura VI.6: Espaços Verdes (Parque Desportivo Municipal; Jardim do Cerco)

Figura VI.7: Parques Infantis (Jardim do Cerco; Carvalhal).

Figura VI.8: Cabaz Cultural, Gastronómico e Artesanal do Concelho.

Figura VI.9: Rede de Estações de Tratamento de Águas Residuais, em 2007.

Figura VI.10: Parques Eólicos no Concelho de Mafra.

Figura VI.11: Sistema Viário Estruturante.

Figura VI.12: Enquadramento Regional e Viário.

Figura VI.13: Enquadramento no Concelho.

Figura VI.14: Carta da Rede de Transportes Públicos.

Figura VI.15: Carta da Rede de Transportes Públicos Urbanos na Vila de Mafra.

Figura VI.16: Carta da Rede de Transportes Públicos Urbanos na Vila da Ericeira.

## VII – AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR

Figura VII.1: Carta de Ocupação do Solo, COS-2006.

Figura VII.2: Carta de Ocupação do Solo, COS-2009.

Figura VII.3: Carta da Estrutura Fundiária.

Figura VII.4: Carta de Riscos.

Figura VII.5: Carta das Áreas Críticas.

Figura VII.6: Carta de Ordenamento do PDM-95.

Figura VII.7: Principais Condicionantes do PDM-95.

Figura VII.8: Sobreposição da área edificada actual com as áreas urbanas e urbanizáveis do PDM-95.

## ÍNDICE DE QUADROS

---

### I – ENQUADRAMENTO REGIONAL

Quadro I.1: Território e população residente na AML, em 2006.

Quadro I.2: Ideias-chave do POR Lisboa.

Quadro I.3: Crescimento populacional efectivo, natural e migratório, entre 1991 e 2001.

Quadro I.4: Dimensão média do agregado familiar, em 2001.

Quadro I.5: Indicadores de dependência, em 2001.

Quadro I.6: População residente segundo a situação económica, em 2001.

Quadro I.7: População empregada por sector de actividade, em 2001.

### II – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Quadro II.1: Área de cada Bacia Hidrográfica, no concelho de Mafra.

Quadro II.2: Tipo de solos no concelho de Mafra.

Quadro II.3: Capacidade de uso do solo no concelho de Mafra.

### III – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Quadro III.1: Imóveis Classificados e em Vias de Classificação, por freguesias no concelho de Mafra.

Quadro III.2: Património Arquitectónico Não Classificado, por freguesias no concelho de Mafra.

Quadro III.3: Património Arquitectónico Não Classificado, por freguesias no concelho de Mafra (Cont.).

Quadro III.4: Património Arqueológico Não Classificado, por freguesias no concelho de Mafra.

### IV – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA

Quadro IV.1: População residente e densidades populacionais, por freguesias, entre 1991 e 2001.

Quadro IV.2: População residente em 2001 e estimada em 2006.

Quadro IV.3: População residente por classe de lugar, em 1991 e 2001, para o total do concelho.

Quadro IV.4: População residente segundo os principais lugares, em 2001.

Quadro IV.5: População residente, em 2001, segundo os principais aglomerados urbanos.

Quadro IV.6: População residente por lugares que constituem a sede de freguesia, em 2001.

Quadro IV.7: Evolução da população residente, por freguesia, entre 1960 e 2001.

Quadro IV.8: Projecções demográficas por freguesia, para 2011 e 2021.

Quadro IV.9: População projectada por freguesia, para 2011.

Quadro IV.10: Evolução da estrutura etária entre 1991 e 2001, por freguesia.

Quadro IV.11: Indicadores demográficos, por freguesia, em 1991 e 2001.

Quadro IV.12: Evolução da população residente e das famílias e dimensão média do agregado familiar, entre 1991 e 2001.

Quadro IV.13: População residente, segundo o nível de instrução, em 2001.

Quadro IV.14: População residente segundo a situação económica, em 2001, por freguesia.

Quadro IV.15: Indicadores económicos, em 1991 e 2001, por freguesia.

Quadro IV.16: População residente empregada, segundo a localização do emprego, em 2001, por freguesia.

Quadro IV.17: População residente empregada, segundo o sector de actividade, em 2001, por freguesia.

Quadro IV.18: Número de empresas segundo as actividades industriais, em 2007.

Quadro IV.19: Pessoal ao serviço nas empresas segundo as actividades industriais, em 2007.

Quadro IV.20: Volume de vendas das empresas segundo as actividades industriais, em 2007.

Quadro IV.21: Características agro-florestais do concelho de Mafra e agrupamentos municipais envolventes.

Quadro IV.22: Rendimento das explorações agrícolas do concelho de Mafra e agrupamentos municipais envolventes.

Quadro IV.23: Capacidade Hoteleira do Concelho de Mafra.

## **V – CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL**

Quadro V.1: Edifícios clássicos e alojamentos familiares, em 1991 e 2001, por freguesia.

Quadro V.2: Alojamentos clássicos por famílias, em 2001, por freguesia.

Quadro V.3: Edifícios e alojamentos familiares, em 2001, por lugares com mais de 500 habitantes.

Quadro V.4: Edifícios segundo o número de pavimentos, em 2001, por freguesia.

Quadro V.5: Alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação, em 2001, por freguesia.

Quadro V.6: Alojamentos familiares de residência habitual segundo as instalações existentes, em 2001, por freguesia.

Quadro V.7: Época de construção dos edifícios clássicos existentes em 2001, por freguesia.

Quadro V.8: Carência de alojamentos clássicos, em 2001, por freguesia.

Quadro V.9: Nº de Licenças de Construção para habitação.

Quadro V.10: Nº de Fogos aprovados, com base nas Licenças de Construção para habitação emitidas.

Quadro V.11: Relação entre Nº de Alojamentos Aprovados e as Licenças de Construção para Habitação Emitidas.

Quadro V.12: Relação entre o Nº de Fogos aprovados e as Licenças de Construção para Habitação emitidas, por ano.

Quadro V.13: Evolução do número de Alojamentos 1991-2005.

## **VI – CARACTERIZAÇÃO URBANA, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS**

Quadro VI.1: Contentorização Selectiva Instalada, em 2008.

Quadro VI.2: Caracterização da Rede de Abastecimento de Água no Concelho de Mafra.

Quadro VI.3: Caracterização da Rede de Saneamento Básico no Concelho de Mafra, em 2007.

## VII – AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR

Quadro VII.1: Ocupação do solo, COS-2006, no concelho de Mafra.

Quadro VII.2: Ocupação do solo, COS-2009, no concelho de Mafra.

Quadro VII.3: Distribuição dos Artigos Matriciais Rústicos, por dimensão.

Quadro VII.4: Quantificação das categorias de espaço no PDM-95.

Quadro VII.5: Quantificação das categorias de espaço no PUATE.

Quadro VII.6: Quantificação das categorias de espaço no POOC.

Quadro VII.7: Quantificação das categorias de espaço nos IGT.

Quadro VII.8: Quantificação das principais condicionantes para o território de Mafra.

Quadro VII.9: Quantificação da REN, por freguesia.

Quadro VII.10: Quantificação da RAN, por freguesia.

Quadro VII.11: Perímetros Urbanos e Espaço Rural por Plano.

## ANEXOS

---

### PEÇAS DESENHADAS

---

#### I – ENQUADRAMENTO REGIONAL

- Planta I.1** – Enquadramento Regional – 1:250.000
- Planta I.2** – Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial – 1:50.000

---

#### II – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

- Planta II.1** – Carta Hipsométrica – 1:25.000; 1:10.000
- Planta II.2** – Carta de Declives – 1:25.000; 1:10.000
- Planta II.3** – Carta Hidrográfica – 1:25.000; 1:10.000
- Planta II.4** – Carta Geológica – 1:25.000; 1:10.000
- Planta II.5** – Carta de Recursos Minerais e Hídricos Subterrâneos – 1:25.000; 1:10.000
- Planta II.6** – Carta de Solos – 1:25.000; 1:10.000
- Planta II.7** – Carta de Capacidade de Uso do Solo – 1:25.000; 1:10.000

---

#### III – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

- Planta III.1** – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação | Outros – 1:25.000; 1:10.000
- Planta III.2** – Outros Imóveis de Interesse Patrimonial – 1:25.000; 1:10.000
- Planta III.3** – Sítios Arqueológicos – 1:25.000; 1:10.000
- Planta III.4** – Carta de Unidades de Paisagem – 1:25.000; 1:10.000

---

#### IV – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA

- Planta IV.1** – Toponímia – 1:25.000; 1:10.000
- Planta IV.2** – Carta de Unidades Industriais – 1:25.000; 1:10.000
- Planta IV.3** – Carta de Unidades Agropecuárias – 1:25.000; 1:10.000
- Planta IV.4** – Carta de Empreendimentos Turísticos – 1:25.000; 1:10.000

---

#### VI – CARACTERIZAÇÃO URBANA, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

- Planta VI.1** – Carta de Equipamentos Escolares – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.2** – Carta de Equipamentos Desportivos – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.3** – Carta de Equipamentos Culturais – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.4** – Carta de Equipamentos de Saúde e Acção Social – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.5** – Carta de Espaços Verdes Urbanos e de Lazer – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.6** – Carta de Infra-Estruturas Básicas – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.7** – Carta da Rede Viária – Estrutura e Hierarquização – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.8.a** – Carta das Redes de Transporte Público – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VI.8.b** – Carta das Redes de Transporte Urbano – 1:25.000

---

#### VII – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE E AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR

- Planta VII.1** – Carta de Ocupação do Solo – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VII.1.b** – Carta de Ocupação do Solo | 2009 – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VII.2** – Carta das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's) – 1:25.000
- Planta VII.3** – Carta da Estrutura Fundiária – 1:25.000; 1:10.000
- Planta VII.4** – Carta de Áreas Críticas – 1:25.000; 1:10.000

**Planta VII.5** – Carta de Ordenamento do PDM em Vigor

**Planta VII.6** – Carta de Ordenamento do PDM em Vigor – REN

**Planta VII.7** – Carta de Ordenamento do PDM em Vigor – RAN

**Planta VII.8** – Carta de Condicionantes Património Classificado e Infra-estruturas

**Planta VII.9** – Carta de Zonamento do PUATE em Vigor

**Planta VII.10** – Carta de Zonamento do PUATE em Vigor – Zona UA

**Planta VII.11** – Carta de Condicionantes do PUATE em Vigor

---

## OUTROS ESTUDOS

---

IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

---

OUTROS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

---

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

---

ÁREAS OU ELEMENTOS FLORESTAIS E NATURAIS CLASSIFICADOS

---

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR LUGAR DE 1991 PARA 2001

---

EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES POR LUGAR DE 1991 PARA 2001

---

ALOJAMENTOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL SEGUNDO INSTALAÇÕES EXISTENTES E POR LUGAR EM 2001

---



I

## ENQUADRAMENTO REGIONAL

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>ENQUADRAMENTO TERRITORIAL .....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ÂMBITO REGIONAL .....</b>	<b>6</b>
2.1	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território .....	7
2.1.1	Área Metropolitana de Lisboa: Opções para o Desenvolvimento do Território .....	7
2.2	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa .....	9
2.3	Plano Regional do Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa .....	14
2.4	Planos das Bacias Hidrográficas .....	19
2.5	Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas .....	20
2.6	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra .....	23
2.7	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 .....	26
2.8	Programa Operacional Regional de Lisboa .....	30
2.9	Projecto de Reabilitação do Porto de Pesca e de Recreio da Ericeira .....	35
<b>3.</b>	<b>DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA – ENQUADRAMENTO GERAL .....</b>	<b>37</b>
3.1	Análise Demográfica – Censos 2001 .....	37
3.1.1	População .....	37
3.1.2	Povoamento .....	42
3.1.3	Estrutura Familiar .....	42
3.1.4	Estrutura Etária .....	43
3.2	Análise Socioeconómica – Censos 2001 .....	45
3.2.1	Emprego .....	45
3.2.2	Distribuição Sectorial do Emprego .....	46

## 1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Mafra localiza-se na Orla Ocidental do País e pertence à Área Metropolitana de Lisboa (AML), a qual integra, também, os concelhos de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Oeiras, Odivelas, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

O desenvolvimento da região de Lisboa durante os últimos 15 anos, e em particular a expansão da rede rodoviária, tem levado a AML a alargar-se, tanto para o Oeste, até Torres Vedras, como pelo Vale do Tejo até Santarém.

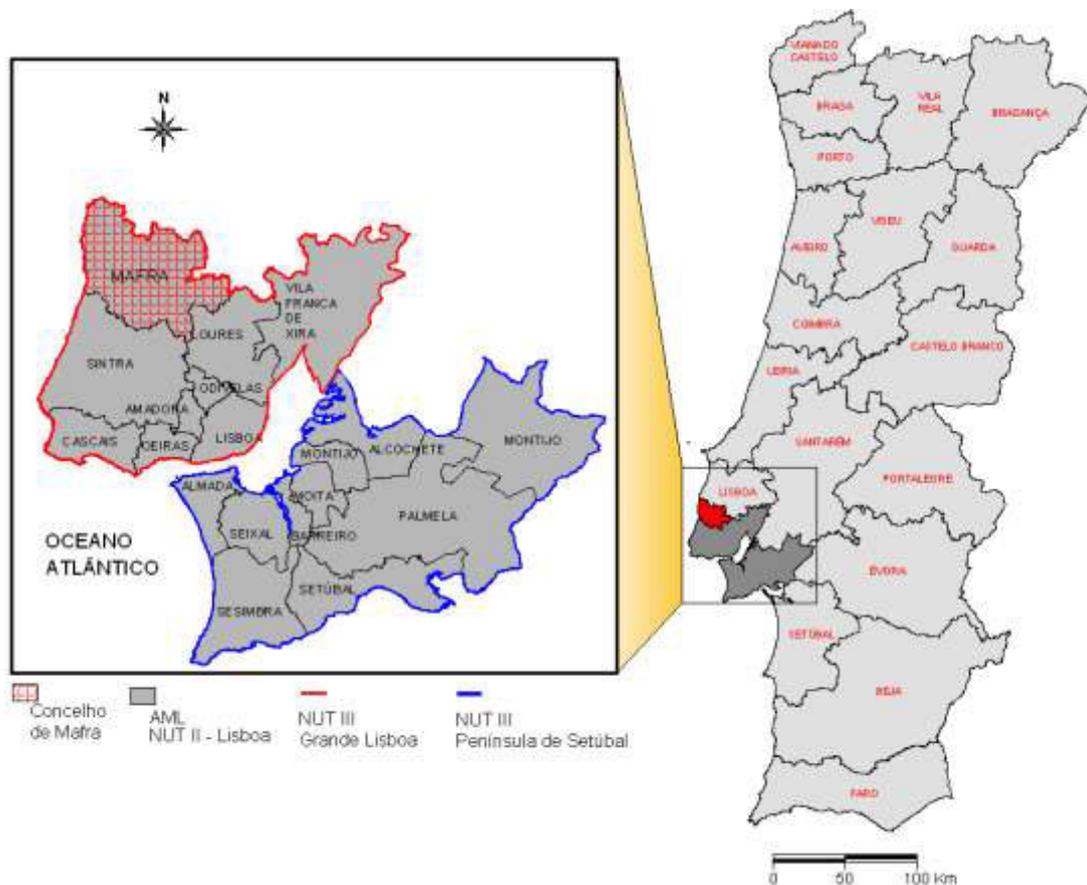


Figura I.1: Mapa do Continente com a referência da AML e do concelho de Mafra.

O modelo de povoamento e urbanização metropolitano tem evoluído a partir duma estrutura urbana compacta e de uma estrutura radial, organizada sobre eixos ferroviários na margem norte e um conjunto de centros ribeirinhos na margem sul do Tejo, para uma rede progressivamente rádio-concêntrica e poli-nucleada, ainda que mantendo uma grande dependência do seu centro – a cidade de Lisboa – em relação ao emprego, serviços e equipamentos especializados.

Observando o quadro I.1, verifica-se que Mafra é um dos 9 concelhos que integra o espaço a norte do Tejo da AML, o qual corresponde à NUT III – Grande Lisboa. Conquanto o concelho de Mafra seja um dos concelhos com maior representatividade territorial nesta região, a sua população representa apenas 3% da população total, apresentando uma densidade populacional de cerca de 243 hab/Km<sup>2</sup>, valor patentemente inferior à média deste território. Esta densidade populacional do concelho de Mafra aproxima-se mais dos valores apresentados para o Oeste, nomeadamente do concelho de Sobral do Monte Agraço com 202 hab/km<sup>2</sup>.

No contexto da AML, este concelho caracteriza-se como um espaço de excepção, marcado por uma paisagem de tradição rural, com valores de património cultural, arquitectónico e ambiental de reconhecimento nacional, sendo de evidenciar o Palácio Nacional de Mafra e a Tapada Nacional de Mafra.

O Concelho de Mafra, integrado na periferia da AML, abrange uma área de cerca de 292 Km<sup>2</sup>, contém 70.867 habitantes, de acordo com as Estimativas Provisórias do INE para 2008 (o menos populoso da Grande Lisboa), e confronta-se a Norte com os concelhos de Torres Vedras, a Este com Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, a Sul com Loures e Sintra, estando confinado a Oeste pelo Oceano Atlântico, com uma extensão de cerca de 17 km<sup>1</sup>. O Município é desde 1985 constituído por 17 freguesias, sendo elas: Azueira, Carvoeira, Cheleiros, Encarnação, Enxara do Bispo, Ericeira, Gradil, Igreja Nova, Mafra, Malveira, Milharado, Santo Estêvão das Galés, Santo Isidoro, São Miguel de Alcainça, Sobral da Abelheira, Venda do Pinheiro e Vila Franca do Rosário.

---

<sup>1</sup> - De acordo com os limites administrativos disponibilizados pelo IGP; Carta Administrativa Oficial de Portugal V6.

Quadro I.1: Território e população residente na AML, em 2008.

	N.º Freguesias	Área: km <sup>2</sup>		População Residente (*)		Densidade Hab/ km <sup>2</sup>
		v.a.	%	v.a.	%	
<b>LISBOA - NUT II</b>	<b>211</b>	<b>2940</b>	<b>100</b>	<b>2.819.433</b>	<b>100</b>	<b>959</b>
<b>Grande Lisboa – NUT III</b>	<b>153</b>	<b>1376</b>	<b>47</b>	<b>2.029.458</b>	<b>72</b>	<b>1.475</b>
Amadora	11	24	1	172.110	6	7.232
Cascais	6	97	3	188.244	7	1.933
Lisboa	53	85	3	489.562	17	5.780
Loures	18	169	6	195.035	7	1.152
<b>Mafra</b>	<b>17</b>	<b>292</b>	<b>10</b>	<b>70.867</b>	<b>3</b>	<b>243</b>
Odivelas	7	26	1	153.584	5	5.818
Oeiras	10	46	2	172.021	6	3.756
Sintra	20	319	11	445.872	16	1.397
Vila Franca de Xira	11	318	11	142.163	5	447
<b>Península de Setúbal - NUT III</b>	<b>58</b>	<b>1.564</b>	<b>53</b>	<b>789.975</b>	<b>28</b>	<b>505</b>
Alcochete	3	128	4	17.464	1	136
Almada	11	70	2	166.103	6	2.366
Barreiro	8	36	1	77.893	3	2.140
Moita	6	55	2	71.596	3	1.295
Montijo	8	349	12	41.432	1	119
Palmela	5	463	16	62.820	2	136
Seixal	6	96	3	175.837	6	1.841
Sesimbra	3	195	7	52.371	2	268
Setúbal	8	172	6	124.459	4	724
<b>Centro - NUT II</b>	<b>1.335</b>	<b>28.200</b>	<b>100</b>	<b>2.383.284</b>	<b>100</b>	<b>85</b>
<b>Oeste - NUT III</b>	<b>121</b>	<b>2.220</b>	<b>8</b>	<b>363.930</b>	<b>15</b>	<b>164</b>
Arruda dos Vinhos	4	78	0,3	12.314	1	158
Sobral de Monte Agraço	3	52	0,2	10.525	0	202
Torres Vedras	20	407	1,4	77.556	3	191

Fonte – INE; Estimativas Provisórias da População Residente, para 2008.

Importa salientar, que o desenvolvimento do Concelho de Mafra se encontra interdependente das dinâmicas sociais e económicas da AML, sendo que a melhoria das acessibilidades e da mobilidade, permitiu reduzir a distância-tempo entre Mafra e a Capital, entre a vila de Mafra e outros pontos do Concelhos, o que fez com que se tornasse uma forte alternativa residencial para a população que trabalha em Lisboa, mas também um excelente espaço para a localização de actividades industriais, comerciais e equipamentos de carácter regional.

## 2. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE ÂMBITO REGIONAL

O posicionamento geoestratégico do território municipal de Mafra, como “charneira” entre o limite norte da Área Metropolitana de Lisboa com a região do Oeste, constituiu desde sempre um factor determinante na dinâmica de evolução do Município de Mafra. Este mesmo posicionamento, embora numa escala qualitativa diferenciada, regista-se também na relação do Concelho de Mafra com os Concelhos a Sul da Costa Atlântica (Sintra e Cascais). Num e noutro caso, este posicionamento, aliado às relações de dependência e de complementaridade funcional contribuíram e acompanharam o processo de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa.

A concretização de vários instrumentos estruturantes, sobretudo ao nível das infra-estruturas viárias, em particular a consolidação da Auto-Estrada nº8 e a recente inauguração da Auto-Estrada nº21 (Malveira-Mafra-Ericeira), tiveram e continuarão a ter impactos directos e significativos na ocupação do território municipal, contribuindo para uma crescente integração no sistema metropolitano.

O encurtar de distâncias, aliado a novas proximidades geográficas, e a antevisão de pressão à ocupação do solo, permitiu a criação de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) por parte de Entidades públicas, responsáveis pela gestão e administração do território, com o intuito de estabelecer políticas e orientações que foram condicionando a ocupação e o ordenamento do território.

Neste subcapítulo pretende-se traduzir os conteúdos dos Instrumentos de Gestão Territorial eficazes, cujas directrizes se aplicam ao território e aos objectivos estratégicos do município de Mafra.

## 2.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

No quadro do regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional, com precedência em relação aos restantes IGT.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, na sua actual redacção, o PNPOT:

- “estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [nomeadamente PROT e os PDM] e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia” (art. 26º);
- “estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural” (nº 1, alínea a) do art. 28º).

### 2.1.1 Área Metropolitana de Lisboa: Opções para o Desenvolvimento do Território

Segundo o PNPOT, as opções para a Área Metropolitana de Lisboa, reflectem-se nos seguintes pontos:

- Assumir o carácter estratégico da AML para a inserção internacional do País, com tradução em políticas ambiciosas de qualificação de infra-estruturas, equipamentos, serviços, espaço público e ambiente;
- Desenvolver equipamentos e serviços de suporte à diversificação das relações internacionais, em particular com a África, Ásia e as Américas;
- Desenvolver, qualificar e organizar em rede os espaços vocacionados para a instalação de actividades baseadas no conhecimento e intensivas em tecnologia;
- Ordenar o território em articulação estreita com um plano de mobilidade e transportes à escala da AML, no qual a Autoridade Metropolitana de Transportes deverá ter um papel central, de

modo a potenciar novas centralidades, combater o crescimento urbano extensivo, reduzir a dependência do transporte individual e promover a mobilidade sustentável;

- Promover o desenvolvimento Urbano mais compacto, contrariar a fragmentação da forma urbana e estruturar e qualificar os eixos de expansão (Lisboa-Cascais, Lisboa-Sintra, Lisboa-Carregado, Lisboa-Palmela-Setúbal e Arco Ribeirinho);
- Promover os estudos e projectos necessários à implementação da Nova Travessia do Tejo em Lisboa, prevendo ainda que com horizontes temporais diversos, as componentes ferroviária e rodoviária do Tejo e completar as infra-estruturas rodoviárias circulares, criando eixos que articulem as nucleações periféricas com maior dinamismo;
- Qualificar os subúrbios, contrariar a segregação espacial urbana e promover a inserção urbana das áreas críticas;
- Revitalizar os centros históricos, reabilitando o património edificado, recuperando as funções residenciais e revitalizando as funções urbanas;
- Recuperar as áreas de habitação degradada, com intervenções qualificantes sobre os edifícios, o espaço público e os equipamentos;
- Proteger as frentes ribeirinhas e a zona costeira e desenvolver um programa coerente de qualificação que valorize o seu potencial como espaços de recreio e lazer e de suporte a actividades do cluster turismo;
- Valorizar recursos paisagísticos e ambientais, com relevo para os estuários e os Parques Naturais, e estruturar os espaços de maior aptidão para o desenvolvimento das indústrias de ócio e lazer;
- Desenvolver programas integrados de renovação dos espaços industriais abandonados, com soluções que criem novas centralidades e referências no espaço urbano;
- Implementar a Rede Ecológica Metropolitana e garantir uma gestão integrada dos corredores ecológicos;
- Desenvolver estruturas de cooperação intermunicipal e mecanismos de participação das populações em matéria de ordenamento do território;

- Promover estruturas de âmbito metropolitano para a gestão de actividades em rede, melhorando a governabilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

## 2.2 Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) está enquadrado nos seguintes instrumentos legais e de política: Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), Decreto de Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), Grandes Opções do Plano (GOP's), Programa do Governo e Planos Sectoriais existentes.

O PROT-AML, aprovado pela RCM nº 68/2002, de 8 de Abril, define as opções estratégicas para o desenvolvimento da AML e a sua tradução espacial, estabelecendo um modelo territorial que identifica os principais sistemas, redes e articulações de nível regional. O Plano sistematiza, também, as normas que devem orientar as decisões e os planos da Administração Central e Local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial, e estabelece o programa de realizações para a sua execução através da identificação das acções e investimentos, nos diversos domínios.

A proposta geral do PROT-AML fundamenta-se em quatro prioridades essenciais:

- a. **Sustentabilidade ambiental**, tendo sido assumida a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidades de desenvolvimento, propondo-se que a “Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental” constitua a rede fundamental, de valorização ambiental do sistema territorial. A (re) valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem, e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano são também objectivos fundamentais do PROT-AML.
- b. **Qualificação metropolitana**, realizada através da contenção da expansão urbana e da implementação de um modelo/ estrutura territorial que visa: a recentragem e o ordenamento da AML, em articulação com o Estuário do Tejo, salvaguardando os recursos naturais e as áreas

- protegidas; o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas; o complemento e a consolidação de uma estrutura de acessibilidades em rede; o ordenamento da logística.
- c. **Coesão sócio-territorial**, através da melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população na AML, que passa pela erradicação de situações de precariedade residencial, melhorando, em simultâneo, as condições de realojamento e de equipamento dos bairros sociais, pela requalificação dos subúrbios, pela implementação de uma política urbana de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços, e pela valorização dos recursos humanos, da empregabilidade e do emprego.
- d. **Organização do sistema metropolitano de transportes**, conquanto a AML disponha de um apreciável sistema de infra-estruturas e equipamentos de transportes, a descoordenação do sistema de transportes na Região constitui uma das principais fragilidades, devendo reforçar o transporte colectivo e consolidar a estrutura rádio-concêntrica de acessibilidades. Pode-se considerar que as grandes infra-estruturas e equipamentos são os mais importantes factores de estruturação do território.

Segundo o PROT-AML, o **Concelho de Mafra** será incluído no processo de requalificação e revitalização das áreas suburbanas, sendo fundamental a qualificação do espaço público, das praças, ruas e jardins, através de projectos urbanísticos e de arte pública de elevada qualidade, melhorando a imagem e o ambiente urbanos, no sentido de os transformar em locais de encontro, de identificação e afectividade. Por outro lado, há que ter especial atenção com a construção ou reabilitação/conservação de equipamentos cívicos modernos e a dinamização de actividades lúdicas, desportivas e culturais, dirigidas aos jovens e à comunidade local em geral.

Outro aspecto importante a ter em conta, na requalificação deste tipo de áreas urbanas, prende-se com o objectivo de reduzir o insucesso escolar e o fraco nível de escolaridade que a população possa apresentar, através da criação de escolas – modelo, em termos pedagógicos, de excelência ao nível dos professores, do equipamento e do material escolar, bem integradas na comunidade.

Por outro lado, é fundamental a criação de empregos locais no que respeita à gestão e à manutenção dos equipamentos e serviços urbanos e simultaneamente, a criação de espaços atractivos e de condições para a instalação de novas actividades económicas geradoras de emprego e de serviços fundamentais de suporte à vida quotidiana, incentivando o investimento privado, particularmente na área dos serviços e do comércio.

Fazem parte do PROT-AML dinâmicas de transformação territorial, que se entendem como a capacidade de mudança que se verifica nas diversas áreas da estrutura metropolitana, em relação às situações pré-existentes, principalmente a forte dependência funcional de Lisboa, a desqualificação urbana, ambiental e social das áreas habitacionais, a perda de vitalidade de áreas urbanas centrais e a degradação física de áreas com usos tradicionais em abandono. Caracterizam-se essas dinâmicas como:

- Espaços Motores;
- Espaços Problema;
- Áreas Críticas Urbanas;
- Espaços Emergentes;
- Áreas com Potencialidades de Reconversão/Renovação;
- Áreas Dinâmicas Periféricas;
- Espaços Naturais Protegidos.

O Concelho de Mafra enquadra-se nas Áreas Dinâmicas Periféricas, as quais se caracterizam por se localizarem fora do contínuo urbano metropolitano, apresentam capacidades de atracção de actividades e residência, constituindo núcleos com alguma autonomia funcional em relação à Área Metropolitana Central.

Nas figuras seguintes poder-se-á observar o esquema do modelo territorial do PROT-AML em toda a Área Metropolitana de Lisboa e em particular no concelho de Mafra, figura I.3.

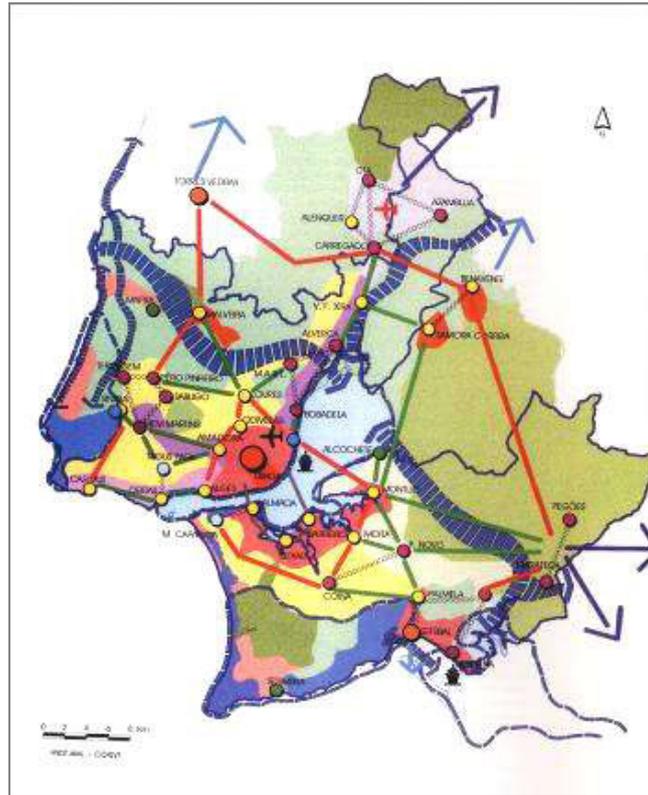


Figura I.2: Esquema do Modelo Territorial do PROT-AML.

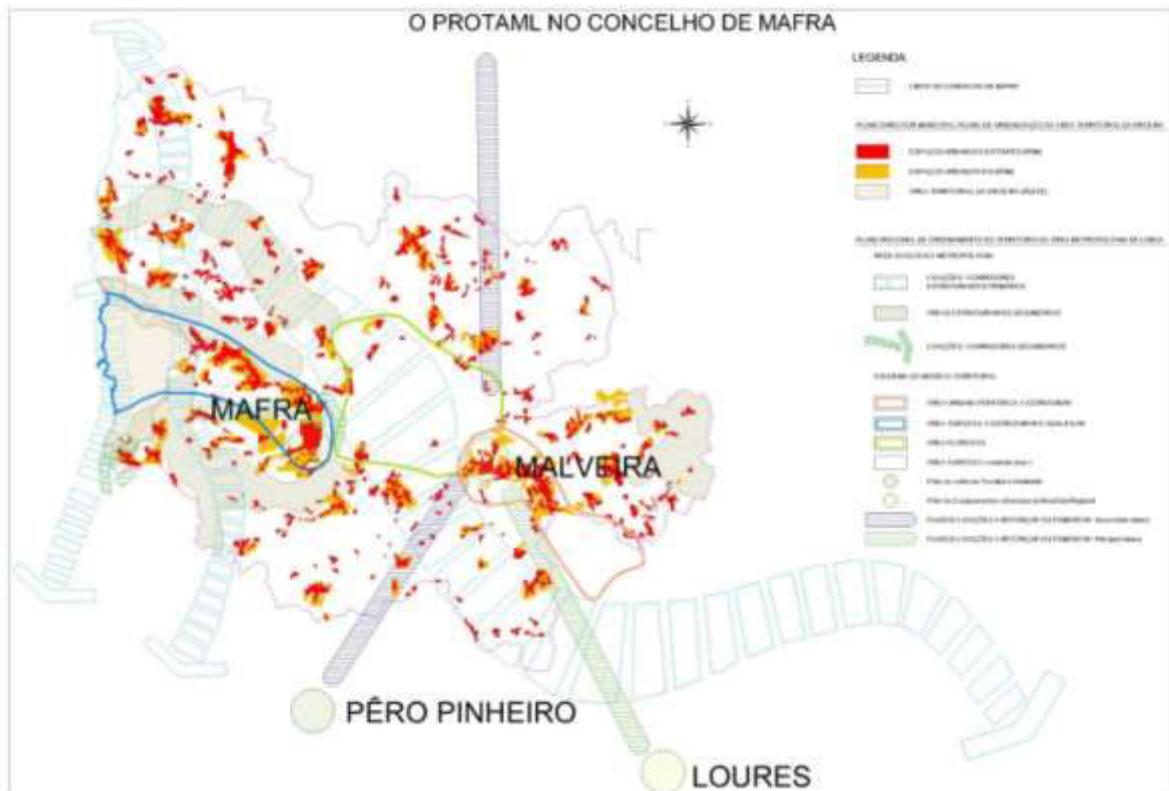


Figura I.3: O PROT-AML no concelho de Mafra.

Fazendo uma breve análise podemos observar que o Litoral Atlântico Norte (Unidade Territorial) corresponde à parte atlântica da área agrícola norte que, pelas suas características e pressões específicas, se individualiza do restante território. A faixa litoral estende-se desde a Serra de Sintra até ao limite do concelho da Mafra, com indicação de que a partir daí, já fora da AML, se prolonga para o Oeste, apresentando uma largura determinada por critérios relacionados com características paisagística dos leitos das ribeiras que a atravessam na transversal. Nesta faixa, possuem elevado interesse ecológico a maior parte das encostas e baixas aluvionares das linhas de água que drenam para o Atlântico, assim como a faixa costeira.

O concelho de Mafra tem uma especial vocação para o turismo, recreio e lazer, que lhe advém da proximidade ao litoral, do património cultural e da paisagem agro-florestal ainda com alguns elementos de ruralidade.

Quanto ao Interior Norte Agrícola (Unidade Territorial), com continuidade na sub-região Oeste, apresentando uma configuração de relevo e sistema de culturas agrícolas e florestais que lhe dá características próprias, possui áreas de elevado interesse paisagístico que importa garantir como elementos de sustentabilidade. Nesta unidade destaca-se o pólo urbano da Malveira com um papel importante no apoio à área agrícola envolvente e na articulação desta com o núcleo central da AML, bem como na articulação da AML com Torres Vedras na sub-região Oeste.

A Tapada de Mafra e a área florestal envolvente constituem um valor importante a preservar, tanto mais que integram uma das ligações estruturantes do Sistema Ecológico Metropolitano. A Tapada constitui um espaço único na AML, oferecendo, para além da sua importância ambiental e paisagística, actividades turísticas e culturais relevantes.

## 2.3 Plano Regional do Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa

O Plano Regional do Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF-AML) é um instrumento de política florestal e que define estratégias, de acordo com a vocação de cada região em termos florestais. Neste Plano, aprovado pelo DR nº 15/2006, de 19 de Outubro, são analisados os diversos aspectos para a definição de estratégias e programas de intervenção que permitam o efectivo desenvolvimento do Sector Florestal, nesta unidade territorial.

A nível nacional a AML, desempenha um papel específico e fundamental, na medida em que integra grande parte das componentes estratégicas de desenvolvimento do País e da sua internacionalização.

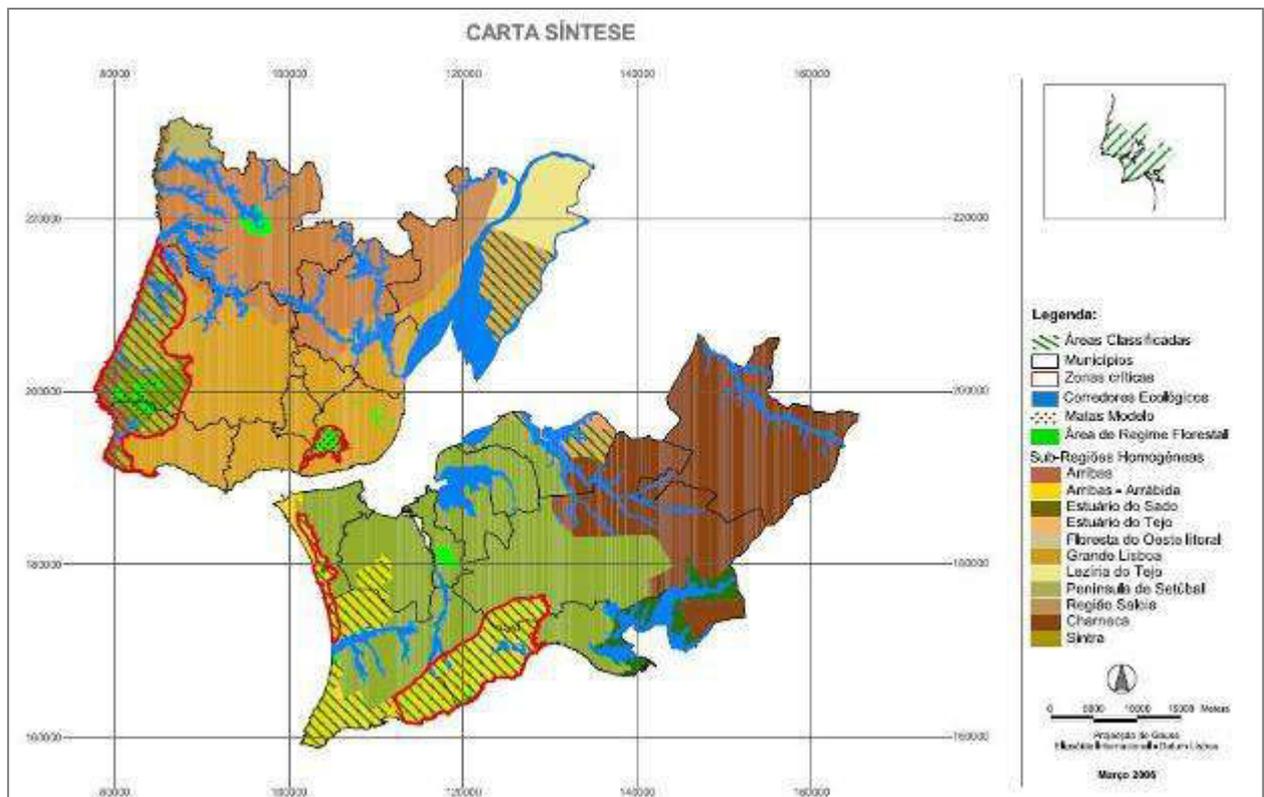


Figura I.4: PROF-AML no concelho de Mafra.

No PROF-AML as regiões estão sub-divididas em Sub-Regiões Homogéneas, com base na hierarquia de funções, a partir da qual se definiram os seguintes critérios orientadores:

- As funções conservação e protecção são prioritárias em relação às restantes;
- Nas restantes funções, o peso hierárquico final é estabelecido com base na hierarquia de cada função, no entanto aceita-se alterações pontuais dessa hierarquia devido a factores externos e não cartografáveis;
- A escala para a obtenção das sub-regiões homogéneas, deve ter em conta as especificidades de cada local, mas também uma dimensão mínima susceptível de criar uma unidade operativa em termos de planeamento. Caso exista, por especificidades locais, pulverização das unidades de planeamento estas devem ser agrupadas, sendo a hierarquia de funções atribuída de acordo com a área ocupada por cada função bem como respectivo nível hierárquico;
- Por norma os limites das sub-regiões homogéneas devem corresponder a limites bem definidos no terreno (linhas de água, caminhos, estradas ou linhas de cumeada) para tornar viável a clara identificação posterior.

O concelho de Mafra é abrangido, de acordo com a figura 1.4, por 3 sub-regiões homogéneas:

- **Arribas:** Abrange a faixa costeira desde o Guincho até Assenta tendo continuidade a Norte com o PROF do Oeste. Para esta sub-região estabeleceu-se como função primordial a conservação e como segunda a protecção devido ao facto de se tratar de uma faixa litoral. Para a terceira função, não só pelo seu valor paisagístico, como também valor apelativo do mar definiu-se o recreio.

Hierarquia de funções da sub-região Arribas:

1. Conservação;
  2. Protecção;
  3. Recreio e enquadramento e estética da paisagem.
- **Região Saloia:** Corresponde à parte mais a norte da AML. Sendo mais rural e mais montanhosa, esta região merece especial atenção do ponto de vista da erosão. Neste sentido, ficou estabelecida como função prioritária a protecção. Em relação à segunda função, por corresponder ao início de uma

área onde a actividade e tradição cinegética tem elevado peso, estabeleceu-se a Silvopastorícia, caça e pesca. Como terceira função, definiu-se a produção pelo potencial produtivo que apresenta.

Em termos de hierarquia de funções ficou assim estabelecida:

1. Protecção;
  2. Silvopastorícia, Caça e Pesca;
  3. Produção.
- **Floresta do Oeste Litoral:** Esta sub-região caracteriza-se essencialmente por apresentar um relevo suave. Devido ao seu elevado potencial produtivo do ponto de vista florestal, definiu-se como primeira função, a produção. Tratando-se de uma zona acentuada tradição cinegética foi estabelecida como segunda função a Silvopastorícia, caça e pesca. Num panorama agrícola, como o desta sub-região, em que pequenos núcleos florestais assumem um papel fundamental na compartimentação e diversificação da paisagem, ficou estabelecida como terceira função, o recreio, enquadramento e estética na paisagem.

Hierarquia de funções da sub-região Floresta do Oeste Litoral:

1. Produção
2. Silvopastorícia, Caça e Pesca;
3. Recreio, enquadramento e estética da paisagem.

O PROF-AML, no seu plano estratégico, define objectivos específicos para cada uma das sub-regiões, como um segundo nível de objectivos, enquadrados pelos objectivos gerais, mas que centram a sua atenção ao nível das sub-regiões homogéneas. Deste modo, os objectivos específicos advêm de uma análise de pontos fortes e fracos de cada sub-região em termos da sua hierarquia funcional:

- a. **Sub-Região Arribas:** Dada a localização desta sub-região homogénea e o facto de abrigar diversos habitats, estabeleceu-se como função primordial a conservação e de seguida a protecção e o recreio.

***Pontos Fortes:***

- Forte Valor Paisagístico;
- Forte procura pela proximidade ao litoral.

**Pontos Fracos:**

- Forte influência atlântica, que restringe o leque de espécies a aplicar (salsugem);
- Forte pressão urbana, a densidade populacional e dispersão urbana;
- Zonas sensíveis do ponto de vista da erosão e do ponto de vista ecológico que condiciona a gestão.

**Objectivos Específicos:**

- Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;
- Preservar os valores fundamentais do solo e da água;
- Ordenamento dos espaços florestais de recreio.

- b. **Sub-Região Saloia:** A sua extensão divide-se entre os concelhos de Mafra, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira. Sendo mais rural e mais montanhosa, ficou estabelecida como função prioritária a protecção. Estabeleceu-se como segunda função a Silvopastorícia, a caça, a pesca e a produção.

**Pontos Fortes:**

- Sub-região com alta produtividade e tradição para a Silvopastorícia e caça;
- Sub-região com elevada potencialidade para a produção florestal, nomeadamente de folhosas produtoras de madeiras nobres;
- Forte associativismo cinegético;
- Forte procura de espaços florestais para recreio;
- Associativismo florestal emergente;
- Excelentes condições para a *Quercus faginea*.

**Pontos Fracos:**

- Reduzida dimensão da propriedade rural;
- Elevada susceptibilidade à ocorrência de incêndios florestais (existência de incultos). Alguns núcleos apresentam risco de incêndio médio e alto;
- Manchas contínuas de monocultura de eucalipto de dimensão assinalável;
- Forte pressão urbana sobre os espaços florestais;
- Sub-região afectada por processos erosivos assinaláveis.

**Objectivos Específicos:**

- Diminuição do nº de incêndios, da área ardida e minimização dos danos;
- Preservar os valores fundamentais do solo e da água;

- Melhorar a gestão dos terrenos de caça, harmonizando-os com os outros usos do solo;
- Melhorar a qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes;
- Melhoria das condições para a Silvopastorícia.

c. **Sub-Região da Floresta do Oeste Litoral:** Esta sub-região caracteriza-se essencialmente por apresentar um relevo suave totalmente inserida no concelho de Mafra. Devido ao seu potencial produtivo do ponto de vista florestal, definiu-se como primeira função, a produção. Tratando-se de uma zona de acentuada tradição cinegética, foram estabelecidas as funções de silvopastorícia, caça, pesca e o recreio como funções secundárias.

***Pontos Fortes:***

- Sub-região altamente produtiva do ponto de vista florestal;
- Elevadas potencialidades do ponto de vista Silvopastorícia e caça;
- Procura de espaços florestais para recreio e lazer.

***Pontos Fracos:***

- Forte fragmentação da propriedade;
- Fraco associativismo;
- Dispersão dos aglomerados populacionais;
- Extensas áreas de monoculturas florestais, em especial de eucalipto.

***Objectivos Específicos:***

- Melhorar a estrutura produtiva dos espaços florestais;
- Aumentar a quantidade e qualidade de bens e serviços pouco valorizados;
- Melhorar a qualidade das pastagens;
- Optimizar a gestão das áreas cinegéticas;
- Diminuição do nº de incêndios e da área ardida;
- Ordenamento dos espaços florestais de recreio.

## 2.4 Planos das Bacias Hidrográficas

Os Planos das Bacias Hidrográficas (PBH) são instrumentos de programação e de concretização da política nacional, que dão origem a um conjunto de directrizes e orientações para a gestão dos recursos hídricos, vinculativas da administração pública. Na área territorial do concelho de Mafra encontram-se em vigor o PBH do rio Tejo, publicado pelo Dec. Reg. nº 18/2001, de 7 de Dezembro, e o PBH das Ribeiras do Oeste, publicado pelo Dec. Reg. nº 26/2002, de 5 de Abril.

Os PBH são planos sectoriais que assentam numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvem os agentes económicos e as populações directamente interessadas, tendo em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização das bacias hidrográficas, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente.

Estes planos visam apresentar um diagnóstico da situação existente nas bacia hidrográfica, identificar os objectivos ambientais de curto, médio e longo prazos e delinear propostas de medidas e acções, tendo em vista a respectiva prossecução de uma forma coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos, bem como definir normas de orientação com vista ao cumprimento dos objectivos.

As linhas estratégicas principais dos PBH são os seguintes:

- Resolução das carências básicas de infra-estruturas através da construção de novas infra-estruturas e da reabilitação das existentes;
- Resolução das disfunções ambientais associadas aos meios hídricos através da redução das cargas poluentes emitidas para o meio hídrico, sendo exigido o cumprimento da legislação em vigor;
- Melhoria da garantia da disponibilidade dos recursos hídricos utilizáveis através da satisfação das necessidades das actividades sociais e económicas, da melhoria da eficiência da utilização da água e da regularização dos caudais;
- Acréscimo da segurança de pessoas e bens através da prevenção e minimização de situações de risco de situações hidrológicas extremas ou de acidentes de poluição;

- Preservação e valorização do património ambiental associado ao meio hídrico, condicionando a utilização de recursos e de zonas a preservar e recuperação de ecossistemas.

O PBH do rio Tejo, publicado pelo D.R. n.º abrange as freguesias do Milharado e Santo Estêvão das Galés e o PBH das ribeiras do Oeste as restantes 15 freguesias do concelho de Mafra.

## 2.5 Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas

A Lei da Água transpôs para o regime jurídico nacional a Directiva Quadro da Água, a qual estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água e tem como principal objectivo proteger as massas de água superficiais interiores, costeiras e de transição, e subterrâneas.

A Lei da Água estabelece como objectivos ambientais o bom estado das massas de água, que deve ser atingido até 2015, através da aplicação de programas de medidas, desenvolvidos em Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH), da competência da administração central.

Neste contexto a região hidrográfica corresponde à unidade territorial de gestão da água e pode ser constituída por uma ou mais bacias hidrográficas.

O planeamento das massas águas visa fundamentar e orientar a protecção e a gestão das águas e a compatibilização das utilizações com as disponibilidades de modo a:

- Garantir a sua utilização sustentável, assegurando a satisfação das necessidades das gerações atuais, sem comprometer as gerações futuras;
- Proporcionar critérios de afectação aos vários tipos de usos pretendidos, tendo em conta o valor económico de cada um deles, bem como assegurar a harmonização da gestão das águas com o desenvolvimento regional e as políticas sectoriais, os direitos individuais e os interesses locais;
- Fixar as normas de qualidade ambiental e os critérios relativos à avaliação do estado das águas.

No concelho de Mafra aplicam-se os Planos de Gestão de duas Regiões Hidrográficas (RH), a RH 4, relativa às bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste e a RH 5, relativa à bacia hidrográfica do rio Tejo.

Nos PGRH das ribeiras do Oeste e do rio Tejo são estabelecidos os seguintes objectivos estratégicos, por área temática:

- **Quadro institucional e normativo**
  - Promover a racionalização, optimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes sectores utilizadores.
- **Quantidade de água**
  - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na optimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das actividades económicas.
- **Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico**
  - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental.
- **Qualidade da água**
  - Promover o bom estado das massas de água através da protecção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos.
- **Monitorização, investigação e conhecimento**
  - Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água e na investigação aplicada às matérias relacionadas.

- **Área Temática 6: Comunicação e governança**
  - Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses directos ou indirectos no sector da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região hidrográfica.
- **Quadro económico e financeiro**
  - Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos.

São, também, estabelecidos os seguintes objectivos ambientais nos PGRH das ribeiras do Oeste e do rio Tejo:

- **Massas de Água superficiais:**
  - Evitar a deterioração do estado de todas as massas de água;
  - Alcançar o bom estado ecológico e o bom estado químico as massas de água, com excepção das massas de água artificiais e as massas de água fortemente modificadas;
  - Alcançar o bom potencial ecológico e o bom estado químico das massas de água artificiais e as massas de água fortemente modificadas;
  - Reduzir progressivamente a poluição provocada por substâncias prioritárias e outras substâncias perigosas;
  - Cessar as emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas.
- **Massas de Água Subterrâneas:**
  - Evitar ou limitar a descarga de poluentes e evitar a deterioração do estado das massas de água;
  - Assegurar a protecção, melhoria e recuperação de todas as massas de água subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas;

- Inverter tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da actividade humana, com vista a reduzir gradualmente os seus níveis de poluição.
- **Zonas protegidas:**
  - Assegurar o cumprimento de normas e objectivos que justificaram a criação destas zonas protegidas, observando-se as disposições legais que garantem o controlo da poluição.

## **2.6 Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra**

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), de acordo com a legislação em vigor, são considerados Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT). O Concelho de Mafra pertence ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça-Mafra (POOC) que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2002 a 17 de Janeiro.

Os fenómenos responsáveis pelas condições presentes no litoral são de natureza diversa e com expressões geográficas que ultrapassam os limites locais, regionais e mesmo nacionais. Neste contexto é possível distinguir entre as que apresentam difícil controlo e aquelas que mediante um planeamento e gestão integrados são passíveis de ser controladas.

Os POOC surgem como instrumentos enquadradores que podem conduzir a uma melhoria, valorização e gestão dos recursos presentes no litoral. Estes planos abrangem uma faixa ao longo da costa, a qual se designa por zona terrestre de protecção e cuja largura máxima é de 500m, contados a partir da margem das águas do mar e uma faixa marítima de protecção que tem como limite inferior a batimétrica dos 30 metros.

O POOC de Alcobaça – Mafra corresponde ao troço de costa dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras e Mafra, com exclusão das áreas de jurisdição portuária, definidas nos termos do Decreto de Lei n.º201/92, de 29 de Setembro. No concelho de Mafra este Plano atravessa as freguesias da Encarnação, Santo Isidoro, Ericeira e Carvoeira, conforme se pode observar na figura I.5.



Figura I.5: O Plano de Ordenamento da Orla Costeira no concelho de Mafra.

Este Instrumento Urbanístico veio estabelecer as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos no seu âmbito de aplicação e define as normas de gestão urbanística a observar, visando a prossecução dos seguintes objectivos:

- O ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira;
- A defesa e conservação da natureza;

- A reestruturação das frentes urbanas face à ocupação balnear e à salvaguarda dos recursos litorais;
- O controlo e gestão de fenómenos urbanos relacionados com a atractividade litoral;
- A orientação do desenvolvimento turístico da orla costeira, como complemento da rede urbana actual;
- A classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, bem como a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas, por motivos ambientais ou turísticos.

Na tentativa de dar sequência ao cumprimento dos objectivos referidos, foram delimitadas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) em algumas áreas, a submeter a Planos de Pormenor, Projectos de Intervenção e outros estudos específicos. Especificamente no Concelho de Mafra são delimitadas três UOPG, que se designam por UOPG 20 – São Lourenço, UOPG 21 – Ribeira de Ilhas e UOPG 22 – Foz do Lizandro.

Os planos e acções a realizar no âmbito destas unidades devem obedecer, para além do estipulado nos Planos Municipais de Ordenamento em vigor, que no caso do Concelho de Mafra se limitam ao PDM e ao PUATE, às disposições do regulamento do POOC, de acordo com as seguintes categorias de espaços:

- Espaços Urbanos (que inclui Áreas Urbanas, Áreas Urbanas em Faixa de Risco e Áreas Verdes);
- Espaços Urbanizáveis;
- Espaços Industriais;
- Espaços de Equipamentos (que inclui Áreas de Equipamentos e de Recreio Náutico);
- Espaços Turísticos (que inclui Áreas de Desenvolvimento Turístico, de Aptidão Turística e de Parques de Campismo);
- Espaços Florestais
- Espaços Agrícolas (que inclui Áreas Agrícolas Especiais, Agroflorestais e de Edificação Dispersa);
- Espaços Naturais (que inclui Áreas de Protecção Integral, de Protecção Parcial e de Praia);
- Espaços Marítimos;

- Espaços Culturais;
- Espaços Canais (que inclui a rede rodoviária e a ferroviária).

## 2.7 Plano Sectorial da Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito Europeu resultante da aplicação das Directivas nº 79/409/CEE (Directiva Aves) e nº 92/43/CEE (Directiva Habitats) e tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, no território da União Europeia. As Directivas Aves e Habitats estão harmonizadas e transpostas para o direito nacional pelo DL nº 140/99, de 24 de Abril, na sua actual redacção, que define os procedimentos a adoptar em Portugal para a sua aplicação.

Esta rede ecológica é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, nas quais as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, e tomando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais, culturais, bem como as particularidades regionais e locais.

A garantia de uma boa prossecução destes objectivos passa necessariamente por uma articulação das políticas sectoriais, nomeadamente de conservação da natureza, agro-silvopastoril, turística ou de obras públicas, de modo a encontrar os mecanismos para que os espaços incluídos na Rede Natura 2000 sejam espaços vividos e produtivos de uma forma sustentável.

A Rede Natura 2000 é formada por:

- **Zonas de Protecção Especial (ZPE)**, estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular;



De modo a assegurar as premissas da Rede Natura 2000 e a manter em bom estado de conservação os sítios da Lista Nacional de Sítios e as ZPE, o DL nº 140/99, de 24 de Abril, estabeleceu a necessidade de definição de um plano sectorial.

Deste modo, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental. Este plano foi publicado pela Res. Con. Min. nº 115-A/2008, de 21 de Julho.

O PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território e nos planos especiais.

O plano da rede Natura tem como principais objectivos:

- Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, bem como as directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantem a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies;
- Definir os projectos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais.

A adaptação dos planos municipais ao PSRN2000 é suportada pela informação relativa aos valores naturais, constante nas fichas de caracterização ecológica e de gestão dos valores naturais e à respectiva cartografia e a cartografia dos limites dos Sítios, nomeadamente do sítio Sintra-Cascais.

A cartografia dos valores naturais de suporte ao PSRN2000 deve ser considerada como um instrumento de orientação e enquadramento indicativo, atendendo à sua escala de referência, e ao dinamismo inerente aos sistemas naturais.

A metodologia geral de integração do disposto no PSRN2000 em qualquer outro instrumento de gestão territorial poderá seguir os seguintes trâmites:

- Transposição do limite do Sítio, para a respectiva escala de elaboração, devendo esse polígono ser vertido para a planta de condicionantes;
- Análise do conteúdo das fichas de Sítios e ZPE onde é efectuada uma caracterização genérica da área classificada e identificados os valores naturais que nelas ocorrem;
- Aferição da informação cartográfica relativa à ocorrência e distribuição dos valores naturais, para a respectiva escala de elaboração do plano.
- Fixada a informação sobre a existência de valores naturais, são aplicáveis a esses elementos as orientações de gestão determinadas pelo PSRN2000 para os respectivos valores, ou outras, que venham a ser identificadas e acordadas.
- Dentro dos limites dos territórios classificados no âmbito da RN2000, encontram-se áreas qualificadas como solo rural e como solo urbano. Nos PMOT, as áreas de ocorrência dos valores naturais ou necessárias à sua conservação e restabelecimento integram obrigatoriamente as estruturas ecológicas municipais.
- Os regulamentos dos PMOT estabelecem os parâmetros de ocupação e de utilização do solo, de modo a assegurar a compatibilização das funções de conservação, regulação com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

## 2.8 Programa Operacional Regional de Lisboa

A região de Lisboa é a primeira região do país a ser enquadrada no Objectivo 2 das políticas comunitárias de coesão. Desde 2007, esta região, onde se insere o concelho de Mafra, está enquadrada no objectivo “Competitividade Regional e Emprego”, que se constitui uma oportunidade de passar à prática os ensinamentos da Estratégia de Lisboa.

O Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa) assenta nas grandes recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e ancora-se na Estratégia Regional, Lisboa 2020, para o período programático 2007-2013.

O POR Lisboa dá e dará um contributo extremamente relevante, até determinante, mas os desígnios do desenvolvimento regional obrigam a que se promova a adicionalidade de outros instrumentos de política, designadamente, o Fundo de Coesão, o Programa Operacional Temático Potencial Humano, o FEADER, a Cooperação Territorial Europeia e as Iniciativas Comunitárias. Importa também acrescentar o esforço nacional, através do PIDDAC e dos orçamentos municipais.

No âmbito do novo QREN 2007-2013 surgem novos e decisivos desafios, na concretização do objectivo “Competitividade Regional e Emprego”, para a Região de Lisboa, nomeadamente:

- “densa” em **recursos humanos qualificados**, instituições de ensino, designadamente uma rede de escolas de ensino básico que se distinga pela elevada qualidade dos professores, dos equipamentos e da gestão, investigação e desenvolvimento tecnológico;
- com apreciadas **qualidade e facilidades de vida** urbanas e rurais para os seus habitantes;
- fortemente **internacionalizada e competitiva** no sistema das regiões europeias, com funções económicas e culturais de **intermediação** entre o Norte – Atlântico e industrial e o Sul – mediterrâneo e turístico; e entre a Europa, a América do Sul e algumas regiões de África;
- de **serviços qualificados** às famílias e às empresas;

- de **actividades de perfil tecnológico avançado**, mas também de actividades turística e residencial, apostando na 3ª idade activa e nos *clusters* do lazer/saúde/cultura/desporto;
- de **encontros, tolerância e igualdade de oportunidades**;
- com **instituições** e fórmula de **governo eficientes**, conjugadas com modalidades de **governança** activas.

A Visão Estratégica para a Região de Lisboa, mais do que procurar novos investimentos materiais e rotineiros, aposta num outro horizonte cultural e institucional, assente no reforço da interactividade e da conectividade entre Actores e Instituições (a *networking society*) com vista à construção de uma Região moderna, competitiva e claramente ancorada nas capacidades das **Pessoas, Território** e das **Organizações**.

Nesta perspectiva, a Estratégia Regional Lisboa 2020 define as seguintes prioridades estratégicas:

- **Inovação e Conhecimento**;
- **Mobilidade**;
- **Recursos Humanos**;
- **Ambiente**;
- **Qualificação Urbana**;
- **Turismo**.

A prossecução destas prioridades estratégicas, conforme o Plano, dependerá da capacidade de construir novos factores de competitividade, alicerçados na qualidade das pessoas, das organizações e do território, assentes em quatro eixos estratégicos:

1. **Competitividade** – A internacionalização como um objectivo estratégico para o desenvolvimento competitivo da Região de Lisboa.
2. **Dinâmica Territorial** – Articular e conectar Lisboa, interna e externamente, através de um desenvolvimento territorial sustentado e qualificado.

3. **Dinâmica Social** – Uma Região centrada nas “pessoas” e na oferta de oportunidades que permitam processos de mobilidade social, de aumento de qualidade de vida e de equidade social.
4. **Governabilidade** – A governabilidade e a governança como uma nova cultura de governo e de administração da Região.

Das prioridades às orientações estratégicas, as dez ideias-chave do POR Lisboa, resumem-se no quadro I.2. da página seguinte.

Ao nível do plano de financiamento, o montante global de investimento previsto no POR Lisboa é de 681,36 M€, ao qual está associado um financiamento comunitário (FEDER) de 306,68 M€, representando uma taxa de co-financiamento de 45,01%. Podem, ainda, ser adicionados apoios a conceder pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e por outros instrumentos financeiros necessários à concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada.

Quadro I.2: Ideias-chave do POR Lisboa.

Objectivos/Orientações de Estratégia	Objectivos Gerais		
Afirmar Lisboa internacionalmente como espaço de intermediação	Reforçar e afirmar a competitividade apostando na posição de charneira da Região, como agente valorizador do país e como agente mediador face ao exterior	Qualificar os recursos humanos e incentivar a coesão social por via do encontro harmonioso de culturas e da valorização dos espaços urbanos e suburbanos	Promover o ordenamento do território numa perspectiva policêntrica e num quadro de sustentabilidade
Reforçar a responsabilidade de Lisboa como motor do desenvolvimento do País			
Qualificar um sistema de I&D dinâmico mas ainda vulnerável			
Capacitar Lisboa como meio acolhedor e lugar de encontro multicultural			
Combater défices acentuados na qualificação dos recursos humanos			
(Re) Qualificar o tecido urbano			
Esbater a fragmentação do espaço metropolitano			
Valorizar recursos paisagísticos e patrimoniais singulares			
Vencer obstáculos à mobilidade e tornar o espaço mais eficiente à gestão do espaço público			
Fortalecer a cooperação institucional e territorial			Garantir uma Governança mais eficaz e mais participada

O POR Lisboa estrutura-se em quatro eixos prioritários: Competitividade, Inovação e Conhecimento; Sustentabilidade Territorial; Coesão Social; e, Assistência Técnica. Estes quatro eixos dão origem a um conjunto de projectos, cujos principais objectivos e áreas de actuação se descrevem nos pontos seguintes:

- Competitividade, Inovação e Conhecimento
  - Compreende 51% do FEDER, face ao total, correspondendo a 155 M€;
  - Incentivos I&DT;
  - Projecção competitiva da Região à escala internacional (e.g. agências internacionais, iniciativa “Regions for economic changes”, instituição superior de referência internacional no domínio do Turismo, orientada para a Inovação neste sector;
  - Apoios às entidades de I&D para a internacionalização;
  - Acções de transferência de tecnologia;
  - Criação de empresas de base tecnológica e indústrias criativas;
  - Estímulos à capacidade de inovar e empreender / FININOVA;
  - Incentivos à inovação e qualificação de PME em sectores estratégicos;
  - Organização de eventos de projecção internacional;
  - Estímulo de Governabilidade regional (redução dos custos públicos de contexto; parcerias).
- Sustentabilidade Territorial
  - Compreende 23% do total, a que corresponde 71M€;
  - Soluções inovadoras para problemas urbanos (Acções demonstrativas no âmbito de: Sistemas Inteligentes de Transportes; Apoio a Acções de micro-logística local; Apoio a acções locais na óptica da eficiência da mobilidade da população; Incentivos ao reforço dos projectos de transporte ecológico; Reforço da capacidade de planeamento; Estimulo à eco-eficiência; Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos; Apoio à criação de Eco-bairros; Estímulo ao aumento da eficiência ambiental nos serviços da Administração Pública);

- Ordenamento e valorização da estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental (definida no PROT-AML).
- Coesão Social
  - Compreende 23% do total do FEDER, a que corresponde 71M€;
  - Parcerias para a Regeneração Urbana (inclusão social);
  - Plataformas de inclusão para a população imigrante;
  - Serviços a populações com dificuldades especiais.
- Assistência Técnica
  - Compreende 3% do total do FEDER, a que corresponde 10M€;
  - Relaciona-se com a gestão e operacionalização do POR Lisboa.

## 2.9 Projecto de Reabilitação do Porto de Pesca e de Recreio da Ericeira

O actual Porto de Pesca e de Recreio da Ericeira foi construído na década de 70 e inclui, como obras principais, um molhe de protecção, um cais aderente com 30 m de extensão e um terrapleno.

Para melhorar o Porto da Ericeira, o qual apresenta degradação avançada do molhe de protecção, o Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM) elaborou um Plano Director do Porto e respectivos projectos de obras de Desenvolvimento.

O Plano Director do Porto prevê o prolongamento e reabilitação do molhe de protecção e melhorias no sector de pesca, designadamente através do prolongamento da rampa, ampliação da área de varagem e nova lota e armazéns de aprestos. O referido Plano prevê ainda um conjunto de intervenções para o sector de recreio náutico limitado por um quebra-mar sul vertical acostável no intradorso e abrigando passadiços flutuantes. Foram consideradas como obras prioritárias, a realizar numa primeira fase, o prolongamento e reabilitação do molhe de protecção norte e a construção de armazéns de aprestos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> <http://consulmar.pt/portfolio/plano-director-do-porto-da-ericeira/>

Numa segunda fase está prevista a construção de um molhe sul, para permitir a criação de uma marina, prevendo, também, a passagem da actual praia dos pescadores para o exterior do porto da Ericeira, junto ao molhe sul.

O Porto da Ericeira terá uma capacidade para 200 embarcações, 100 em flutuação e 100 a seco, sendo que o valor global da obra, na primeira e segunda fase, ascenda a cerca de 35 milhões de euros.

O Projecto de Reabilitação do Porto de Pesca e de Recreio da Ericeira terá um impacte bastante positivo no desenvolvimento da economia local, nomeadamente ao nível da actividade piscatória, bem como, das actividades de lazer ligadas ao turismo náutico.

### **3. DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA – ENQUADRAMENTO GERAL**

Pretende-se, nos pontos seguintes, elaborar uma análise comparativa de âmbito regional, entre os anos de 1991 e 2001, do concelho de Mafra com a região de Lisboa – a qual corresponde ao conjunto de municípios que compõem a Área Metropolitana (AML) – e com os concelhos limítrofes de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras – os quais se encontram integrados na sub-região Oeste, região Centro.

Os dados estatísticos correspondem aos valores desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estatística, apresentados no último recenseamento da população (Censos 2001).

#### **3.1 Análise Demográfica – Censos 2001**

##### **3.1.1 População**

De acordo com os Censos 2001, o concelho de Mafra, integrado na sub-região da Grande Lisboa, que em conjunto com a Península de Setúbal constituem a AML, apresenta uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional de 1991 para 2001, cerca de 24%, ultrapassada apenas por Sintra, com 39% – ver figura I.7.

Os concelhos com maior dinâmica populacional na AML, no período em análise, são os situados nos eixos privilegiados de expansão urbana, apoiados pelos principais eixos viários, como sejam Sintra e Vila Franca de Xira, e os concelhos que partiram dos Censos de 1991 com valores populacionais relativamente reduzidos, tais como Mafra, Alcochete, Palmela e Sesimbra.

Relativamente à densidade populacional, o concelho de Mafra apresenta valores muito inferiores à média da AML, aproximando-se dos valores registados para os concelhos limítrofes integrados na sub-região do Oeste.

De acordo com a análise efectuada, conclui-se que o concelho de Mafra, localizado na zona mais a norte da AML, apresenta dinâmicas populacionais de transição entre a sub-região da Grande Lisboa e a do Oeste.

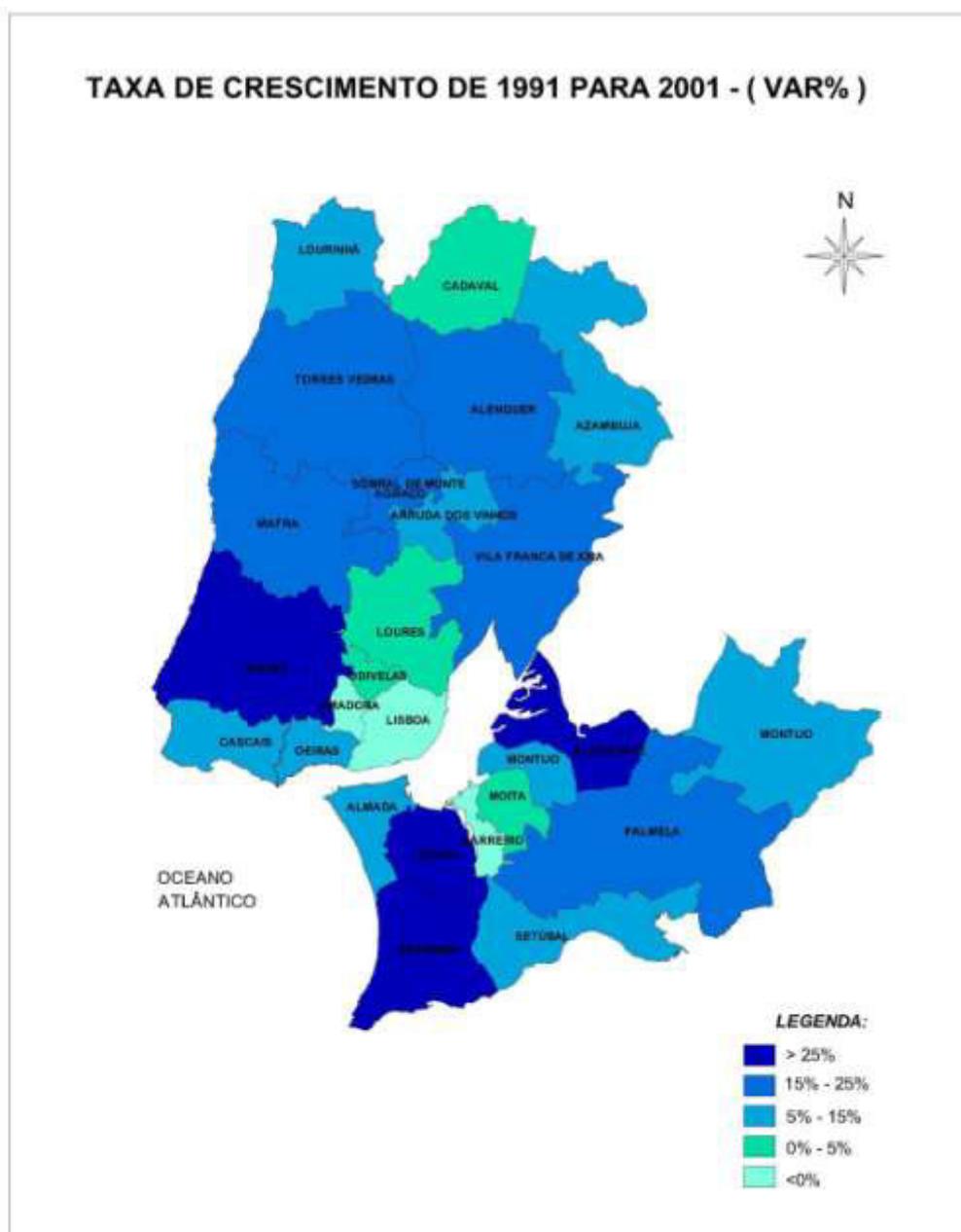


Figura I.7: Taxas de Crescimento de 1991 a 2001.



Quadro I.3: Crescimento populacional efectivo, natural e migratório, entre 1991 e 2001.

	Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
<b>Lisboa – NUT II</b>	<b>141.142</b>	<b>5,6</b>	<b>44.010</b>	<b>1,7</b>	<b>97.132</b>	<b>3,9</b>
<b>Grande Lisboa – NUT III</b>	<b>67.046</b>	<b>3,6</b>	<b>30.337</b>	<b>1,6</b>	<b>36.709</b>	<b>2,0</b>
Amadora	-5.902	-3,2	6.407	3,5	-12.309	-6,8
Cascais	17.389	11,3	4.567	3,0	12.822	8,4
Lisboa	-98.737	-14,9	-29.905	-4,5	-68.832	-10,4
Loures (inclui Odivelas)	-123.099 133.847	3,3	12.583	3,9	-1.835	-0,6
<b>Mafra</b>	<b>10.627</b>	<b>24,3</b>	<b>-95</b>	<b>-0,2</b>	<b>10.722</b>	<b>24,5</b>
Oeiras	10.786	7,1	4.177	2,8	6.609	4,4
Sintra	102.798	39,4	27.525	10,5	75.273	28,8
Vila Franca de Xira	19.337	18,7	5.078	4,9	14.259	13,8
<b>Península de Setúbal - NUTIII</b>	<b>74.096</b>	<b>11,6</b>	<b>13.673</b>	<b>2,1</b>	<b>60.423</b>	<b>9,4</b>
<b>Centro – NUT II</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Oeste – NUT III</b>	<b>23.012</b>	<b>7,3</b>	<b>-3.937</b>	<b>-1,2</b>	<b>26.949</b>	<b>8,5</b>
Arruda dos Vinhos	986	10,5	-182	-1,9	1.168	12,5
Sobral de Monte Agraço	1.682	23,2	-233	-3,2	1.915	26,4
Torres Vedras	5.065	7,5	-452	-0,7	5.517	8,2

O saldo fisiológico, também designado por crescimento natural, foi calculado de acordo com a informação estatística do INE relativa ao número de nados-vivos e óbitos conhecidos<sup>3</sup> para o período de 1991 a 2001. Assim, o crescimento natural corresponde ao total de nascimentos vivos no período de 1991 a 2001, aos quais se subtraíram os óbitos ocorridos no mesmo período.

O saldo migratório, designado por crescimento migratório, foi obtido através da subtração do saldo fisiológico ao crescimento efectivo.

Conclui-se, assim, que as elevadas taxas de crescimento dos concelhos mais dinâmicos da Grande Lisboa se devem, sobretudo, aos elevados saldos migratórios, sendo os concelhos de Mafra e Sintra os que apresentam as mais elevadas percentagens, respectivamente, cerca de 25% e 30%.

<sup>3</sup> Uma vez que a informação conhecida corresponde apenas ao período de 1996 a 2001, calculou-se uma média anual destes 6 anos a qual foi multiplicado pelo factor 10, que corresponde ao intervalo de anos de 1991 a 2001.

Contrastando com esta realidade surgem os concelhos de Lisboa e Amadora, com saldos migratórios negativos, o que demonstra o acentuar dos processos de crescimento para municípios mais periféricos ao centro metropolitano e para uma segunda coroa deste território, que engloba Mafra, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, a norte, e Sesimbra, Palmela e Alcochete, a sul, e que se traduz num incremento populacional nestas áreas.

Com a melhoria das acessibilidades, através da construção da A8 e da A21, Mafra é actualmente um dos principais concelhos com apetência para acolher estes processos de crescimento da AML. O controlo deste crescimento, de modo a que o incremento populacional seja acompanhado com padrões de qualidade de vida aceitáveis, passa pela consolidação dos principais núcleos urbanos e pela melhoria de oferta de equipamentos de uso colectivo.

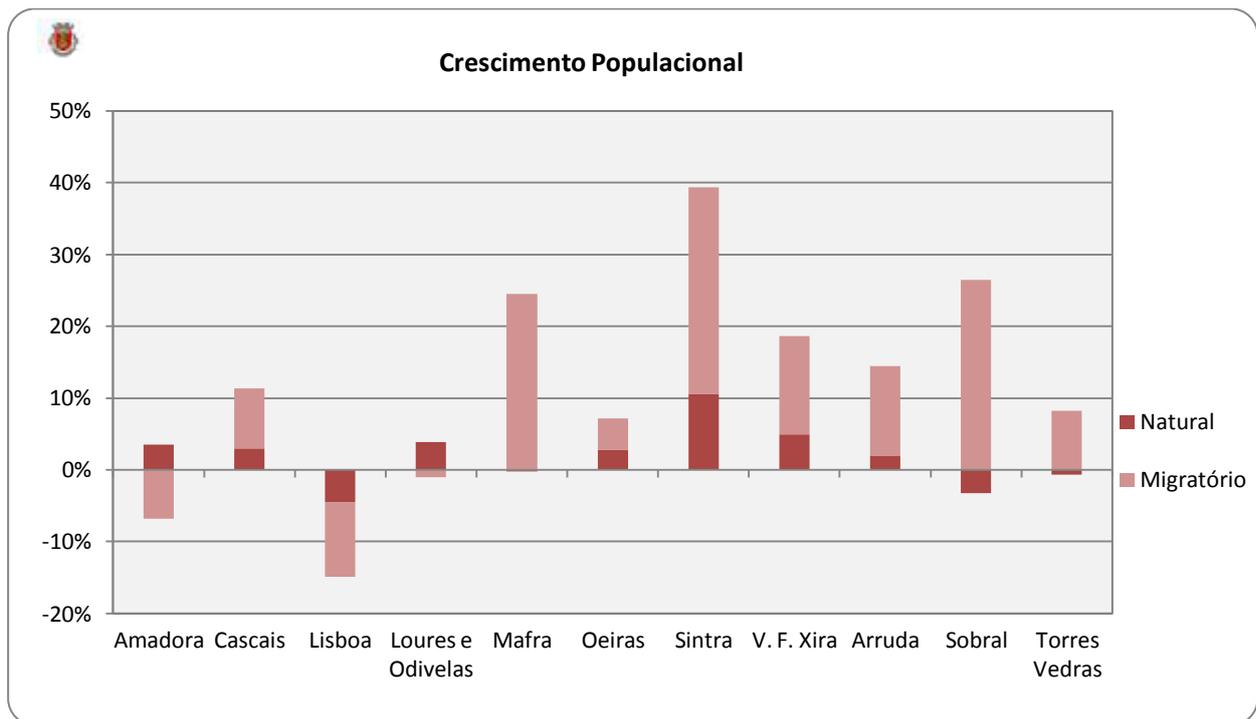


Gráfico I.1: Saldo Natural e Migratório de 1991 para 2001.

### **3.1.2 Povoamento**

Em relação aos restantes concelhos da Grande Lisboa, Mafra apresenta uma menor capacidade de polarização da população, demonstrada pela elevada percentagem de indivíduos a residir em lugares com menos de 2.000 habitantes, cerca de 65% do total, o que se traduz num território com algum povoamento disperso.

Importa referir que, sendo Mafra o concelho mais periférico e menos urbano da Grande Lisboa, o seu povoamento assemelha-se ao tipo de povoamento da sub-região limítrofe do Oeste, com cerca de 63% da população a residir em lugares com menos de 2.000 habitantes.

No que diz respeito à população isolada, que corresponde ao conjunto de indivíduos residentes em aglomerados populacionais com menos de dez alojamentos ou em alojamentos dispersos, os concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira são os que mais se afastam da média da Grande Lisboa, com 4% e 3 % respectivamente.

A tendência para o povoamento disperso está, quase sempre associada às características orográficas deste concelho, uma vez que os declives acentuados dos vales das principais linhas de água deram origem à ocupação urbana das zonas de festos e ao longo das principais vias.

### **3.1.3 Estrutura Familiar**

Na última década, embora se tenha registado um abrandamento da população ao nível do país, o número de famílias continua a crescer, como consequência das alterações registadas no interior da estrutura familiar.

Quadro I.4: Dimensão média do agregado familiar, em 2001.

	População	Famílias			Dimensão Média do Agregado	
	var. %	1991	2001	var. %	1991	2001
<b>Lisboa</b>	<b>5,6</b>	<b>861.786</b>	<b>1.005.671</b>	<b>16,7</b>	<b>2,9</b>	<b>2,6</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>3,6</b>	<b>648.911</b>	<b>742.658</b>	<b>14,4</b>	<b>2,9</b>	<b>2,6</b>
Amadora	-3,2	62.038	67.235	8,4	2,9	2,6
Cascais	11,3	51.160	62.866	22,9	3,0	2,7
Lisboa	-14,9	245.070	234.451	-4,3	2,7	2,4
Loures	3,6	104.229	70.949	-31,9	3,1	2,8
<b>Mafra</b>	<b>24,3</b>	<b>14.801</b>	<b>20.012</b>	<b>35,2</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>
Odivelas	2,9	-	48.853	-	-	2,7
Oeiras	7,1	51.245	61.717	20,4	3,0	2,6
Sintra	39,4	86.456	131.986	52,7	3,0	2,8
Vila Franca de Xira	18,7	33.912	44.589	31,5	3,1	2,8
<b>Península de Setúbal</b>	<b>11,6</b>	<b>212.875</b>	<b>263.013</b>	<b>23,6</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>
<b>Centro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>847.265</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2,8</b>
<b>Oeste</b>	<b>7,3</b>	<b>106.236</b>	<b>122.614</b>	<b>15,4</b>	<b>3,0</b>	<b>2,8</b>
Arruda dos Vinhos	10,5	3.298	3.758	13,9	2,8	2,8
Sobral de Monte Agraço	23,2	2.544	3.243	27,5	2,8	2,8
Torres Vedras	7,5	21.919	25.461	16,2	3,1	2,8

O concelho de Mafra, tendo sido um dos territórios da Grande Lisboa com maior dinâmica populacional, apresenta, também, um aumento de 35% das famílias, valor bastante superior à média desta sub-região, 14%, e da AML, 17% – ver quadro I.4.

Apenas os concelhos de Lisboa e Loures apresentam valores negativos em relação ao crescimento das famílias. No primeiro caso, os valores negativos apresentados devem-se aos processos migratórios ocorridos na AML e no segundo caso à criação do concelho de Odivelas, que até 1998 pertencia a Loures.

### 3.1.4 Estrutura Etária

O país tem vindo a sofrer um processo de envelhecimento nas últimas décadas, justificado pelo aumento da esperança média de vida e pela diminuição da taxa de natalidade, o que se traduz na diminuição da população nas faixas etárias mais jovens e no aumento dos indivíduos mais idosos, originando um aumento do índice de envelhecimento.

Contudo, comparando as várias unidades territoriais em análise, conclui-se que o concelho de Mafra apresenta uma percentagem de jovens ligeiramente superior à de idosos, à semelhança dos concelhos de Loures, Amadora, Sintra, Vila Franca e Odivelas. Estes concelhos apresentam, também, um menor índice de envelhecimento face aos restantes, tendo sido também nestes, à excepção de Loures, onde se registou um maior aumento da população. O concelho mais envelhecido corresponde ao centro da AML, Lisboa, com 203 idosos por cada 100 jovens.

Em relação à percentagem da população em idade activa, o concelho de Mafra, com cerca de 68 %, apresenta um valor inferior à média da região de Lisboa, aproximando-se dos valores encontrados para o Oeste.

Analisando o coeficiente de dependência do concelho de Mafra, dado pela relação entre indivíduos dependentes e indivíduos em idade activa, verifica-se que por cada 100 pessoas em idade activa existem 46 indivíduos dependentes, dos quais 24 são jovens e 23 são idosos. Dos concelhos limítrofes, Sintra apresenta o mais baixo índice de envelhecimento e os municípios do Oeste os valores mais elevados.

Quadro I.5: Indicadores de dependência, em 2001.

	Coeficientes de Dependência			Índice de Envelhecimento	% Pop. Idade Activa
	Global	Jovem	Idosos		
<b>Lisboa</b>	<b>43,5</b>	<b>21,4</b>	<b>22,1</b>	<b>1,03</b>	<b>70%</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>43,9</b>	<b>21,2</b>	<b>22,7</b>	<b>1,07</b>	<b>69%</b>
Amadora	40,7	21,0	19,7	0,94	71%
Cascais	43,3	21,7	21,6	1,00	70%
Lisboa	54,4	17,9	36,4	2,03	65%
Loures	39,1	22,0	17,0	0,77	72%
<b>Mafra</b>	<b>46,3</b>	<b>23,5</b>	<b>22,8</b>	<b>0,97</b>	<b>68%</b>
Odivelas	36,5	20,2	16,4	0,81	73%
Oeiras	40,6	19,7	20,9	1,06	71%
Sintra	39,7	25,3	14,3	0,57	72%
Vila Franca de Xira	38,1	22,8	15,3	0,67	72%
<b>Península de Setúbal</b>	<b>42,2</b>	<b>21,8</b>	<b>20,4</b>	<b>0,93</b>	<b>70%</b>
<b>Centro</b>	<b>52,6</b>	<b>22,9</b>	<b>29,7</b>	<b>1,30</b>	<b>66%</b>
<b>Oeste</b>	<b>50,2</b>	<b>23,3</b>	<b>26,8</b>	<b>1,15</b>	<b>67%</b>
Arruda dos Vinhos	47,8	21,8	26,1	1,20	68%
Sobral de Monte Agraço	50,5	23,3	27,2	1,17	66%
Torres Vedras	49,4	23,4	26,0	1,11	67%

## 3.2 Análise Socioeconómica – Censos 2001

### 3.2.1 Emprego

No concelho de Mafra cerca de 51% da população residente encontra-se a desenvolver uma actividade económica, sendo os valores do desemprego inferiores à média da Grande Lisboa, 5% e 7% respectivamente – ver quadro I.6.

Quadro I.6: População residente segundo a situação económica, em 2001.

	População com Actividade Económica							Emprego Potencial (%)
	Total	Taxa Actividade (%)	Empregada		Desempregada		Taxa Desemprego	
			v.a.	%	v.a.	%		
<b>Lisboa</b>	<b>1.389.939</b>	<b>52,2</b>	<b>1.284.673</b>	<b>48,3</b>	<b>105.266</b>	<b>4,0</b>	<b>7,6</b>	<b>74,9</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1.023.589</b>	<b>52,6</b>	<b>951.067</b>	<b>48,8</b>	<b>72.522</b>	<b>3,7</b>	<b>7,1</b>	<b>75,6</b>
Amadora	93.999	53,4	86.664	49,3	7.335	4,2	7,8	75,2
Cascais	90.580	53,1	84.307	49,4	6.273	3,7	6,9	76,0
Lisboa	271.428	48,1	251.444	44,5	19.984	3,5	7,4	74,2
Loures	106.256	53,4	98.785	49,6	7.471	3,8	7,0	74,2
<b>Mafra</b>	<b>27.873</b>	<b>51,3</b>	<b>26.606</b>	<b>48,9</b>	<b>1.267</b>	<b>2,3</b>	<b>4,5</b>	<b>75,0</b>
Odivelas	74.301	55,5	69.322	51,8	4.979	3,7	6,7	75,8
Oeiras	87.167	53,8	81.010	50,0	6.157	3,8	7,1	75,6
Sintra	205.101	56,4	190.522	52,4	14.579	4,0	7,1	78,7
Vila Franca de Xira	66.884	54,4	62.407	50,8	4.477	3,6	6,7	75,1
<b>Península de Setúbal</b>	<b>366.350</b>	<b>51,3</b>	<b>333.606</b>	<b>46,7</b>	<b>32.744</b>	<b>4,6</b>	<b>8,9</b>	<b>72,9</b>
<b>Centro</b>	<b>1.067.864</b>	<b>45,5</b>	<b>1.006.373</b>	<b>42,9</b>	<b>61.491</b>	<b>2,6</b>	<b>5,8</b>	<b>69,4</b>
<b>Oeste</b>	<b>161.345</b>	<b>47,6</b>	<b>152.348</b>	<b>45,0</b>	<b>8.997</b>	<b>2,7</b>	<b>5,6</b>	<b>71,5</b>
Arruda dos Vinhos	5.167	49,9	4927	47,6	240	2,3	4,6	73,8
Sobral de Monte Agraço	4.292	48,1	4092	45,8	200	2,2	4,7	72,4
Torres Vedras	34.526	47,8	32711	45,3	1.815	2,5	5,3	71,4

O emprego potencial do concelho de Mafra, dado pela relação entre a população com actividade económica e a em idade activa – a qual corresponde ao conjunto de indivíduos dos 15 aos 64 anos – ultrapassa a média das sub-regiões da Grande Lisboa e do Oeste, sendo este o concelho, à semelhança de Sintra, que apresenta maior percentagem de indivíduos activos, cerca de 72 pessoas, por cada 100 em idade activa.

Comparando com outras unidades territoriais, Mafra, com 51%, apresenta uma taxa de actividade ligeiramente inferior à média da Grande Lisboa e a taxa de desemprego mais baixa do território em análise, cerca de 5 %, também mais próximo da região do Oeste.

### 3.2.2 Distribuição Sectorial do Emprego

A região de Lisboa apresenta uma elevada percentagem da população empregada no sector terciário, cerca de 75%, destacando-se os concelhos de Lisboa e Oeiras. O sector primário apresenta, nesta região, valores muito reduzidos da população empregada, ultrapassando ligeiramente a percentagem de 1%.

Em relação ao concelho de Mafra, este apresenta uma forte presença do sector secundário e primário, face aos restantes concelhos da Grande Lisboa, aproximando-se mais dos valores praticados no agrupamento do Oeste – ver quadro I.7.

No que diz respeito ao sector primário, este representa cerca de 5% da população empregada do concelho de Mafra, sendo que estas actividades têm, ainda, um peso significativo na economia local, nomeadamente como complemento da economia familiar.

O sector terciário, que absorve, em Mafra, a maior parte da população empregada, cerca de 62%, é, ainda, muito inferior à média do agrupamento da Grande Lisboa.

Da análise da população empregada por sector de actividade conclui-se que o concelho de Mafra, face à Grande Lisboa, é o concelho mais ligado às actividades rurais, o que tem impacto na paisagem desta unidade territorial.

Quadro I.7: População empregada por sector de actividade, em 2001.

	População Empregada	Sector Primário (CAE 0)		Sector Secundário (CAE 1 a 4)		Sector Terciário (CAE 5 a 9)	
		v.a	%	v.a	%	v.a	%
<b>Lisboa</b>	<b>1.284.673</b>	<b>14.664</b>	<b>1,1</b>	<b>309.216</b>	<b>24,1</b>	<b>960.793</b>	<b>74,8</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>951.067</b>	<b>7.171</b>	<b>0,8</b>	<b>213.740</b>	<b>22,5</b>	<b>730.156</b>	<b>76,8</b>
Amadora	86.664	246	0,3	21.089	24,3	65.329	75,4
Cascais	84.307	626	0,7	16.490	19,6	67.191	79,7
Lisboa	251.444	1.203	0,5	40.772	16,2	209.469	83,3
Loures	98.785	816	0,8	25.731	26,0	72.238	73,1
<b>Mafra</b>	<b>26.606</b>	<b>1.428</b>	<b>5,4</b>	<b>8.786</b>	<b>33,0</b>	<b>16.392</b>	<b>61,6</b>
Odivelas	69.322	235	0,3	15.897	22,9	53.190	76,7
Oeiras	81.010	452	0,6	14.323	17,7	66.235	81,8
Sintra	190.522	1.557	0,8	52.724	27,7	136.241	71,5
Vila Franca de Xira	62.407	608	1,0	17.928	28,7	43.871	70,3
<b>Península de Setúbal</b>	<b>333.606</b>	<b>7.493</b>	<b>2,2</b>	<b>95.476</b>	<b>28,6</b>	<b>230.637</b>	<b>69,1</b>
<b>Centro</b>	<b>1.006.373</b>	<b>68.479</b>	<b>6,8</b>	<b>383.536</b>	<b>38,1</b>	<b>554.358</b>	<b>55,1</b>
<b>Oeste</b>	<b>152.348</b>	<b>14.018</b>	<b>9,2</b>	<b>55.953</b>	<b>36,7</b>	<b>82.377</b>	<b>54,1</b>
Arruda dos Vinhos	4927	249	5,1	1.286	26,1	3.392	68,8
Sobral de Monte Agraço	4092	247	6,0	1.295	31,6	2.550	62,3
Torres Vedras	32711	2.714	8,3	11.275	34,5	18.722	57,2

II

## CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO .....	49
2.	RELEVO E HIDROGRAFIA .....	50
3.	GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA.....	55
4.	TECTÓNICA E SISMOLOGIA .....	61
5.	RECURSOS MINERAIS.....	63
6.	SOLOS.....	64
6.1	Tipo de Solos.....	64
6.2	Capacidade de Uso dos Solos.....	67
7.	CLIMATOLOGIA.....	70

## 1. INTRODUÇÃO

Dos estudos de caracterização física constantes no PDM de Mafra, publicado pela RCM n.º 179/95, de 27 de Dezembro, foram actualizados aqueles que respeitam às áreas temáticas que, com o decorrer do tempo, sofreram alterações nas suas características ou cuja existência de cartografia actualizada e de programas de desenho informatizados ditaram a sua rectificação.

Deste modo, foram rectificadas os estudos relativos ao relevo e hidrografia, à geologia e hidrogeologia, à tectónica e sismologia, aos recursos minerais, aos solos e à climatologia. Os estudos referentes aos solos, tectónica e sismologia foram recuperados dos trabalhos desenvolvidos no volume 2 – Estudos Biofísicos constantes no Plano Director Municipal em vigor.

Os trabalhos de caracterização física foram complementados com outros estudos desenvolvidos nesta Câmara Municipal e por outras entidades competentes, nos quais se procede à análise física do território municipal, nomeadamente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Estratégico do Turismo, a Carta Educativa do Concelho de Mafra e o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Municipal de Lisboa.

De modo a complementar a análise física do território, nomeadamente ao nível do enquadramento hidrogeológico foram consultadas outras fontes de informação, designadamente o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, o Plano Nacional da Água e os Planos das Bacias Hidrográficas do Rio Tejo e das Ribeiras do Oeste.

As 8 peças desenhadas foram impressas à escala 1:25.000, uma vez que esta é a maior escala possível para se analisar de forma global o território municipal, sem ser necessário dividir os desenhos. Estas peças desenhadas foram, também, produzidas para PDF (AcrobatReader) à escala 1:10.000, correspondendo a 13 plantas por desenho.

## 2. RELEVO E HIDROGRAFIA

Os estudos da hipsometria<sup>1</sup> e dos declives<sup>2</sup> foram realizados a partir do modelo digital do terreno e esquematizam a fisiografia do concelho de Mafra - ver figuras II.1 e II.2.

Pela observação das plantas, referidas anteriormente, verifica-se que o concelho de Mafra tem um relevo bastante acidentado onde os valores da altimetria oscilam entre as cotas 0 (zero), localizada ao nível do mar, ao longo da faixa marítima, e a cota 430, na Serra de Montemuro (Cabeço de Manique), na freguesia de Santo Estêvão das Galés. Para além desta serra registam-se também cotas elevadas nas serras do Socorro, na Enxara do Bispo, com 394 metros, e do Funchal, 425.

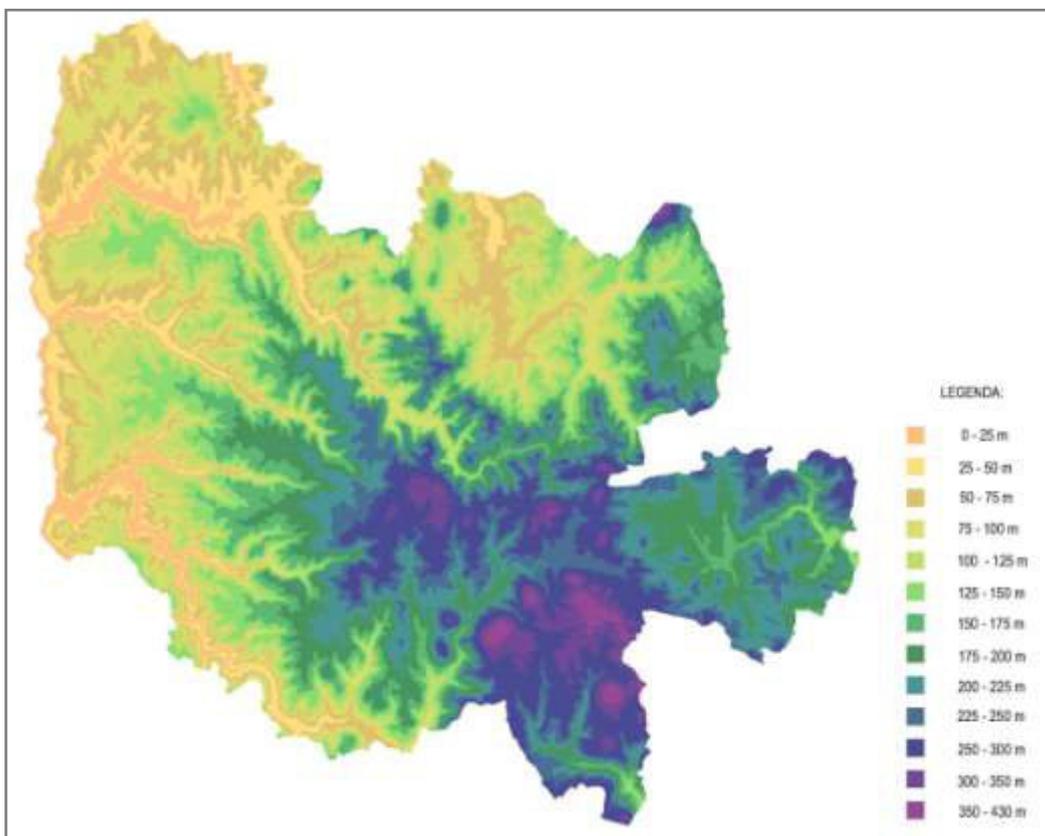


Figura II.1: Hipsometria – ver Planta II.1 (Anexo Peças Desenhadas).

<sup>1</sup> Esta Carta é definida por Classes Hipsométricas, que correspondem a zonas compreendidas entre duas curvas de nível consideradas importantes para a definição de aspectos morfológicos.

<sup>2</sup> Esta carta indica os declives segundo classes representativas da possibilidade de utilização do solo. Deste modo as classes consideradas foram as seguintes: 0 a 5% (riscos de erosão baixos), 5 a 16% (riscos de erosão moderados), 16 a 25% (riscos de erosão acentuados), 25 a 30% (riscos de erosão muito acentuados), superiores a 30% (riscos de erosão muito acentuados a escarpados)

De modo geral, verifica-se que é no interior do concelho que se situam as áreas de relevo mais acidentado, especialmente no território das freguesias de Alcainça, Enxara do Bispo, Malveira, Santo Estêvão das Galés e Venda do Pinheiro, onde se destaca o complexo sistema de cabeços e morros, os quais correspondem a vestígios de antigas erupções vulcânicas.

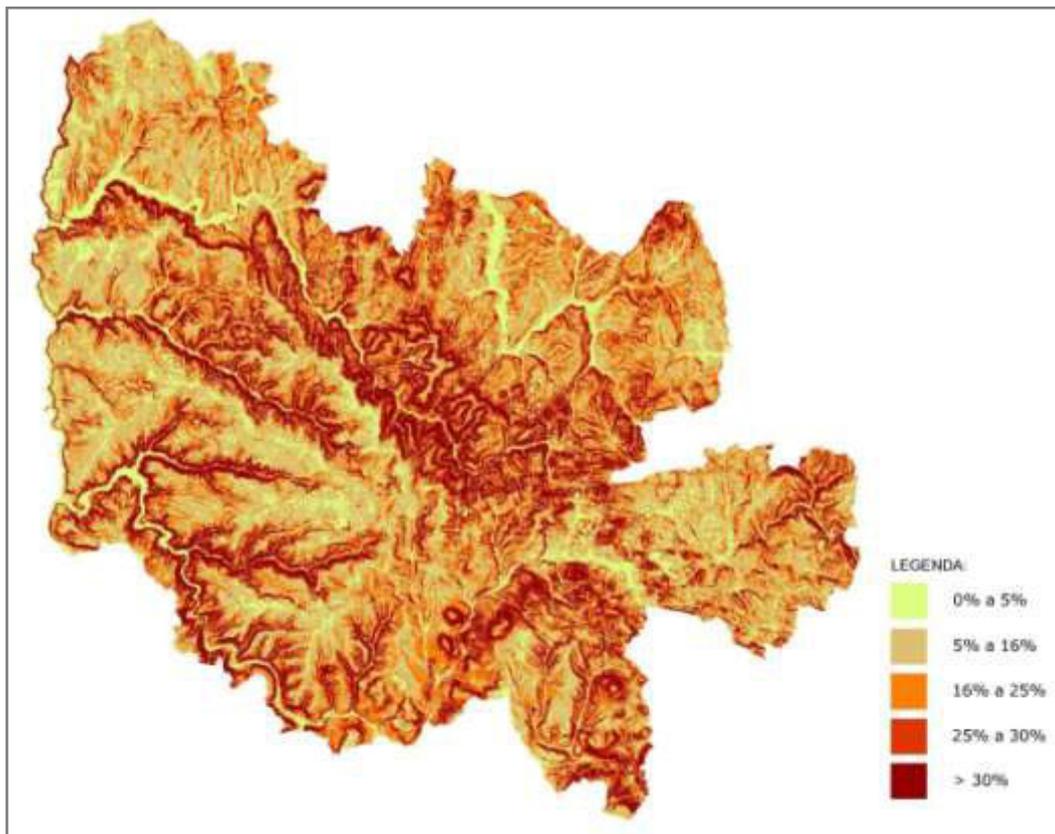


Figura II.2: Declives – ver Planta II.2 (Anexo Peças Desenhadas).

Em termos hidrográficos superficiais, e através da observação da figura II.3, o concelho de Mafra apresenta uma rede densa, sendo constituída por cursos de água em regime permanente e por cursos de água em regime temporário ou efémero, os quais se desenvolvem, sobretudo, de sudeste para oeste. Esta rede dá origem a vales encaixados ou amplos que caracterizam a paisagem do concelho de Mafra. Nos vales encaixados verifica-se a existência de zonas de declive acentuado.

A rede hidrográfica é estruturada pelas bacias do Rio Lizandro/Ribeira de Cheleiros/ Ribeira do Casal Novo (1), Rio do Cuco (2), Rio Safarujó/ Ribeira do Sobral (3), Ribeira de Pedrulhos/ Rio Sizandro (4), que desaguam directamente no Oceano Atlântico, bem como do Rio Trancão (5), que aflui ao Rio Tejo – ver figura em baixo.

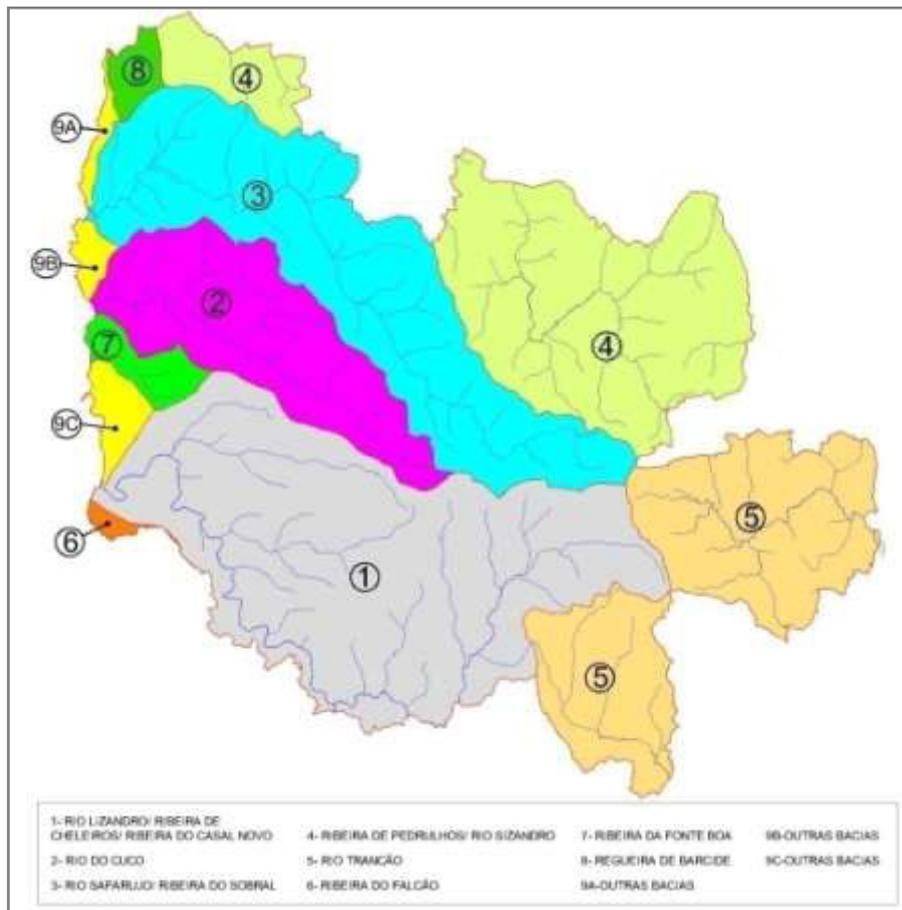


Figura II.3: Bacias Hidrográficas – ver Planta II.3 (Anexo Peças Desenhadas).

Na zona mais a Noroeste do concelho e um pouco a Norte da vila da Ericeira, existem ainda duas pequenas bacias afluentes ao oceano, respectivamente designadas por Regueira de Barcide (8) e Ribeira da Fonte Boa (7). A Sudoeste encontramos, também, a bacia da Ribeira do Falcão (6), a qual se desenvolve maioritariamente no concelho de Sintra. Deve ainda ser mencionada a existência de pequeníssimas bacias hidrográficas (9A, 9B, 9C), localizadas na zona costeira entre a embocadura dos rios e ribeiras referidos anteriormente como afluentes do oceano Atlântico.

As bacias hidrográficas dos Rios Cuco e Safarujo/ Sobral e da Ribeira da Fonte Boa desenvolvem-se quase totalmente no concelho de Mafra. Em relação às bacias dos Rios Trancão e Sizandro e da Regueira de Barcide estão incluídas apenas as suas cabeceiras, pertencendo, no caso do Rio Lizandro e do Rio Falcão, as suas fases terminais.

No quadro II.1 é apresentada a área das bacias hidrográficas localizadas no concelho, sendo que a maior parte do território corresponde às bacias dos rios Lizandro e Safarujo.

Quadro II.1: Área de cada Bacia Hidrográfica, no concelho de Mafra.

BACIA HIDROGRÁFICA	ÁREA – Km <sup>2</sup>	% NO CONCELHO
1	86,3	30
2	30,9	11
3	56,4	19
4	57,1	20
5	46,8	16
6	0,9	0
7	4,3	1
8	2,8	1
9A	1,3	0
9B	1,7	1
9C	3,4	1

Em conclusão e de acordo com a estrutura morfológica do território, o relevo do concelho é constituído por:

- Vales Amplos, que correspondem aos principais cursos de água, como sejam, os rios Safarujó, Cuco e Lizandro e a ribeira de Pedrulhos, e que se desenvolvem entre as cotas 0 (zero) e 50 metros. Os vales do rio Trancão e da ribeira de Loures, localizados na parte mais interior do concelho, também se enquadram neste tipo de relevo, variando entre os 125 e 175 metros. Estas áreas apresentam, geralmente, declives inferiores a 5%, em quase toda a extensão dos vales.
- Vales Encaixados, que caracterizam a maior parte dos rios, ribeiros e ribeiras afluentes dos principais cursos de água, localizando-se, sobretudo, na área central do concelho, onde nasce a maior parte das principais linhas de água. As cotas destes vales variam, maioritariamente, entre os 100 e os 200 metros.
- Encostas, com áreas de declives acentuados, na maioria com mais de 30% de inclinação e associadas às zonas de vales encaixados. Dadas as suas características físicas, estas áreas têm uma vocação essencialmente florestal.
- Áreas de Feste, constituídas por extensas zonas pouco declivosas, com inclinações máximas de 16%, localizadas, predominantemente, entre as cotas 100 a 250 metros. É nestas áreas que se localizam as principais aglomerações urbanas, sobretudo com a orientação sul, devido às características físicas do relevo e à situação topográfica, que possibilitam uma boa luminosidade e exposição solar e, portanto, boas condições de conforto humano.
- Cabeços, que correspondem a cones vulcânicos de grande beleza estética, destacando-se na paisagem concelhia pela sua extensão e grandeza. Estes cabeços localizam-se nas freguesias da Malveira, Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, a partir dos 300 metros de cota.
- Arribas, que se localizam em quase toda a extensão da linha de costa, a uma cota máxima de 25 metros. As arribas estão, na maior parte dos casos, separadas da linha da costa por areias de praia de extensão moderada a reduzida.

### 3. GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA

O concelho de Mafra situa-se na parte da Orla Mesozóica da Estremadura denominada Centro Litoral, entre a Lezíria do Tejo e a costa do Atlântico.

Geologicamente, o concelho está compreendido entre o maciço subvulcânico de Sintra, a sul, o complexo basáltico de Lisboa, a sudoeste, e o maciço jurássico que se prolonga para norte e leste.

No território concelhio de Mafra distinguem-se as seguintes formações, organizadas de acordo com o período de criação e representadas na figura II.4:

- Depósitos de Aluviões do período moderno, localizados ao longo dos vales dos principais cursos de água, e Depósitos de Areais de Praia nas fases terminais dos rios Lizandro, Cuco e Safarujo. São constituídos principalmente por areias e cascalheiras e a sua espessura é geralmente pequena.
- Alguns Depósitos Plistocénicos, localizados em vários pontos do litoral, referentes a areias e cascalheiras de origem eólica e a antigas praias de formação marinha ou fluvial.
- Alguns Depósitos Pliocénicos, de origem continental e marinha, representada por areias finas e por grés amarelados com calhaus rolados. São conhecidos os afloramentos de Seixosa (Encarnação), do Marvão (Santo Isidoro), Achada, Fonte Boa dos Nabos e Seixal (Ericeira) e São Julião (Carvoeira).
- Afloramentos do Cretácio Inferior que se estendem desde a foz do rio Safarujo, na freguesia de Santo Isidoro, pelas freguesias, Sobral da Abelheira, Gradil, Vila Franca do Rosário, Malveira e Venda do Pinheiro até aos limites Sul do concelho. Estes afloramentos são, na sua maioria, constituídos por calcários e margas ou calcários e argilas. Existe, ainda, uma formação de Grés de Torres Vedras, localizada na Serra do Socorro, a norte do concelho, composta por grés feldspáticos de grão variável, cauliníferos, com intercalações lenticulares de argilas.
- Formações do Jurássico Superior que ocupam a zona Norte e Este da área territorial de Mafra. São constituídas, predominantemente, por grés e argilas e por vezes calcários.

- Um vasto conjunto de Filões e Chaminés Eruptivas que atravessam as formações cretácicas e jurássicas. Os afloramentos mais importantes, de gabro fino e basalto, existem no litoral, em Ribamar e Paço de Ilhas, junto à vila de Mafra, a sul de Alcainça e em Santo Estêvão das Galés. Os filões constituem feixes e extensos alinhamentos que parecem irradiar de uma zona central junto à vila de Mafra.
- Uma pequena Formação de Rochas Plutónicas junto à vila de Mafra, composta por gabros e gabro-dioritos.

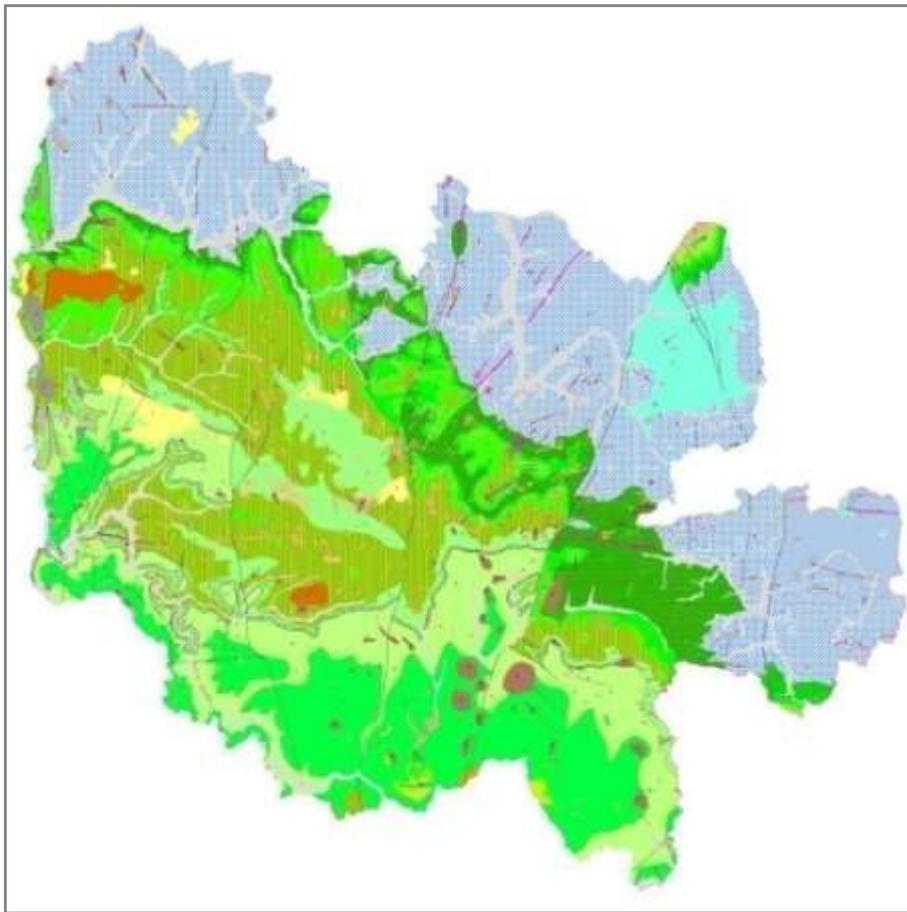


Figura II.4: Geologia – ver Planta II.4 (Anexo Peças Desenhadas).

Para a análise das características hidrogeológicas do concelho de Mafra foi consultada, também, a Carta Hidrogeológica de Portugal<sup>3</sup>, apresentada na figura II.5, bem como o Plano Nacional da Água e os Planos das Bacias Hidrográficas (PBH) do Rio Tejo e das Ribeiras do Oeste.

**Da análise destes elementos, conclui-se que não existem sistemas aquíferos no concelho de Mafra, podendo existir algumas formações geológicas com algum interesse hidrogeológico a nível municipal.**

O PBH das Ribeiras do Oeste identificou, na sua área territorial, 13 sistemas aquíferos, 3 áreas com potencial interesse hidrogeológico e 4 áreas que incluem formações com comportamentos hidrogeológicos afins.

Relativamente ao concelho de Mafra foi identificada uma área com potencial interesse hidrogeológico que corresponde à formação de Calcários do Cretácico Superior na zona de Pêro Pinheiro, com camadas de “neolobites” e calcários com rudistas.

Foram identificadas, também, duas formações com comportamentos hidrogeológicos afins, que dizem respeito às formações Detríticas do Jurássico Superior e às formações Detrítico-Carbonatadas do Cretácico Inferior mas que apresentam uma produtividade baixa.

Na área do PBH do Tejo foram identificados 16 sistemas aquíferos e 14 áreas com potencial interesse hidrogeológico, mas que não abrangem o território de Mafra.

---

<sup>3</sup> Produzida pela antiga Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, à escala 1:1.000.000, em 1970.

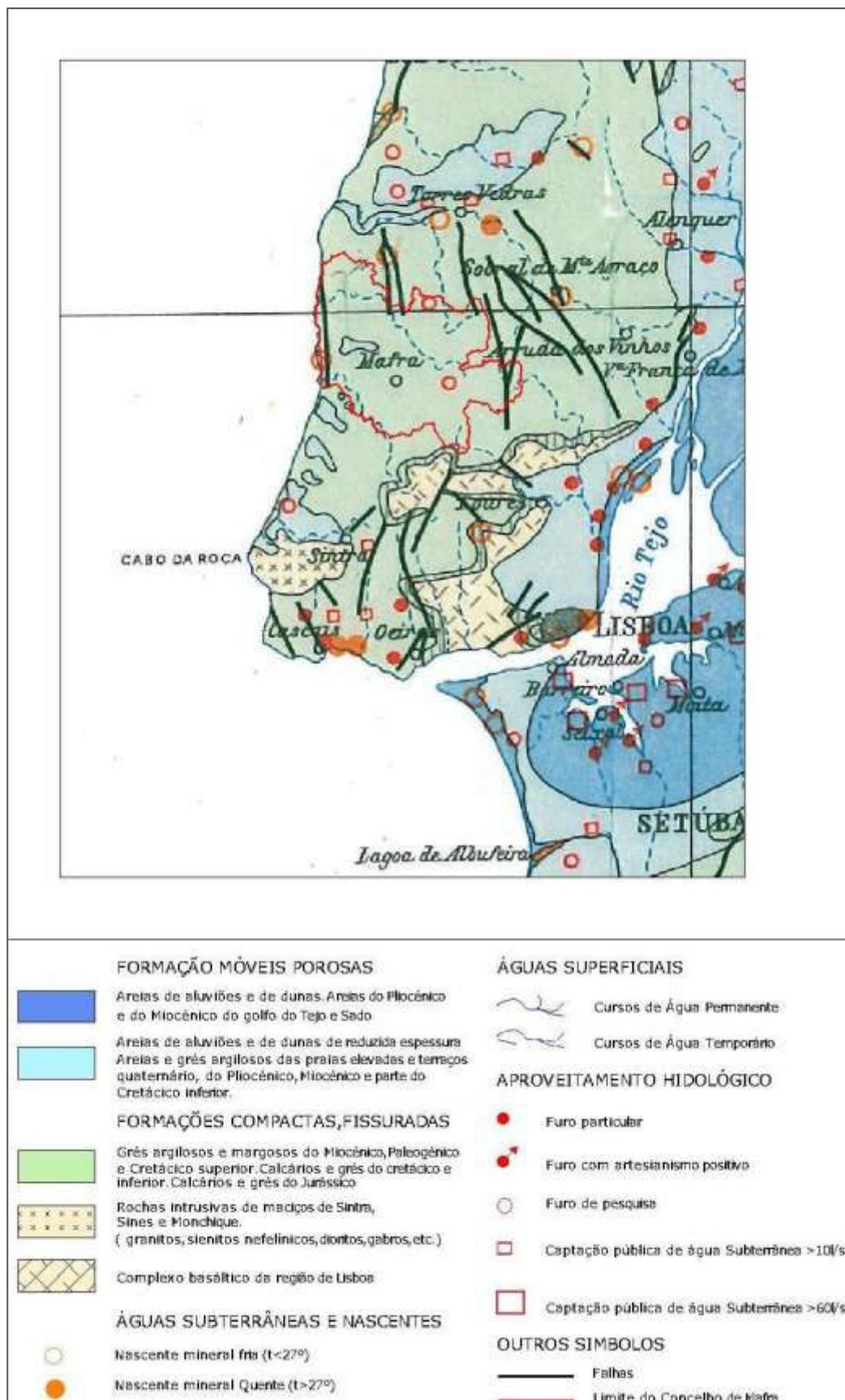


Figura II.5: Extracto da Carta Hidrogeológica de Portugal.

Com base nas cartas geológicas e na carta hidrogeológica foi possível identificar algumas formações com algum interesse hidrogeológico, à escala municipal e que correspondem a:

- Terrenos permeáveis de formações modernas relativos a *aluviões*, constituídos por areias e cascalheiras de espessura reduzida e *terraços do pliocénico*.

Estas formações não apresentam, na área do concelho, grandes reservas de água, devido à sua reduzida espessura e à sua dependência dos cursos de água e do seu regime estacional de escoamento.

- Formações cársicas ou fracturadas, as quais podem ocorrer em formações carbonatas ou eruptivas.

As formações carbonatas, que ocupam a quase totalidade do concelho, são relativas a calcários e grés do cretácico médio e inferior, sendo, do ponto de vista aquífero bastante pobres, devido à predominância de calcários margosos e argilas, embora nas zonas onde ocorre elevado número de filões e fracturas, existem algumas possibilidades hidrológicas. Estas formações correspondem, também, a calcários, margas e argilas do jurássico, com níveis aquíferos irregulares e pouco abundantes.

As formações eruptivas aparecem no concelho sob a forma de filões que impedem a continuidade lateral das camadas aquíferas e reduz a sua dimensão, já por si diminuta.

Conclui-se, assim, que o concelho de Mafra é caracterizado por um sistema hidrogeológico de reduzido interesse e de baixa produtividade e pela não existência de aquíferos de interesse regional ou municipal.

Os estudos relativos às captações existentes, apresentados no PDM de 1995, confirmam que o grau de produtividade aquífera era no geral baixo a médio, o que correspondia a caudais variáveis entre 1 e 10 litros/segundo.

Estas captações, que correspondiam à captação de águas mais mineralizadas, ocorriam essencialmente associadas a formações do Cretácico médio e inferior e do Jurássico.

O local que apresentava melhores condições, em termos de aproveitamento de águas subterrâneas, definia-se por uma pequena mancha situada a noroeste do lugar da Encarnação, onde existiam captações a profundidades de 50 a 120 m, em formações cretácicas, que apresentavam caudais de extracção de cerca de 3 a 7 litros/segundo. Outra mancha, também com alguma produtividade, localizava-se em formações cretácicas, a sudeste da Venda do Pinheiro e a este da Asseiceira Pequena, com caudais de extracção na ordem dos 0,3 a 4 litros/segundo e profundidades de 195 a 250 m.

Conforme se verifica, os caudais extraídos nestas manchas poderiam ter sido considerados como interessantes sob o ponto de vista de exploração. Contudo as profundidades necessárias para a sua extracção e a qualidade da maioria das águas obtidas, bastante salinas, limitaram o seu uso para fins agrícolas e domésticos.

**Importa referir que não foram demarcadas áreas de importância para o abastecimento de água, uma vez que as captações existentes na área territorial do concelho foram encerradas em 2008, sendo o abastecimento actual feito a partir do exterior do concelho.**

#### 4. TECTÓNICA E SISMOLOGIA

A região abrangida pelo concelho de Mafra encontra-se fortemente tectonizada, devido à sua localização nas imediações dos Vales Tifónicos, aos quais estão associados movimentos diapíricos.

Do ponto de vista estrutural, há que distinguir nesta área a existência de duas formações distintas, o *Planalto Cretácico do Sobreiro* e o *Maciço Jurássico*.

O Planalto Cretácico do Sobreiro é cortado por várias falhas e desligamentos ao longo dos quais surgem, por vezes, conjuntos vulcânicos. A tectónica local, associada às características vulcânicas, origina o aspecto radiado muito denso de filões, sobretudo, de basalto, dolerito e traquito.

As fracturas que cortam esta área são paralelas ao mar, pelo que parecem estar associadas à linha de costa, ver Carta Geológica nº 4 no Anexo Peças Desenhadas. São exemplo, destas situações, as falhas visíveis entre São Julião, Ericeira, Ribamar, Barcide e, ainda, Sobral da Abelheira. Mais para o interior, as fracturas têm uma orientação, de modo geral, de Nordeste – Sudoeste e atravessam o concelho na zona da Picanceira, freguesia de Santo Isidoro, na Malveira e, ainda, na Carapinheira, freguesia de Igreja, e Arrifana, Alcaíça.

O Maciço Jurássico é cortado por vários acidentes cujas orientações são de: Nordeste – Sudoeste, relativas a falhas registadas na zona de Enxara do Bispo e do Milharado e a um grande número de filões; e Noroeste – Sudeste, que ocorrem nas zonas de Enxara do Bispo, Milharado e Póvoa da Galega.

Como acidente notável, há que assinalar, ainda, o empolamento da Enxara do Bispo, com núcleo constituído pelo complexo ‘pteroцерiano’.

Do ponto de vista sísmico, a região do concelho de Mafra tem sido afectada por sismos com epicentros localizados no mar, como o de 1755 e os que tiveram epicentro situado no Ribatejo, como é o caso do de Benavente de 1909.

O concelho localiza-se numa zona de intensidade sísmica máxima de grau IX, o que corresponde no “Regulamento de Segurança e Acções para Estrutura de Edifícios e Pontes” à zona A.

## 5. RECURSOS MINERAIS

Apresenta-se, neste ponto, um resumo relativo aos recursos minerais dos estudos desenvolvidos no PDM de 1995. Estes estudos foram rectificadas através da informação recolhida na Carta Militar e na Cartografia da Câmara Municipal, produzida às escalas 1:10.000 e 1:2.000.

Foi, também, solicitado à Direcção Geral de Geologia e Energia e ao Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação informação relativa à localização actual das indústrias extractivas.

De um modo geral, a área territorial de Mafra não apresenta grandes potencialidades no que respeita aos recursos minerais.

No entanto, apesar dos escassos recursos existentes foram definidas áreas e respectivos materiais com maiores potencialidades de exploração no concelho – ver Carta de Recursos Minerais e Hídricos Subterrâneos (Planta II.5) apresentada no Anexo Peças Desenhadas.

Assim, os recursos minerais do concelho com maior potencial de exploração são, por ordem decrescente de interesse, os seguintes:

- Areais e saibros, explorados nas formações gresosas do Cretácico, especialmente nas freguesias da Venda do Pinheiro, Malveira, Mafra (Churrasqueira de Cima – Achada) e Milharado (Casais da Serra – Montachique);
- Gabros, explorados nas freguesias da Ericeira (Ribeira d'Ilhas) e de Santo Isidoro (Sede de freguesia e Ribamar), para obtenção de paralelepípedos para calçadas;
- Britas e gravilhas, obtidas a partir de calcários cretácicos, ocorrentes nas freguesias de Santo Estêvão das Galés (Godinheira), Igreja Nova (Campo da Granja) e Mafra (Bairro Alto e Achada);
- Argilas e margas usadas na preparação de tijolos e telhas, exploradas na Encarnação, (Barril, Atalaia e Cambaia) e Milharado (Vale de São Gião), cujos depósitos se encontram quase esgotados, o que, associado à proximidade de zonas mais ricas nestes materiais em concelhos vizinhos, nomeadamente no concelho de Sintra, reduz significativamente o potencial interesse na sua exploração.

## 6. SOLOS

A análise dos solos, no concelho de Mafra, foi dividida em duas partes, uma que corresponde ao tipo de solos e outra relativa à capacidade de uso dos mesmos.

### 6.1 Tipo de Solos

A carta de solos do concelho de Mafra – ver figura II.6 – elaborada a partir da Carta de Solos de 1983, do Centro Nacional de Reconhecimento Agrário (CNROA), mostra, não obstante a escala da carta, elevado número de unidades cartográficas em consequência da grande complexidade geológica da região.

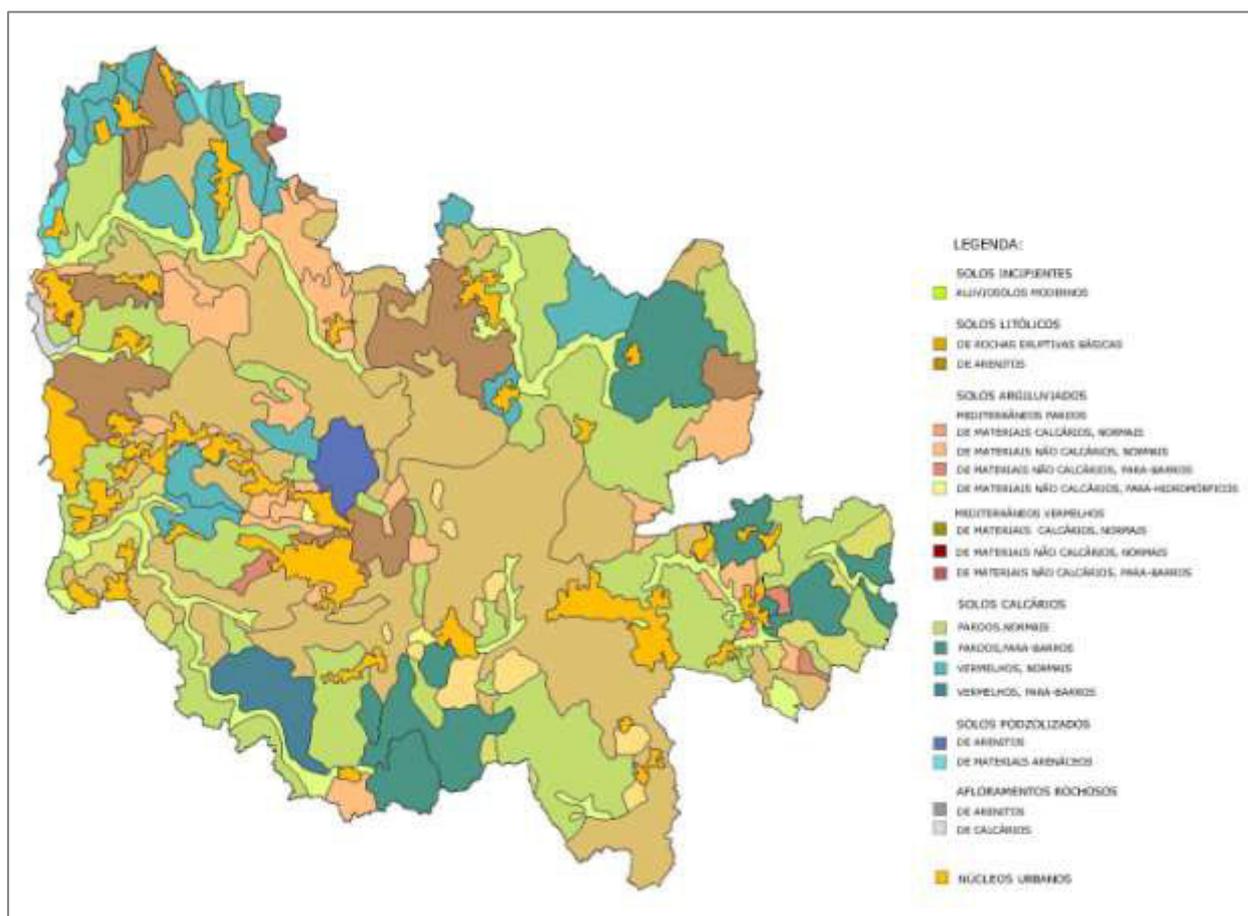


Figura II.6: Tipo de Solos – ver Planta II.6 (Anexo Peças Desenhadas).

Com efeito, no concelho de Mafra ocorrem desde solos pouco evoluídos, relativamente modernos e sem horizontes genéticos – aluviosolos e coluviosolos – até solos evoluídos de perfil do tipo AB a C – solos argiluvitados – ou do tipo AB pz C – solos podzolizados.

No quadro seguinte apresentam-se as áreas ocupadas pelos tipos de solos, em 1995 e 2007, agrupados em função da família dominante de cada mancha cartografada.

Quadro II.2: Tipo de solos no concelho de Mafra.

TIPO DE SOLOS	ÁREA 1995 (*)		ÁREA 2007		OBSERVAÇÕES
	ha	%	ha	%	
Solos Incipientes – Aluviossolos	1.765	6,1	1.549	5,3	Não calcários de textura mediana. São solos não evoluídos, planos e geralmente húmidos.
Solos Litólicos – Não Húmicos	6.005	20,6	8.969	30,8	Compostos por arenitos ou rochas eruptivas básicas. São solos pouco evoluídos, de baixo teor em matéria orgânica e de permeabilidade rápida.
Solos Argiluvitados – Mediterrâneos Pardos e Mediterrâneos Vermelhos	9.251	31,7	11.003	37,7	Compostos por calcários e não calcários. Correspondem a solos evoluídos, que se desenvolvem em climas mediterrâneos.
Solos Calcários – Pardos, Para-Barros e Vermelhos	11.129	38,2	4.681	16,0	Compostos por margas ou materiais finos. São solos pouco evoluídos, de baixo teor de húmus e de permeabilidade moderada.
Solos Podzolizados	199	0,7	423	1,5	Compostos por arenitos ou materiais arenáceos. São solos evoluídos e de permeabilidade rápida.
Afloramentos rochosos	114	0,4	169	0,6	Provenientes de rochas calcárias e eruptivas e arenitos.
Núcleos Urbanos	730	2,5	2.372	8,1	Áreas ocupadas por zonas urbanas consolidadas e pequenos núcleos urbanos.

(\*) – Fonte: *Volume 2 – Estudos Biofísicos* in PDM de Mafra, publicado pela RCM n.º 179/95, de 27 de Dezembro.

Através da análise do quadro anterior, verifica-se, em 2007, uma alteração significativa em relação aos valores dos diferentes tipos de solos apresentados em 1995, o que se deve ao rigor da cartografia actual e dos meios informáticos utilizados no desenvolvimento da Carta de Solos do Concelho de Mafra.

Por outro lado, verifica-se no quadro anterior a predominância de solos litólicos e argiluvitados, que correspondem a cerca de 69% do total concelhio.

## 6.2 Capacidade de Uso dos Solos

A carta de capacidade de uso do solo, apresentada na figura II.7, foi executada, também, a partir dos trabalhos CNROA. Esta carta revela que no concelho de Mafra dominam solos de fracas potencialidades agrícolas, o que se deve às suas características, tal como se pode observar no quadro em baixo. No quadro seguinte, observa-se que a ocupação urbana aumentou significativamente, entre 1995 e 2007, enquanto que as áreas de baixa capacidade de uso (D) diminuíram.

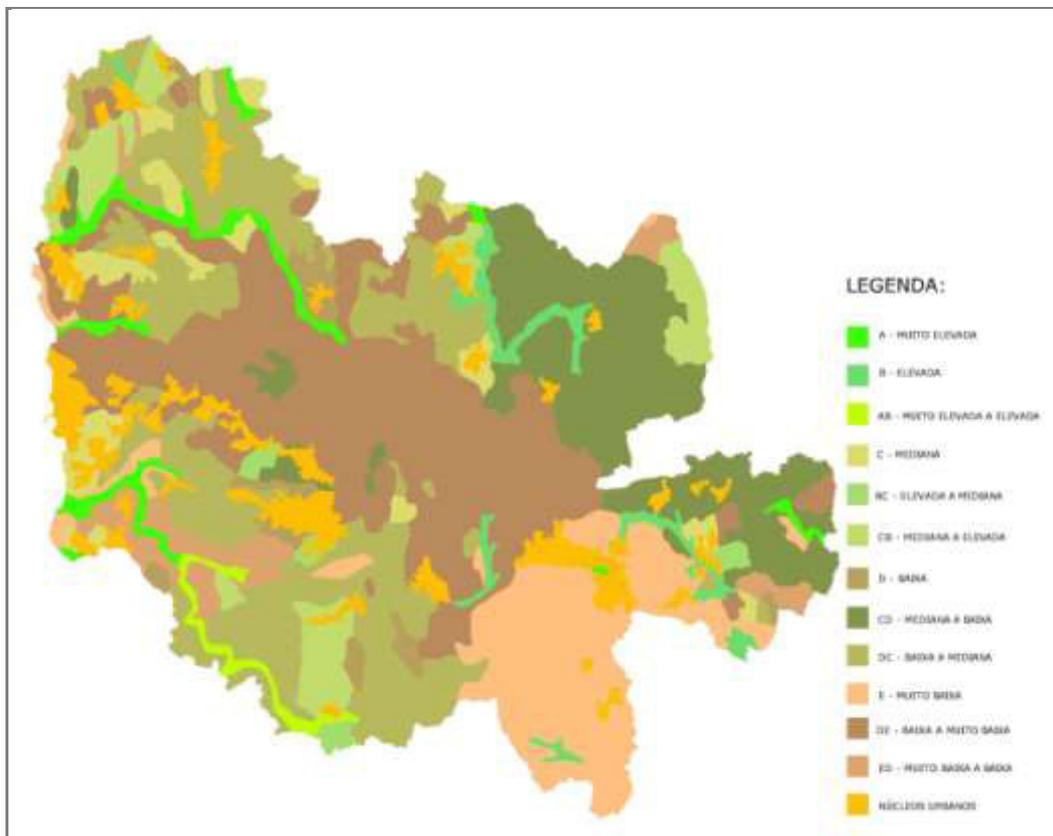


Figura II.7: Capacidade de Uso do Solo – ver Planta II.7 (Anexo Peças Desenhadas).

Quadro II.3: Capacidade de uso do solo no concelho de Mafra.

CAPACIDADE DE USO DOS SOLOS		ÁREA 1995 (*)		ÁREA 2007		OBSERVAÇÕES
		ha	%	ha	%	
Muito Elevada	A	934	3,2	767	2,6	Áreas com poucos ou nenhuns riscos de erosão, sem limitações de utilização e susceptível de uso agrícola intensivo.
Elevada	B	876	3,0	845	2,9	Áreas com riscos de erosão moderados, limitações de utilização e uso agrícola moderados.
Moderada	C	3.124	10,7	2.613	9,0	Áreas com riscos de erosão elevados, limitações acentuadas de utilização e uso agrícola pouco intensivo.
Baixa	D	11.618	39,8	10.957	37,6	Áreas com riscos de erosão elevados a muito elevados, limitações severas de utilização e uso agrícola só em casos especiais (ex. agricultura em socacos). Apresentam, no entanto, poucas limitações para pastagens, exploração florestal ou matos.
Muito Baixa	E	11.911	40,8	11.611	39,8	Áreas com riscos de erosão muito elevados, impossibilidade de uso agrícola e severas limitações para pastagens, matas ou exploração florestal. Estas áreas servem, sobretudo, para vegetação natural, floresta de protecção ou de recuperação.
Núcleos Urbanos		730	2,5	2.372	8,1	Áreas ocupadas por zonas urbanas consolidadas e pequenos núcleos urbanos.

(\*) – Fonte: *Volume 2 – Estudos Biofísicos* in PDM de Mafra, publicado pela RCM n.º 179/95, de 27 de Dezembro.

As áreas susceptíveis de utilização agrícola intensiva (classe A), moderadamente intensiva (classe B) e pouco intensiva (classe C) totalizam, actualmente, cerca de 4.230 ha, ou seja, apenas 15% da área total do concelho. Estas áreas correspondem, sobretudo, aos principais vales da rede hidrográfica principal.

Em contrapartida, os solos de baixa (classe D) ou muito baixa capacidade produtiva (classe E) ocupam cerca de 77% da área. As limitações para actividade agrícola devem-se, não tanto à natureza dos próprios solos, mas sim e, frequentemente, às situações topográficas deste território, uma vez que aqui se desenvolvem extensas áreas de declives acentuados (16% a 25%) ou muito acentuados (mais de 25%<sup>4</sup>) e, conseqüentemente, com riscos de erosão elevados ou muito elevados.

Assim sendo, conclui-se que o uso florestal é a principal vocação de vastas áreas do concelho de Mafra. Todavia, nas áreas classificadas na classe E, as quais correspondem a cerca de 40% do território, dificilmente a exploração florestal será economicamente viável, devendo, por isso, ser destinadas a vegetação natural ou a floresta de protecção ou de recuperação.

Estas conclusões, retiradas dos Estudos Biofísicos – Volume 2 – do PDM de Mafra, devem ser articuladas com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área de Metropolitana Lisboa (PROF – AML).

Este plano enquadra o concelho de Mafra na sub-região Homogénea Região Saloia que engloba, também, os concelhos de Sintra, Loures e Vila Franca de Xira.

De acordo com o PROF, esta região, sendo das mais rurais e montanhosas da área metropolitana, deverá ter como função prioritária a floresta de protecção. Para além desta função acrescem as funções de silvopastorícia, caça e pesca e só por último a produção.

---

<sup>4</sup> Os 25% de inclinação são considerados, normalmente, os limites mínimos para a actividade agrícola.

## 7. CLIMATOLOGIA

Neste ponto pretende-se fazer um breve resumo do clima existente no concelho de Mafra, comparando-o, sempre que possível, com a Área Metropolitana de Lisboa. O clima da área metropolitana é caracterizado pela repartição das chuvas e existência de temperaturas amenas durante quase todo o ano.

Em relação ao concelho de Mafra, o clima caracteriza-se por uma significativa variabilidade territorial, provocada pelo relevo e também pela maior ou menor proximidade à faixa litoral oceânica. O concelho, encontra-se, de modo geral, sob forte influência atlântica, o que faz com que, normalmente, se verifiquem Verões frescos e Invernos amenos.

No que se refere, à temperatura média anual, esta ronda os 15º C, no concelho de Mafra, sendo das mais baixas ao nível da área metropolitana. A influência atlântica introduz neste concelho um efeito moderador e de amenidade climática que se reflecte no regime e distribuição das temperaturas. Assim, as temperaturas máxima e mínima absolutas são menores na faixa costeira do concelho e a amplitude térmica anual é moderada e mais acentuada no interior do que no litoral.

Os valores médios anuais da precipitação variam desde os 500 e os 700 mm, em cerca de 75 a 100 dias de chuva por ano, no concelho. Estas diferenças devem-se, sobretudo, à maior ou menor proximidade do oceano e aos valores da altitude. Verifica-se que existem dois semestres distintos em termos de precipitação: o semestre húmido, registado entre Outubro e Março, e o semestre seco, entre Abril e Setembro.

Ao nível da área metropolitana os valores médios anuais da precipitação sobem ligeiramente, aos 800 mm, repartida por menos de 90 dias do ano. Estes valores são condicionados pela Serra de Sintra, onde se ultrapassa os 1.000 mm de precipitação, distribuídos por 110 dias do ano.

A humidade relativa em todo o concelho pode ser considerada elevada, sendo no Verão e na zona do litoral onde se registam os maiores valores. Desta forma, o valor anual da humidade relativa no concelho ronda os 80%.

Quanto à geada, o número de dias por ano nos quais ocorrem, diminuem com a proximidade ao oceano.

No que diz respeito aos ventos dominantes neste concelho, estes são de Norte e Noroeste, sendo a velocidade moderada, em média 14,6 km/h. No entanto, na transição entre estações os ventos chegam a soprar com rajadas fortes, por vezes de Sudoeste.

Na área metropolitana predominam os ventos de Noroeste, oriundos da zona costeira e que arrastam consigo, durante todo o ano, ar húmido, o qual origina nevoeiros matinais.

No concelho de Mafra, tendo em conta as médias mensais de insolação, verifica-se que os valores mínimos se apresentam nos meses de Dezembro e Janeiro, de 130 a 140 horas, e os máximos em Julho, de 280 a 300 horas. Nas zonas costeiras, a insolação tem valores mais baixos devido à presença da nebulosidade.

Em conclusão, as principais características climáticas deste território concelhio são:

- temperaturas mínimas amenas, durante os meses mais frios;
- geadas pouco frequentes na faixa litoral;
- Verão fresco e ventoso com tendência para a formação de nevoeiro;
- humidade do ar elevada durante todo o ano, especialmente durante o Verão;
- moderadamente chuvoso;
- baixa amplitude térmica anual e diária.



II

## CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>75</b>
<b>2.</b>	<b>PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO .....</b>	<b>86</b>
2.1	Séculos XIII a XV .....	87
2.2	Finais do século XV a inícios do século XVI .....	88
2.3	Segunda metade do século XVI a inícios do Século XVII .....	89
2.4	Século XVII a XVIII.....	90
2.5	Século XIX e XX.....	92
<b>3.</b>	<b>PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO .....</b>	<b>94</b>
3.1	Paleolítico .....	94
3.2	Mesolítico .....	94
3.3	Neolítico .....	95
3.4	Calcolítico .....	96
3.5	Proto-história (Idade do Bronze e Idade do Ferro) .....	97
3.6	Romano .....	98
3.7	Antiguidade tardia.....	99
3.8	Idade Média.....	100
3.9	Idade Moderna .....	100
<b>4.</b>	<b>PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO .....</b>	<b>102</b>
4.1	Unidades de Paisagem de Âmbito Regional .....	105
4.1.1	Paisagem da Estremadura – Oeste.....	109
4.1.2	71 Oeste .....	110
4.1.3	72 Oeste Interior: Bucelas – Alenquer Oeste.....	111
4.1.4	73 Oeste Sul: Mafra – Sintra .....	111
4.1.5	74b Pêro Pinheiro/ Granja do Marquês/ Almargem do Bispo .....	112
4.2	Unidades de Paisagem de Âmbito Municipal .....	113

## 1. INTRODUÇÃO

Com uma área de 292 km<sup>2</sup>, o Município de Mafra é constituído por dezassete freguesias. Pelas suas condições naturais, económicas, sociais e culturais, Mafra é, desde há muito, local privilegiado de escolha para fixação das populações.

Famoso pelo seu imponente Palácio-Convento, este Concelho tem uma história que remonta ao Neolítico. Desde a época megalítica até aos romanos, uma série de vestígios arqueológicos confirmam a passagem dos mais diversos povos pela região. Da época dolménica, as antas da Azueira; dos romanos, toda a freguesia da Carvoeira; de outros povos, a toponímia.

Mafra sempre se caracterizou pela sua vida social. Os seus mercados, desde tempos imemoriais, constituíram ponto de encontro de gentes e culturas. Das povoações do interior, os saloios deslocavam-se aos núcleos urbanos para trocar mercadorias e notícias. As feiras e romarias rivalizavam em cor e riqueza com as reuniões da corte. Esta tradição mantém-se forte no Concelho de Mafra, as festas populares continuam a ocorrer para a manutenção da identidade de uma comunidade consciente da riqueza histórica da sua tradição e especificidade.

A modernidade trouxe para o município novos modos de viver e de estar. Os centros balneares da fachada Atlântica animam-se no Verão, sobretudo aos fins-de-semana, com uma população que busca o retorno à natureza. Tal como no passado, o Concelho continua a ser ponto de reunião e pólo de atracção no espaço metropolitano e no contexto nacional e internacional.

Nos dias de hoje, Mafra encontra-se na confluência da área metropolitana de Lisboa com o Oeste. De um lado, a Estremadura, do outro, a ligação a Lisboa. Na charneira das rotas comerciais de uma região rica e diversificada, o Concelho ganha, no presente, uma nova dimensão e centralidade na área metropolitana.

Pretende-se neste capítulo proceder à análise do Património Arquitectónico, Arqueológico e Natural, bem como, avaliar um conjunto de valores patrimoniais de carácter paisagístico, cuja intervenção humana tem sido responsável pela sua transformação e preservação até aos dias de hoje. Estes elementos constituem peças fundamentais para a definição de estratégias de ordenamento, que poderão estar associadas à valorização e salvaguarda da memória e da identidade do concelho de Mafra.

Os pontos subsequentes encontram-se divididos nas seguintes tipologias patrimoniais:

- Património Arquitectónico;
- Património Arqueológico;
- Património Paisagístico, onde se inclui a classificação do território municipal em diferentes unidades de paisagem conforme as suas características visuais, históricas e físicas.

Importa referir, que se anexa a esta caracterização os seguintes elementos, elaborados pela Câmara Municipal de Mafra:

- Imóveis Classificados e em Vias de Classificação. A lista de imóveis classificados foi elaborada de acordo com a lei de base da política e do regime de protecção e valorização do património classificado, para cada uma das 17 freguesias – ver Planta III.1, em anexo, e figura III.1. A lista de imóveis em vias de classificação corresponde ao levantamento dos Fortes que integram o projecto intermunicipal de Valorização das Linhas de Torres – ver Planta III.1, em anexo, e figura III.2.
- Áreas ou Elementos Naturais e Florestais Classificados, que inclui Árvores Classificadas e outros elementos de valor patrimonial – ver Planta III.1, em anexo, e figura III.3.
- Outros Imóveis de Interesse Patrimonial. Esta lista é constituída por imóveis de interesse municipal para a valorização e salvaguarda da memória colectiva – ver Planta III.2, em anexo.
- Sítios Arqueológico. Corresponde a uma lista de achados arqueológicos – ver Planta III.3, em anexo.

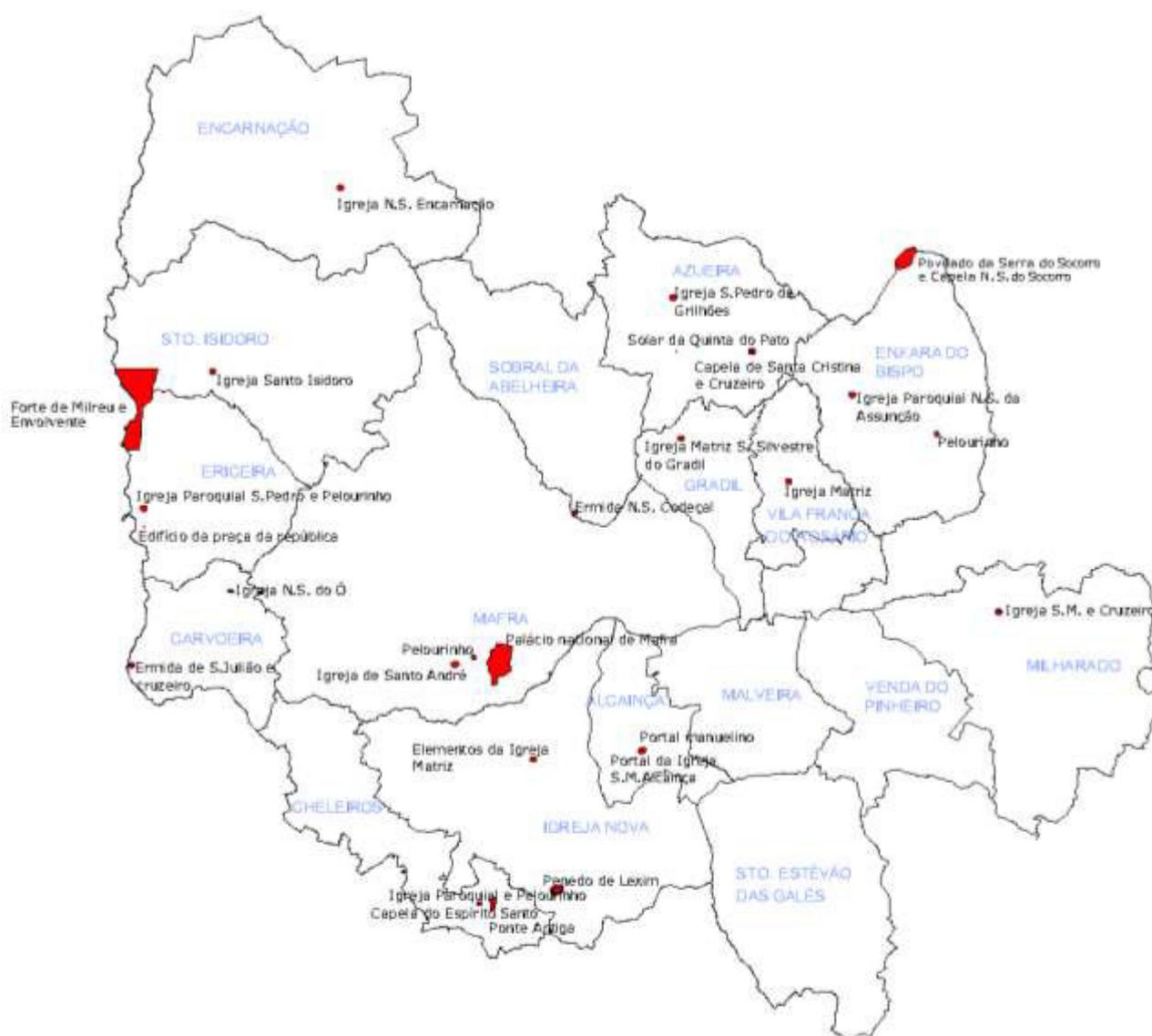


Figura III.1: Localização dos Imóveis Classificados no concelho de Mafra (Anexo – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação).



Figura III.2: Localização dos Imóveis em Vias de Classificação no concelho de Mafra (Anexo – Imóveis Classificados e em Vias de Classificação).

No quadro seguinte são apresentados todos os imóveis classificados e em vias de classificação do concelho de Mafra por freguesia.

Quadro III.1: Imóveis Classificados e em Vias de Classificação, por freguesias.

Freguesias	Imóveis	Classificação
Azueira	AZU024 Capela de Santa Cristina e cruzeiro adjacente	Interesse Público
	AZU023 Igreja de São Pedro de Grilhões	
	AZU033 Solar da Quinta do Pato	Interesse Municipal
Carvoeira	CAR017 Ermida de São Julião e cruzeiro anexo	Interesse Público
	CAR020 Cruz das Alminhas	
	CAR004 Igreja de Nossa Senhora do Ó	Interesse Municipal
	CAR034 Forte do Zambujal, n.º 95	Em vias de classificação
Cheleiros	CHL012 Ponte Antiga em Cheleiros	Interesse Público
	CHL003 Igreja Paroquial de Cheleiros	
	CHL019 Pelourinho de Cheleiros (fragmentos)	
	CHL017 Capela do Espírito Santo	Interesse Municipal
Encarnação	ENC049 Igreja de Nossa Senhora da Encarnação	Interesse Público
Enxara do Bispo	ENX013 Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção	Interesse Público
	ENX037 Pelourinho de Enxara dos Cavaleiros	
	ENX002 Povoado da Serra do Socorro e Capela de Nossa Senhora do Socorro	
	ENX055 Forte Grande, n.º 29	
Ericeira	ERI063 Pelourinho da Ericeira	Interesse Público
	ERI046 Igreja paroquial de São Pedro	
	ERI008 Zona envolvente do Forte de Milreu	
	ERI026 Edifício na Praça da República/ Posto Turismo	Interesse Municipal
	ERI013 Igreja da Misericórdia	Em vias de classificação
ERI053 Capela de S. Sebastião		
Gradil	GRD006 Igreja matriz de São Silvestre do Gradil	Interesse Público
Igreja Nova	IGN017 Penedo de Lexim	Interesse Público
	IGN013 Pórtico da torre sineira, galilé e pia baptismal da Igreja Nova de Mafra	
Mafra	MFR106 Convento e Basílica de Mafra / Palácio Nacional de Mafra	Monumentos Nacionais
	MFR015 Igreja de Santo André	Interesse Público
	MFR001 Pelourinho de Mafra	
	MFR176 Forte do Sonível, n.º 76	
Malveira	MAL046 Forte da Feira, n.º 66	Em vias de classificação
Milharado	MIL005 Igreja de São Miguel e Cruzeiro do Séc. XVII, no adro da mesma	Interesse Público
	MIL057 Forte do Capitão, n.º 52	Em vias de classificação
	MIL059 Forte do Permouro, n.º 56	
Santo Isidoro	STI032 Igreja de Santo Isidoro de Mafra	Interesse Público
S. Miguel de Alcainça	ALC003 Portal manuelino nas ruínas da antiga Capela do Espírito Santo de Alcainça Grande	Interesse Público
	ALC002 Portal da Igreja de São Miguel de Alcainça	
Sobral da Abelheira	SOA017 Ermida de Nossa Senhora do Codeçal	Interesse Público
Vila Franca do Rosário	VFR009 Igreja de Vila Franca do Rosário	Interesse Público

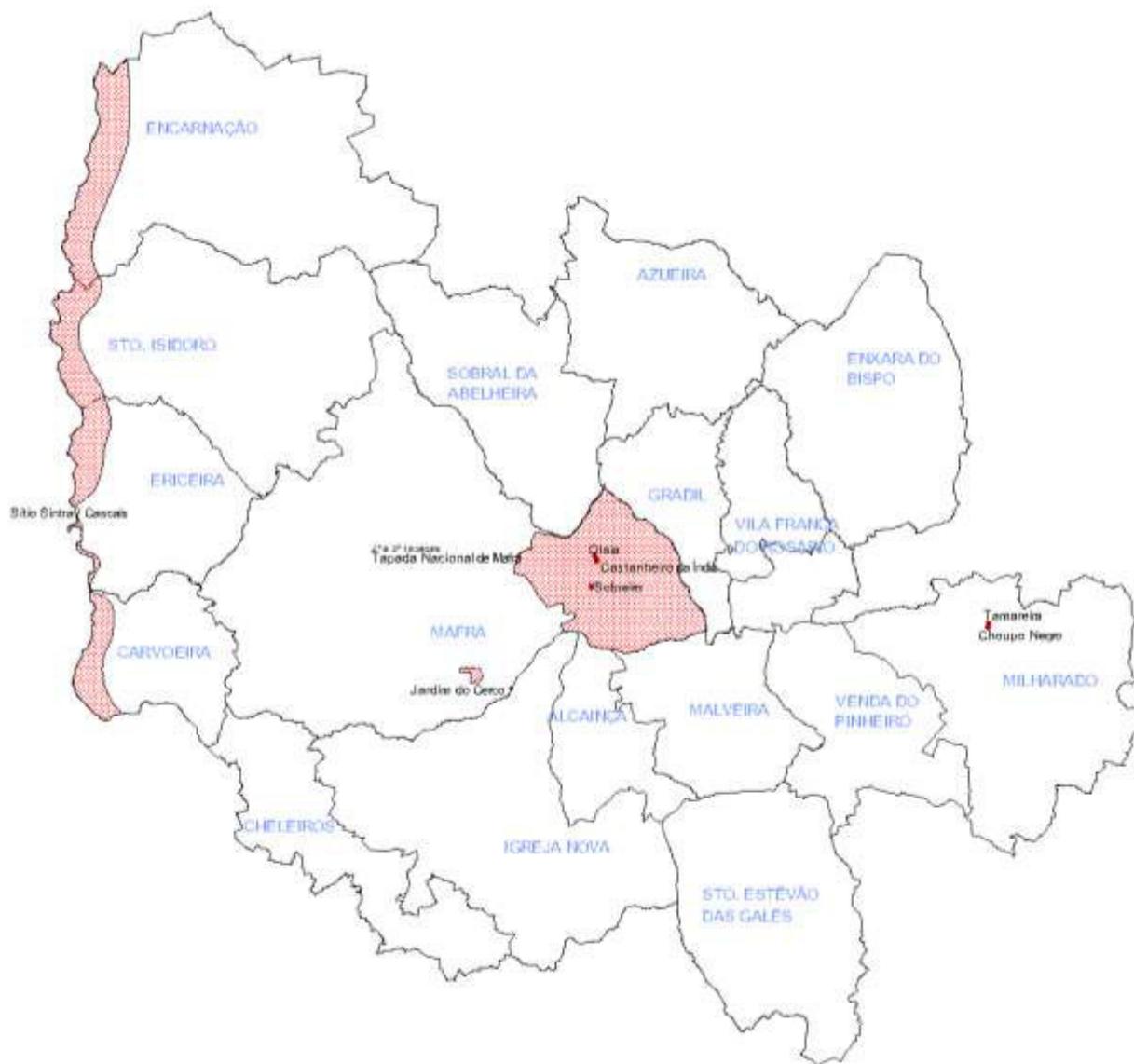


Figura III.3: Localização de Áreas ou Elementos Naturais e Florestais Classificados (Anexo – Áreas ou Elementos Naturais (SIC) e Florestais Classificados).

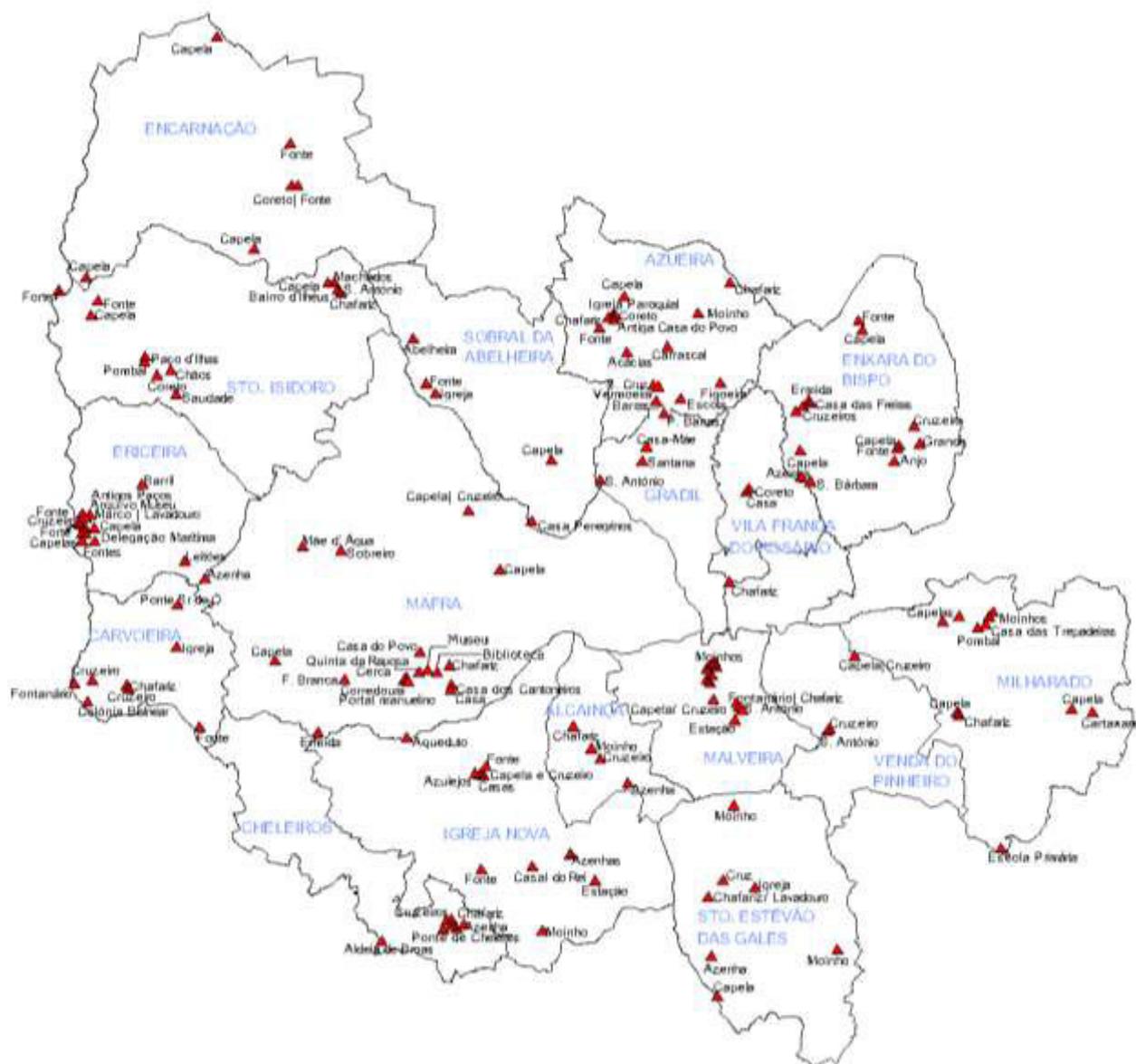


Figura III.4: Localização de Outros Imóveis de Interesse Patrimonial (Anexo – Lista Outros Imóveis de Interesse Patrimonial).

Nos quadros seguintes são apresentados todos os imóveis não classificados, de interesse patrimonial, por freguesia.

Quadro III.2: Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por freguesias.

Freguesias	Imóveis a Proteger		
	Arquitectura Civil	Arquitectura Industrial	Arquitectura Religiosa
<b>Azueira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AZU040 Fonte do Cocho</li> <li>- AZU020 Chafariz do Livramento</li> <li>- AZU043 Chafariz das Antas</li> <li>- AZU020 Coreto do Livramento</li> <li>- AZU048 Antiga Casa do Povo</li> <li>- AZU071 Escola Primária das Barras</li> <li>- AZU004 Quinta das Acácias</li> <li>- AZU026 Quinta de Santa Cruz</li> <li>- AZU027 Quinta do Porto das Barras</li> <li>- AZU028 Quinta das Barras</li> <li>- AZU029 Quinta da Vermoeira</li> <li>- AZU031 Quinta da Figueira</li> <li>- AZU032 Quinta da Freixofeira</li> <li>- AZU035 Quinta do Carrascal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AZU007 Moinho da Caneira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- AZU021 Igreja N.S.rª Livramento</li> <li>- AZU022 Capela N. Srª da Luz</li> </ul>
<b>Carvoeira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CAR011 Chafariz, Lavadouro e Bebedouro</li> <li>- CAR025 Fontanário de São Julião</li> <li>- CAR030 Fonte do Pobral</li> <li>- CAR006 Ponte Senhora do Ó</li> <li>- CAR024 Colónia Balnear</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- CAR016 Igreja de Santo António</li> <li>- CAR019 Cruzeiro</li> <li>- CAR021 Cruzeiro N. Sr. da Lapa</li> <li>- CAR023 Cruzeiro de Valbom</li> </ul>
<b>Cheleiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CHL021 Chafariz de Peniche</li> <li>- CHL020 Aldeia de Broas</li> <li>- CHL018 Ponte de Cheleiros</li> <li>- CHL022 Chafariz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CHL008 Azenha Valbordo</li> <li>- CHL015 Azenha de Cheleiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CHL027 Cruzeiro</li> <li>- CHL028 Cruzeiro do Adro da Igreja</li> </ul>
<b>Encarnação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ENC038 Fonte Velha</li> <li>- ENC045 Fonte da Mina</li> <li>- ENC025 Coreto</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- ENC006 Capela S. Domingos da Fanga da Fé e Adro</li> <li>- ENC050 Capela N. S.rª do Rosário</li> <li>- ENC052 Capela S. Lourenço</li> </ul>
<b>Enxara do Bispo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ENX036 Fonte de N. Sra. do Pópulo</li> <li>- ENX046 Fonte do Castelo</li> <li>- ENX039 Casa das Freiras</li> <li>- ENX047 Quinta do Anjo</li> <li>- ENX048 Quinta de Santa Bárbara</li> <li>- ENX049 Quinta Grande</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ENX005 Azenha da Quinta de Santa Bárbara</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ENX004 Cruzeiro da Enxara dos Cavaleiros</li> <li>- ENX020 Ermida do Espírito Santo</li> <li>- ENX021 Capela N. Srª do Pópulo</li> <li>- ENX022 Capela S. Sebastião e Cruzeiro</li> <li>- ENX038 Capela de Santa Comba</li> <li>- ENX043 Cruzeiro da Enxara do Bispo</li> <li>- ENX051 Cruzeiro de S. Miguel</li> </ul>
<b>Ericeira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ERI057 Fonte da Rua do Norte</li> <li>- ERI058 Fonte do Cabo</li> <li>- ERI059 Fonte dos Golfinhos</li> <li>- ERI060 Fonte da Rua do Ericeira</li> <li>- ERI086 Lavadouro do Rego</li> <li>- ERI043 Antigos Paços do Concelho</li> <li>- ERI0055 Forte da Guarda-Fiscal</li> <li>- ERI067 Arquivo-Museu da Sta Casa da Misericórdia</li> <li>- ERI073 Edifício da Delegação Marítima</li> <li>- ERI074 Marco Dr. João Ulrich</li> <li>- ERI030 Quinta do Barril</li> <li>- ERI036 Quinta dos Leitões</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- ERI0Capela de Santa Marta</li> <li>- ERI0Capela N. Senhora da Boa Viagem</li> <li>- ERI0Cruzeiro Comemorativo</li> </ul>
<b>Gradil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- GRD007 Quinta de Santana e Capela</li> <li>- GRD013 Antiga "Casa-Mãe do Gradil"</li> <li>- GRD010 Quinta de Santo António da Barroca</li> </ul>		
<b>Igreja Nova</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IGN068 Fonte Velha</li> <li>- IGN070 Aqueduto de Muchalforro</li> <li>- IGN081 Fonte da Bica</li> <li>- IGN010 Casal do Rei</li> <li>- IGN071 Estação de Caminhos de Ferro de Mafra-Gare</li> <li>- IGN107 Casa de habitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IGN026 Moinhos do Raimonda/ Melro</li> <li>- IGN035 Azenha do Carolo</li> <li>- IGN036 Azenha da Laje/ Covas</li> <li>- IGN087/092 Registo de azulejos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IGNO Capela do Espírito Santo e Cruzeiro</li> </ul>

Quadro III.3: Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por freguesias (Cont.).

Freguesias	Imóveis a Proteger		
	Arquitectura Civil	Arquitectura Industrial	Arquitectura Religiosa
<b>Mafra</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MFR130 Chafariz do Terreiro D. João V</li> <li>- MFR020 Quinta da Raposa</li> <li>- MFR074 Antigos Paços do Concelho</li> <li>- MFR079 Antigos Paços do Concelho</li> <li>- MFR103 Quinta da Cerca/Palácio Marqueses de Ponte de Lima</li> <li>- MFR110 Portal Manuelino</li> <li>- MFR127 Casa de Cantoneiros</li> <li>- MFR174 Casa do Povo</li> <li>- MFR114 Mãe de Água</li> <li>- MFR072 Quinta da Figueira Branca</li> <li>- MFR100 Quinta da Corredoura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MFR058 Azenha do Morgado dos Leitões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MFR063 Capela N. Srª da Lapa e Cruzeiro</li> <li>- MFR091 Capela N. Srª do Rosário</li> <li>- MFR107 Capela N. Srª do Monte do Carmo</li> <li>- MFR108 Ermida N. Srª do Arquitecto</li> </ul>
<b>Malveira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MAL038 Chafariz do Largo da Feira</li> <li>- MAL027 Estação de Caminho de Ferro</li> <li>- MAL013 Fontanário</li> <li>- MAL001 Quinta de Santo António</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MAL005 Moinho da Serra de Santa Maria</li> <li>- MAL006 Moinho do Zé Ângelo</li> <li>- MAL007 Moinho do Rodrigues</li> <li>- MAL008 Moinho do Antº Ângelo</li> <li>- MAL009 Moinho do João Violas</li> <li>- MAL010 Moinho do Veríssimo</li> <li>- MAL011 Moinho do Diabalma</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MAL019 Capela N. Srª dos Remédios e Cruzeiro</li> </ul>
<b>Milharado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MIL056 Chafariz do Cabeço de Montachique</li> <li>- MIL049 Pombal da Quinta de São João</li> <li>- MIL052 Escola Primária</li> <li>- MIL041/042 “Casa das Trepadeiras”</li> <li>- MIL048 Quinta da Cartaxaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MIL006/007 Moinhos do Cabeço do Milharado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MIL038 Capela de Nª Sª do Bom Sucesso</li> <li>- MIL039 Capela de Santana</li> <li>- MIL046 Capela de São Sebastião</li> <li>- MIL047 Capela de Nª Sª da Paz</li> </ul>
<b>S. Estêvão das Galés</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SEG036 Cruz das Galés</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SEG010 Azenha do Rio Mau</li> <li>- SEG022 Moinho da Aversada</li> <li>- SEG029 Moinho da Abegoaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SEG032 Igreja S. Estêvão das Galés</li> <li>- SEG033 Capela de Santa Eulália</li> </ul>
<b>Santo Isidoro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- STI043 Chafariz da Picanceira</li> <li>- STI055 Fonte de São João</li> <li>- STI005 Paço de Ilhas</li> <li>- STI037 Quinta dos Machados</li> <li>- STI044 Coreto</li> <li>- STI045 Forte de Santa Susana</li> <li>- STI050 Pombal de Paço de Ilhas</li> <li>- STI052 Bairro dos Ilhéus</li> <li>- STI038 Quinta de Santo António</li> <li>- STI006 Quinta dos Chãos</li> <li>- STI037 Quinta da Saudade</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- STI034 Capela de Santo António</li> <li>- STI035 Capela S. João Baptista</li> </ul>
<b>SM Alcainça</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ALC016 Chafariz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ALC008 Moinho de João Matias da Silva</li> <li>- ALC010 Azenhas do Apeadeiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ALC004 Cruzeiro</li> </ul>
<b>Sobral da Abelheira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SOA022 Fonte</li> <li>- SOA019 Casa dos Peregrinos N. Srª da Piedade</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- SOA004 Igreja N. Srª da Oliveira</li> <li>- SOA018 Capela S. Sebastião</li> </ul>
<b>Venda do Pinheiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- VDP019 Quinta de Sto. António</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- VDP008 Capela do Espírito Santo e Cruzeiro</li> <li>- VDP015 Cruzeiro do Largo de Sto. António</li> </ul>
<b>Vila Franca do Rosário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- VFR011 Chafariz</li> <li>- VFR010 Coreto</li> <li>- VFR012 Casa Apalaçada</li> </ul>		

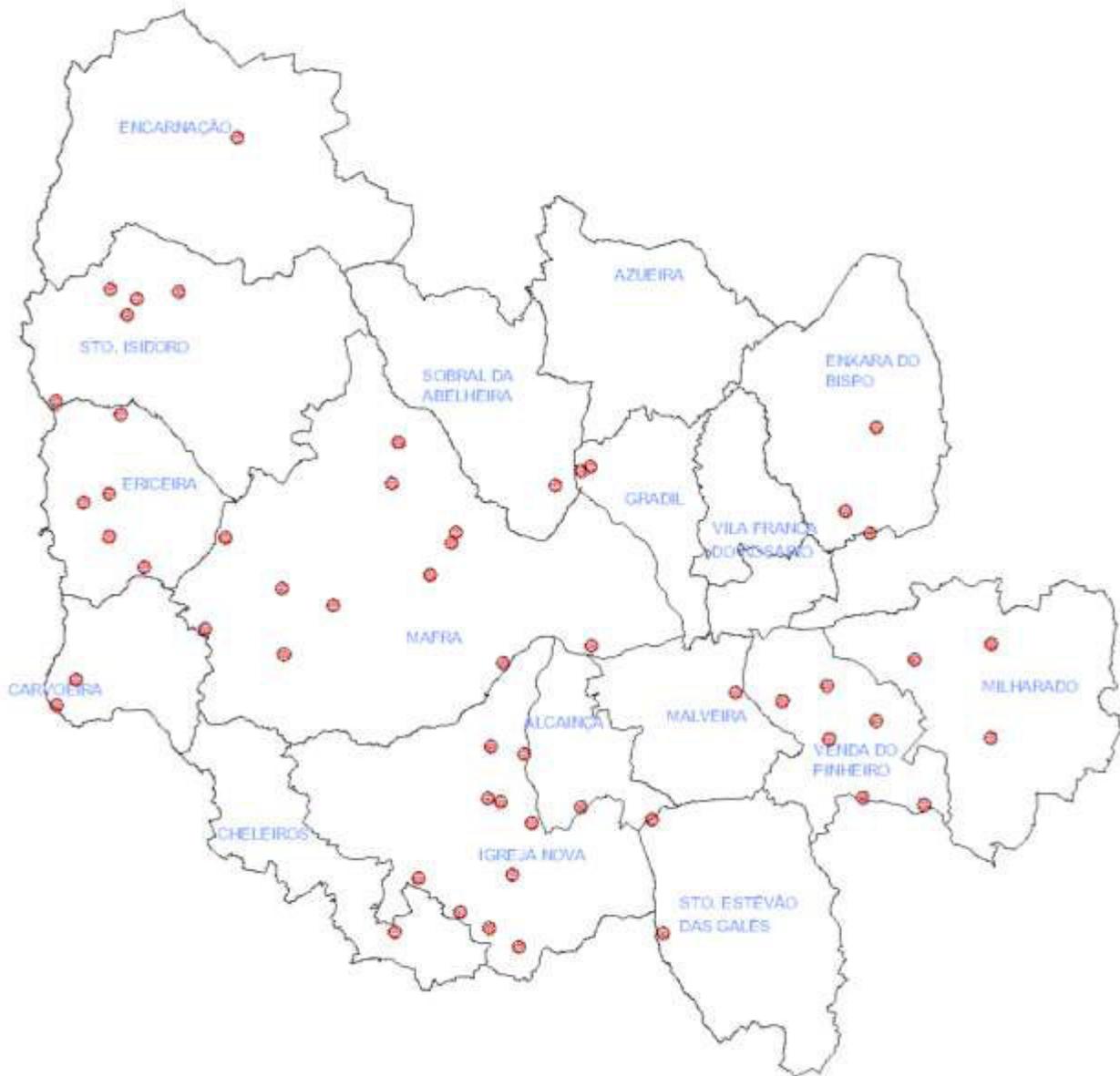


Figura III.5: Localização dos Sítios Arqueológicos – (Anexo – Sítios Arqueológicos)

No quadro seguinte são apresentados todos os vestígios/ achados, registados por freguesia.

Quadro III.4: Sítios arqueológicos, por freguesia.

Freguesias	Achados/ Vestígios
Carvoeira	- CAR003 Concheiro de São Julião - CAR036 Forte de S. Julião, n.º 97
Cheleiros	- CHL001 Castelo de Cheleiros
Encarnação	- ENC007 Estação de Ar Livre na Seixosa
Enxara do Bispo	- ENX001 Anta de Malfornos - ENX025/053 Epigrafias na Serra de S. Mamede - ENX054 Forte Pequeno, n.º 28
Ericeira	- ERI010 Habitat de Ribeira d'Ilhas - ERI011/012 Habitat da Quinta do Loureiro - ERI132 Achados e Habitat do Casal Cordeiro - ERI133 Oficina de Talhe no Casal Barril - ERI036 Achados na Quinta dos Leitões
Gradil	- GRD023 Forte do Telhadouro, n.º 78 - GRD024 Forte do Gio, n.º 79 - GRD025 Forte da Quinta da Boa Viagem, n.º 80
Igreja Nova	- IGN002 Estação de Ar Livre na Arrifana - IGN005 Habitat no Cabeço dos Cartaxos - IGN006 Habitat no Cabeço de Alcaíça - IGN010 Achados no Casal do Rei - IGN014 Estação de Ar Livre da Louriceira - IGN015 Villa da Mata Pequena - IGN016 Habitat no Moinho da Boavista - IGN017 Habitat do Lexim - IGN018 Achados da Raimonda - IGN020 Achados da Serra do Funchal - IGN065 Achados na Louriceira - IGN066 Achados nos Marreiros
Mafra	- MFR003 Estação de Ar Livre em Caeiros - MFR011 Habitat em Casas Velhas - MFR018 Estação de Ar Livre no Moinho do Quintal - MFR023 Estação de Ar Livre em Relva - MFR109 Necrópole em Torre Bela - MFR175 Forte da Milhariça, n.º 75 - MFR177 Forte do Juncal, n.º 77 - MFR178 Forte da Patarata, n.º 82 - MFR179 Forte do Meio, n.º 83 - MFR180 Forte do Curral do Linho, n.º 84 - MFR181 Forte do Cabeço do Neto, n.º 88 - MFR183 Habitat/ Necrópole na Cova da Baleia
Malveira	- MAL045 Forte de Santa Maria, n.º 65 - MAL047 Forte do Matoutinho, n.º 68
Milharado	- MIL002 Povoado no Casal do Catarino - MIL003 Necrópole / Villa em Rólia - MIL004 Tholos na Tituaría
Santo Estêvão das Galés	- SEG005 Villa na Godinheira
Santo Isidoro	- STI001 Achados no Carrascal - STI003 Silo no Marvão - STI036 Achados em Terra do Concelho - STI057 Forte da Lagoa, n.º 91 - STI058 Forte do Picoto, n.º 92
Venda do Pinheiro	- VDP030 Achados no Sopé do Cabeço do Covão - VDP031 Achados em Terra da Fonte - VDP023 Forte da Quinta do Estrangeiro, n.º 70 - VDP024 Forte da Portela, n.º 71 - VDP025 Forte da Coutada, n.º 73

## 2. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

A paisagem do concelho de Mafra é marcada por inúmeros elementos e espaços construídos, uns mais monumentais do que outros, uns mais visíveis do que outros, dadas as suas características específicas e adaptação às condicionantes físicas locais.

Dentro do património monumental, e numa perspectiva cronológica, o património arquitectónico religioso é, sem dúvida, o mais representativo em todos os períodos, à excepção dos séculos XIX e XX, o que se compreende pelas conjunturas históricas.

A arquitectura civil subsistente e que pode ser considerada de valor patrimonial, salvo casos pontuais, marca a sua presença no panorama concelhio essencialmente nestes dois últimos séculos. Fenómenos como o desenvolvimento dos núcleos urbanos e alterações ao nível da história socioeconómica do Concelho imprimiram novas características e dimensões. Basicamente, é o caso das residências burguesas no meio urbano e das quintas no meio rural ou peri-urbano.

Ao nível da arquitectura dita industrial, também neste período, realçam-se os moinhos que, dada a quantidade e localização obrigatória (sítios altos), acabaram por constituir imagens “típicas” da paisagem do Município de Mafra.

Importa ainda realçar a persistência de muitos exemplares de arquitectura popular que, mais vulneráveis que os chamados monumentos por não apresentarem valor artístico relevante, se encontram em risco de desaparecer.

## 2.1 Séculos XIII a XV

Após a reconquista cristã, procedeu-se à reorganização do território. A construção das igrejas paroquiais, correspondendo na maioria às actuais sedes de freguesia, ocorreu entre os séculos XIII e XV, pelo que assumem o vocabulário formal arquitectónico em voga na altura, de estilo gótico.

A igreja de Santo André, localizada na freguesia de Mafra e classificada como Monumento Nacional (MN) – ver listas anexas – é o templo que, após o restauro efectuado no século XX, mais perto se encontra da sua integridade planimétrica e espacial originais, composta por capela de fecho poligonal, abobadada, e corpo de três naves. É possível que este modelo, na sua generalidade, se tenha reproduzido em outras igrejas congéneres do Concelho, como é o caso da igreja de São Miguel de Alcainça, cujo portal se encontra classificado com Imóvel de Interesse Público (IIP), ou São Miguel do Milharado, também classificada como IIP.

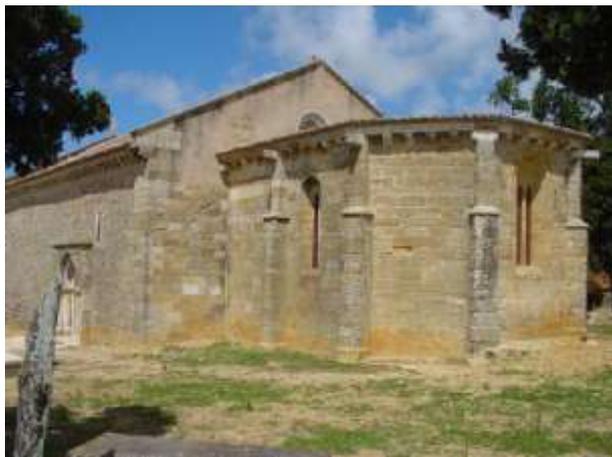


Figura III.6: Igreja de Santo André, Mafra.



Figura III.7: Ponte medieval de Cheleiros.

De referir ainda, no âmbito da arquitectura religiosa do Concelho, a igreja Paroquial de Cheleiros, classificada como IIP, que, apesar das transformações operadas posteriormente, apresenta alguns elementos góticos de especial interesse, nomeadamente os portais. Ao nível da arquitectura civil, regista-se a ponte de Cheleiros, também classificada como IIP, testemunho do antigo caminho medieval que ligava Mafra à capital.

## 2.2 Finais do século XV a inícios do século XVI

Antes da construção do Palácio de Mafra, o período compreendido entre os finais do século XV e os inícios do século XVI é o mais importante e profícuo do ponto de vista arquitectónico. As igrejas foram objecto de alterações mais ou menos profundas, desde a reconstrução de edifícios, aproveitando estruturas anteriores, à reformulação arquitectónica de espaços parcelares, ou ainda ao enriquecimento das construções pré-existentes com elementos arquitectónicos e escultóricos de decoração manuelina.

A Ermida de Nossa Senhora do Socorro e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, ambas na freguesia de Enxara do Bispo e classificadas como IIP, são casos exemplificativos de reconstrução de templos anteriores. O assinalável conjunto de capelas dedicadas ao Espírito Santo, por outro lado, constitui um caso de construção de novos templos, contribuindo para a grande transformação da paisagem arquitectónica neste período.



Figura III.8: Capela da Serra do Socorro.



Figura III.9: Igreja paroquial do Milharado.



Figura III.10: Janela manuelina do Paço d' Ilhas.

Muitos foram os edifícios religiosos objecto de reformulações parciais. Foi frequente, à semelhança do que aconteceu no resto do país, a substituição da capela-mor de traço medieval por cabeceiras manuelinas, ricamente abobadadas, acompanhadas pela aplicação de trabalhados arcos-triunfais. É este o caso sintomático da Igreja matriz (ou paroquial) de Cheleiros. Estas reformulações estenderam-se às molduras dos vãos de porta, a pias baptismas e de água benta, ainda hoje espalhadas e em grande quantidade pelas igrejas do Concelho.

Ao nível da arquitectura civil é de referir o famoso Paço de Ilhas, hoje em ruínas. A reforma dos forais levou também à edificação de vários pelourinhos nas antigas sedes de Concelho, muitos deles classificados como IIP (caso de Enxara dos Cavaleiros ou da Ericeira, este hoje desmontado).

### 2.3 Segunda metade do século XVI a inícios do Século XVII

Seguindo a tendência nacional, o classicismo, ao nível da arquitectura, fez-se sentir um pouco no concelho. O Maneirismo é marcante sobretudo na existência de inúmeros exemplares artísticos de pintura e escultura, fruto da actividade encomendada de doadores e mecenas junto dos principais centros de produção artística do país e mesmo internacionais.



Figura III.11: Capela de S. Sebastião, Ericeira.



Figura III.12: Capela da Boa Viagem/ Sto. António, Ericeira.

Fruto da conjuntura nacional, a Ericeira (constituída como condado por Filipe IV) foi objecto de uma profunda renovação arquitectónica, datando dessa fase o essencial do seu património religioso. Também o Paço dos Marqueses de Ponte de Lima, em Mafra, foi objecto de uma reforma integral, iniciada em 1628 e da qual resultou o aspecto classicizante que ainda hoje ostenta.

## 2.4 Século XVII a XVIII

O século XVII foi marcado pela preocupação da coroa em dotar a extensa costa nacional de fortes que permitissem a defesa efectiva do reino contra ataques e invasões de piratas, corsários e exércitos estrangeiros. Os fortes de Mil Regos, Santa Susana e Nossa Senhora da Natividade ilustram esse período. Pela mesma altura, as zonas mais rurais do concelho foram objecto de grandes transformações, constituindo-se ou reformulando inúmeras quintas, cujos solares e cercas chegaram até aos dias de hoje.



Figura III.13: Forte de Santa Susana, Sto. Isidoro.



Figura III.14: Quinta do Pato, Azueira.

Obra-prima do barroco português, o Palácio e Convento de Mafra constitui-se como o monumento mais emblemático do Concelho, classificado como MN e com uma Zona de Protecção específica. Construído por desejo de D.João V, sobre o projecto de João Frederico Ludwig, surpreende o olhar do visitante pela projecção que alcança na paisagem.

Mandado erguer em 1711, desconhece-se, no entanto, se a origem da sua construção está ligada ao cumprimento de um voto que o Rei teria feito para obter sucessão, ou se para curar uma grave enfermidade de que padecia.

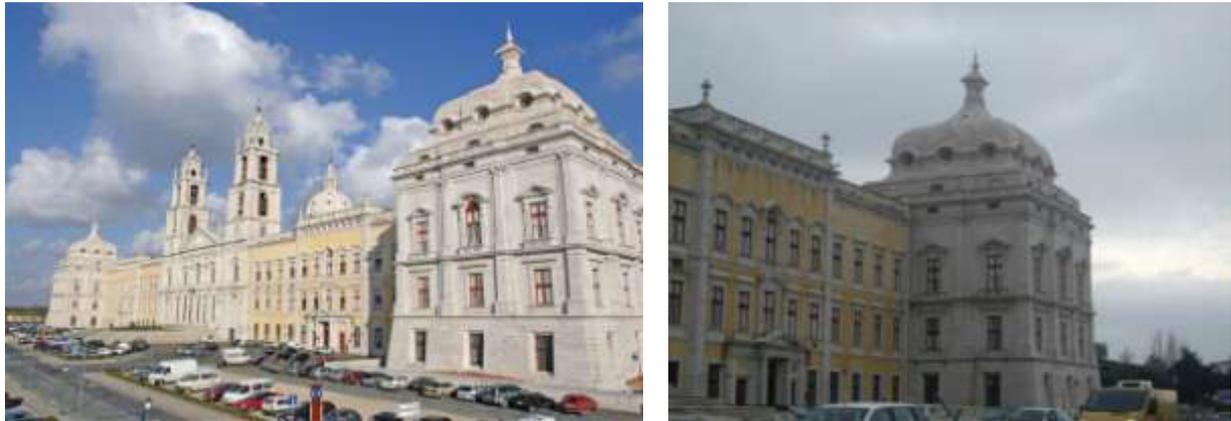


Figura III.15: Convento de Mafra.

Das suas 1.200 divisões e para além dos aposentos reais, realce para: a Biblioteca, uma das mais importantes e magníficas do séc. XVIII, com um acervo de cerca de 35 mil volumes; o Convento, que constitui um património religioso ímpar no nosso país; a Basílica, obra-prima da arquitectura setecentista, distinguindo-se pela sua colecção de estátuas italianas do segundo quartel do séc. XVIII e pelo seu conjunto sonoro de seis órgãos, para os quais possui partituras que só aqui podem ser executadas; e os famosos Carrilhões, conjunto único no Mundo pelas suas dimensões (92 sinos) e beleza do seu mecanismo.

Esta obra monumental veio a exercer as maiores influências formais junto dos meios artísticos nacionais durante mais de um século. Destaque para a famosa “Escola de Escultura de Mafra”, criada para o enriquecimento do monumento ao nível da execução dos altares das capelas da basílica, das esculturas de vulto e de uma série numerosa de baixos-relevo.

Durante a permanência da Corte de D.João VI no Palácio de Mafra, o monumento ficou marcado por uma nova campanha de obras. Destaca-se a figura incontornável de Cirilo Volkmar Machado, a quem foi atribuída pelo monarca a responsabilidade de dirigir a campanha decorativa do palácio, na qual também participou como pintor.

Outra realidade que marcou profundamente o património do Concelho foi o terramoto de 1755, cujos estragos são, de modo geral, conhecidos pela documentação disponível. Ao nível da arquitectura

religiosa, as necessidades do culto obrigaram à recuperação imediata dos espaços, procedendo-se, conforme os casos, à reconstrução total ou parcial dos edifícios ou a restauros pontuais. É o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Vila Franca do Rosário, classificada como IIP, e das igrejas da freguesia da Azueira, São Pedro de Grilhões, também classificada como IIP, e Nossa Senhora do Livramento.

## 2.5 Século XIX e XX

No início do século XIX, registou-se um dos maiores esforços militares de defesa de Lisboa, com a construção das Linha de Torres. Mafra concentra um assinalável conjunto dessas realizações, que marcam ainda hoje, trechos da paisagem do concelho. Outra característica que teve profundo impacto sobre a paisagem foi a multiplicação de moinhos e azenhas, marca inconfundível dos territórios saloios.



Figura III.16: Serra do Socorro vista do Forte Grande.



Figura III.17: Moinho do Parola, Encarnação.

No século XIX, o património religioso é marcado por campanhas decorativas. Ao nível mais estrutural, se em alguns casos se tratam de obras necessárias por degradação dos edifícios ou por questões de modernização dos espaços, noutros é o fruto do arrastamento de obras de reconstrução ou restauro dos templos em virtude do terramoto de 1755.

Ao nível da arquitectura civil, há a destacar o movimento burguês de construção de edifícios residenciais nos meios urbanos mais desenvolvidos (Mafra e, sobretudo, Ericeira), bem como a construção ou

reformulação de quintas, de grande porte e qualidade construtiva, que servem as actividades económicas das mesmas.

Durante o Estado Novo, procedeu-se à construção de vários edifícios públicos, dos quais subsistem, em grande quantidade e como exemplo, os estabelecimentos de ensino básico.

Menos monumental, a arquitectura popular preenche ainda a paisagem do Concelho, desde a mais “rica” (casas chamadas “saloiás”, de dois pisos, ritmadas por sequência de janelas de vão em ângulo recto, revestido ou não a cantaria, e telhado de quatro águas) à mais “pobre” (casas térreas, com porta e uma ou duas janelas, cobertas singelamente por telhado de uma água longuíssima ou duas). Neste campo destaca-se o Bairro dos Ilhéus da Picanceira, freguesia de Santo Isidoro, um dos primeiros bairros operários do país em que a perfeita adaptação da arquitectura ao terreno íngreme, o feliz jogo das volumetrias (conseguido pela repetição de elementos tais como as chaminés e os fornos semi-circulares salientes) e a aplicação do princípio primordial da funcionalidade na organização interna dos fogos, correspondendo a um determinado contexto sócio-económico, fazem deste conjunto, um dos mais emblemáticos do país no âmbito da arquitectura popular.

### 3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O actual território do Concelho de Mafra apresenta uma diversidade de vestígios patrimoniais que atestam o percurso histórico das várias comunidades humanas que habitaram este território desde épocas muito remotas.

O património arqueológico do actual Concelho de Mafra inclui uma diversidade de sítios em todas as freguesias, cruzando os tempos, desde o Paleolítico inferior até momentos mais recentes da arqueologia moderna e industrial. Estes vestígios da vivência humana encontram-se “ocultos” no subsolo, apenas revelados através de escavações arqueológicas, que podem transformar achados de peças arqueológicas em povoados, necrópoles e reconstituir paisagens hoje completamente alteradas.

#### 3.1 Paleolítico

As mais antigas evidências de ocupação humana encontram-se atestadas junto à costa atlântica, nas praias levantadas do Quaternário em locais como Mil Regos ou Ericeira. Sítios como a *Seixosa* (Encarnação) poderiam apontar para uma ocupação muito antiga das praias levantadas da costa mafrense. Este sítio arqueológico, conhecido da comunidade científica desde finais da década de 70, nunca foi objecto de um trabalho arqueológico efectivo, ainda que tenha sido (e ainda seja) considerado um dos sítios com a mais antiga presença do homem no continente Europeu. O Paleolítico Médio está representado em algumas “estações de superfície”, identificadas no século XIX pelos Serviços Geológicos de Portugal, algumas das quais sondadas recentemente (Gonçalvinhos, Casal Camacha).

#### 3.2 Mesolítico

Se o período Paleolítico se encontra ainda insuficientemente caracterizado em Mafra, o final do período glacial, das últimas comunidades de caçadores recolectores encontra-se razoavelmente conhecido, apresentando como sítio paradigmático o concheiro de *São Julião*. No final da última glaciação, no período Mesolítico (8º a 6º milénio a.C.), as condições climatéricas fizeram desaparecer os grandes mamíferos para áreas mais setentrionais e surgiram abundantes bancos de moluscos, explorados pelas

comunidades de caçadores-recolectores. Grande parte destes sítios situa-se junto das linhas de água e da costa que nesse período se encontrava consideravelmente mais avançada em relação à costa actual.



Figura III.18: Concheiro de São Julião, Carvoeira.

A praia de São Julião constitui um dos exemplos mais significativos desse período, citada a nível nacional e reconhecida à escala mundial. Na margem direita da Ribeira do Falcão, a existência de duas gerações de duna permitiu a conservação de vestígios arqueológicos de concheiro que remontam ao 9º milénio a.C. A investigação arqueológica abrangeu quatro núcleos, que apresentam cronologias distintas desde o 9º milénio a.C. até ao 7º milénio a.C.

### 3.3 Neolítico

As primeiras comunidades produtoras surgem no território português, no período pós glacial em meados do 6º milénio a.C. Para além da recolha avulsa de materiais desse período, nomeadamente em São Julião, *Cabeço de Alcaínça* e *Gonçalvinhos*, recentemente foi escavado um importante sítio desse período, *Cova da Baleia 1*. Trata-se de sítio onde foi escavado um conjunto de estruturas domésticas neolíticas (110). Foram ainda identificados enterramentos humanos neste sítio.



Figura III.19: Fornos Neolíticos da Cova da Baleia 1, Mafra.

Devemos ainda referir a presença de uma fossa e de um possível fosso em *Gonçalvinhos*, bem como da oficina de talhe de *Casal Barril*, local onde surgiram intensos sinais de debitagem de sílex, matéria-prima utilizada para a realização da maioria dos artefactos de corte, perfuração e raspagem.

### 3.4 Calcolítico

O processo de consolidação do sistema agro-pastoril culmina no 3º milénio a.C. com o Calcolítico (Idade do Cobre), período terminal da Pré-História onde se regista a complexificação dos sistemas sociais, a consolidação das práticas agrícolas (invenção do arado, roda) e pastoris (aproveitamento do leite, lã), a nova tecnologia do cobre, o aparecimento da estruturação defensiva e da guerra e a difusão de práticas mágico-religiosas com fundo comum no Mediterrâneo e Atlântico. Entre os vários testemunhos das primeiras sociedades camponesas, destacam-se dois sítios que testemunham a vida (Penedo do Lexim) e a morte (Tituaria) no IIIº milénio antes de Cristo no período Calcolítico.

O povoado do *Penedo do Lexim* é conhecido desde o século XIX e constitui um dos locais de referência para o estudo do Calcolítico em Portugal. Na actual fase das pesquisas promovidas pela autarquia podemos considerar que a ocupação do Penedo do Lexim remonta aos finais do Neolítico (4º milénio a. C.) mas é com o Calcolítico (3º milénio a. C.) que se verifica a principal fase de vida do povoado. Nesta época foi aqui instalado um grupo de agricultores e pastores que deixaram marcas da sua vivência diária, com áreas habitacionais, estruturas de armazenamento, lajeados e muralhas que reforçavam a defensabilidade natural do sítio. Trata-se assim de um dos primeiros “Castelos” do actual território português.



Figura III.20: Muralha calcolítica de Penedo do Lexim, Igreja Nova.



Figura III.21: *Tholos* da Tituaria, Milharado.

A este povoado deveriam corresponder espaços consagrados para a morte e para o sagrado. O único monumento deste tipo que conhecemos no concelho de Mafra situa-se numa área afastada do Penedo do Lexim, na freguesia do Milharado, *Tituaria*. Aqui foi escavado um monumento de falsa cúpula (*tholos*), no interior do qual foram identificados dois níveis de enterramentos, o primeiro integrando-se no Calcolítico inicial e o último do Calcolítico final (campaniforme). Com o final do período Calcolítico (Campaniforme), assistimos a um abandono dos sítios de altura e a uma disseminação do povoamento em pequenas áreas de ocupação em área aberta, sem defensabilidade. Foram identificados diversos sítios desse período, junto à costa (Casas Velhas, Casal Cordeiro 5), em áreas abertas na Serra do Pipo (Cabecinho da Capitôa 2, Sopé do Cabecinho da Capitôa, Quinta do Mato Grande) e em áreas de topo (Cabeço de Palheiros 2).

### 3.5 Proto-história (Idade do Bronze e Idade do Ferro)

O período da Proto-história corresponde ao momento em que já era conhecida escrita e que se consolidam os contactos com o mundo mediterrâneo e atlântico.

Para este período existe uma área de concentração na área da Ribeira de Cheleiros (Igreja Nova), com vestígios em Penedo do Lexim, Cabeço de Alcainça e Cabecinho da Capitôa. Em *Penedo do Lexim* os principais indicadores deste período são materiais metálicos. O *Cabeço de Alcainça* (ou Cabeço dos Moinhos ou Cabeço dos Órgãos) deverá também corresponder a um povoado de altura fortificado do Bronze Final, com prováveis ocupações da Idade do Ferro e Romano. Contrastando com esta

implantação em altura, o sítio do *Cabecinho da Capitôa* poderá evidenciar uma diferente tipologia de sítio, eventualmente de carácter ritual: recipientes cerâmicos e contas de âmbar.



Figura III.22: Recipiente cerâmico de Cabecinho da Capitôa, Igreja Nova.

Povoados de altura como a Serra do Socorro seriam integrados numa teia de povoamento hierarquizado no controlo de territórios e de redes de troca. Desde a identificação da Serra do Socorro que é referida a possibilidade da existência de um recinto muralhado, evidência presumida pela existência de taludes artificiais.

### 3.6 Romano

Situando-se no que foi designado o território rural na zona W do município Olisiponense (convento de *Scalabis*), o povoamento romano de Mafra deveria corresponder a uma rede de ocupação com *villae* e sítios de pequena / média dimensão, com articulação económica com *Olisipo*, em termos agro-pastoris (*agri olisiponensis*) e de exploração da pedra.

As vias romanas documentadas nesta zona comprovam a relação entre os territórios do *agri* e a *urbs*. A rede viária da zona oeste do Município Olisiponense, passaria em Mafra. Deste modo, observa-se que a designada “zona W” do território *olisiponense*, não se achava isolada da rede de abastecimento e trocas estabelecidas pelo comércio romano. A conjugação entre os recursos disponíveis para o interior, servia-se, ao mesmo tempo da facilidade de comunicação com *Olisipo*, principalmente se recorrendo ao transporte marítimo ou através dos cursos de água. O enquadramento geográfico e administrativo dos territórios da zona W, justificaria por si só uma abundante malha de povoamento. Contudo, até ao momento ainda não foi identificado um grande conjunto de sítios romanos. A ocupação romana

encontra-se atestada pela presença de inscrições, elementos arquitectónicos e algumas evidências de *villae*, necrópoles, casais agrícolas e prováveis vias.

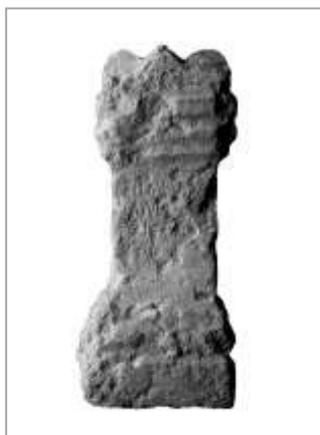


Figura III.23: Árula romana de Santa Marta, Ericeira.

Da fase de conquista conhecem-se apenas os materiais avulsos de Raimonda (Igreja Nova) e os níveis republicanos identificados no Penedo do Lexim. Registam-se ainda prováveis *villae* como Mata Pequena, Godinheira que podem configurar uma rede de ocupação rural que engloba *villae* e outros sítios de menor dimensão como Rólia e Cabecinho da Capitôa.

Em termos de produção industrial recentemente foi escavado um forno de produção de material de construção - *Forno 3 da Cova da Baleia*. Em termos de exploração agrícola, o sítio de *Cabecinho da Capitôa* traduz uma exploração rural.

### 3.7 Antiguidade tardia

Os momentos terminais do período romano, designados genericamente como Antiguidade Tardia, encontram-se insuficientemente caracterizados em Mafra, apenas indicados pela presença isolada de elementos arquitectónicos como sucede em São Miguel de Alcaíça.



Figura III.24: Pilastra visigótica de Alcaíça.

A identificação e escavação do primeiro contexto “visigótico” no sítio de Cabeço de Palheiros, assume assim uma importância particular, muito embora o mau estado de conservação deste local. A inexistência de contextos escavados no actual concelho de Mafra torna contudo muito complexa a integração regional de Cabeço de Palheiros e uma contextualização cronológica mais precisa.

### 3.8 Idade Média

O povoamento da Alta Idade Média encontra-se também pouco conhecido, sendo claro que terá existido uma ocupação islâmica, atestada na documentação histórica da tomada de Lisboa e da informação histórica-arqueológica de Sintra. Mafra deveria estar integrada no território de Sintra, descrita no século XI como uma das oito cidades mais importantes do Garb Al-Andaluz. Refira-se a referência muito genérica de Estácio da Veiga a paredes de taipa no núcleo medieval de Mafra e da abundante toponímia árabe da região que contrasta com a escassez das evidências arqueológicas.

Assim, os recentemente escavados sítios de *Casal do Zambujal* e *Vale Casal Mourão* assumem uma particular importância, com uma implantação que poderia estar relacionada com a vila de Mafra, uma vez que se encontra na sua proximidade, em contacto visual directo e com intervisibilidade com o Castelo dos Mouros em Sintra, cuja «área de lavrar e plantar» se estendia até ao concelho de Mafra, em Cheleiros.

### 3.9 Idade Moderna

O património arqueológico abrange ainda períodos mais modernos da ocupação humana do território. Entre estes registam-se as utilizações funerárias dos adros das Igrejas Paroquiais, destacando-se o Adro da Igreja de Santo André (Mafra) e de Nossa Senhora do Reclamador (Cheleiros) onde foram efectuadas escavações arqueológicas. Adros como o de São Miguel de Alcainça, Nossa Senhora da Oliveira (Sobral de Abelheira), São Miguel do Milharado, Santo Isidoro de Mafra, São Domingos da Fanga da Fé, São Silvestre (Gradil), Nossa Senhora da Assunção (Enxara do Bispo), Nossa Senhora da Conceição (Igreja Nova) e Santo Estevão das Galés registam igualmente vestígios arqueológicos e antropológicos.



Figura III.25: Adro da Igreja de Santo André, Mafra.

Em relação às evidências do *mundo rural* é particularmente relevante o sítio de *Quintal 2* (Mafra), onde foram identificados vestígios de um telheiro que poderia corresponder a uma unidade de apoio agrícola. As evidências das unidades de produção económica estão relacionadas com a produção de materiais de construção: cal (Zambujal e Vale Casal do Mato) e telhas (Fornos 1, 2 e 3 da Cova da Baleia).

#### 4. PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO

Grande parte do Município de Mafra está coberto por vegetação natural, formada por um elevado número de matas e bosques.

Efectivamente, destacando-se pela beleza natural dos seus montes e vales, flores, plantas e árvores, ou pela magnífica vista que é possível vislumbrar do alto da Serra do Socorro, o Concelho de Mafra encerra por si locais privilegiados para a prática de actividades recreativas e de desporto de natureza.



Figura III.26: Vista do alto da Serra do Socorro.

A zona litoral concelhia é formada por arribas rochosas. No entanto, é, justamente, nas pequenas baías, que se formam ao longo da costa, que podemos encontrar as suas famosas praias, lugares reservados aos amantes dos desportos de aventura ou de banhos de mar, onde a beleza natural se associa à forte concentração de iodo.

O Concelho de Mafra tem uma costa com cerca de 17 km de extensão, existindo diversas zonas onde o declive é superior a 30%. Repartida por altas arribas e por numerosas enseadas e praias, a zona litoral apresenta fraca arborização junto à linha de costa.

A sua localização privilegiada, o desenvolvimento da rede viária e a construção de um circuito pedonal e de velocípedes da Foz do Lizandro a Ribeira d'Ilhas, permitem uma cada vez maior afluência de veraneantes, fazendo da zona litoral um destino turístico por excelência. Actualmente, as suas potencialidades comprovam-se nos domínios dos desportos aquáticos, nomeadamente o *surf* e o *bodyboard*, prestigiados com a realização de importantes provas do calendário, quer nacional, quer internacional.

O património natural de Mafra possui condições excelentes para a prática de actividades ao ar livre, como caminhadas, escaladas, BTT, orientação, entre outras. Neste sentido, a Autarquia tem desenvolvido várias acções no âmbito da aventura e das actividades ao ar livre, através do projecto “*Roteiros de Aventura – Passeios Pedestres e de BTT*”, um importante meio educativo e uma forma saudável de ocupação de tempos livres.

Constituindo, também, um dos principais atractivos do Concelho, o Palácio Nacional de Mafra goza, igualmente, de uma envolvente muito aprazível do ponto de vista natural e paisagístico:

- O Jardim do Cerco, que articula dois importantes valores da época barroca – arquitectura e ecologia;
- A Real Tapada de Mafra, hoje Tapada Nacional, muito mais do que um parque florestal ou do que um parque de caça.

O Jardim do Cerco constitui-se como uma importante charneira entre o património histórico construído (o Convento e a Vila) e o património natural e rural (a Tapada e a região envolvente), bem como uma ponte para o futuro através do conhecimento, interpretação e valorização do passado. Este é um espaço de 8 ha, constituído por bosques e jardins, que se estende a Norte do Convento de Mafra e que se encontra classificado no regime florestal total.

A disposição dos arruamentos na zona do bosque, onde se encontram algumas estátuas em pedra representando figuras da mitologia romana, obedece às concepções estéticas do Barroco, com inspiração no Jardim de Versalhes. Esta área apresenta uma luxuriante flora e uma fauna composta sobretudo por aves migratórias.

Destacam-se dois jardins e um antigo jogo de bola, ladeado de bancos em pedra, muito popular no século XVIII. Apesar de não existir qualquer nascente natural, a água nunca faltava, em virtude da implementação de um engenhoso sistema de canalização, recolhendo água nas 32 nascentes subterrâneas e transportando-a para o Jardim e para o Convento através de um longo aqueduto de 5.402 metros. Como jardim barroco, com as respectivas características de jogos de água com lagos e caminhos largos propícios à conversa e à contemplação, pretende-se incentivar o visitante aos longos passeios, onde poderá apreciar, neste lugar mágico, toda a sua beleza e recriar tempos passados.

A Tapada Nacional de Mafra apresenta uma área total de 1.232 ha, localizada na totalidade na freguesia de Mafra, constituindo o principal núcleo florestal do Concelho de Mafra, tanto pela área que ocupa, como pela quantidade e diversidade de espécies de fauna e flora aí presentes.

Criada no reinado de D. João V, após a construção do Convento de Mafra, como parque de lazer para o Rei e a sua corte, a Tapada de Mafra encontra-se, hoje, classificada como regime florestal total e dividida em três partes, geridas por administrações diferentes. A tapada nº 1 encontra-se a cargo do exército, que gere um total de 360 ha onde estão instalados a Escola Prática de Infantaria e o Centro Militar de Educação Física e Desporto. Por sua vez, a Régie Cooperativa, da qual fazem parte a Administração Central, a Câmara Municipal de Mafra e outras entidades privadas, é responsável pela gestão da tapada nº 2 e nº 3.

A floresta ocupa quase a totalidade do espaço e nela vivem, em total liberdade, populações de gamos, veados, javalis e diversas espécies de fauna selvagem.

Na Tapada encontram-se, também, os sinais marcantes da passagem dos soberanos, tendo sido frequentemente utilizada por D. Luís e D. Carlos nos seus retiros de caça e lazer.

Por nunca ter perdido a sua vocação inicial, a Tapada de Mafra é Zona de Caça Nacional. Em condições ímpares, do total respeito pela natureza, o exercício da caça é realizado para o correcto ordenamento cinegético, pois no espaço murado da Tapada não existem predadores naturais que corrijam a densidade e seleccionem a população animal. A Caça Maior, de gamos, veados e javalis, decorre em períodos determinados e é reservada a um número limitado de inscrições por caçada.

Para além dos fins cinegéticos a que se encontra reservada, nos últimos anos têm sido desenvolvidos esforços noutros campos de actuação, nomeadamente ao nível da educação ambiental, desporto e turismo.

A conservação do seu património natural, cuja importância é traduzida tanto pela diversidade como pela riqueza de espécies animais e vegetais, tem sido uma preocupação cada vez maior das entidades responsáveis, reconhecendo-se o valor ecológico que a Tapada representa em toda a região. Este espaço encontra-se murado, isolando-se, parcialmente, do restante território, o que constitui um factor decisivo na conservação do seu património natural.

A harmonia entre a Natureza e a História são uma garantia em todas as visitas à Tapada, estando sempre presente tanto nos passeios pedestres, como na viagem em comboios articulados, ou ainda a cavalo ou de bicicleta.

Para além do conjunto em si, a Tapada de Mafra inclui, no seu interior, espécies arbóreas classificadas como Árvores Isoladas de Interesse Público – ver Anexo II.

#### **4.1 Unidades de Paisagem de Âmbito Regional**

O concelho de Mafra está marcado paisagisticamente por cinco elementos muito característicos, que foram determinantes na definição das unidades de paisagem desenvolvidas no ponto 4.2:

- Área litoral, em particular arribas e área agrícolas marginais;

- Vales das Ribeiras do Safarujo, Cuco e Lizandro;
- Relevos (encostas) e cones vulcânicos;
- Mosaico rural;
- Convento e Tapada.

Este conjunto de ocorrências cria uma imagem própria deste concelho no contexto da AML Norte, onde se cruzam elementos de forte carácter patrimonial, áreas florestais de referência, litoral de forte atracção residencial e recreativa, percursos panorâmicos, gastronomia associada à qualidade dos produtos locais e diversidade da paisagem.

Estes aspectos identitários de Mafra devem ser considerados estratégicos na leitura e composição territorial concelhia e serem “âncoras” para a definição das políticas de uso e transformação do solo e manutenção de paisagens de referência, passíveis e desejáveis de serem implementados em sede de revisão do PDM.

Entenda-se paisagem como *“expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e um território definido topograficamente, sendo a sua aparência o resultado da acção, ao longo do tempo, dos factores humanos e naturais e da sua combinação”* (Conselho da Europa, 2000).

Assim, e desenvolvendo um pouco mais este conceito<sup>1</sup> define-se paisagem como:

- *“um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes factores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global.*
- *(...) A paisagem também é afectada por uma componente mais subjectiva, directamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspectos naturais e culturais, expressando e ao*

---

<sup>1</sup> Conforme apresentado em *“Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”* trabalho desenvolvido pela Universidade de Évora para a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano em 2004.

*mesmo tempo suportando a interacção espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade.*

- *(...) a dimensão mais subjectiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam.” (DGOTDU, 2004).*

A paisagem de uma dada região pode ser descrita em termos de unidades. Estas unidades de paisagem *“são áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes”* (DGOTDU, 2004). A delimitação destas pode depender da *“morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários factores. Uma unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior.”* Esta delimitação tem por objectivos a caracterização, a identificação de potencialidades e deficiências e ainda, definir orientações para futura gestão.

Por sua vez, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei nº 48/98 de 11 de Agosto, introduz a definição de unidades de paisagem nos planos de ordenamento regional, segundo a qual é necessário *“identificar as paisagens, definir o seu carácter, tendências e ameaças e avaliar a sua qualidade. Só esta avaliação permitirá definir estratégias e instrumentos que, embora se integrem num quadro mais alargado, respeitem a especificidade local da paisagem e mantenham a sua identidade”*.

Os elementos da paisagem são os factores que em conjunto definem a sua estrutura. Na análise ao nível nacional foram *“considerados como elementos da paisagem aqueles que se distinguem nas imagens aéreas utilizadas. Estes elementos tanto podem ser de origem natural como antrópica e contribuem, em conjunto, para o padrão que caracteriza a unidade de paisagem e a distingue das envolventes”* (DGOTDU, 2004) tais como: afloramentos rochosos, linhas de água e respectivas galerias ripícolas, conjuntos edificados, infra-estruturas, planos de água, entre outros.

A área territorial do concelho de Mafra, segundo o trabalho citado da DGOTDU, encontra-se inserida predominantemente no **Grupo de Paisagem L – Estremadura/Oeste**, e de forma marginal no **Grupo M –**

**Área Metropolitana de Lisboa/Norte**, sendo estes constituídos pelas seguintes unidades, ver figura III.24:

- Grupo de Paisagem L – Estremadura/Oeste
  - 71 Oeste;
  - 72 Oeste Interior: Bucelas – Alenquer;
  - 73 Oeste Sul: Mafra – Sintra.
  
- Grupo de Paisagem M – Área Metropolitana de Lisboa/Norte
  - 73a Litoral Oeste;
  - 74 Terra Saloia: 74a – Baixa de Loures e encosta envolventes; 74b – Pêro Pinheiro/ Granja do Marquês/ Almagem do Bispo; 74c – Serra da Carregueira);
  - 75 Serra de Sintra;
  - 76 Linha de Sintra;
  - 77 Lisboa;
  - 78 Costa do Sol – Guincho;
  - 85a Linha de Vila Franca de Xira.



Figura III.27: Unidades de Paisagem na Região de Lisboa; DGOTDU, 2004.

#### 4.1.1 Paisagem da Estremadura – Oeste

*“O que mais se salienta neste conjunto relaciona-se com o relevo ondulado (por vezes bem vigoroso), com a constante humidade oceânica e com a polimorfia dos sistemas agrícolas presentes (...).”*

*“A costa é muito diversificada, com praias, arribas mais ou menos altas e algumas pequenas penínsulas e baías.”*

*“Também neste grupo de unidades de paisagem, se faz sentir o surto de construção verificado nas últimas dezenas de anos por quase todo o país – é a expansão de centros urbanos mas, também, a edificação junto à costa, ao longo das estradas principais, ou dispersa na paisagem rural. Surgem um pouco por todo o lado as habitações, equipamentos, unidades industriais e armazéns, de que resulta uma significativa desorganização espacial e uma acentuada desqualificação ambiental.”*

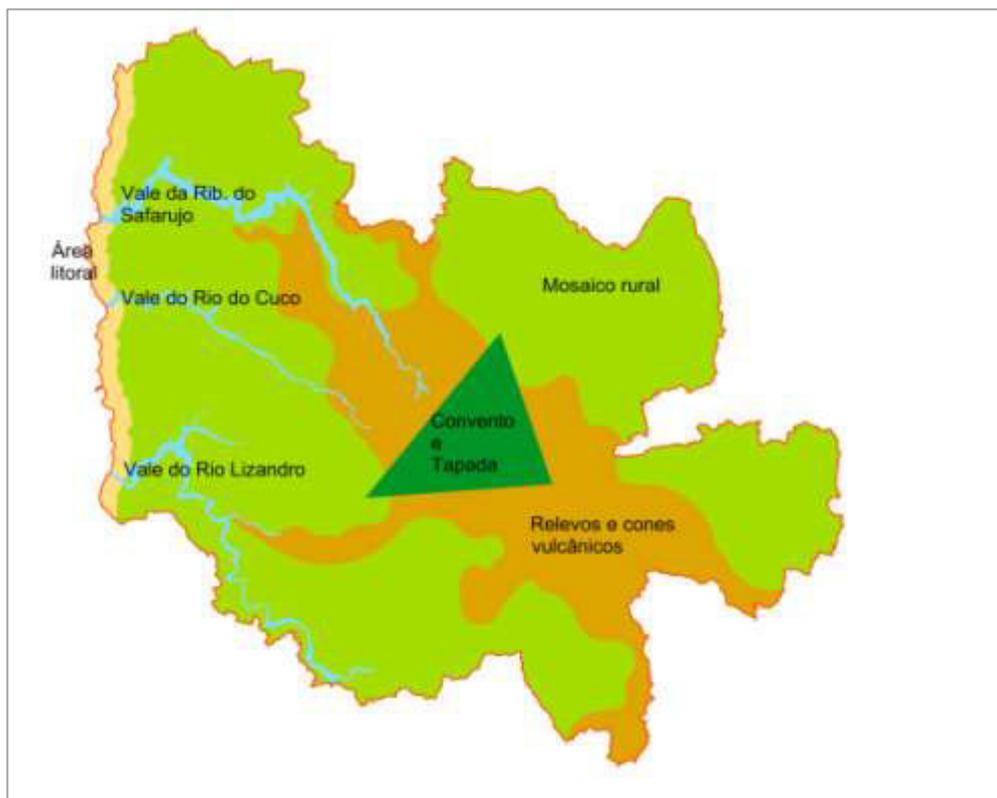


Figura III.28: Unidades da Paisagem Estremadura – Oeste, no concelho de Mafra.

A área do concelho de Mafra integra diversas unidades, pertencentes ao conjunto da Estremadura – Oeste, das quais se apresenta uma breve descrição nos pontos seguintes.

#### 4.1.2 71 Oeste

Em termos geográficos, corresponde à zona Norte do concelho e abrange sobretudo as seguintes freguesias: Encarnação, Azueira, Enxara do Bispo e Vila Franca do Rosário.

*“Em toda a unidade sente-se directa ou indirectamente a presença ou influência do mar (...)”, também comum a toda a unidade é “o relevo ondulado, o mosaico e a compartimentação das parcelas agrícolas”.*

*“A morfologia desta unidade consiste essencialmente num anfiteatro suave que se inicia nos relevos a nascente (serras de Candeeiros e Montejunto) e desce até ao mar através de um sistema de colinas sulcadas por vales mais profundos. A fisionomia destes relevos associados a uma diversificada policultura onde domina a pequena propriedade e o povoamento disperso é muito significativa do carácter destas paisagens.”*

*“A paisagem, no geral, é bastante diversificada em termos cromáticos mas dominam os diversos tons de verde influenciados pelo clima temperado atlântico. Pontualmente algumas manchas de pinheiro bravo contrastam o seu verde-escuro com outros mais viçosos”.*

*“Trata-se aqui de paisagens que revelam utilizações no geral adequadas às aptidões biofísicas, embora sem garantirem inter-relações equilibradas entre tais usos, nomeadamente devido ao domínio excessivo de sistemas agrícolas permanentes sem a presença compensadora de matas e matos em situações de menor fertilidade (...) O padrão de ocupação e a intensidade de exploração destas paisagens ao longo do tempo tem conduzido ao seu claro “empobrecimento biológico”, dominando uma reduzida biodiversidade com excepção da faixa costeira.”*

A distinção física e sensível desta unidade de paisagem para a que lhe é adjacente a Sul faz-se pelas barreiras naturais, que são o Rio de Safarujó e Ribeira de Pedrulhos.

#### **4.1.3 72 Oeste Interior: Bucelas – Alenquer Oeste**

Esta unidade cobre a zona nascente do Concelho, correspondendo à quase totalidade da freguesia de Milharado e, de forma marginal, à freguesia de Enxara do Bispo.

*“Estas paisagens apresentam traços comuns às da unidade do Oeste, mas com uma menor influência atlântica”.*

*“O relevo apresenta-se bastante movimentado, com domínio de formas relativamente arredondadas, por vezes com encostas de declive muito acentuado. Este relevo, combinado com um mosaico cultural diversificado, é o que mais determina a identidade desta paisagem”* e onde a presença da vinha assume uma certa preponderância.

*“As características cromáticas destas paisagens são dominadas por tonalidades de castanho esbranquiçado dos solos, de que se destacam pontualmente manchas verde-escuras de vegetação arbustiva ou de algumas matas que ocupam as encostas mais declivosas”.*

Contudo, uma vez que se trata de uma zona de transição as características específicas desta unidade não se fazem sentir de forma perceptível na paisagem.

#### **4.1.4 73 Oeste Sul: Mafra – Sintra**

Esta é a unidade predominante, que cobre quase toda a área do concelho de Mafra.

*“O carácter das paisagens desta unidade tem uma forte relação com a presença sentida directamente ou só adivinhada do Oceano, bem como da costa rochosa, constituindo como que as antigas muralhas de uma imensa fortaleza há muito destroçada, onde as altas escarpas alternam com algumas manchas de areal, em pequenas enseadas encaixadas entre falésias ou associadas à foz de pequenos cursos de água”.*

*“O relevo, no geral ondulado (mas rasgado por vales encaixados), associados a um clima marcadamente atlântico, com nevoeiros frequentes, Invernos tépidos e verões frescos, também contribui para dar uma ambiência muito particular a estas paisagens.”*

*“Dominam os campos agrícolas compartimentados, de que resulta um mosaico de folhas de culturas, de pastagens e de matos, delimitadas por muros de pedra seca ou por sebes vivas e mortas de cana que as defendem dos ventos marítimos e que conferem à paisagem um carácter singular”.*

Nesta unidade verifica-se *“uma razoável coerência de usos (...), embora o abandono agrícola e o crescimento desestruturado das áreas construídas que se tem vindo a verificar interfira directamente na sua sustentabilidade, podendo vir a agravar desequilíbrios nos processos biofísicos”.*

#### **4.1.5 74b Pêro Pinheiro/ Granja do Marquês/ Almargem do Bispo**

Esta unidade cobre o extremo Sul do Concelho, corresponde à quase totalidade da freguesia de Santo Estevão das Galés e, de forma marginal, às freguesias de Igreja Nova e Cheleiros.

*“A paisagem da parte central desta sub-unidade (...) é profundamente marcada pela extracção e transformação da pedra calcária. (..) A sensação que esta área transmite é predominantemente de uma paisagem inóspita, desorganizada e profundamente descaracterizada.”*

*Do relevo suave destaca-se a Serra de Sintra, “que constitui um elemento de referência, nítido em dias de boa visibilidade, ou como uma mancha cinzenta cujo limite é recortado pelo palácio da Pena”.*

À semelhança do que acontecia com a unidade 72, uma vez que também se trata de uma zona de transição, as características específicas desta unidade não se fazem sentir de forma perceptível na paisagem do concelho de Mafra.

#### **4.2 Unidades de Paisagem de Âmbito Municipal**

As unidades de paisagem de âmbito municipal – ver figura III.26 – assentam na estrutura física e *cultural* deste território, que dada a sua homogeneidade paisagística permitem a definição de determinados padrões espaciais.

A padronização do território é o resultado da apropriação humana de determinado espaço geográfico e da forma como as populações foram utilizando os recursos naturais disponibilizados.

A definição das unidades de paisagem, no concelho de Mafra, permite a avaliação crítica de várias componentes físicas e *culturais*, nomeadamente, da morfologia deste território – assente na hidrografia, no relevo, na geologia e na hidrogeologia – do tipo de solos, da ocupação do solo, da rede viária e do património.

Salienta-se, ainda, que existem padrões de paisagem semelhantes nas diferentes unidades hidrográficas do concelho de Mafra, sendo estas as seguintes:

- Cabeceira da ribeira de Pedrulhos;
- Bacia do rio Safarujo;
- Bacia rio Cuco;
- Ribeiras da Ericeira;
- Foz do Rio Lizandro;
- Cabeceira da ribeira de Cheleiros;
- Cabeceira do rio Trancão;
- Cabeceira da ribeira de Loures.

Desta forma e com base nas componentes físicas e *culturais* analisadas, foram identificadas as seguintes as seguintes unidades de paisagem, conforme se pode verificar na figura III.26:

- Mosaico Rural;
- Planaltos;
- Vales;
- Serras e Cones Vulcânicos;
- Encostas;
- Tapada, Convento e Jardim do Cerco;
- Litoral Atlântico, Arribas e Praias.

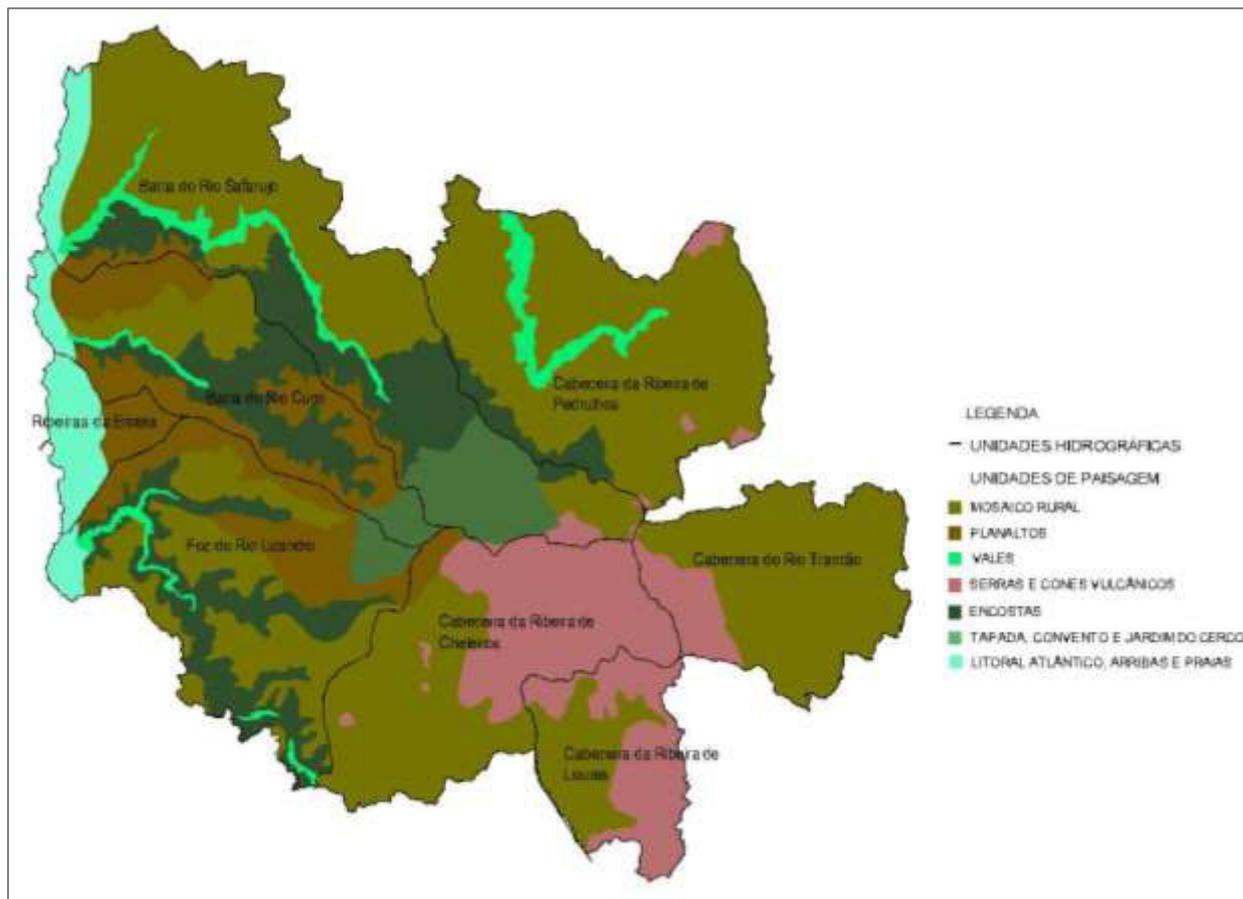


Figura III.29: Unidades de Paisagem, no concelho de Mafra – ver planta nº III.4 no Anexo Peças Desenhadas.

As paisagens do **Mosaico Rural**, definidas de acordo com a ocupação do solo, estão associadas a áreas agrícolas de declives moderados ou áreas de matos e pastagens. Esta unidade ocupa a maior parte do território e localiza-se na parte nordeste e sul do concelho. Importa referir, que existem algumas diferenças na paisagem do mosaico rural nordeste e do sul e que se devem sobretudo às características geológicas do solo – formações do jurássico e do Cretácico respectivamente.

As unidades de paisagem associadas aos **Planaltos** localizam-se nas zonas de festo e correspondem, sobretudo, a cotas altas, entre os 100 e os 250 metros, e a áreas planas, com inclinações máximas de 16%.

É nestas unidades que se localizam as principais aglomerações urbanas, sobretudo com a orientação sul, devido às características físicas do relevo e à situação topográfica, que possibilitam uma boa luminosidade e exposição solar e, portanto, boas condições de conforto humano. Destas aglomerações

urbanas destacam-se a Vila de Mafra, as ocupações lineares ao longo da EN116 e a zona de expansão da Ericeira.

Os **Vales** correspondem a um conjunto de unidades de elevado valor ecológico, de formação aluvionar, onde as características geológicas e o uso do solo estiveram na base da sua delimitação. Os cursos de água foram, também, elementos determinantes na definição destas unidades de paisagem, uma vez que as delinham de vales fundos e encaixados, nas suas nascentes, e de vales planos e amplos nas suas fases terminais.

Os vales amplos correspondem aos principais cursos de água – rios Safarujo, Cuco, Lizandro e Trancão e ribeiras de Pedrulhos e de Loures. Estas áreas apresentam, geralmente, declives inferiores a 5% em quase toda sua extensão.

Os vales encaixados, caracterizam a maior parte dos rios, ribeiros e ribeiras afluentes dos principais cursos de água, localizando-se, sobretudo, na área central do concelho, onde nasce a maior parte das principais linhas de água.

Importa referir, que estas unidades apresentam uma produção agrícola de hortícolas com alguma expressividade económica.

As **Serras e Cones Vulcânicos** foram os elementos determinantes para a definição desta unidade de paisagem, tendo sido as suas características geológicas a base da sua delimitação. As serras e os cones vulcânicos são de grande beleza estética, destacando-se na paisagem concelhia pela sua extensão e grandeza.

Aliás, os topónimos *Alto de* ou *Cabeço de* são frequentes nestas unidades de paisagem e estão associados às cotas mais altas destas unidades. Estes *cabeços* localizam-se nas freguesias da Malveira, Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, a partir dos 300 metros de cota.

Relativamente aos aglomerados urbanos, estes localizam-se no sopé destas serras e cones, dos quais se destacam a Malveira e a Venda do Pinheiro.

Na zona sul, em territórios menos íngremes, localizam-se ainda pequenas áreas agrícolas.

As **Encostas** são as unidades de paisagem onde os declives são mais acentuados, na maioria com mais de 30% de inclinação, e onde os fenómenos de erosão são mais evidentes, o que condiciona a ocupação humana. Aliás, estas características físicas possibilitam essencialmente a ocupação florestal.

A unidade **Tapada, Convento e Jardim do Cerco**, como o próprio nome indica é constituída pelos elementos que a denominam.

O Convento/ Palácio possui uma envolvente aprazível do ponto de vista natural e paisagístico, definida pelo Jardim do Cerco e pela Tapada Nacional de Mafra.

O Jardim do Cerco apresenta zonas de bosque e de jardins, classificado no regime florestal total.

A Tapada Nacional de Mafra apresenta uma elevada diversidade de espécies de fauna e flora.

A unidade de paisagem **Litoral Atlântico, Arribas e Praias**, cujo elemento caracterizador principal é a água, foi delimitada com base na rede natura 2000. As arribas desenvolvem-se a uma cota máxima de 25 metros, encontrando-se separadas da linha da costa por areias de praia de extensão moderada a reduzida. As praias de maior extensão correspondem às zonas de fozes dos principais cursos de água, nomeadamente, praia de S. Lourenço (foz do rio Safarujó), praia da Ribeira D' Ilhas (foz do rio Cuco) e praia da Foz do Rio Lizandro (foz do rio Lizandro).

Nesta unidade destaca-se a Vila da Ericeira, que constitui um dos principais pólos de ocupação urbana e turística do concelho.



## IV

# CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>121</b>
<b>2.</b>	<b>DINÂMICAS POPULACIONAIS.....</b>	<b>122</b>
2.1	Povoamento.....	122
2.2	Evolução da População .....	134
2.3	Projecções Demográficas – CENSOS 2001.....	137
2.4	Estrutura Etária e Familiar.....	141
<b>3.</b>	<b>DINÂMICAS SÓCIO-ECONÓMICAS.....</b>	<b>147</b>
3.1	Níveis de Instrução .....	147
3.2	Emprego.....	149
3.3	Distribuição Sectorial do Emprego .....	154
<b>4.</b>	<b>ESTRUTURA PRODUTIVA .....</b>	<b>157</b>
4.1	Caracterização Geral.....	157
4.2	Actividades Industriais .....	161
4.3	Actividades Agrícolas .....	167
4.4	Actividades Turísticas .....	173
4.4.1	Recursos e Atracções Turísticas.....	174
4.4.2	Produtos Turísticos Existentes .....	180
4.4.3	Equipamentos e Serviços Turísticos.....	182
4.4.4	Gastronomia e Restauração.....	183
4.4.5	Calendarização de Eventos .....	184
4.4.6	Outros Equipamentos e Serviços.....	185

## 1. INTRODUÇÃO

Devido às suas condições naturais, económicas, sociais e culturais e à proximidade à principal aglomeração urbana do país, o concelho de Mafra tem-se manifestado atractivo para a fixação de actividades e de população.

Trata-se, no entanto, de um concelho em grande parte do seu território marcado por uma forte ruralidade conforme apontam as baixas densidades demográficas. Tal facto está associado às escassas acessibilidades que caracterizaram o concelho num passado recente. Esta matriz territorial diferencia-o no contexto da Área Metropolitana de Lisboa e constituiu uma oportunidade enriquecida pela recente melhoria operada na dotação de acessibilidades que permitiu integrar física e funcionalmente este território no contexto metropolitano. Este novo posicionamento irá potenciar ainda mais as capacidades de crescimento do Município, ao nível das dinâmicas sociais e nas mais diversas componentes económicas.

No presente capítulo, pretende-se identificar as principais dinâmicas populacionais e socioeconómicas do concelho de Mafra nos últimos decénios à escala das freguesias, numa perspectiva de identificar disparidades e assimetrias. **No anexo D procedeu-se, também, à análise das dinâmicas populacionais entre 1991 para 2001 ao nível dos lugares.**

**Uma vez que para as freguesias apenas se encontram disponíveis os dados dos CENSOS, foram utilizados os resultados desses recenseamentos gerais da população, publicados pelo INE em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.** A actualização desta informação deverá ser precedida da execução e publicação do próximo recenseamento geral, a realizar em 2011.

Pretende-se, também, proceder à caracterização da estrutura produtiva ao nível do concelho de Mafra.

## 2. DINÂMICAS POPULACIONAIS

### 2.1 Povoamento

A estrutura de povoamento do concelho de Mafra está relacionada com as características físicas do território, com os recursos naturais e as acessibilidades existentes, sendo que a maior parte dos aglomerados urbanos se localiza nas zonas de cumeada das principais bacias hidrográficas.

Pode-se afirmar que, de um modo geral, foram os vales encaixados das principais bacias hidrográficas e a extensa área ocupada pela Tapada de Mafra que condicionaram o desenvolvimento urbano no concelho, nos últimos anos.

Pela observação da figura IV.1 e da Carta de Enquadramento Geral nº 10, apresentada no Anexo Peças Desenhadas, verifica-se que os aglomerados urbanos se distribuem, sobretudo, pelas seguintes zonas:

- Faixa litoral, que corresponde ao núcleo consolidado da Ericeira e respectivas áreas de expansão (Carvoeira e Ribamar);
- Sede do concelho, constituída pela Vila de Mafra e área de expansão;
- Aglomeração urbana da Malveira/ Venda do Pinheiro, com forte relações com a área central da Área Metropolitana;
- EN116, que vai abrangendo núcleos urbanos ao longo do percurso entre a Ericeira e a Vila de Mafra.

Os restantes núcleos distribuem-se pelo concelho de forma bastante dispersa, desenvolvendo-se ao longo de estradas e caminhos sendo evidente a sua génese rural.

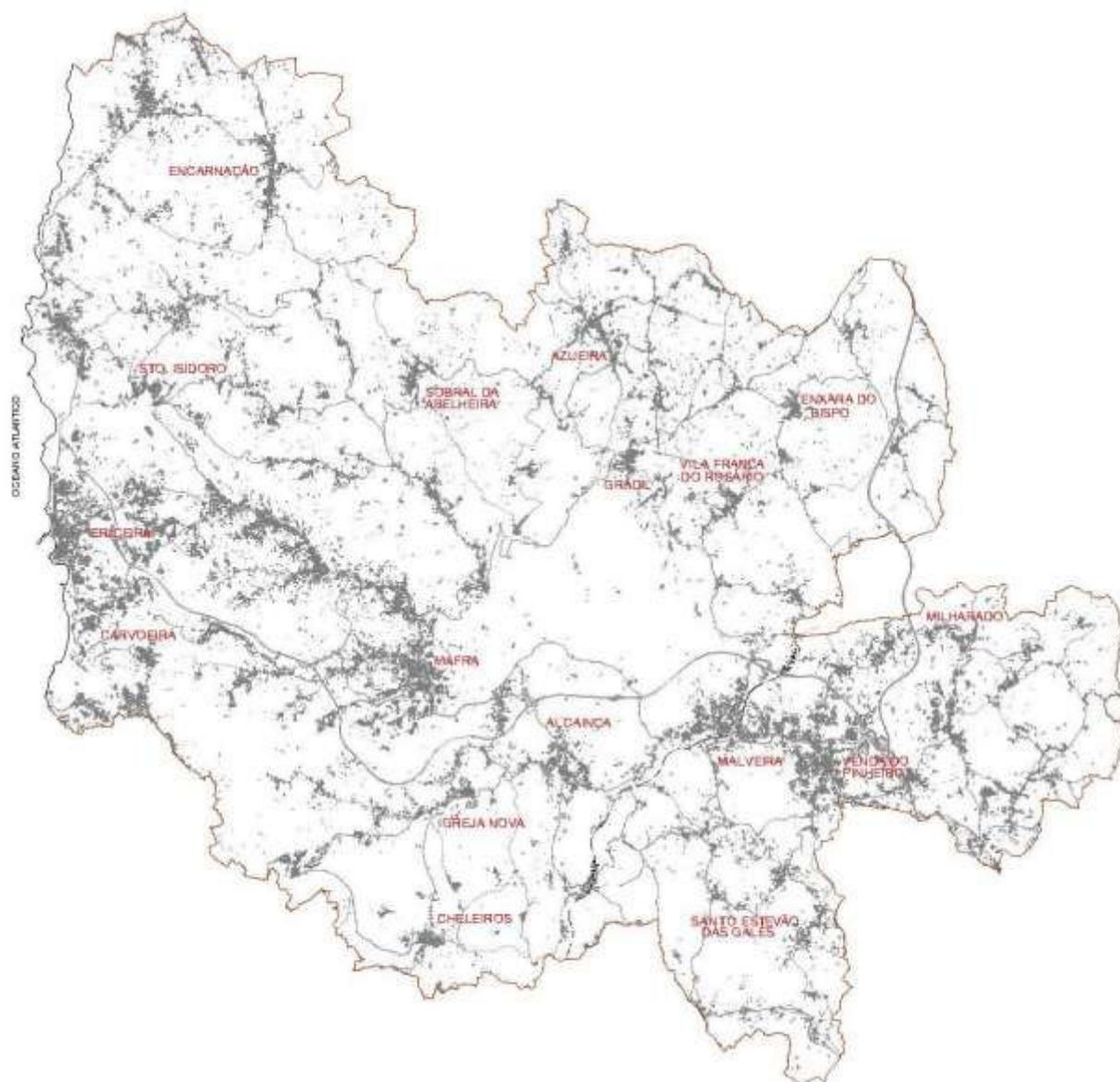


Figura IV.1: Enquadramento Geral – Aglomerados Urbanos.

Através da análise estatística, apresentada no quadro IV.1, verifica-se que as freguesias da Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro são as mais densas, com valores muito superiores à média do concelho – ver figura IV.2. Estas quatro freguesias englobam quase 50% do total da população concelhia, destacando-se Mafra com 21% dos residentes do concelho – ver gráfico IV.1.

Quadro IV.1: População residente e densidades populacionais, por freguesias, entre 1991 e 2001.

Freguesias	População Residente			Proporção no Concelho	Área Km <sup>2</sup>	Densidade 2001 hab/ km <sup>2</sup>
	1991	2001	var. %			
Azueira	2.535	2.877	13,5	5%	15,2	190
Carvoeira	849	1.432	68,7	3%	8,3	173
Cheleiros	1.112	1.365	22,8	3%	11,5	119
Encarnação	3.376	3.893	15,3	7%	28,6	136
Enxara do Bispo	1.721	1.647	-4,3	3%	18,1	91
Ericeira	4.538	6.597	45,4	12%	12,2	541
Gradil	770	901	17,0	2%	7,4	122
Igreja Nova	2.016	2.280	13,1	4%	25,6	89
Mafra	8.823	11.276	27,8	21%	48,0	235
Malveira	3.638	4.457	22,5	8%	10,2	435
Milharado	3.792	5.251	38,5	10%	24,8	211
Santo Estêvão das Galés	1.462	1.620	10,8	3%	17,8	91
Santo Isidoro	2.688	2.992	11,3	6%	24,9	120
São Miguel de Alcaíça	778	1.170	50,4	2%	6,5	179
Sobral da Abelheira	1.077	1.052	-2,3	2%	15,4	68
Venda do Pinheiro	3.875	4.660	20,3	9%	11,3	413
Vila Franca do Rosário	681	888	30,4	2%	6,2	143
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>43.731</b>	<b>54.358</b>	<b>24,3</b>	<b>100%</b>	<b>292,0</b>	<b>186</b>

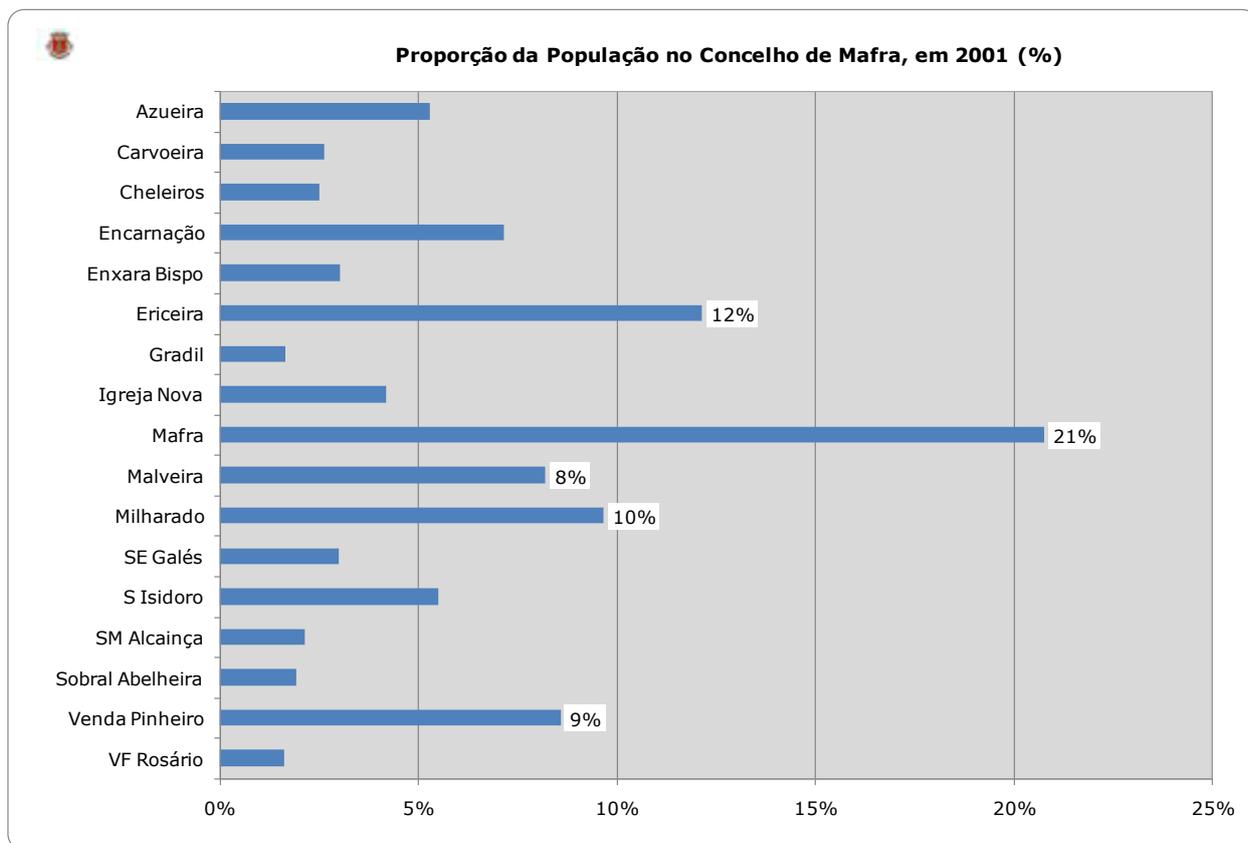


Gráfico IV.1: Proporção da População residente por freguesia, no concelho de Mafra e em 2001.

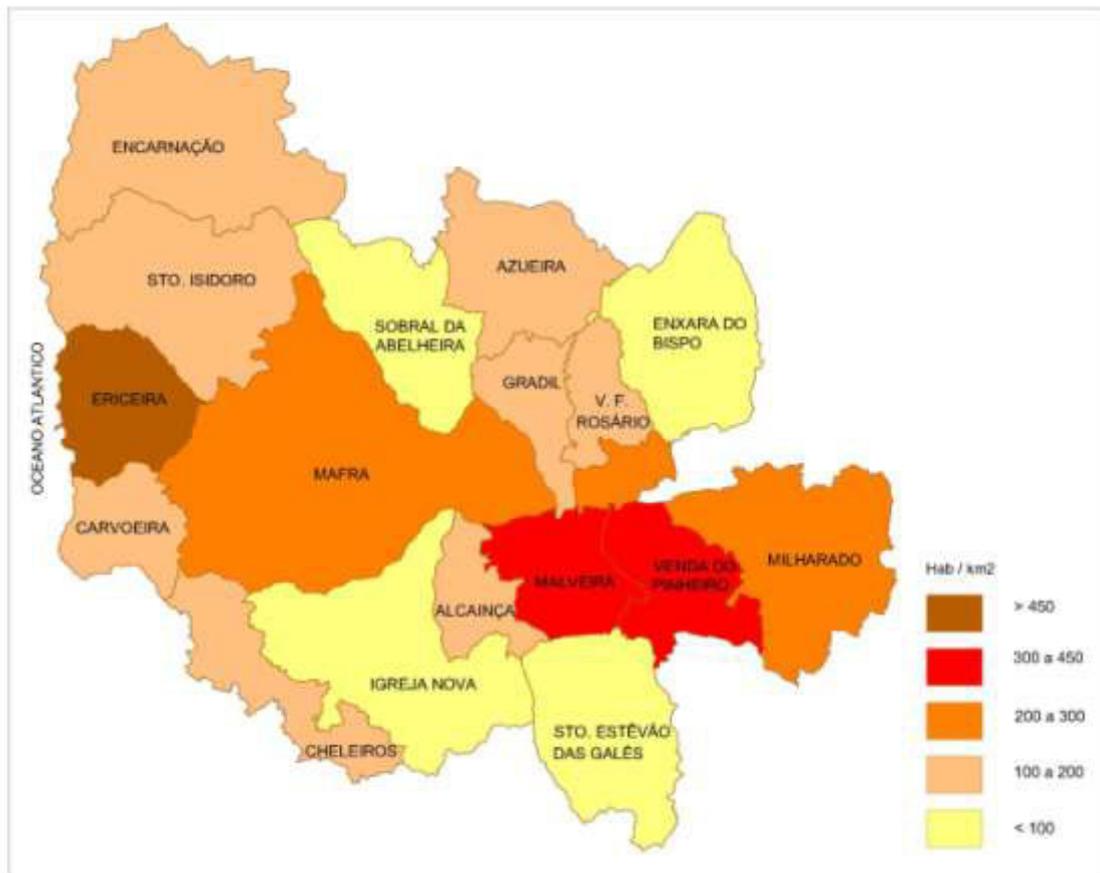


Figura IV.2: Densidades Populacionais, em 2001.

Destaca-se, também, a freguesia do Milharado, localizada no extremo nascente do concelho, mais concretamente na área de expansão do núcleo urbano da Malveira/ Venda do Pinheiro, com 211 hab/ km<sup>2</sup> e com cerca de 10% do total da população do concelho.

Importa referir, que as duas freguesias da Malveira e da Venda do Pinheiro surgem como o núcleo urbano mais denso do concelho de Mafra, apresentando uma densidade média total de 848 hab/ km<sup>2</sup>, aproximando-se da média da Área Metropolitana de Lisboa (AML) – ver quadro IV.2.

As freguesias do Sobral da Abelheira e da Igreja Nova, marcadamente rurais, são as menos densas do concelho, com 68 e 89 hab/ km<sup>2</sup>, respectivamente. A estrutura física do território da freguesia de Sobral da Abelheira, caracterizada pela existência de vales encaixados e bastante declivosos, contribuiu para esta situação, enquanto que em relação a Igreja Nova, a presença de vales acidentados e as

características dos solos, deram origem a extensas áreas de reserva, que condicionam a ocupação urbana.

Relativamente à variação populacional de 1991 para 2001, Carvoeira, S. Miguel de Alcaíça, Ericeira e Milharado surgem como as freguesias mais dinâmicas do concelho – ver figura IV.3.

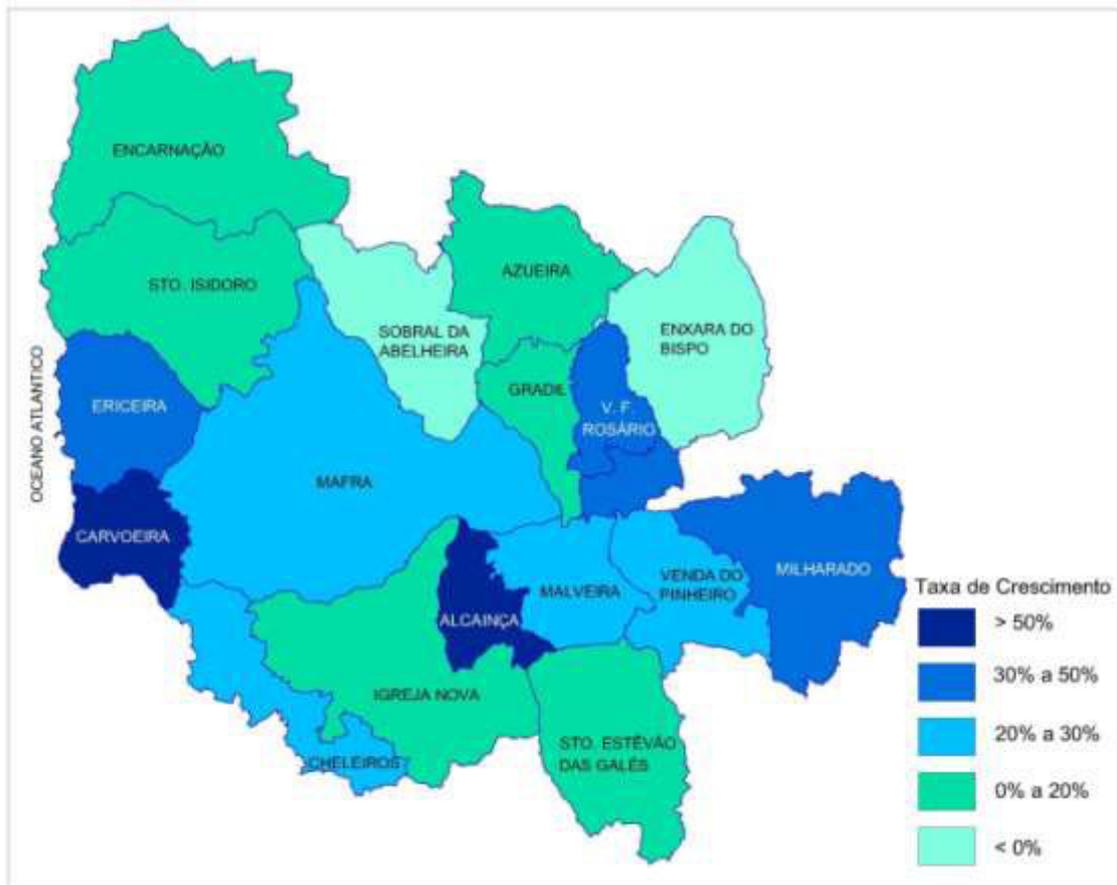


Figura IV.3: Taxas de Crescimento de 1991 para 2001.

As elevadas taxas de crescimento da Carvoeira e de S. Miguel de Alcaíça, justificam-se pela existência, em 1991, de quantitativos populacionais bastante reduzidos. Contudo, a freguesia da Carvoeira tem vindo a registar alguma procura para a fixação da população, dada a sua proximidade à costa atlântica e à existência de preços da habitação mais baratos do que na Ericeira.

As freguesias da Ericeira e do Milharado constituem zonas privilegiadas da expansão urbana no concelho; a primeira pela sua localização na fachada atlântica e, por conseguinte, pela sua atractividade turística, a segunda pela proximidade ao nó da A8, o qual permite o rápido acesso ao centro da área metropolitana.

Ao nível regional, o concelho de Mafra apresenta dinâmicas populacionais de transição entre as regiões da Grande Lisboa (AML Norte) e do Oeste – ver Capítulo I. Este concelho apresenta, na Grande Lisboa, uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional, entre 1991 e 2001, possuindo, no entanto, uma densidade populacional próxima dos valores registados na região do Oeste.

Importa salientar, que ao nível concelhio, as estimativas provisórias do INE para 2006 mantêm a taxa de crescimento populacional bastante positiva, na ordem dos 22%, sendo Mafra o território mais dinâmico da AML Norte (Grande Lisboa) – ver quadro IV.2.

Quadro IV.2: População residente em 2001 e estimada em 2006.

	População			Área Km <sup>2</sup>	Densidade 2006 (hab/km <sup>2</sup> )
	2001	2006	Var. (%)		
<b>Lisboa - NUT II</b>	<b>2.661.850</b>	<b>2.794.226</b>	<b>5,0</b>	<b>2.865</b>	<b>975</b>
<b>Grande Lisboa - NUT III</b>	<b>1.947.261</b>	<b>2.019.529</b>	<b>3,7</b>	<b>1.347</b>	<b>1.499</b>
Amadora	175.872	174.511	-0,8	23	7.495
Cascais	170.683	185.279	8,6	97	1.909
Lisboa	564.657	509.751	-9,7	85	6.024
Loures	199.059	197.567	-0,7	169	1.172
<b>Mafra</b>	<b>54.358</b>	<b>66.453</b>	<b>22,3</b>	<b>292</b>	<b>228</b>
Odivelas	133.847	148.906	11,3	27	5.592
Oeiras	162.128	170.677	5,3	46	3.724
Sintra	363.749	428.470	17,8	314	1.366
Vila Franca de Xira	122.908	137.915	12,2	296	467
<b>Península de Setúbal - NUT III</b>	<b>714.589</b>	<b>774.697</b>	<b>8,4</b>	<b>1.518</b>	<b>510</b>
<b>Centro - NUT II</b>	<b>2.348.397</b>	<b>2385891</b>	<b>1,6</b>	<b>28.179</b>	<b>85</b>
<b>Oeste - NUT III</b>	<b>338.711</b>	<b>359362</b>	<b>6,1</b>	<b>2.215</b>	<b>162</b>
Arruda dos Vinhos	10.350	11795	14,0	78	152
Sobral de Monte Agraço	8.927	10185	14,1	52	196
Torres Vedras	72.250	76696	6,2	407	188

A análise da distribuição da população residente por classe de lugar<sup>1</sup>, apresentada no quadro IV.3, possibilita a avaliação do grau de dispersão do povoamento no concelho, concluindo-se que:

- A média de hab/lugar aumentou ligeiramente entre 1991 e 2001, correspondendo a 254 hab/lugar no último ano censitário.
- Cerca de 37% da população do concelho de Mafra vivia, em 2001, em lugares com mais de 900 habitantes, enquanto que, 49% dos indivíduos vivia em lugares entre 100 e 899 habitantes, tendo aumentado a concentração urbana em 2001.
- Os quatro principais núcleos representavam, em 1991 e em 2001, cerca de 31% da população total, correspondendo aos maiores pólos de concentração urbana do concelho, o que lhes garantia alguma visibilidade regional.
- A população que vivia em lugares com menos de 100 habitantes, em 2001, correspondia a 10% do total concelhio, dividida por 111 lugares, o que demonstra uma certa dispersão do povoamento. No entanto, entre 1991 e 2001 assistiu-se a uma diminuição do peso destes pequenos lugares no concelho.
- A população isolada constituía apenas 4% do total de residentes, tendo diminuído também de 1991 para 2001.

Quadro IV.3: População residente por classe de lugar, em 1991 e 2001, para o total do concelho.

	Total		> 2.000		1.999 a 900		899 a 300		299 a 100		<99		Isolados		Média
	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%	hab/ lug.
Pop. por classe de lugar, em 1991	43.731	100	13.334	31	1.947	5	10.763	25	10.326	24	6.072	14	1.289	3	<b>210</b>
N.º de lugares	208		<b>4</b>		2		23		56		123		-		
Pop. por classe de lugar, em 2001	54.358	100	16.696	31	3.396	6	15.871	29	10.846	20	5.326	10	2.223	4	<b>254</b>
N.º de lugares	214		<b>4</b>		3		34		62		111		-		

<sup>1</sup> De acordo com os conceitos utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), os lugares correspondem a conjuntos de edifícios contíguos ou próximos, com um mínimo de 10 alojamentos e com uma designação toponímica.

No quadro IV.4, distribui-se a população do concelho de Mafra pelos principais lugares existentes, em 2001, em cada uma das freguesias. Pela observação deste quadro verifica-se que as freguesias de Igreja Nova, Carvoeira, Enxara do Bispo e Galés não possuíam, em 2001, aglomerados com mais de 500 habitantes, o que significa que estas unidades territoriais têm menor capacidade de polarização da população.

Por outro lado, verifica-se que os quatro lugares mais populosos, com mais de 2.000 habitantes, correspondem a Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro. Estes lugares, em conjunto com o Sobreiro e a Póvoa da Galega, correspondem aos núcleos urbanos com maior dinâmica populacional do concelho.

Uma análise mais pormenorizada, apresentada no quadro IV.5, permite confirmar que:

- Cerca de 55% da população se concentra numa faixa principal que se desenvolve entre a Ericeira e o Milharado, englobando os principais núcleos urbanos, as suas áreas de expansão e a área edificada ao longo da EN116.
- A restante população localiza-se em núcleos secundários sobre zonas agrícolas de povoamento disperso.

Importa referir que, sendo Mafra o concelho mais periférico e menos urbano da Grande Lisboa, o seu povoamento assemelha-se ao tipo de povoamento da região do Oeste.

Através da análise do gráfico IV.2 e do quadro IV.6, verifica-se que os lugares com maior dinâmica populacional nem sempre correspondem às sedes de freguesia. No caso de Santo Estêvão das Galés, a sede de freguesia possuía, em 2001, apenas 2% da população residente total.

Quadro IV.4: População residente segundo os principais lugares, em 2001.

Freguesias	Lugares					
	> 500 hab.		499 a 300 hab.		299 a 200 hab.	
Azueira	Livramento	769	Bandalhoeira	304	Aboboreira Barras	207 293
Carvoeira	-	-	Fonte Boa da Brincosa	371	Baleia	237
Cheleiros	Cheleiros	662	Carvalhoal	493	-	-
Encarnação	Barril Encarnação	765 932	Azenha dos Tanoeiros	380	Casais de S. Lourenço	236
Enxara do Bispo			Enxara do Bispo	396	Enxara dos Cavaleiros S. Sebastião	251 250
Ericeira	<b>Ericeira</b>	<b>4.721</b>	Fonte Boa dos Nabos Outeirinhos Seixal	442 307 311	Fonte Boa da Brincosa	224
Gradil	Gradil	561	-	-	-	-
Igreja Nova	-	-	Igreja Nova Carapinheira	477 331	Mafra Gare	201
Mafra	Achada	736	Barreiralva	327	A-da-Perra	211
	<b>Mafra</b>	<b>5.406</b>	Caeiros	303	Zambujal	217
	<b>Sobreiro</b>	<b>1.143</b>	Murgeira	320		
			Paz	311		
			Salgados	381		
Malveira	<b>Malveira</b>	<b>4.157</b>	-	-	-	-
Milharado	<b>Póvoa da Galega</b>	<b>1.321</b>	Jerumelo	343	Brejos	246
			Milharado	428	Calvos	235
			Vale São Gião	333	Casais da Serra	218
					Roussada	290
					Tituaría	217
S. Estêvão das Galés	-	-	Montemuro	372	Vila de Canas	254
Santo Isidoro	Ribamar	646	Lagoa	459	Rogel	279
			Santo Isidoro	494	Monte Bom	222
S. Miguel de Alcainça	Arrifana	749	Alcainça Grande	321	-	-
Sobral da Abelheira	Sobral da Abelheira	560	-	-	Monte Gordo	216
Venda do Pinheiro	Asseiceira Pequena	547	Venda do Valador	473	Asseiceira Grande	232
	Charneca <b>Venda do Pinheiro</b>	517 <b>2.412</b>			Quinta das Ervideiras	266
Vila Franca do Rosário	Vila Franca do Rosário	682	-	-	-	-

Quadro IV.5: População residente, em 2001, segundo os principais aglomerados urbanos.

Freguesias	Lugares Principais		Zonas de Expansão		EN116	TOTAL
Ericeira	Vila da Ericeira	4.721	Fonte Boa dos Nabos	442	Seixal	311
Carvoeira	Carvoeira	285	Outeirinho	307		
			Casais	122		
			Fonte Boa da Brincosa	595		
			Baleia	237		
Mafra	Vila de Mafra	5.406	Gorcinhos	134	Sobreiro	1.143
			Longo da Vila	196	Achada	736
			Almada	64	Caeiros	303
			Vilas	45	Paz	311
			Pedrogos	102	Salgados	381
			Casal do Outeiro	149	A-da-Perra	211
					Casal Mourão	187
Igreja Nova	Igreja Nova	477			Carapineira	331
					Arrifana	103
S. Miguel de Alcainça	Alcainça Grande	321			Arrifana	749
					Casal Moinho	22
Malveira	Malveira	4.157	Venda do Valador	496	Casal Moinho	122
Venda Pinheiro	Venda Pinheiro	2.412	Asseiceira Pequena	547	Casal Novo	26
			Asseiceira Grande	232		
			Quinta das Ervideiras	266		
			Charneca	517		
Milharado	Milharado	428	Póvoa da Galega	1.321		
	Tituaria	217	Roussada	290		
			Brejos	246		
<b>Principais Núcleos</b>		<b>18.424</b>		<b>6.308</b>		<b>4.936</b>
		<b>34%</b>		<b>12%</b>		<b>9%</b>
<b>Total Concelho</b>	-	-	-	-	-	<b>54.358</b>
						<b>100%</b>

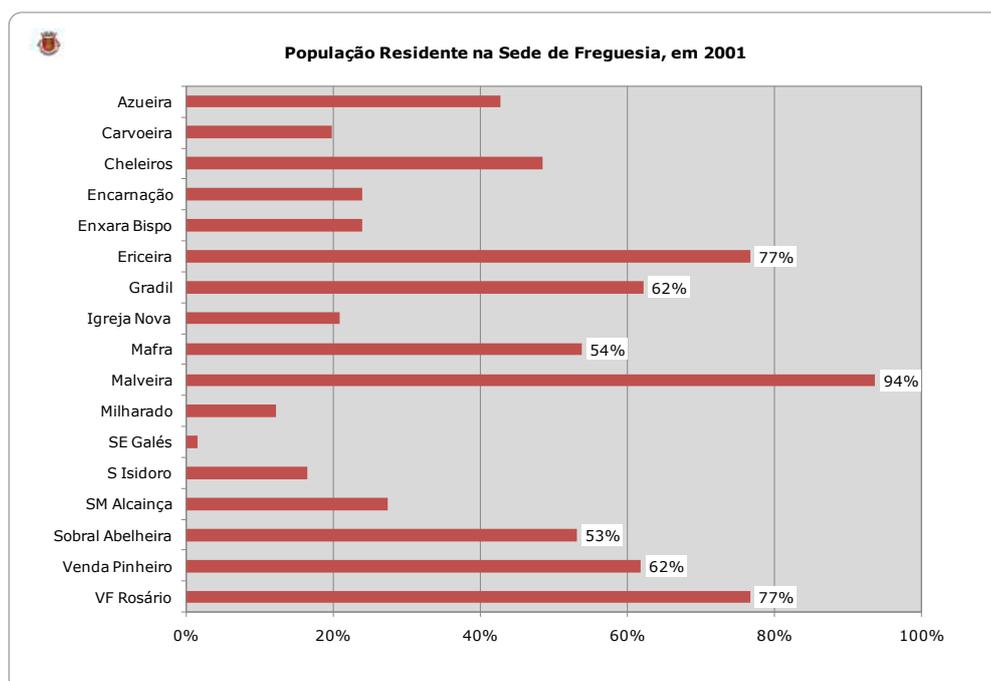


Gráfico IV.2: População residente por sede freguesia, em 2001.

Quadro IV.6: População residente por lugares que constituem a sede de freguesia, em 2001.

Freguesias	População Residente Total	Lugares	População Residente	
			v.a.	%
Azueira	2.877	Livramento	769	
		Azueira	157	
		Bandalhoeira	304	
		<i>Sub-total</i>	<i>1.230</i>	43%
Carvoeira	1.432	Carvoeira	285	20%
Cheleiros	1.365	Cheleiros	662	48%
Encarnação	3.893	Encarnação	932	24%
Enxara do Bispo	1.647	Enxara do Bispo	396	24%
Ericeira	6.597	Ericeira	4.721	
		Casal da Abadia (*)	13	
		Casal Piolho (*)	21	
		Casal Querido (*)	88	
		Fonte Boa da Brincosa (*)	224	
		<i>Sub-total</i>	<i>5.067</i>	77%
Gradil	901	Gradil	561	62%
Igreja Nova	2.280	Igreja Nova	477	21%
Mafra	11.276	Mafra	5.406	
		Pedrogos	102	
		Vilãs	45	
		Almada (*)	64	
		Casal do Outeiro (*)	149	
		Paz (*)	311	
		<i>Sub-total</i>	<i>6.077</i>	54%
Malveira	4.457	Malveira	4.157	
		Venda do Valador (**)	23	
		<i>Sub-total</i>	<i>4.180</i>	94%
Milharado	5.251	Milharado	428	
		Tituaria	217	
		<i>Sub-total</i>	<i>645</i>	12%
S. Estêvão das Galés	1.620	Sto Estêvão	25	2%
Santo Isidoro	2.992	Santo Isidoro	494	17%
S. Miguel de Alcaíça	1.170	Alcaíça Grande	321	27%
Sobral da Abelheira	1.052	Sobral da Abelheira	560	53%
Venda do Pinheiro	4.660	Venda do Pinheiro	2.412	
		Venda do Valador (**)	473	
		<i>Sub-total</i>	<i>2.885</i>	62%
Vila Franca do Rosário	888	Vila Franca do Rosário	682	77%

(\*) – Correspondem a áreas de expansão dos aglomerados.

(\*\*) – Este lugar encontra-se dividido entre as freguesias da Malveira e Venda do Pinheiro.

## 2.2 Evolução da População

Entre 1960 e 2001 a evolução da população no concelho de Mafra, por freguesia, registou duas situações bastante distintas:

- Nas décadas de 60 e 80 ocorreram crescimentos negativos em quase todas as freguesias, com destaque para a sede de concelho, nos anos 60, e para o Milharado, em 80.
- Nas décadas de 70 e 90 verifica-se um forte incremento populacional em quase todas as freguesias, à excepção do Sobral da Abelheira que assistiu à diminuição da população nestes dois períodos.

Esta tendência pode ser observada na média do concelho e nas freguesias mais dinâmicas, apresentadas no gráfico seguinte.

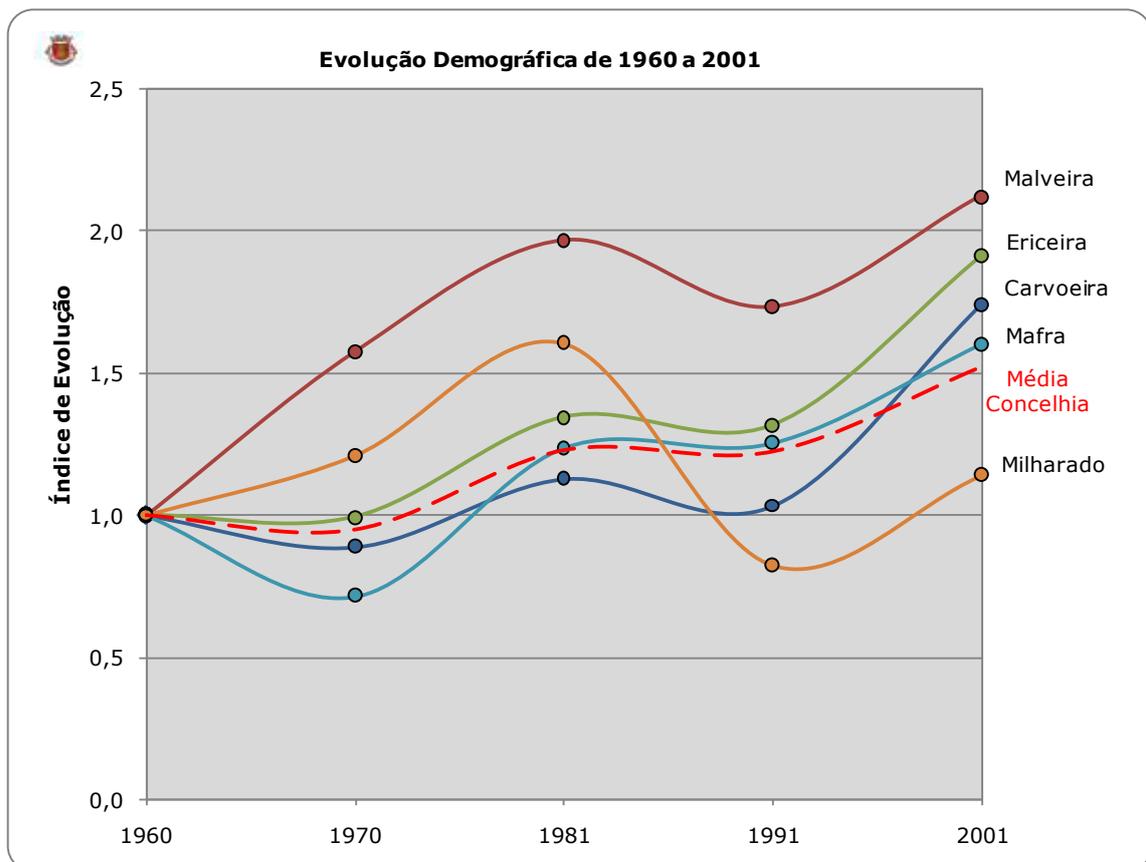


Gráfico IV.3: Evolução da População de 1960 para 2001, nas freguesias mais dinâmicas do concelho.

A observação do quadro IV.7 e do gráfico IV.3 revela que a dinâmica populacional do concelho deu origem a um aumento de 1,5, do índice de crescimento da população, em 2001, face aos valores existentes em 1960. Este crescimento, entre 1960 e 2001, duplicou na freguesia da Malveira, tendo quase duplicado na Ericeira. No entanto, as freguesias da Enxara do Bispo e do Sobral da Abelheira apresentam índices de crescimento abaixo da unidade, o que se reflecte numa perda populacional de 1960 para 2001, nestas duas unidades territoriais.

As freguesias de São Miguel de Alcainça e da Venda do Pinheiro foram criadas apenas na década de 80, pelo que apenas apresentam valores para os anos de 1991 e 2001. A formação destas duas freguesias originou uma forte diminuição da população, de 1981 para 1991, nas unidades territoriais que lhes deram origem, nomeadamente, Igreja Nova, com -22%, Malveira, com -12%, e Milharado, com -49%.

Com um crescimento populacional médio, nos anos 90, de 24%, quase todas as freguesias do concelho apresentam valores positivos, com destaque para Carvoeira, Ericeira, Milharado, São Miguel de Alcainça e Vila Franca do Rosário. Estas freguesias possuem uma forte dinâmica populacional, apresentando uma maior capacidade de atracção da população, nomeadamente, proveniente dos concelhos localizados na área central do sistema metropolitano.

Contudo, as elevadas taxas de crescimento das freguesias da Carvoeira, de São Miguel de Alcainça e de Vila Franca do Rosário, devem-se, sobretudo, à existência, em 1991, de quantitativos populacionais muito baixos.

Importa, ainda, referir que apenas as freguesias de Enxara do Bispo e do Sobral da Abelheira apresentam taxas de crescimento negativas, na década de 90, localizando-se estas na zona mais rural do concelho de Mafra.

Quadro IV.7: Evolução da população residente, por freguesia, entre 1960 e 2001.

Freguesias	1960	1970	1981	1991	2001	Variação			
						60/70	70/80	81/91	91/01
Azueira	2.682	2.305	2.819	2.535	2.877	-14,1	22,3	-10,1	13,5
	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>				
Carvoeira	822	730	927	849	1.432	-11,2	27,0	-8,4	68,7
	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>	<b>1,0</b>	<b>1,7</b>				
Cheleiros	1.361	1.210	1.188	1.112	1.365	-11,1	-1,8	-6,4	22,8
	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>				
Encarnação	3.192	3.290	3.414	3.376	3.893	3,1	3,8	-1,1	15,3
	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>				
Enxara do Bispo	1.947	1.660	1.747	1.721	1.647	-14,7	5,2	-1,5	-4,3
	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>				
Ericeira	3.445	3.420	4.635	4.538	6.597	-0,7	35,5	-2,1	45,4
	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,9</b>				
Gradil	833	750	785	770	901	-10,0	4,7	-1,9	17,0
	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>				
Igreja Nova	2.168	2.335	2.567	2.016	2.280	7,7	9,9	-21,5	13,1
	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>				
Mafra	7.032	5.020	8.702	8.823	11.276	-28,6	73,3	1,4	27,8
	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>1,2</b>	<b>1,3</b>	<b>1,6</b>				
Malveira	2.097	3.305	4.128	3.638	4.457	57,6	24,9	-11,9	22,5
	<b>1,0</b>	<b>1,6</b>	<b>2,0</b>	<b>1,7</b>	<b>2,1</b>				
Milharado	4.603	5.575	7.400	3.792	5.251	21,1	32,7	-48,8	38,5
	<b>1,0</b>	<b>1,2</b>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>	<b>1,1</b>				
S. Estevão das Galés	1.220	1.200	1.336	1.462	1.620	-1,6	11,3	9,4	10,8
	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>	<b>1,3</b>				
Santo Isidoro	2.515	2.225	2.499	2.688	2.992	-11,5	12,3	7,6	11,3
	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>				
S. Miguel de Alcainça	-	-	-	778	1.170	-	-	-	50,4
				<b>1,0</b>	<b>1,5</b>				
Sobral da Abelheira	1.153	1.210	1.031	1.077	1.052	4,9	-14,8	4,5	-2,3
	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>				
Venda do Pinheiro	-	-	-	3.875	4.660	-	-	-	20,3
				<b>1,0</b>	<b>1,2</b>				
Vila Franca do Rosário	669	695	721	681	888	3,9	3,7	-5,5	30,4
	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,0</b>	<b>1,3</b>				
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>35.739</b>	<b>33.930</b>	<b>43.899</b>	<b>43.731</b>	<b>54.358</b>	<b>-5,1</b>	<b>29,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>24,3</b>
		<b>0,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>				

### 2.3 Projecções Demográficas – CENSOS 2001

As estimativas da população foram calculadas, para cada uma das freguesias do concelho, com base na evolução da população residente de 1960 a 2001, conforme os dados disponíveis pelo INE para estas unidades territoriais. Os indivíduos residentes foram, projectados para os anos de 2011 e 2021, através do Método dos Mínimos Quadrados, o qual estabelece uma regra matemática de modo a adaptar a um conjunto de pontos, correspondentes aos valores conhecidos da população, uma linha tendencial que minimize a soma quadrática das diferenças entre os valores conhecidos.

Conquanto as projecções demográficas aqui apresentadas sejam, de modo geral, bastante positivas, as Estimativas Provisórias do INE em 2006 ultrapassam os melhores cenários para o **concelho de Mafra**, projectando um total de **66.453** indivíduos contra os valores de **63.679**, aqui previstos para 2011. **Desta forma, o que importa reter deste estudo não são os valores totais projectados mas sim as tendências demográficas ao nível das freguesias do concelho de Mafra.**

Verifica-se, assim, que em 2021 e 2011 as freguesias mais dinâmicas, são Carvoeira, Cheleiros, Ericeira, Mafra, Milharado e S. Miguel de Alcainça. Embora Cheleiros e S. Miguel de Alcainça apresentem fortes dinâmicas populacionais, a sua população residente efectiva corresponde a valores mais baixos do que nas restantes unidades territoriais destacadas.

As projecções negativas são apresentadas para as freguesias de Enxara do Bispo e do Sobral da Abelheira, com diminuição da população para os dois anos em análise, tendência que já se tinha manifestado desde a década de 80.

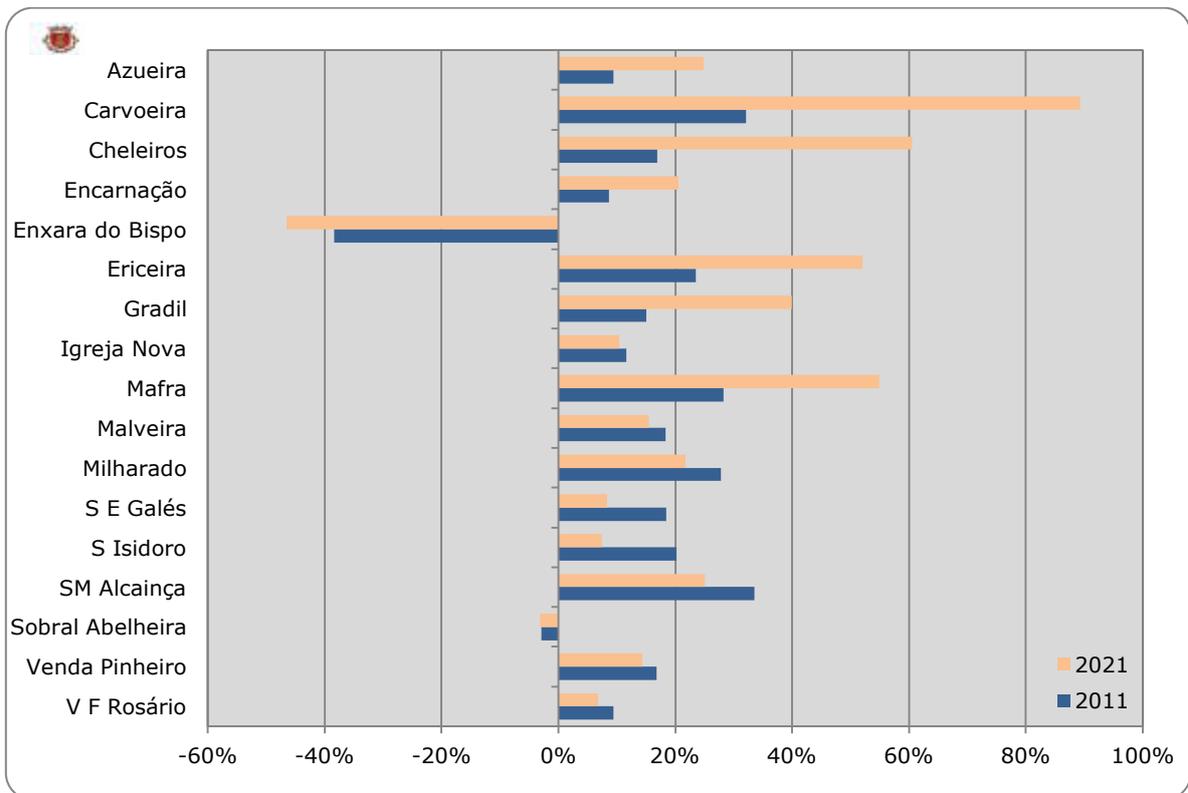


Gráfico IV.4: Variação da População Projectada para 2021 e 2011, por freguesia – Método dos Mínimos Quadrados.

Conforme se observa no quadro IV.8, foram consideradas duas tendências para as projecções demográficas por freguesia, a linear e a polinomial. Para as freguesias da Venda do Pinheiro e São Miguel de Alcaíça foi considerada, exclusivamente, a tendência linear, uma vez que estas só foram criadas na década de 80 e apenas apresentam valores para os anos censitários de 1991 e 2001.

A tendência polinomial constitui a projecção mais favorável, uma vez que os dados de origem apresentam grandes variações entre os anos conhecidos. No entanto, tal como foi verificado anteriormente e de acordo com as Estimativas Provisórias do INE em 2006, estes valores para o total do concelho já foram ultrapassados.

Quadro IV.8: Projecções demográficas por freguesia, para 2011 e 2021.

Freguesias	População Residente 2001	População Projectada				91/2001	Variação (%)			
		T. Linear		T. Polinomial			T. Linear		T. Polinomial	
		2011	2021	2011	2021		01/2011	11/2021	01/2011	11/2021
Azueira	2.877	2.830	2.892	3.150	3.532	14	-2	2	10	25
Carvoeira	1.432	1.354	1.488	1.891	2.563	69	-6	10	32	89
Cheleiros	1.365	1.221	1.213	1.595	1.961	23	-11	-1	17	61
Encarnação	3.893	3.905	4.059	4.230	4.709	15	0,3	4	9	21
Enxara do Bispo	1.647	1.582	1.527	1.016	845	-4	-4	-3	-38	-47
Ericeira	6.597	6.760	7.502	8.146	10.274	45	3	11	24	52
Gradil	901	872	891	1.036	1.220	17	-3	2	15	40
Igreja Nova	2.280	(*) 2.544	2.808	-	-	13	12	10	-	-
Mafra	11.276	11.823	13.044	14.458	18.313	28	5	10	28	55
Malveira	4.457	(*) 5.276	6.096	-	-	23	18	16	-	-
Milharado	5.251	(*) 6.710	8.169	-	-	39	27	22	-	-
S. Est. das Galés	1.620	1.705	1.816	1.919	1.847	11	5	7	18	8
Santo Isidoro	2.992	3.081	3.238	3.596	3.312	11	3	5	20	8
S. M. Alcaíça	1.170	1.562	1.954	-	-	50	34	25	-	-
Sobral da Abelheira	1.052	999	964	1.022	967	-2	-5	-4	-3	-3
Venda do Pinheiro	4.660	5.445	6.230	-	-	20	17	14	-	-
V. F. Rosário	888	844	883	972	901	30	-5	5	9	7
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>54.358</b>	<b>56.396</b>	<b>61.088</b>	<b>63.679</b>	<b>75.654</b>	<b>24</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>34</b>

(\*) – Nestes resultados foram considerados apenas os valores de 1991, data a partir da qual os Censos já compreendiam os dados relativos às freguesias de S. Miguel de Alcaíça e da Venda do Pinheiro.

Para as freguesias da Igreja Nova, Malveira, Milharado, S. Miguel de Alcaíça e Venda do Pinheiro, a tendência linear é considerada a mais fidedigna, dada a evolução demográfica destas unidades territoriais, originada pela criação dos novos limites administrativos. Para o cálculo da projecção demográfica nestas freguesias foram considerados, apenas, os valores a partir do ano censitário de 1991.

As projecções demográficas apresentadas anteriormente podem ser comparadas com um estudo<sup>2</sup> elaborado para a Câmara Municipal de Mafra, com base nos Censos de 1991 e 2001. Esta projecção aponta as freguesias da Carvoeira, Ericeira, Mafra, Milharado, S. Miguel de Alcaíça e Vila Franca do Rosário como as mais dinâmicas.

<sup>2</sup> Carta Educativa do concelho de Mafra – Capítulo 4: Projecções demográficas.

Quadro IV.9: População projectada por freguesia, para 2011.

Freguesias	População Projectada 2011	Varição 2001-2011
Azueira	3.267	13,6 %
Carvoeira	2.393	67,1 %
Cheleiros	1.676	22,8 %
Encarnação	4.492	15,4 %
Enxara do Bispo	1.576	-4,3 %
Ericeira	9.552	44,8 %
Gradil	1.054	17,0 %
Igreja Nova	2.579	13,1 %
Mafra	14.391	27,6 %
Malveira	5.460	22,5 %
Milharado	7.251	38,1 %
S. Est. das Galés	1.795	10,8 %
Santo Isidoro	3.330	11,3 %
S. Miguel de Alcainça	1.750	49,6%
Sobral da Abelheira	1.027	-2,4%
Venda do Pinheiro	5.603	20,2%
V. F. Rosário	1.156	30,2%
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>68.352</b>	<b>25,7</b>

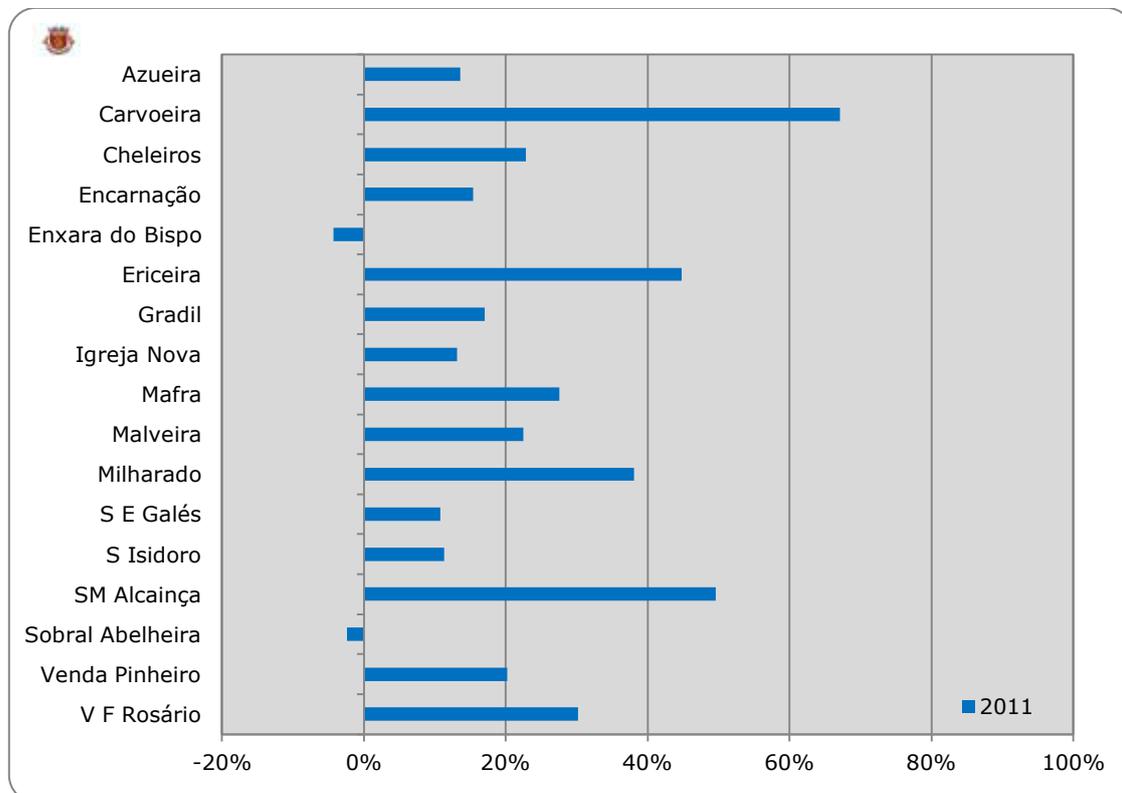


Gráfico IV.5: Variação da População Projectada para 2011, por freguesia.

Embora os cenários apresentados sejam semelhantes, as projecções efectuadas segundo a tendência polinomial e os resultados enumerados no quadro 8, possuem valores muito diferentes nas freguesias da Carvoeira, Enxara do Bispo, Ericeira, S. Miguel de Alcainça e de Vila Franca do Rosário. Em relação à Enxara do Bispo, esta freguesia apresenta, no estudo demográfico da Carta Educativa, um crescimento negativo menos acentuado. Nas restantes quatro freguesias as variações foram, na Carta Educativa, bastante superiores.

Conquanto as projecções demográficas apresentadas anteriormente sejam bastante favoráveis para o concelho de Mafra, existem factores exógenos, nomeadamente associados à construção das novas acessibilidades, que poderão influenciar, de forma muito positiva, os resultados efectivos para as décadas subsequentes, o que parece já ter sido demonstrado nas Estimativas Provisórias do INE para 2006.

## **2.4 Estrutura Etária e Familiar**

Pela análise do quadro IV.10 e da Carta de Estrutura Etária por freguesia – 2001 nº 13, no Anexo Peças Desenhadas, verifica-se que o concelho de Mafra registou um aumento populacional, de 1991 para 2001, em todas os grandes grupos etários, tendo-se registado, sobretudo, um aumento dos indivíduos em idade activa, que correspondem à faixa etária dos 15 aos 64 anos, e dos idosos, residentes com mais de 65 anos. Esta tendência verifica-se, em quase, todas as freguesias com destaque para o aumento do grupo etário dos 15 aos 64 anos nas freguesias da Carvoeira, da Ericeira, de Mafra e do Milharado.

No entanto, em termos percentuais registou-se uma ligeira diminuição, na mesma década, da proporção de jovens no total do concelho, os quais correspondem aos indivíduos com menos de 14 anos.

Quadro IV.10: Evolução da estrutura etária entre 1991 e 2001, por freguesia.

Freguesias	População por grupos etários em 1991						População por grupos etários em 2001					
	0-14		15- 64		+ 65 anos		0-14		15- 64		+ 65 anos	
	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%
Azueira	445	17,6	1.709	67,4	381	15,0	401	13,9	1.942	67,5	534	18,6
Carvoeira	165	19,4	565	66,5	119	14,0	226	15,8	1.016	70,9	190	13,3
Cheleiros	201	18,1	724	65,1	187	16,8	237	17,4	889	65,1	239	17,5
Encarnação	664	19,7	2.230	66,1	482	14,3	591	15,2	2.645	67,9	657	16,9
Enxara do Bispo	326	18,9	1.127	65,5	268	15,6	251	15,2	1.101	66,8	295	17,9
Ericeira	836	18,4	3.012	66,4	690	15,2	1.001	15,2	4.574	69,3	1.022	15,5
Gradil	132	17,1	483	62,7	155	20,1	150	16,6	540	59,9	211	23,4
Igreja Nova	334	16,6	1.355	67,2	327	16,2	344	15,1	1.536	67,4	400	17,5
Mafra	1.605	18,2	6.111	69,3	1.107	12,5	1.905	16,9	7.801	69,2	1.570	13,9
Malveira	617	17,0	2.444	67,2	577	15,9	659	14,8	3.053	68,5	745	16,7
Milharado	830	21,9	2.560	67,5	402	10,6	969	18,5	3.634	69,2	648	12,3
S. Est. das Galés	274	18,7	974	66,6	214	14,6	231	14,3	1.110	68,5	279	17,2
Santo Isidoro	562	20,9	1.759	65,4	367	13,7	496	16,6	2.023	67,6	473	15,8
S. Miguel de Alcaíça	136	17,5	513	65,9	129	16,6	184	15,7	803	68,6	183	15,6
Sobral da Abelheira	199	18,5	700	65,0	178	16,5	161	15,3	674	64,1	217	20,6
Venda do Pinheiro	769	19,8	2.529	65,3	577	14,9	774	16,6	3.212	68,9	674	14,5
V. F. do Rosário	115	16,9	444	65,2	122	17,9	166	18,7	591	66,6	131	14,8
<b>Total do Concelho</b>	<b>8.210</b>	<b>18,8</b>	<b>29.239</b>	<b>66,9</b>	<b>6.282</b>	<b>14,4</b>	<b>8.746</b>	<b>16,1</b>	<b>37.144</b>	<b>68,3</b>	<b>8.468</b>	<b>15,6</b>

O aumento populacional do grupo etário dos 15 aos 64 anos deve-se ao saldo migratório positivo, resultante da crescente integração do concelho de Mafra nas dinâmicas metropolitanas.

A leitura do quadro IV.11, permite verificar que houve uma ligeira diminuição, de 1991 para 2001, do coeficiente de dependência global no total concelhio, originada pelo aumento da população activa e pela diminuição da proporção de indivíduos jovens. Este coeficiente é dado pela relação entre os indivíduos jovens e idosos, relativos aos efectivos com menos de 14 anos e mais de 65 anos, e a população em idade activa.

O incremento do índice de envelhecimento, dado pela relação entre a população jovem e a idosa, é demonstrativo da situação anterior, tendo-se registado um aumento de 0,96 idosos por cada jovem residente no concelho em 2001, face aos 0,77 idosos de 1991. No entanto o peso dos indivíduos jovens no concelho de Mafra, face aos idosos, continua a ser superior.

O aumento do índice de envelhecimento foi, em 2001, generalizado por todas as freguesias, com destaque para Azueira, Sobral da Abelheira e Santo Estêvão das Galés. A sede de concelho apresenta, em 2001, o valor mais baixo do índice de envelhecimento, correspondendo esta freguesia a uma das mais urbanas.

Em relação à proporção de indivíduos em idade activa, esta aumentou, também, de 1991 para 2001, provocada pelo acréscimo populacional do grupo etário dos 15 aos 64 anos. Ao nível das freguesias, a Carvoeira destaca-se pela positiva, com 71% de indivíduos em idade activa.

Quadro IV.11: Indicadores demográficos, por freguesia, em 1991 e 2001.

Freguesias	Coeficientes de Dependência						Índice de envelhecimento		% População Activa	
	Global		Jovens		Idosos		1991	2001	1991	2001
	1991	2001	1991	2001	1991	2001				
Azueira	0,48	0,48	0,26	0,21	0,22	0,27	0,86	1,33	67%	68%
Carvoeira	0,50	0,41	0,29	0,22	0,21	0,19	0,72	0,84	67%	71%
Cheleiros	0,54	0,54	0,28	0,27	0,26	0,27	0,93	1,01	65%	65%
Encarnação	0,51	0,47	0,30	0,22	0,22	0,25	0,73	1,11	66%	68%
Enxara do Bispo	0,53	0,50	0,29	0,23	0,24	0,27	0,82	1,18	65%	67%
Ericeira	0,51	0,44	0,28	0,22	0,23	0,22	0,83	1,02	66%	69%
Gradil	0,59	0,67	0,27	0,28	0,32	0,39	1,17	1,41	63%	60%
Igreja Nova	0,49	0,48	0,25	0,22	0,24	0,26	0,98	1,16	67%	67%
Mafra	0,44	0,45	0,26	0,24	0,18	0,20	0,69	0,82	69%	69%
Malveira	0,49	0,46	0,25	0,22	0,24	0,24	0,94	1,13	67%	68%
Milharado	0,48	0,44	0,32	0,27	0,16	0,18	0,48	0,67	68%	69%
S. Est. das Galés	0,50	0,46	0,28	0,21	0,22	0,25	0,78	1,21	67%	69%
Santo Isidoro	0,53	0,48	0,32	0,25	0,21	0,23	0,65	0,95	65%	68%
S. Miguel de Alcainça	0,52	0,46	0,27	0,23	0,25	0,23	0,95	0,99	66%	69%
Sobral da Abelheira	0,54	0,56	0,28	0,24	0,25	0,32	0,89	1,35	65%	64%
Venda do Pinheiro	0,53	0,45	0,30	0,24	0,23	0,21	0,75	0,87	65%	69%
V. F. do Rosário	0,53	0,50	0,26	0,28	0,27	0,22	1,06	0,79	65%	67%
<b>Total do Concelho</b>	<b>0,50</b>	<b>0,46</b>	<b>0,28</b>	<b>0,24</b>	<b>0,21</b>	<b>0,23</b>	<b>0,77</b>	<b>0,97</b>	<b>67%</b>	<b>68%</b>

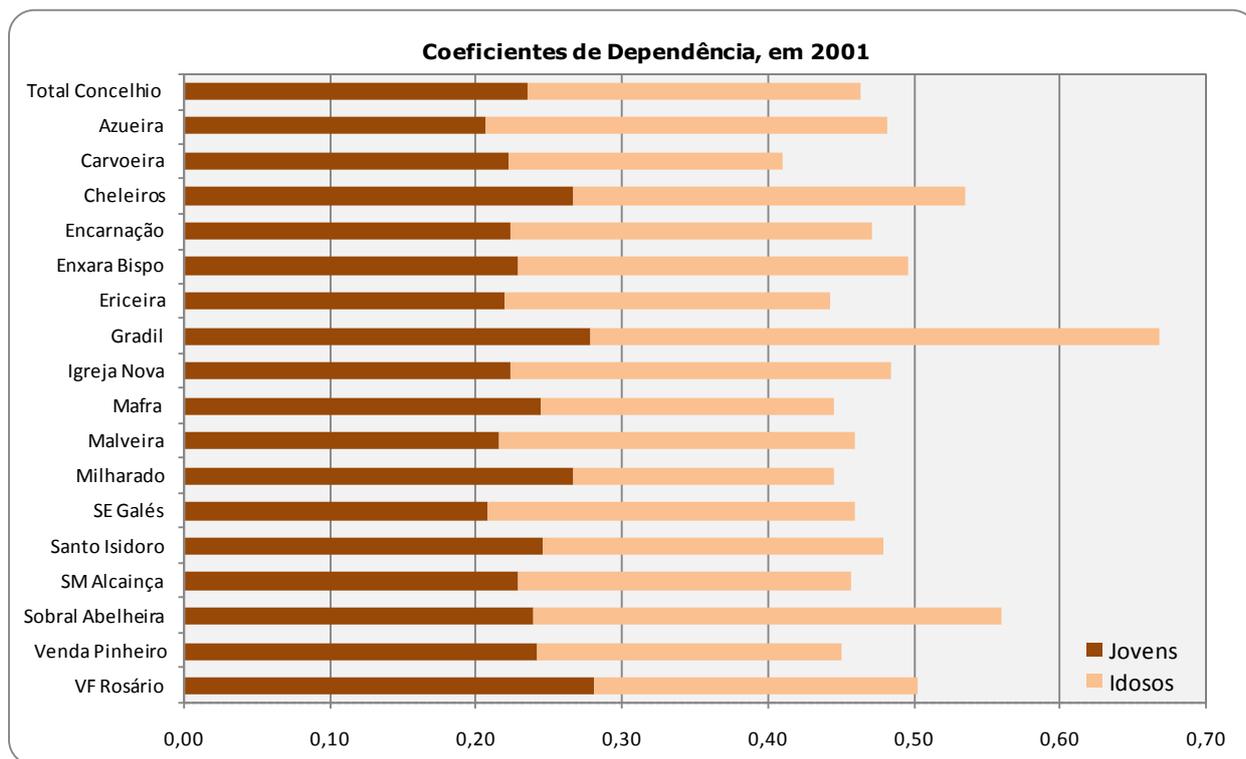


Gráfico IV.6: Coeficientes de dependência, jovens e idosos, para 2001, por freguesia.

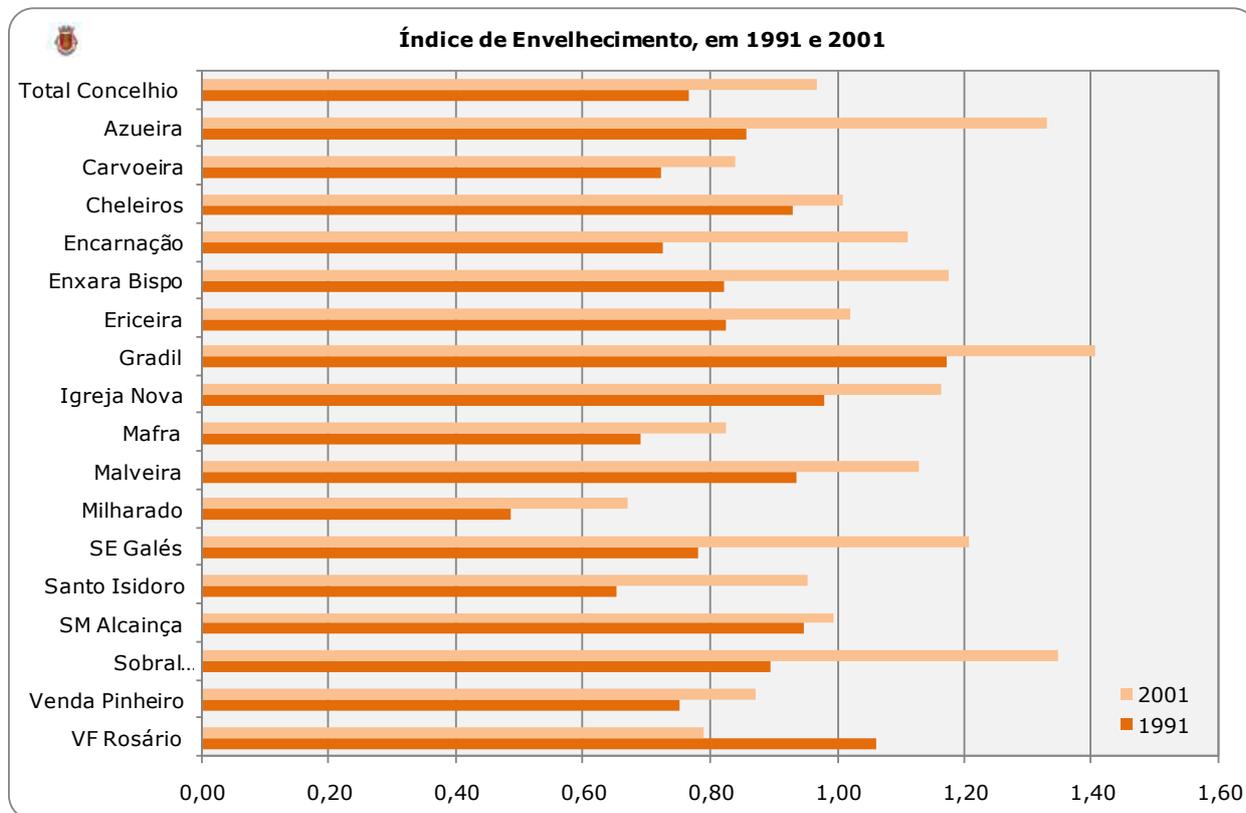


Gráfico IV.7: Índices de envelhecimento para 1991 e 2001, por freguesia.

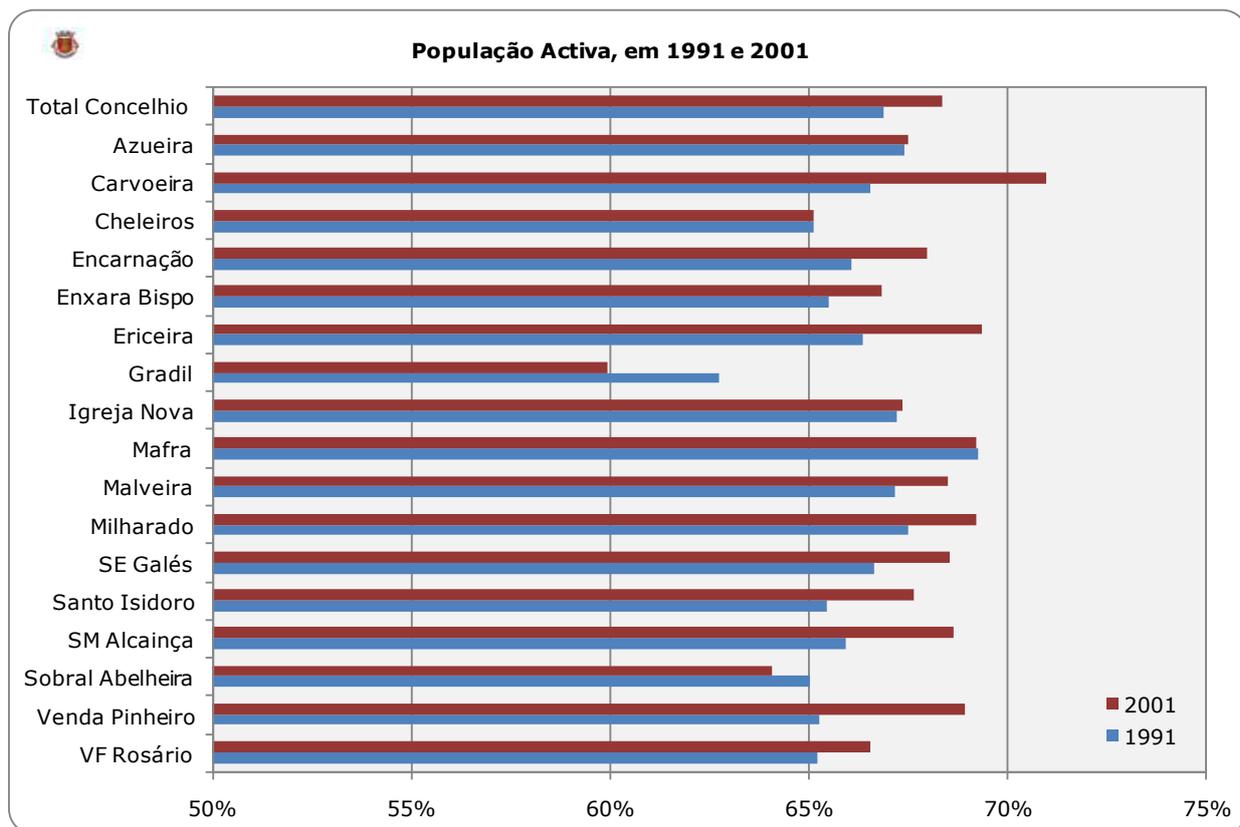


Gráfico IV.8: Proporção da população activa, em 1991 e 2001, por freguesia.

O concelho de Mafra, tendo sido um dos concelhos da Grande Lisboa com maior dinâmica populacional, apresenta um aumento de 35% das famílias, bastante superior à média desta sub-região – ver Capítulo I.

Este crescimento do número de famílias verificou-se em todas as freguesias do concelho de Mafra, destacando-se Carvoeira, Ericeira, Milharado e São Miguel de Alcainça, as quais registaram, também, um significativo aumento da população. Importa referir, que mesmo nas freguesias onde se registou um decréscimo da população, como sejam a Enxara do Bispo e o Sobral da Abelheira, o número de famílias aumentou, o que se justifica pela diminuição da dimensão média do agregado familiar.

Quadro IV.12: Evolução da população residente e das famílias e dimensão média do agregado familiar, entre 1991 e 2001.

Freguesias	População Residente			Famílias clássicas			Dimensão média do agregado	
	1991	2001	var. %	1991	2001	var. %	1991	2001
Azueira	2.535	2.877	13,5	865	1.045	20,8	2,9	2,8
Carvoeira	849	1.432	68,7	292	551	88,7	2,9	2,6
Cheleiros	1.112	1.365	22,8	419	531	26,7	2,7	2,6
Encarnação	3.376	3.893	15,3	1.107	1.370	23,8	3,0	2,8
Enxara do Bispo	1.721	1.647	-4,3	596	612	2,7	2,9	2,7
Ericeira	4.538	6.597	45,4	1.559	2.576	65,2	2,9	2,6
Gradil	770	901	17,0	267	306	14,6	2,9	2,9
Igreja Nova	2.016	2.280	13,1	729	857	17,6	2,8	2,7
Mafra	8.823	11.276	27,8	2.943	4.142	40,7	3,0	2,7
Malveira	3.638	4.457	22,5	1.260	1.687	33,9	2,9	2,6
Milharado	3.792	5.251	38,5	1.159	1.862	60,7	3,3	2,8
S. Est. das Galés	1.462	1.620	10,8	523	649	24,1	2,8	2,5
Santo Isidoro	2.688	2.992	11,3	884	1.077	21,8	3,0	2,8
S. Miguel de Alcainça	778	1.170	50,4	274	436	59,1	2,8	2,7
Sobral da Abelheira	1.077	1.052	-2,3	390	405	3,8	2,8	2,6
Venda do Pinheiro	3.875	4.660	20,3	1.292	1.601	23,9	3,0	2,9
Vila Franca do Rosário	681	888	30,4	242	305	26,0	2,8	2,9
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>43.731</b>	<b>54.358</b>	<b>24,3</b>	<b>14.801</b>	<b>20.012</b>	<b>35,2</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>

Observa-se, ainda, que nas freguesias onde a dimensão média do agregado familiar mais decresceu, entre 1991 e 2001, se registou um forte incremento populacional, destacando-se Carvoeira, Ericeira e Milharado. A freguesia de Santo Estêvão das Galés surge como a exceção a esta tendência, pois embora apresente uma dimensão do agregado familiar abaixo da média concelhia, esta não foi acompanhada por um forte crescimento da população.

### 3. DINÂMICAS SÓCIO-ECONÓMICAS

#### 3.1 Níveis de Instrução

O concelho de Mafra é o que apresenta, no âmbito da AML, a maior taxa de analfabetismo, cerca de 8%, apesar da forte diminuição de 1991 para 2001.

Ao nível das freguesias o Sobral da Abelheira e a Enxara do Bispo, correspondendo às unidades mais rurais do concelho, possuem taxas de analfabetismo muito superiores à média, com cerca de 16% e 15%, respectivamente. As freguesias de Mafra e da Ericeira, mais urbanas, apresentam as menores taxas de analfabetismo do concelho, com cerca de 6%.

Em relação à população segundo os níveis de ensino<sup>3</sup>, em 2001, apresentada no quadro seguinte, poder-se-á concluir o seguinte:

- Em todas as freguesias a maior parte da população tem ou frequenta o 1º ciclo do ensino básico, com destaque para Cheleiros, Enxara do Bispo e Sobral da Abelheira.
- Carvoeira, Ericeira, Mafra, Malveira, São Miguel de Alcainça e Venda do Pinheiro possuem as percentagens mais elevadas de indivíduos com ensino superior. Estas freguesias definem o eixo urbano do concelho de Mafra, tendo apresentado na última década as mais elevadas taxas de crescimento populacional.

---

<sup>3</sup> - Os níveis de ensino correspondem ao mais elevado grau atingido pelo indivíduo, quer seja completo, quer seja incompleto, de acordo com os conceitos do INE.

Quadro IV.13: População residente, segundo o nível de instrução, em 2001.

Freguesias	Níveis de Ensino														Taxa de Analf.	
	Nenhum		Básico						Secund.		Médio		Superior			
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo									
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	Em 1991	Em 2001
Azueira	424	15	1.232	43	365	13	346	12	323	11	7	0	180	6	10,2	11,8
Carvoeira	189	13	461	32	155	11	204	14	255	18	15	1	153	11	13,1	7,4
Cheleiros	177	13	675	49	141	10	154	11	149	11	3	0	66	5	18,3	8,7
Encarnação	577	15	1.494	38	644	17	489	13	487	13	13	0	189	5	15,5	10,5
Enxara Bispo	313	19	723	44	261	16	165	10	138	8	-	-	47	3	17,9	15,4
Ericeira	794	12	2.124	32	820	12	796	12	1.275	19	54	1	734	11	8,6	5,5
Gradil	137	15	381	42	126	14	78	9	106	12	6	1	67	7	11,8	12,7
Igreja Nova	335	15	982	43	256	11	208	9	336	15	6	0	157	7	14,6	11,2
Mafra	1.365	12	3.616	32	1.399	12	1.362	12	2.205	20	94	1	1.235	11	7,3	5,5
Malveira	599	13	1.458	33	427	10	564	13	907	20	32	1	470	11	9,8	7,5
Milharado	843	16	1.983	38	685	13	549	10	787	15	22	0	382	7	13,9	9,8
S. Estêvão Galés	280	17	635	39	177	11	175	11	233	14	7	0	113	7	15,7	12,4
Santo Isidoro	454	15	1.139	38	442	15	329	11	390	13	24	1	214	7	12,2	9,2
S. M. de Alcaíça	146	12	438	37	127	11	155	13	184	16	8	1	112	10	13,3	7,4
Sobral da Abelheira	195	19	467	44	166	16	91	9	104	10	4	0	25	2	23,7	16,3
Venda do Pinheiro	659	14	1.418	30	508	11	564	12	882	19	48	1	581	12	12,4	6,9
V. F. Rosário	116	13	359	40	117	13	105	12	124	14	-	-	67	8	11,6	6,9
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>7.603</b>	<b>14</b>	<b>19.585</b>	<b>36</b>	<b>6.816</b>	<b>13</b>	<b>6.334</b>	<b>12</b>	<b>8.885</b>	<b>16</b>	<b>343</b>	<b>1</b>	<b>4.792</b>	<b>9</b>	<b>11,9</b>	<b>8,4</b>

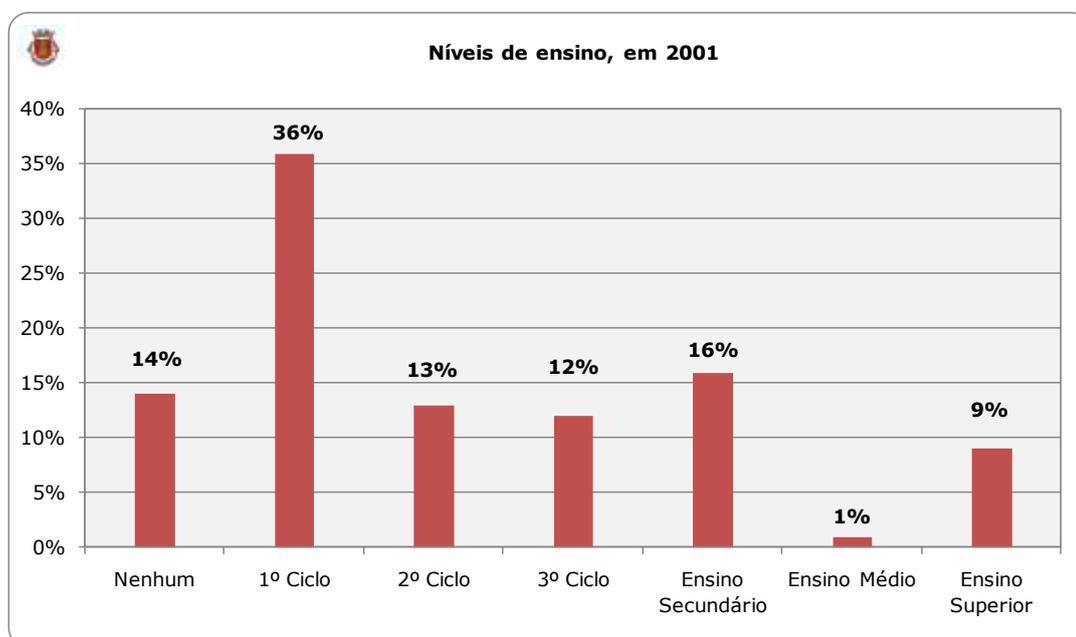


Gráfico IV.9: Níveis de ensino em 2001, para o total do concelho de Mafra.

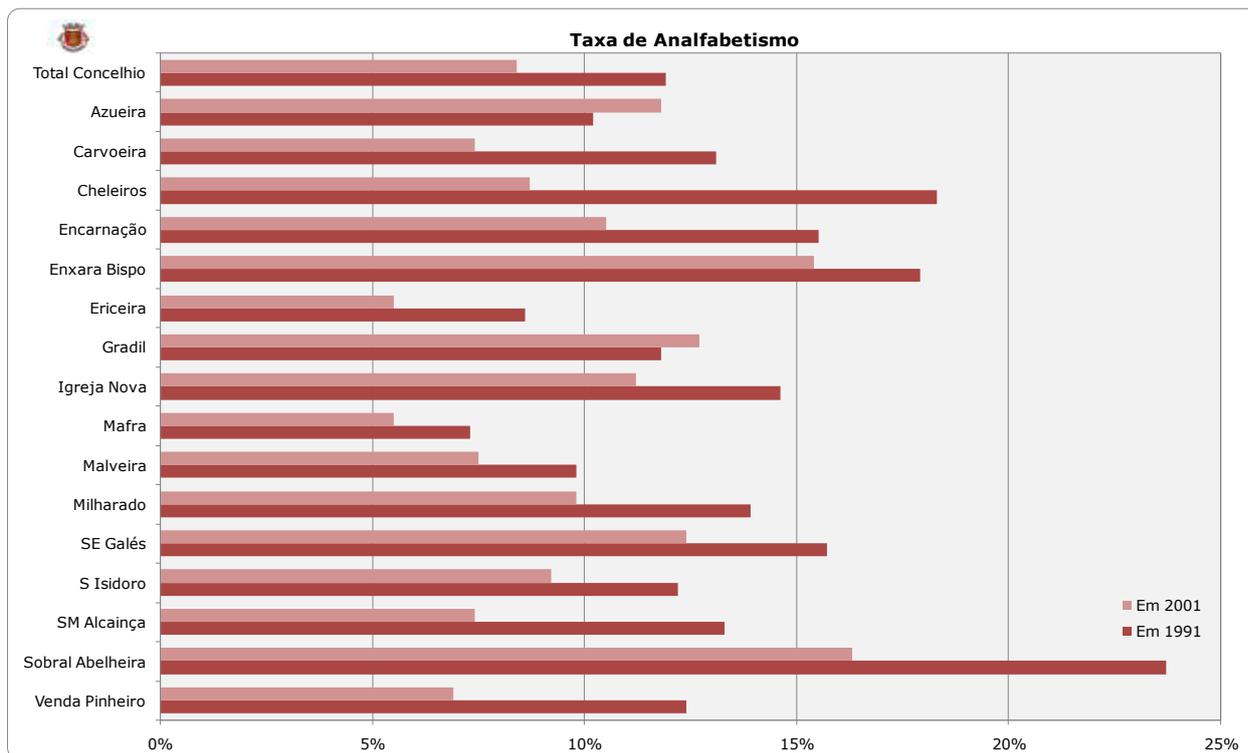


Gráfico IV.10: Variação da taxa de analfabetismo de 1991 e 2001, por freguesia.

### 3.2 Emprego

No contexto regional, apresentado no Capítulo I, concluiu-se que o concelho de Mafra constitui um território de transição entre a AML entre e a sub-região do Oeste, apresentando indicadores intermédios entre estas duas zonas.

No âmbito das freguesias e através da análise do quadro IV.14, conclui-se que as unidades territoriais do concelho com maior número de efectivos da população em idade activa correspondem às mais urbanas e, quase sempre, àquelas que apresentam maior percentagem da população empregada, das quais se distinguem Ericeira, Mafra, Milharado e Venda do Pinheiro.

Quadro IV.14: População residente segundo a situação económica, em 2001, por freguesia.

Freguesias	% Pop. Idade Activa	População com actividade económica						
		Total	Empregada		Desempregada			
			Total	%	Total	%	Tipo de Procura	
							1º Emprego %	Novo Emprego %
Azueira	64%	1.402	1.329	46	73	2,5	0,9	1,6
Carvoeira	71%	755	706	49	49	3,4	0,8	2,7
Cheleiros	65%	631	607	45	24	1,8	0,3	1,5
Encarnação	68%	1.999	1.935	50	64	1,6	0,4	1,2
Enxara do Bispo	67%	769	742	45	27	1,6	0,2	1,4
Ericeira	69%	3.502	3.317	50	185	2,8	0,6	2,2
Gradil	60%	403	390	43	13	1,4	0,4	1,0
Igreja Nova	67%	1.120	1.075	47	45	2,0	0,4	1,6
Mafra	69%	5.914	5.640	50	274	2,4	0,5	1,9
Malveira	68%	2.352	2.222	50	130	2,9	0,5	2,4
Milharado	69%	2.757	2.659	51	98	1,9	0,5	1,4
Sto Estêvão das Galés	69%	860	831	51	29	1,8	0,4	1,4
Santo Isidoro	68%	1.420	1.356	45	64	2,1	0,5	1,6
S. Miguel de Alcainça	69%	618	589	50	29	2,5	0,3	2,2
Sobral da Abelheira	64%	461	437	42	24	2,3	0,5	1,8
Venda do Pinheiro	69%	2.454	2.333	50	121	2,6	0,5	2,1
Vila Franca do Rosário	67%	456	438	49	18	2,0	0,1	1,9
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>68%</b>	<b>27.873</b>	<b>26.606</b>	<b>49</b>	<b>1.267</b>	<b>2,3</b>	<b>0,5</b>	<b>1,8</b>

Contudo, ao nível da população empregada, nem sempre as freguesias com maior percentagem da população em idade activa possuem a menor proporção de indivíduos desempregados, como é o caso da Carvoeira.

Em relação à proporção de desempregados no total da população com actividade económica, destacam-se a Ericeira e o Milharado, com as mais elevadas percentagens do concelho, e a Encarnação e a Enxara do Bispo com os menores valores de desemprego total.

Convém referir, que em todas as unidades territoriais, em análise, a maioria dos desempregados corresponde a indivíduos que procuram um novo emprego, situação que se tem vindo a verificar no país em geral devido à actual conjuntura económica nacional.

Quadro IV.15: Indicadores económicos, em 1991 e 2001, por freguesia.

Freguesias	Emprego potencial		Taxa de actividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Azueira	62,1	72,2	41,9	48,7	5,1	5,2
Carvoeira	55,2	74,3	36,7	52,7	2,6	6,5
Cheleiros	59,8	71,0	38,9	46,2	4,8	3,8
Encarnação	63,9	75,6	42,2	51,3	3,2	3,2
Enxara do Bispo	63,3	69,8	41,4	46,7	4,1	3,5
Ericeira	59,5	76,6	39,5	53,1	6,7	5,3
Gradil	66,0	74,6	41,4	44,7	1,9	3,2
Igreja Nova	64,7	72,9	43,5	49,1	1,9	4,0
Mafra	66,5	75,8	46,1	52,4	5,9	4,6
Malveira	65,0	77,0	43,7	52,8	5,5	5,5
Milharado	60,9	75,9	41,1	52,5	3,5	3,6
Sto Estêvão das Galés	63,0	77,5	42,0	53,1	3,0	3,4
Santo Isidoro	62,2	70,2	40,7	47,5	6,9	4,5
S. Miguel de Alcaíça	67,1	77,0	44,2	52,8	7,8	4,7
Sobral da Abelheira	67,0	68,4	43,5	43,8	2,6	5,2
Venda do Pinheiro	68,9	76,4	45,0	52,7	4,4	4,9
Vila Franca do Rosário	66,4	77,2	43,3	51,4	2,8	3,9
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>64,0</b>	<b>75,0</b>	<b>42,8</b>	<b>51,3</b>	<b>4,8</b>	<b>4,5</b>

Procedendo-se a uma análise mais detalhada ao nível da evolução dos indicadores económicos entre 1991 e 2001, efectuada no quadro IV.15 e nos gráficos seguintes, verifica-se que:

- O emprego potencial, dado pela relação entre os indivíduos com actividade económica e a população em idade activa, aumentou em todas as freguesias, com relevância para Santo Estêvão das Galés, sendo esta a que apresenta a maior proporção de população empregada face ao total de população em idade activa – ver quadro IV.15.
- A taxa de actividade, dada pela relação entre a população com actividade económica e o total da população residente, aumentou, também, em todas as freguesias, com destaque para Ericeira e Santo Estêvão das Galés.
- A taxa de desemprego, dada dada pela relação entre a população desempregada total e a população com actividade económica, diminuiu ligeiramente para o total do concelho, embora, as freguesias da Carvoeira, Gradil, Igreja Nova e do Sobral da Abelheira, tenham assistido um aumento significativo deste indicador.

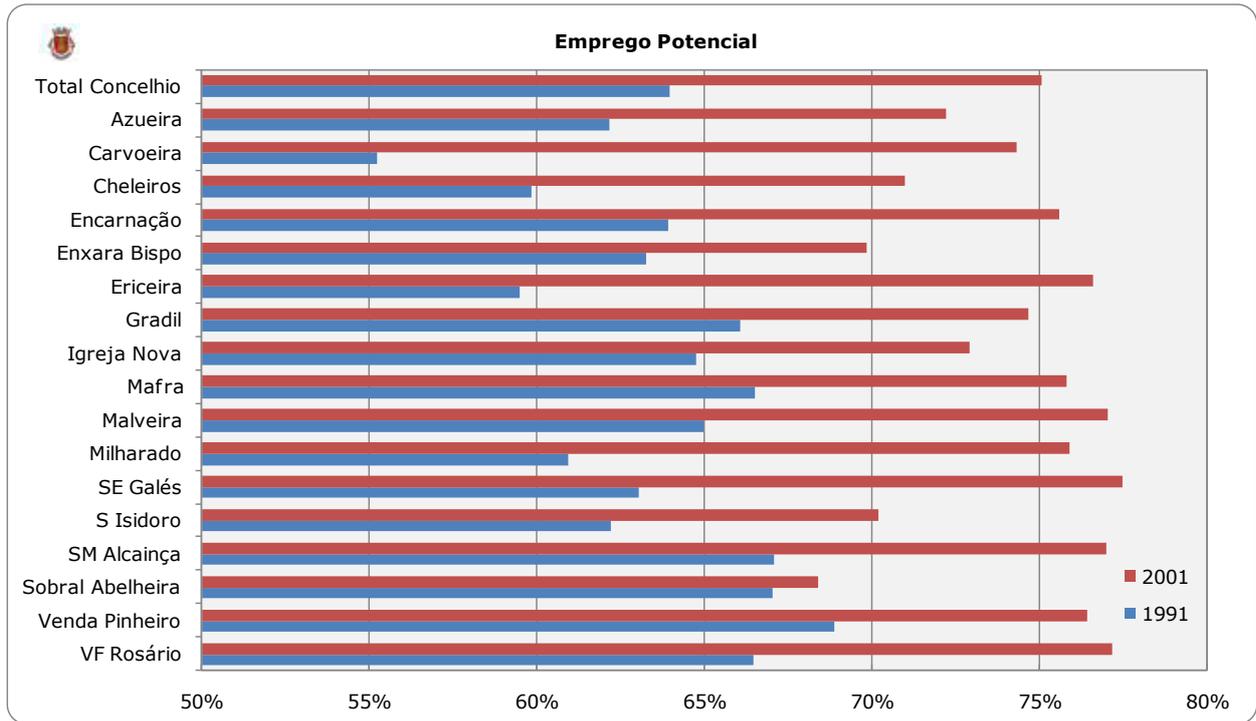


Gráfico IV.11: Emprego Potencial, em 1991 e 2001, por freguesia.

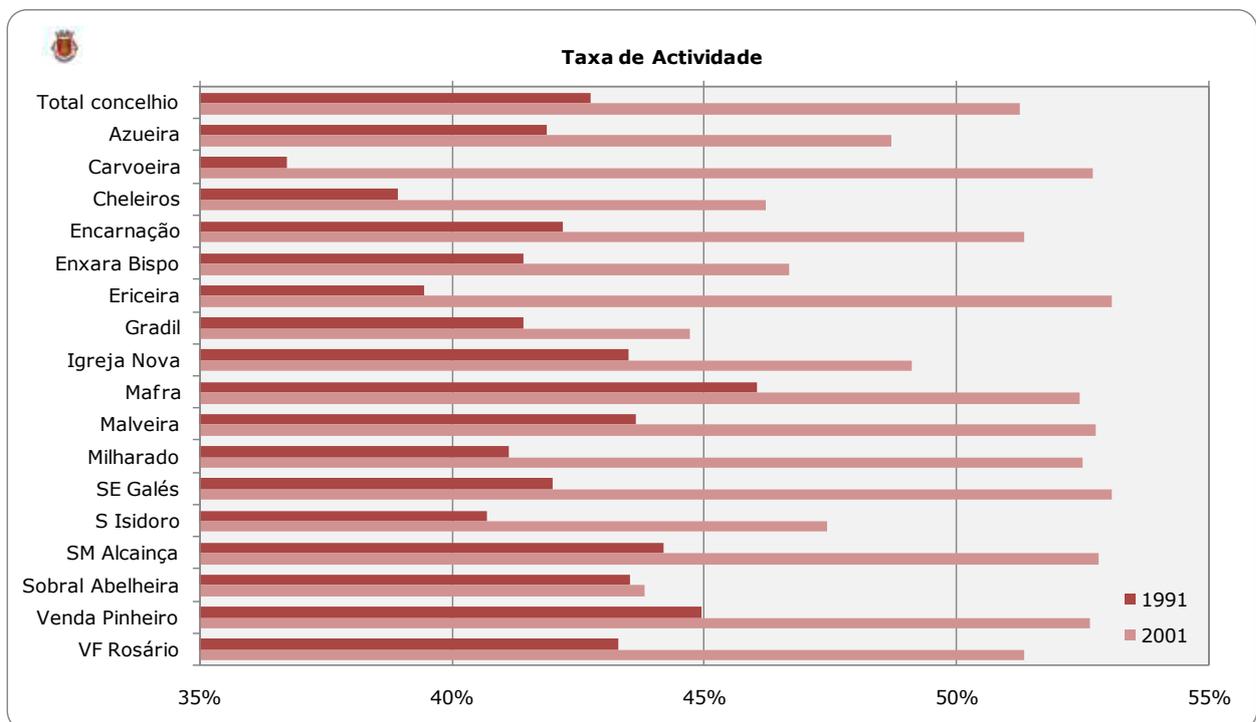


Gráfico IV.12: Taxa de actividade, em 1991 e 2001, por freguesia.

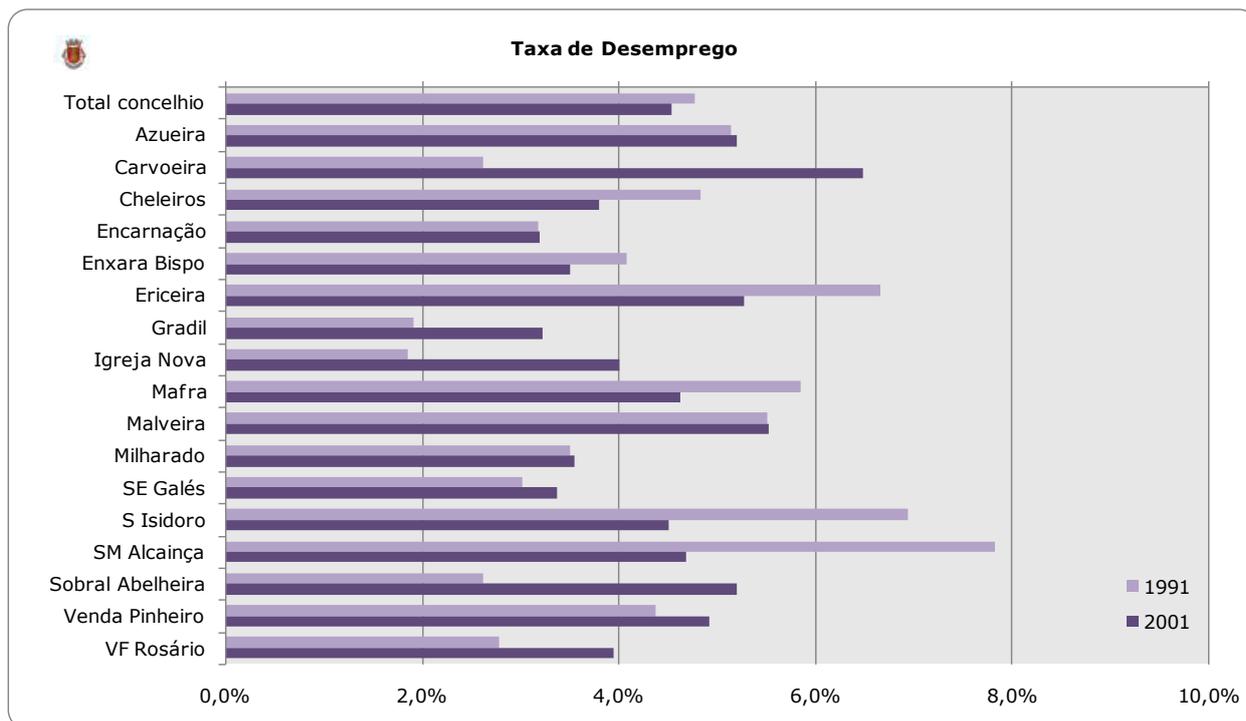


Gráfico IV.13: Taxa de desemprego, em 1991 e 2001, por freguesias e total concelho.

De um modo geral, poder-se-á concluir que o concelho de Mafra apresenta, em 2001, uma situação económica mais favorável do que a que possuía em 1991, apesar do aumento da taxa de desemprego nas freguesias da Carvoeira, Gradil, Igreja Nova, Santos Estêvão das Galés e Sobral da Abelheira.

Em relação à capacidade de oferta de emprego do concelho de Mafra, verifica-se, pela análise do quadro IV.16, que 65% da população empregada residia, em 2001, e trabalhava nesta unidade territorial. Daqui se conclui que este território possui uma capacidade económica capaz de satisfazer a maior parte das necessidades dos seus residentes. As freguesias de Mafra, Santo Isidoro e Vila Franca do Rosário são as que mais contribuem para esta tendência, com valores acima dos 70% de indivíduos empregados no concelho.

A freguesia de Cheleiros possui a maioria da população residente a trabalhar fora do concelho, o que talvez se deva à sua proximidade às áreas industriais e de armazenagem de Sintra.

Quadro IV.16: População residente empregada, segundo a localização do emprego,

em 2001, por freguesia.

Freguesias	População Residente Empregada				
	Total	No concelho		Fora do concelho	
		v.a.	%	v.a.	%
Azueira	1.329	921	69,3	408	30,7
Carvoeira	706	370	52,4	336	47,6
Cheleiros	607	303	49,9	304	50,1
Encarnação	1.935	1.334	68,9	601	31,1
Enxara do Bispo	742	476	64,2	266	35,8
Ericeira	3.317	2.262	68,2	1.055	31,8
Gradil	390	248	63,6	142	36,4
Igreja Nova	1.075	637	59,3	438	40,7
Mafra	5.640	4.072	72,2	1.568	27,8
Malveira	2.222	1.362	61,3	860	38,7
Milharado	2.659	1.533	57,7	1.126	42,3
Sto Estêvão das Galés	831	454	54,6	377	45,4
Santo Isidoro	1.356	993	73,2	363	26,8
S. Miguel de Alcainça	589	318	54,0	271	46,0
Sobral da Abelheira	437	358	81,9	79	18,1
Venda do Pinheiro	2.333	1.225	52,5	1.108	47,5
Vila Franca do Rosário	438	318	72,6	120	27,4
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>26.606</b>	<b>17.184</b>	<b>64,6</b>	<b>9.422</b>	<b>35,4</b>

### 3.3 Distribuição Sectorial do Emprego

Ao nível concelhio Mafra surge como um território, predominantemente, afecto ao sector terciário, se bem que, as actividades agrícolas possuem, ainda, alguma representatividade. No entanto, comparando com a região da Grande Lisboa, Mafra é o concelho com menor representatividade do sector terciário e mais ligado às actividades rurais, à semelhança do agrupamento do Oeste – ver Capítulo I.

De modo geral, a distribuição sectorial da população por freguesia e em 2001, não revela grande divergência em relação à média concelhia, onde o sector terciário abrange parte significativa dos indivíduos empregados. No entanto, Cheleiros, Encarnação, Sobral da Abelheira e Vila Franca do Rosário possuem valores bastante inferiores à média concelhia.

Quadro IV.17: População residente empregada, segundo o sector de actividade, em 2001, por freguesia

Freguesias	População Empregada													
	Total		Sector Primário CAE 0				Sector Secundário CAE 1 a 4				Sector Terciário CAE 5 a 9			
	1991	2001	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
			v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Azueira	1.010	1.329	302	30	174	13	304	30	434	33	404	40	721	54
Carvoeira	304	706	33	11	36	5	124	41	227	32	147	48	443	63
Cheleiros	413	607	53	13	28	5	241	58	320	53	119	29	259	43
Encarnação	1.381	1.935	326	24	227	12	579	42	919	47	476	34	789	41
Enxara do Bispo	685	742	273	40	118	16	233	34	241	32	179	26	383	52
Ericeira	1.679	3.317	123	7	74	2	423	25	998	30	1.133	67	2.245	68
Gradil	313	390	66	21	22	6	94	30	115	29	153	49	253	65
Igreja Nova	861	1.075	121	14	41	4	417	48	434	40	323	38	600	56
Mafra	3.839	5.640	214	6	172	3	1.208	31	1.550	27	2.417	63	3.918	69
Malveira	1.505	2.222	41	3	43	2	464	31	556	25	1.000	66	1.623	73
Milharado	1.507	2.659	200	13	176	7	578	38	803	30	729	48	1.680	63
S. E. Galés	596	831	137	23	64	8	184	31	298	36	275	46	469	56
Santo Isidoro	1.023	1.356	170	17	108	8	457	45	562	41	396	39	686	51
S. M. Alcaíça	319	589	37	12	17	3	123	39	182	31	159	50	390	66
Sobral Abelheira	457	437	206	45	86	20	138	30	151	35	113	25	200	46
Venda Pinheiro	1.669	2.333	73	4	23	1	759	45	766	33	837	50	1.544	66
V. F. Rosário	287	438	37	13	19	4	136	47	230	53	114	40	189	43
<b>Concelho Mafra</b>	<b>17.848</b>	<b>26.606</b>	<b>2.412</b>	<b>14</b>	<b>1.428</b>	<b>5</b>	<b>6.462</b>	<b>36</b>	<b>8.786</b>	<b>33</b>	<b>8.974</b>	<b>50</b>	<b>16.392</b>	<b>62</b>

A observação do quadro IV.17 permite concluir que, em 2001:

- Nas freguesias mais urbanas, que correspondiam à Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro, grande parte da população residente estava empregada no sector terciário.
- Em Cheleiros e em Vila Franca do Rosário a maioria da população residente estava empregada no sector secundário.
- As freguesias da Azueira, da Encarnação, da Enxara do Bispo e do Sobral da Abelheira, marcadas por uma paisagem rural, destacavam-se pela elevada percentagem da população empregada no sector primário, bastante superior à média concelhia.

Relativamente à evolução da população empregada por sectores de actividade, de 1991 para 2001, apresentada no gráfico seguinte, verifica-se uma elevada diminuição do sector primário em todas as freguesias, com destaque para a Enxara do Bispo e o Sobral da Abelheira, as quais perderam cerca de 25 pontos percentuais nesta década, apesar de continuarem a ser as mais rurais do concelho.

De modo geral, todas as freguesias, acompanharam a tendência do concelho na última década, aumentando a percentagem de população empregada no sector terciário. Este fenómeno assumiu maior expressão nas freguesias mais urbanas.

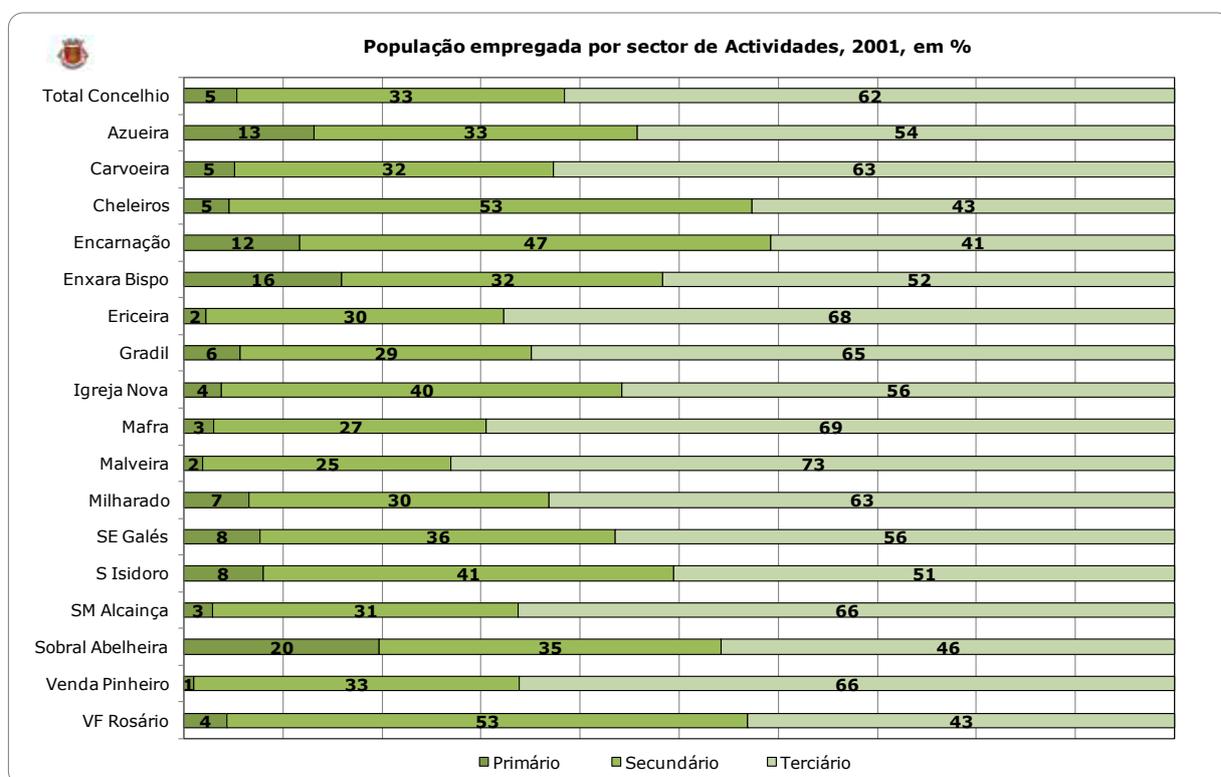


Gráfico IV.14: População residente e empregada, por sector de actividade, em 2001, por freguesia.

## 4. ESTRUTURA PRODUTIVA

### 4.1 Caracterização Geral

A análise geral da Estrutura produtiva foi feita com base nos estudos desenvolvidos na Carta Educativa do Concelho, realizada de acordo com os dados do INE para 2002, bem como, com a avaliação dos resultados do Anuário Estatístico para 2008<sup>4</sup>.

De acordo com a Carta Educativa do Concelho, Mafra apresentava, em 2002, uma estrutura produtiva com forte peso do sector terciário, cerca de 68%, em relação aos sectores primário, 5%, e secundário, 33%. Do total de 2.194 empresas existentes no concelho, em 2002, 80 encontravam-se afectas às actividades agrícolas, de produção animal, de silvicultura e de pescas. Já 621 empresas desenvolviam a sua actividade nas áreas das indústrias extractiva e transformadora, enquanto 1.493 se dedicavam ao comércio e serviços.

Em relação à estrutura sectorial do emprego, regista-se ainda um menor peso do sector primário, cerca de 2% do total de trabalhadores (229 pessoas) das empresas do concelho, destacando-se o sector terciário com 60% de indivíduos. O sector secundário representava 39% do pessoal ao serviço nas empresas.

Para analisar os sectores de actividade segundo as divisões da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), foram utilizados os dados do Anuário Estatístico para 2008, cujos resultados se referem aos valores de 2007<sup>5</sup>.

Assim, ao nível das empresas, as actividades ligadas ao Comércio (por grosso e a retalho) e à Reparação de Veículos foram as que mais contribuíram para o panorama empresarial do concelho.

<sup>4</sup> INE; “Anuário Estatístico da Região Lisboa 2008”; 2009.

<sup>5</sup> Neste período em análise, o INE não disponibilizou os dados relativos às actividades Agrícolas.

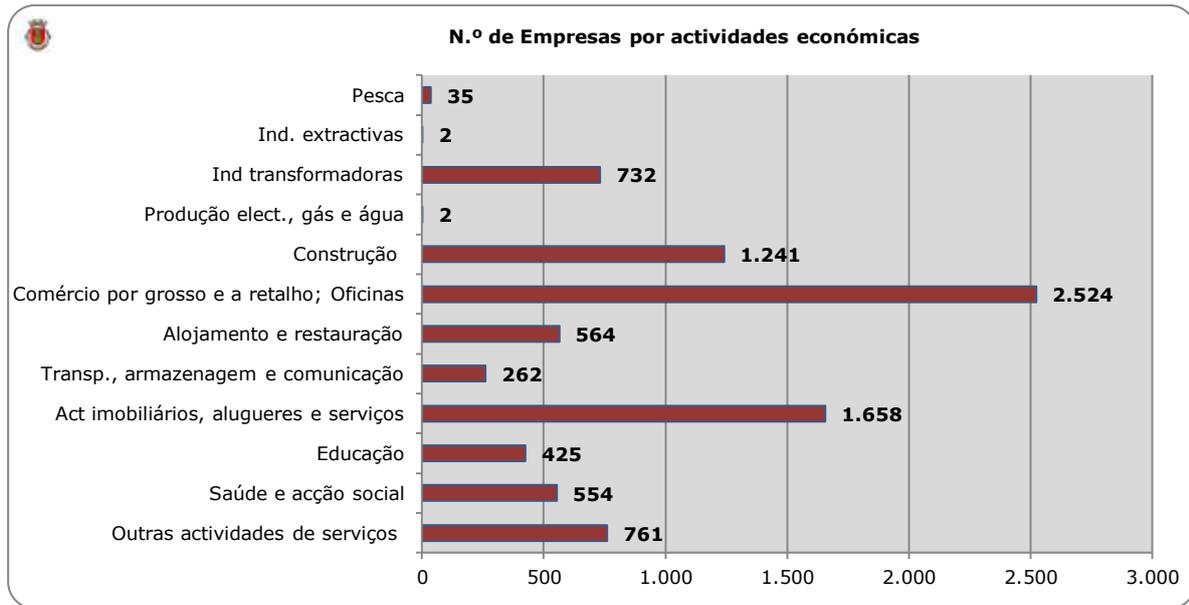


Gráfico IV.15: Comparação entre os ramos de actividade mais representativos no concelho, segundo o número de empresas, 2007.

Relativamente ao número de empresas, verifica-se no gráfico IV.15 que o Comércio (e reparação de veículos), as actividades associadas à Construção e as actividades de Imobiliárias correspondiam, em 2007, a cerca de 62% do número total de empresas.

No que diz respeito ao pessoal ao serviço constata-se que existe alguma dispersão no número de trabalhadores, uma vez que 74% destes empregados estavam, em 2007, afectos à Indústria Transformadora, com 18%, à Construção, 12%, ao Comércio, 23%, e às Actividades Imobiliárias, 22%. Assim, 19.980 trabalhadores estão distribuídos por 4 divisões de actividades.

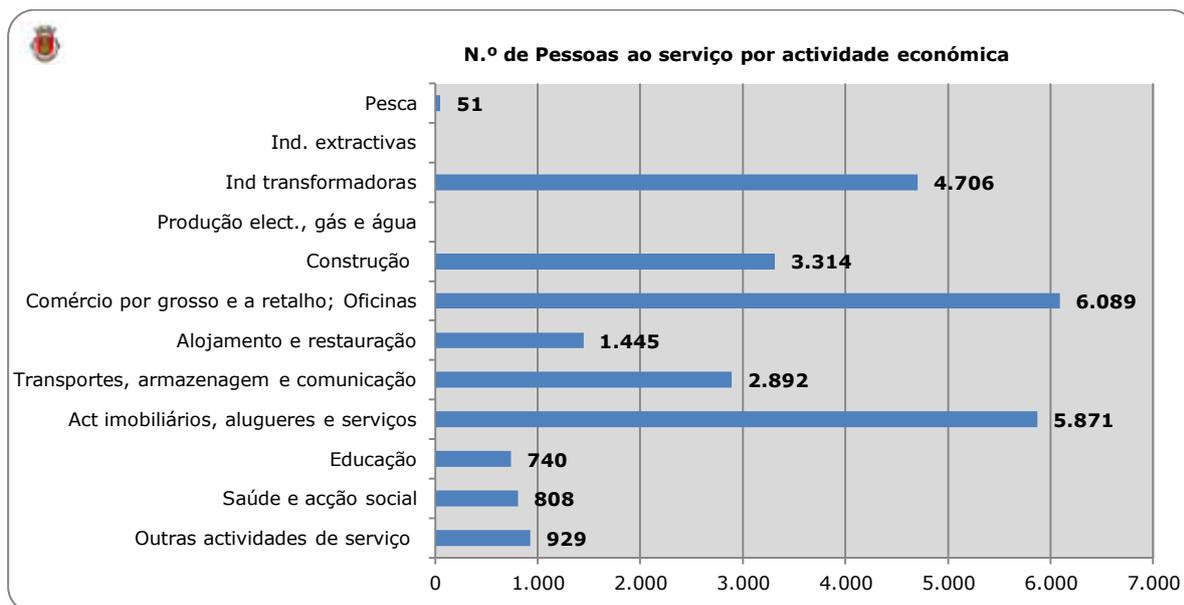


Gráfico IV.16: Comparação entre os ramos de actividade mais representativos no concelho, segundo o pessoal ao serviço, 2007.

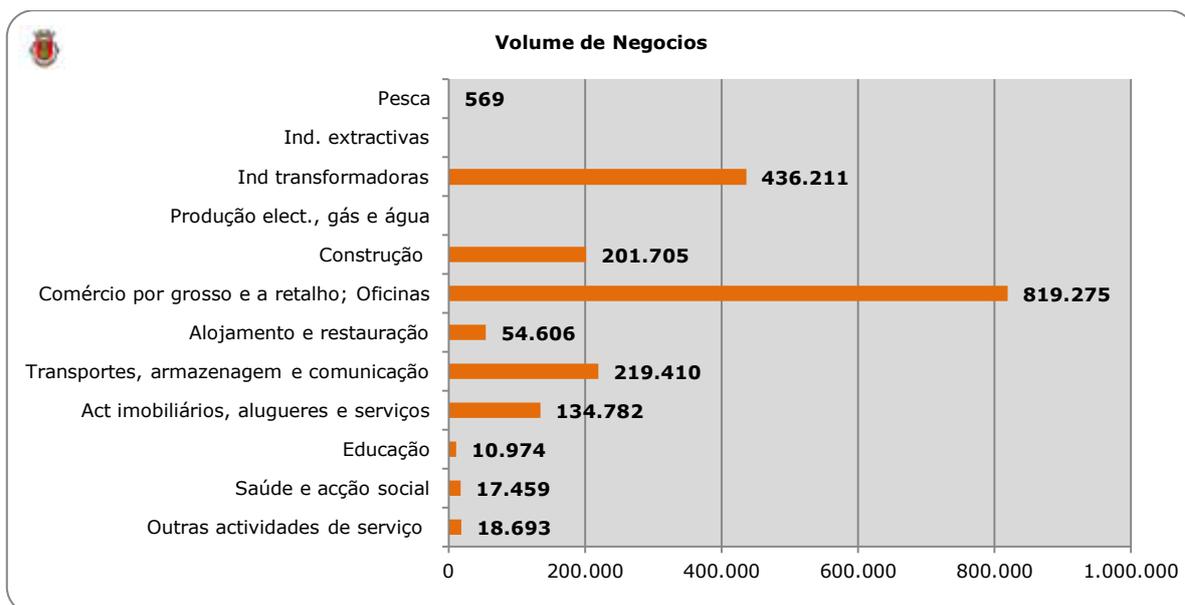


Gráfico IV.17: Comparação entre os sectores de actividade mais representativos no concelho, segundo o volume de negócios, 2007.

Em termos do volume de negócios, apresentado no gráfico IV.17, produzido pelas diversas actividades, as actividades de Comércio ocuparam, em 2007, um peso de 43%. Destacam-se, ainda, as Indústrias Transformadoras, com 23%, e os Transportes/ Armazenagem e Comunicação, com 12%.

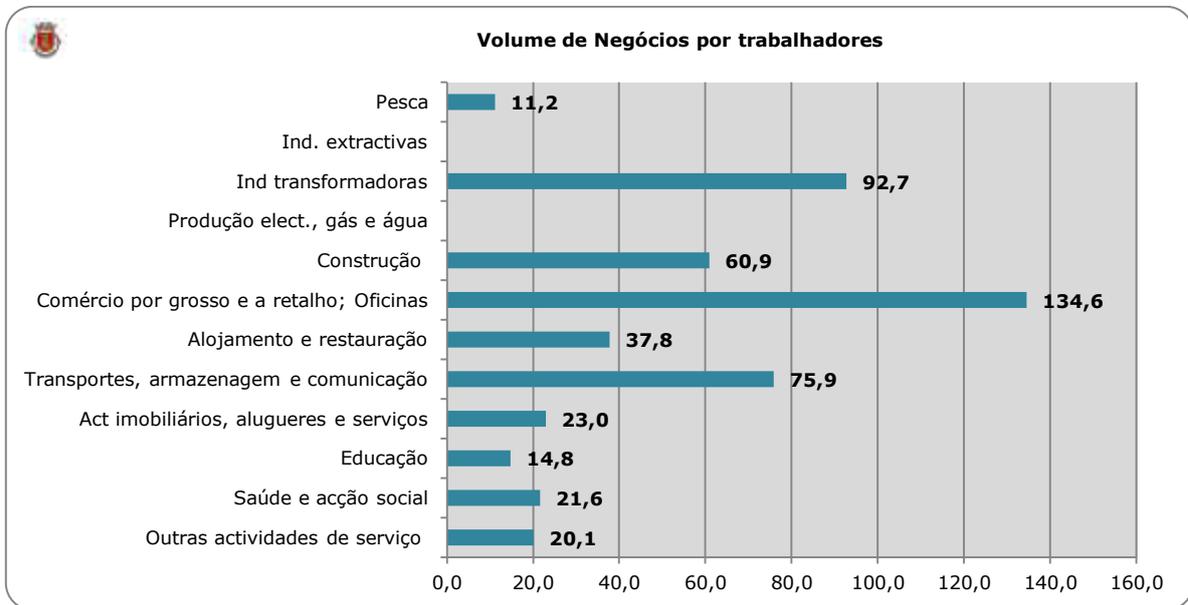


Gráfico IV.18: Rácio do volume de negócios por trabalhador ao serviço em cada sector, 2007.

Numa análise global, através do rácio volume de negócios por trabalhador, verifica-se que os três principais sectores de actividade do concelho de Mafra correspondem ao Comércio, às Indústrias Transformadoras e ao Transportes/ Armazenagem e Comunicação.

Por último e relacionando os 4 parâmetros anteriores verifica-se que:

- As actividades de Comércio por grosso e a retalho e as Oficinas são as mais representativas do tecido empresarial do concelho de Mafra.
- Embora as actividades Imobiliárias tenham uma enorme representatividade no concelho ao nível do número de empresas e trabalhadores, representam apenas 7% do volume de negócios total.
- As indústrias transformadoras, que representam apenas 8% do total de empresas, têm uma elevada representatividade no volume total de negócios e no número de trabalhadores.
-

## 4.2 Actividades Industriais

Para a análise das actividades industriais do concelho de Mafra foram considerados os dados estatísticos, para o concelho e para a Grande Lisboa, do último Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008<sup>6</sup>.

No ponto 4.2 esta análise foi actualizada com os dados do INE de 2008, bem como com os registos municipais de 2006 para as 17 freguesias do concelho

Ao nível das freguesias do concelho de Mafra foram considerados os registos municipais de 2006, bem como o levantamento de campo apresentado na peça desenhada n.º IV.2.

As actividades industriais apresentadas no quadro seguinte correspondem ao ramo de actividades da indústria transformadora, segundo a CAE – REV.2.1.

Quadro IV.18: Número de empresas segundo as actividades industriais, em 2007.

Actividades Industriais	Empresas			
	Mafra		Grande Lisboa	
	v.a.	%	v.a.	%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	<b>141</b>	<b>19</b>	1.079	7
Indústria têxtil	61	8	1.790	12
Indústria do couro e de produtos de couro	4	1	150	1
Indústria de madeira e da cortiça e suas obras	55	8	845	6
Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos	44	6	<b>2.261</b>	<b>15</b>
Fabricação de Coque, prod. petrolíf. refinados e combustível nuclear	0	0	1	0,01
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	3	0,4	298	2
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	4	1	182	1
Fabricação de outros produtos minerais e não metálicos	91	12	1.020	7
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	<b>137</b>	<b>19</b>	<b>2.710</b>	<b>18</b>
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	59	8	1.665	11
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	44	6	1.379	9
Fabricação de material de transporte	9	1	213	1
Indústrias transformadoras, n.e	80	11	1.615	11
<b>TOTAL</b>	<b>732</b>	<b>100</b>	<b>15.208</b>	<b>100</b>

<sup>6</sup> INE; "Anuário Estatístico da Região Lisboa 2008"; 2009.

Da análise do acordo anterior, destacam-se no concelho de Mafra as empresas ligadas à indústria alimentar e às indústrias metalúrgicas ou de produtos metálicos, com 19% cada um destes ramos de actividade. No entanto, ao nível da grande Lisboa a representatividade das empresas ligadas à indústria alimentar desce para os 7%.

Relativamente ao pessoal ao serviço das indústrias de transformação constata-se que, no concelho de Mafra, 52% dos trabalhadores estão afectos às indústrias alimentares, que correspondem apenas a 18% dos trabalhadores da Grande Lisboa.

No território da Grande Lisboa destacam-se, ainda, as indústrias de Papel (e afins) e as metalúrgicas.

Quadro IV.19: Pessoal ao serviço nas empresas segundo as actividades industriais, em 2007.

Actividades Industriais	Pessoal			
	Mafra		Grande Lisboa	
	v.a.	%	v.a.	%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	2.443	52	19.249	18
Indústria têxtil	121	3	...	...
Indústria do couro e de produtos de couro	4	0,1	448	0,4
Indústria de madeira e da cortiça e suas obras	160	3	2.317	2
Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos	276	6	17.944	16
Fabricação de Coque, prod. petrolíf. refinados e combustível nuclear	0	0	...	...
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	15	0,3	9.398	9
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	28	1	...	...
Fabricação de outros produtos minerais e não metálicos	276	6	7.805	7
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	469	10	12.551	12
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	255	5	7.347	7
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	154	3	12.736	12
Fabricação de material de transporte	38	1	...	...
Indústrias transformadoras, n.e	467	10	4.971	5
<b>TOTAL</b>	<b>4.706</b>	<b>100</b>	<b>108.855</b>	<b>100</b>

Em termos do volume de vendas, apresentado no quadro IV.20, produzido pelas indústrias de transformação, destaca-se a forte presença das indústrias alimentares, com cerca de 70% do total, o que poderá ser demonstrativo de um concelho com uma forte dinâmica de actividades industriais de apoio ao sector agrícola.

Na Grande Lisboa, as indústrias alimentares representam apenas 17% do total de vendas.

Quadro IV.20: Volume de vendas das empresas segundo as actividades industriais, em 2007.

Actividades Industriais	Volume de Vendas			
	Mafra		Grande Lisboa	
	v.a.	%	v.a.	%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	306.591	70	3.868.118	17
Indústria têxtil	3.121	0,7	...	...
Indústria do couro e de produtos de couro	182	0,04	15.129	0,1
Indústria de madeira e da cortiça e suas obras	5.957	1,4	144.494	1
Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos	12.750	3	1.730.118	8
Fabricação de Coque, prod. petrolíf. refinados e combustível nuclear	0	0	...	...
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	3.204	0,7	2.177.124	10
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	3.709	0,9	...	...
Fabricação de outros produtos minerais e não metálicos	19.964	5	1.377.483	6
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	22.646	5	1.023.600	5
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	13.241	3	569.579	3
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	9.728	2	2.189.429	10
Fabricação de material de transporte	2.019	0,5	...	...
Indústrias transformadoras, n.e	33.099	8	319.376	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>436.211</b>	<b>100</b>	<b>22.681.829</b>	<b>100</b>

Ao nível das freguesias foi feito o levantamento das actividades industriais existentes, registadas na peça desenhada n.º IV.2 e agrupadas da seguinte forma:

- Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria e Transformação de Cereais;
- Transformação de Carnes;
- Conservação e Preparação de Frutos e Produtos Hortícolas;
- Indústria de Leite e Derivados;
- Fabricação de Outros Produtos Alimentares;
- Fabricação de Produtos de Madeira e Alumínios;
- Transformação de Pedras Ornamentais e de Outras Pedras de Construção;
- Fabricação e preparação de materiais de construção;
- Fabricação de Artigos Cerâmicos de Uso Doméstico e Ornamental;
- Impressão e reprodução de suportes gravados e armazenagem de papel;
- Fabricação de produtos metálicos;
- Armazenagem diversa;
- Outras actividades de transformação.

O grupo relativo às Outras Actividades de Transformação corresponde a indústrias diversas, bem como aos núcleos empresariais das freguesias de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Milharado.

Pela observação da peça desenhada n.º IV.2 regista-se uma grande diversidade de actividades industriais pelo concelho de Mafra, das quais se destacam as ligadas à Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria e Transformação de Cereais e à Fabricação de Produtos de Madeira e Alumínios.

Por outro lado verifica-se, também, que a maior parte das actividades industriais se localizam ao longo do eixo urbano Mafra – Malveira/ Venda do Pinheiro – Milharado.

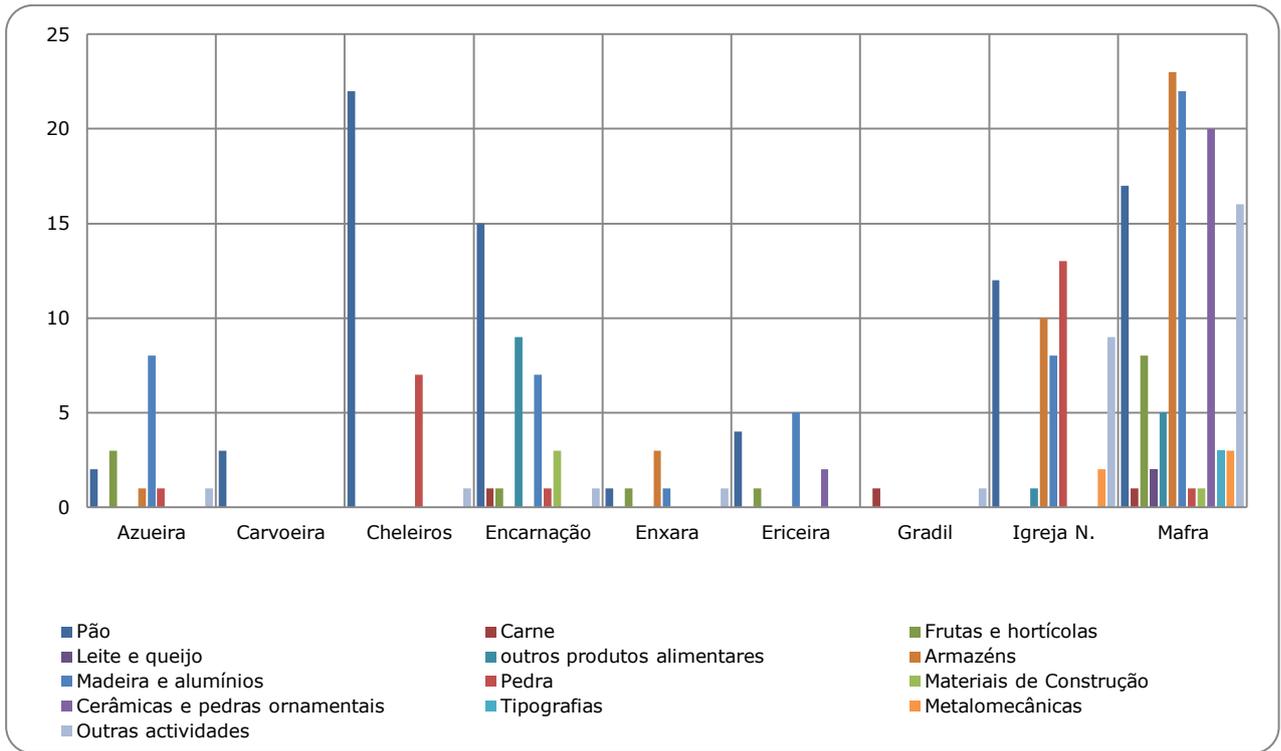


Gráfico IV.19: Atividades industriais por freguesia do concelho de Mafra, 2006.

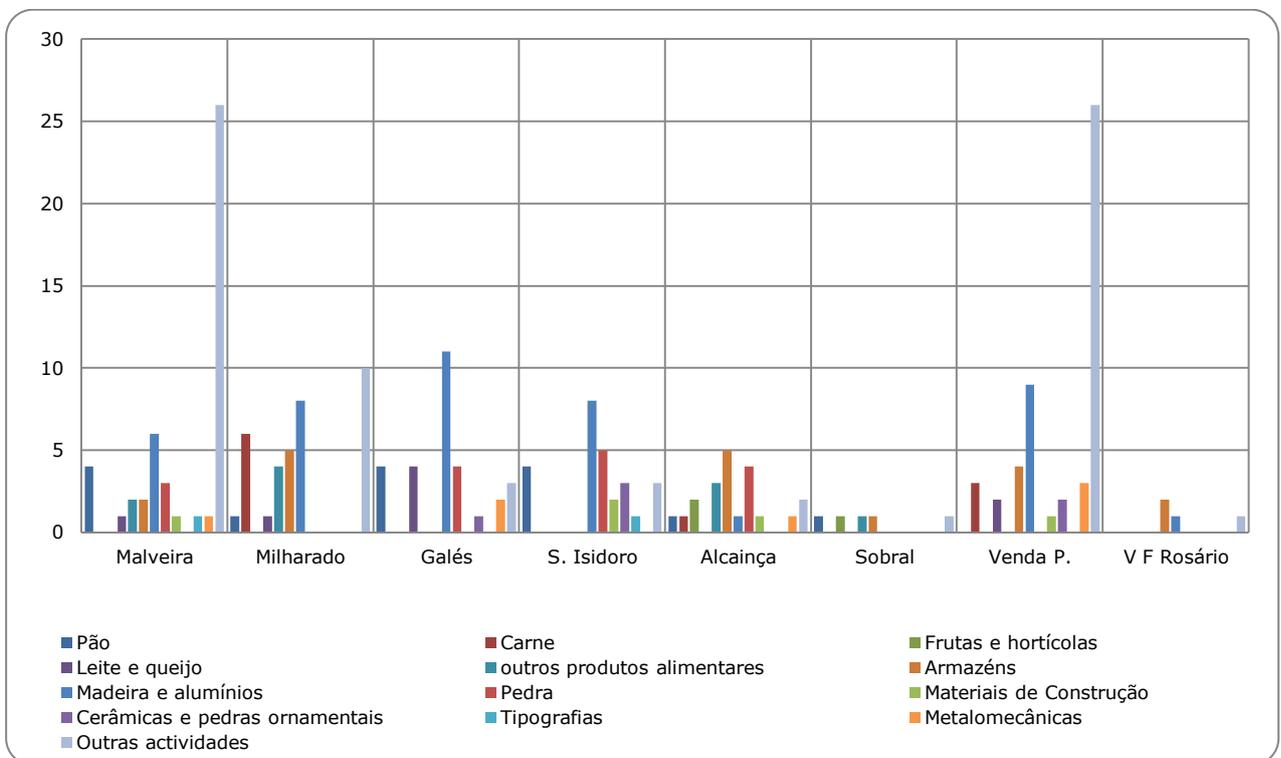


Gráfico IV.20: Atividades industriais por freguesia do concelho de Mafra, 2006 (Cont.).

Apesar de ao nível do concelho se registar uma certa dispersão empresarial, é possível identificar alguma especialização por freguesia, a saber:

- As freguesias de Cheleiros e Encarnação apresentam uma elevada representatividade na fabricação de produtos de padaria e transformação de cereais;
- A freguesia de Mafra apresenta um elevado número de empresas de conservação e preparação de frutos e produtos hortícolas;
- Mafra possui, também, um elevado número de indústrias de fabricação de artigos cerâmicos, bem como, de impressão e reprodução de suportes gravados e armazenagem de papel;
- Na Igreja Nova destacam-se as indústrias de transformação de pedras ornamentais e outras pedras de construção;
- As indústrias de transformação de carnes localizam-se sobretudo no Milharado;
- As actividades indústrias de leite e derivados situam-se em Santo Estêvão das Galés;
- A fabricação de produtos de madeira e alumínios regista-se sobretudo nas freguesias de Mafra e Santo Estêvão das Galés;
- A fabricação de produtos metálicos destaca-se nas freguesias de Mafra e da Venda do Pinheiro.

### 4.3 Actividades Agrícolas

O concelho de Mafra integra actualmente cerca de 2.562 explorações agrícolas que ocupam 10.022 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e dão emprego directo a cerca de 3.178 Unidades de Trabalho Ano (UTA), representando cerca de 11% da SAU, 11% das UTA e 10% do número de explorações, e da região do Oeste – quadro IV.18. Por outro lado, comparando com a Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Mafra, representa cerca de 19%, do número de explorações, 10% da SAU e 7% das UTA. Por se considerar que este concelho detém bastantes semelhanças, nesta área, com os concelhos rurais da margem norte do Rio Tejo, no quadro IV.21 apresentam-se também os dados base desses territórios concelhios.

Quadro IV.21: Características agro-florestais do concelho de Mafra e agrupamentos municipais envolventes.

	Mafra (Concelho)	Oeste (NUT III)	AML	AML (Margem Norte do Rio Tejo)	Continente
N.º de explorações (1000)	2,6	22,9	13,5	4,9	370,8
SAU (1000 ha)	10,0	94,4	103,2	31,2	3704,4
SF (1000 ha)	6,3	65,4	92,8	18,8	3412,3
UTA (1000)	3,2	30,3	18,9	6,3	485,8
MBT (M€)	35,1	342,8	222,0	69,9	2641,4
TRT (M€)	9,5	77,4	58,1	26,5	1072,6
MBE (M€)	25,6	265,5	163,9	43,4	1568,8

Das 17 freguesias que constituem o concelho de Mafra, aquelas que mais contribuem para o total de SAU, com mais de 10% cada, são Milharado, Encarnação e Enxara do Bispo, ver figura IV.4.

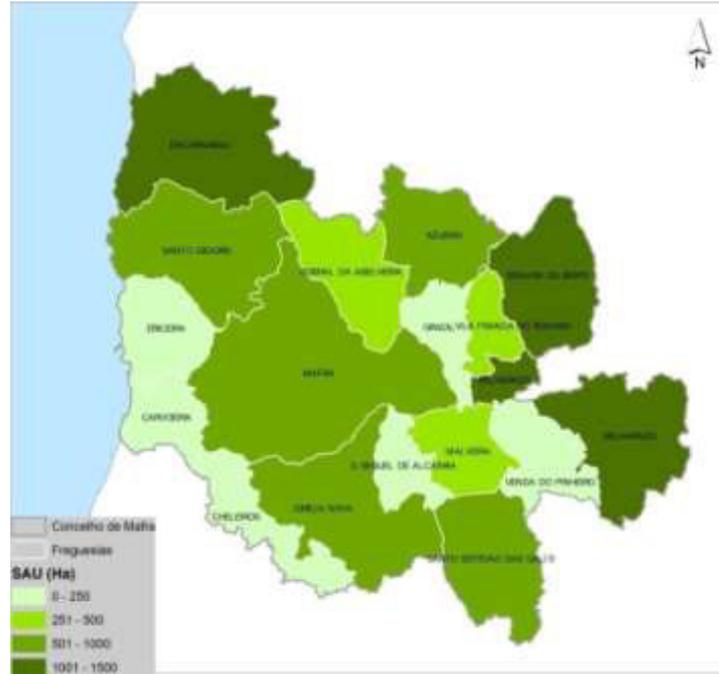


Figura IV.4: Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por freguesia, em 1999.

A SAU do concelho de Mafra era composta, predominantemente, por culturas temporárias, 6,7 milhares de ha (59%), seguindo-se 2,3 milhares de ha com culturas permanentes (20%), 2,2 milhares de ha de prados e pastagens (19%) e por último os pousios com 0,27 milhares de ha (2%) – ver figura IV.5. Em termos de culturas temporárias, as culturas arvenses e os prados representam cerca de 78% da área total. Quanto às culturas permanentes, a vinha e os pomares de frutos frescos são as culturas predominantes que ocupam, respectivamente, 49% e 40% da área total.

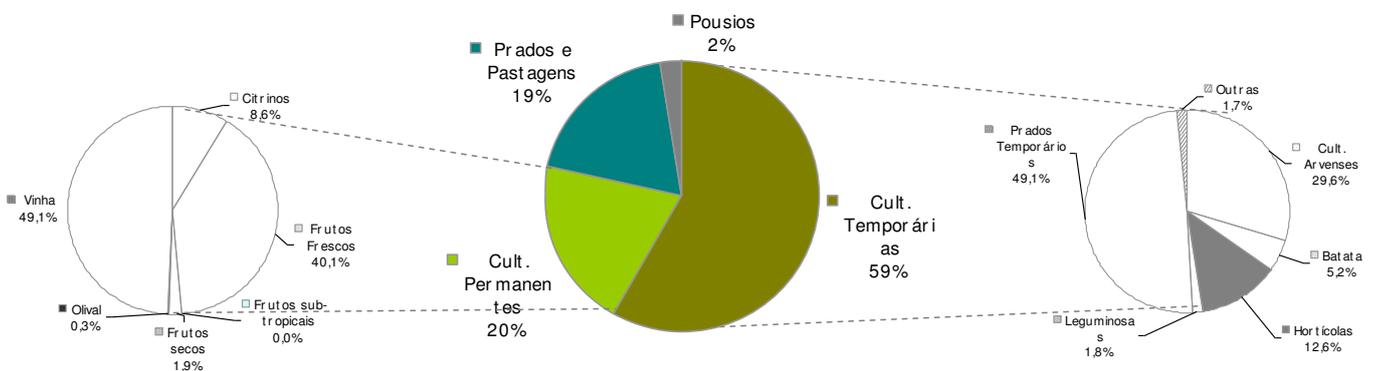


Figura IV.5: Composição agrícola da SAU, no concelho de Mafra.

De acordo com o CORINE Land Cover de 2000, a superfície florestal (SF) do concelho de Mafra atinge cerca de 6,3 milhares de ha, cerca de 24% dos quais integrados na superfície agro-florestal (SAF) das explorações agrícolas em causa. Contudo, neste território predominam as áreas agrícolas (cerca de 70%) sobre as áreas florestais (cerca de 22%), conforme se pode verificar na figura IV.6.

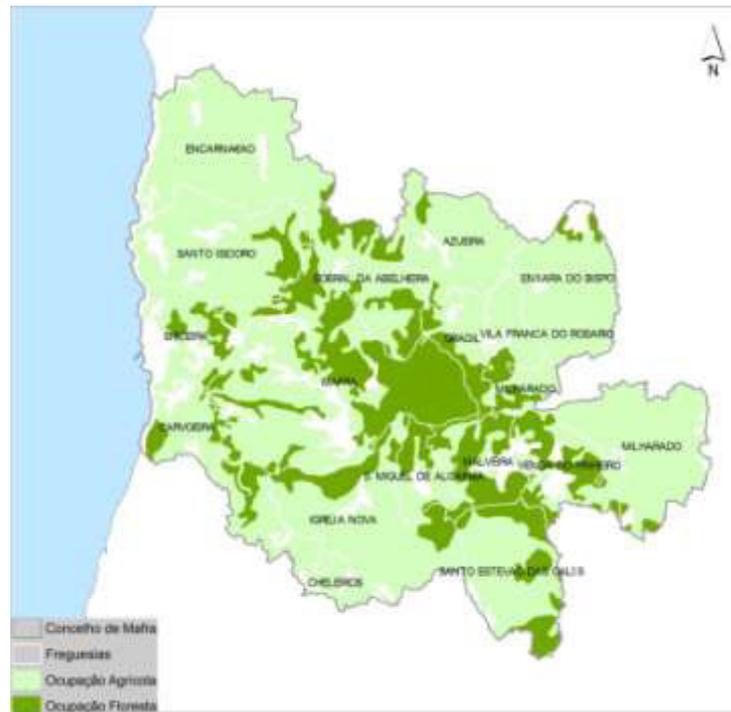


Figura IV.6: Ocupação Agrícola e Florestal (CORINE, Land Cover 2000)

Nas áreas agrícolas deste concelho ocupam posição dominante as culturas anuais de sequeiro, os pomares de frutos frescos e a vinha. Sendo as freguesias em que mais predominam os pomares e a vinha, respectivamente, a Azeira e a Encarnação. Relativamente às áreas florestais predominam as espécies folhosas que ocupam, cerca de 1,2 milhares de ha.

Do ponto de vista económico-social, este concelho caracteriza-se por ter um tecido empresarial agrícola muito envelhecido, com um índice de envelhecimento de 2,1, um índice de qualificação profissional de 0,07, valor inferior ao da região do Oeste, e com actividades fora das explorações agrícolas. Adicionalmente, o índice de pluri-emprego é bastante elevado, o que demonstra que grande parte do rendimento dos produtores agrícolas, é obtido fora das explorações.

Do ponto de vista do sector pecuário, o concelho de Mafra, representava, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 1999, cerca de 11% da totalidade das cabeças normais (CN) da região do Oeste, onde predominavam os bovinos (25% do Oeste), as aves (11% do Oeste) e os suínos (4% do Oeste).

Refira-se que, na peça desenhada n.º IV.3 são delimitadas as unidades agro-pecuárias, destacando-se as freguesias de Encarnação, Santo Isidoro e Galés.

Estima-se que o conjunto de explorações agrícolas deste concelho seja responsável por uma margem bruta total (MBT) anual de cerca de 35 milhões de euros, 27% da qual resultante de transferências de rendimento geradas pelas políticas agrícolas de que beneficiam. Daqui resulta que a contribuição anual da agricultura do concelho de Mafra para a criação de riqueza, medida através da respectiva margem bruta económica (MBE), atinja, actualmente, cerca de 25,5 milhões de euros, o que corresponde, na totalidade dos concelhos rurais, a 9% do Oeste e 16% da AML.

Do ponto de vista do rendimento agrícola, as explorações agrícolas do concelho de Mafra apresentam, em média, um resultado anual (medido através da respectiva MBT/UTA) que é ligeiramente inferior à média das explorações agrícolas da região do Oeste e muito inferior à média da AML (Quadro IV.22).

Quadro IV.22: Rendimento das explorações agrícolas do concelho de Mafra e agrupamentos municipais envolventes.

	Mafra (concelho)	Oeste (NUT III)	AML	AML (Margem Norte do Rio Tejo)	Continente
MBT/UTA (1000 €) (*)	9,8	11,3	15,0	11,1	5,4
MBE/SAU (1000 €)	2,5	2,8	1,9	1,4	0,4
TRT/SAU (1000 €)	1,0	0,8	0,7	0,8	0,3
SAU/UTA (ha)	3,2	3,1	5,8	5,0	7,6
IST (%)	27,1	22,1	26,2	37,9	40,6

(\*) -  $MBT/UTA = ((MBE/SAU) + (TRT/SAU)) \times (SAU/UTA)$

O factor determinante do nível mais favorável do rendimento agrícola das explorações agrícolas no território concelhio é a produtividade económica (MBE/SAU) dos respectivos sistemas de agricultura que atinge, em média, valores idênticos aos da região Oeste, e ligeiramente superiores, quando comparados com os valores da AML. É de salientar que a região Oeste caracteriza-se por ter uma elevada produtividade económica das explorações agrícolas, cuja MBE por ha de SAU atinge, um valor médio anual de cerca de 2,5 milhares de euros, o qual é muito superior ao da média das explorações do Continente.

A evolução futura da agricultura portuguesa em geral e a do concelho de Mafra em particular será fortemente influenciada por duas das suas principais características actuais:

- A dimensão económica (DE) das explorações agrícolas;
- A dependência dos sistemas de agricultura praticados em relação às políticas em vigor, nomeadamente da PAC.

Tomando como limiar de dimensão económica as 8 UDE (unidades de dimensão económica), conclui-se que, contrariamente, ao que se verifica no conjunto dos concelhos rurais do Continente, grande parte das explorações agrícolas de Mafra, assim como do conjunto do Oeste, têm uma dimensão económica superior a 8 UDE. As explorações deste concelho apresentam uma dimensão económica de cerca de 11,4 UDE, valor próximo do da média da região Oeste, 12,6 UDE.

Tomando, também, como limiar de dependência das políticas o valor de 50% referente ao indicador de suporte total (IST), conclui-se que, a grande maioria das UTA e da SAU do concelho de Mafra pertencem a explorações com um IST inferior a 50% (em média 27%), enquanto que no Continente a situação actual é muito diferente.

Da conjugação entre estas duas diferentes características actuais pode-se afirmar que a maioria das explorações agrícolas do concelho de Mafra é potencialmente competitiva.

Confirma, assim, que enquanto que no conjunto das explorações agrícolas do Continente a viabilidade actual de quase 70% da respectiva SAU depende da existência de transferências de rendimento geradas pelas políticas agrícolas, esta percentagem é bastante inferior no que respeita ao concelho de Mafra, o que torna os sistemas de agricultura deste território muito menos dependentes do futuro da PAC.

Importa, ainda, sublinhar que, contrariamente ao que se verifica nas restantes regiões (NUTIII), na região Oeste a maior parte do número de explorações, de UTA e de SAU pertencem a explorações agrícolas potencialmente competitivas, se bem que com uma dimensão económica relativamente reduzida, cerca de 12,6.

#### 4.4 Actividades Turísticas

Articulando recursos patrimoniais e naturais com os valores da modernidade, o município de Mafra apresenta-se como um destino de reconhecido potencial, propiciando o desenvolvimento de um turismo de qualidade. Assente nesta premissa, o Município, numa perspectiva de valorização territorial, social, cultural e económica, dispõe de uma visão estratégica de intervenção, alicerçada no “Plano Estratégico do Turismo para o concelho de Mafra (2007-2016) ” – designado por PETCM. Esse documento traça os principais objectivos do turismo que deverão orientar a gestão municipal na próxima década, para que a oferta turística do concelho de Mafra se defina, cada vez mais, como uma actividade qualificada, sustentável e diferenciada no contexto nacional.

Pretende-se, neste capítulo, fazer apenas uma pequena caracterização da oferta concelhia na área do turismo, ao nível dos recursos naturais e culturais, bem como da oferta de produtos, equipamentos e serviços nesta área, tão importante para o desenvolvimento sustentável do concelho.

O território de Mafra encontra-se localizado entre áreas turística e economicamente muito dinâmicas, destacando-se a sul a área de influência da Cidade de Lisboa e a linha Cascais/Estoril – Sintra e a norte a Região do Oeste.

Dotada de boas acessibilidades desde um passado muito recente, a sua localização geográfica tanto pode ser utilizada como factor de “charneira” e ligação entre Oregiões tão diferentes, como tornar-se apenas uma “zona de passagem”. Em termos da estruturação da oferta turística, este é um dos aspectos de maior relevância a considerar, uma vez que se pode constituir como condicionante de qualquer estratégia municipal para o Turismo.

#### 4.4.1 Recursos e Atracções Turísticas

##### Recursos e Atracções Turísticas Naturais

Entendem-se como recursos turísticos naturais, aqueles que se prendem com atributos físicos do território, não produzidos pela actividade humana, embora dela dependentes no que se refere ao seu estado de conservação, qualidade ou configuração actual. O PETCM inclui neste conceito a paisagem rural, uma vez que, embora seja fruto da actividade humana, se encontra estreitamente ligada aos atributos físicos originais do território.

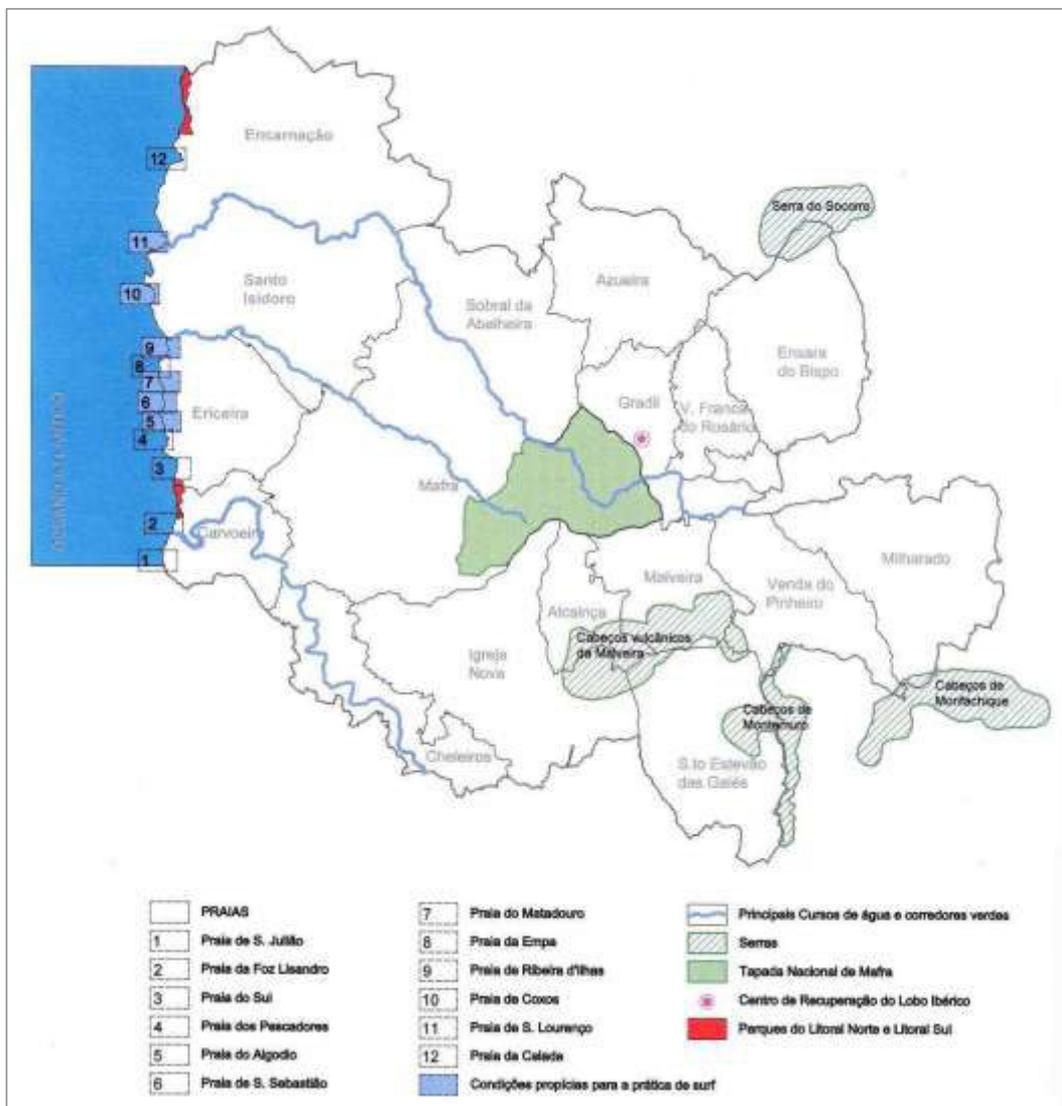


Figura IV.7: Mapa Síntese dos Recursos e Atracções Turísticas Naturais, por freguesia<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Fonte: Plano Estratégico do Turismo para o Concelho de Mafra ( 2007-2016).

No concelho de Mafra os principais recursos naturais são os seguintes, conforme figura IV.7:

- Praias;
- Ondas / Surf;
- Pesca Desportiva;
- Paisagem - Frente Litoral;
- Paisagem – Rural;
- Serras e Cursos de Água;
- Tapada Nacional de Mafra;
- Centro de Recuperação do Lobo Ibérico;
- Áreas Naturais a Valorizar - Parques do Litoral Norte e Litoral Sul.

Os recursos naturais referidos anteriormente distribuem-se por quase todas as freguesias destacando-se a Ericeira na paisagem litoral e nas respectivas actividades associadas, Azueira, Encarnação, Enxara do Bispo, Gradil, Mafra, Milharado e Sobral da Abelheira na paisagem rural.

Acresce as freguesias da Malveira, S. M. Alcainça, S. E. Galés, Sobral da Abelheira e Venda do Pinheiro relativamente às serras e Cheleiros associada à forte presença na paisagem do vale do rio Lizandro.

A Tapada Nacional que constitui uma unidade de paisagem, conforme capítulo II do presente relatório, é um recurso natural mais relevante nas freguesias de Mafra, Gradil e Sobral da Abelheira.

### **Recursos e Atracções Turísticas Culturais**

Foram já identificados em inúmeros trabalhos publicados por esta Câmara Municipal como recursos turístico-culturais os “Bens culturais, Património Histórico-Arquitectónico e Património Etnográfico, onde se incluem elementos produzidos pela acção humana ao longo da história, envolvendo quer bens materiais (valores patrimoniais), quer elementos de natureza imaterial, relativos às tradições e aos valores das populações locais”. Também no Capítulo III, dos presentes Estudos de Caracterização, foi feito o levantamento do património arquitectónico, arqueológico e natural/ paisagístico.

Dos trabalhos desenvolvidos anteriormente destacam-se os seguintes elementos com património e locais associados que constituem recursos e atracções turísticas culturais relevantes:

**a) Pré-História e Antiguidade:**

- Sítio Arqueológico da Seixosa, localizado na **freguesia da Encarnação**.
- Concheiro da praia de São Julião, na **freguesia da Carvoeira**.
- Povoado do Penedo do Lexim, na **freguesia de Igreja Nova**.
- Tholos da Tituaria, sepultura colectiva perto do Moinho de Caselas na **freguesia de Milharado**.
- Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida e Complexo Cultural da Quinta da Raposa: Colecções de arqueologia, etnografia e história local, na **freguesia de Mafra**.

**b) História Política:**

- Igreja de Santo André: Em 1247, D. Afonso III designa como prior de Mafra, Pedro Hispano, mais tarde Papa João XXI, na **freguesia de Mafra**.
- Palácio, Convento e Basílica, Tapada Nacional e Jardim do Cerco: Constituiu residência real de vilegiatura e representou o triunfo do poder real absoluto, na **freguesia de Mafra**.
- Praia dos Pescadores e Cais da Ericeira: O último rei de Portugal embarcou aqui para o exílio em Gibraltar. Durante a Segunda Guerra Mundial saíram para o exílio do outro lado do Atlântico, muitos judeus, na **freguesia da Ericeira**.

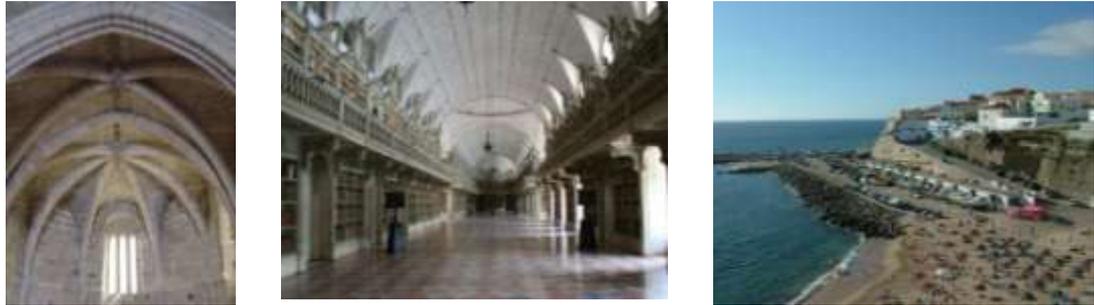


Figura IV.8: Igreja de Santo André; Biblioteca do Palácio Nacional; Praia dos Pescadores.

### c) História Militar

- Fortalezas de Defesa Costeira do séc. XVII: Fortes de Milreu e da N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Piedade, na Ericeira, e Forte de Santa Susana (S. Lourenço), **na freguesia de Santo Isidoro**.
- Fortes das Linhas de Torres do séc. XIX: Redutos defensivos integrados nas Linhas de Torres aquando das invasões francesas, localizados **nas freguesias de Carvoeira, Enxara do Bispo, Mafra, Malveira, Milharado e Venda do Pinheiro**. Estes fortes integram o projecto intermunicipal de Valorização das Linhas de Torres.
- Museu do Centro Militar de Educação Física e Desportos e Museu da Escola Prática de Infantaria: As Instalações de Escolas Militares **em Mafra** remontam a 1840. Em 1911 é fundado o Depósito de Remonta e Garanhões, que dá lugar, em 1950, à Escola Militar de Equitação e sete anos mais tarde ao Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos. Hoje continua a funcionar o agora denominado (desde 1993) Centro Militar de Educação Física e Desportos, no Largo General Conde São Januário, e a Escola Prática de Infantaria, no Convento de Mafra. Estes elementos localizam-se **na freguesia de Mafra**.



Figura IV.9: Forte de Santa Susana (**S. Isidoro**); Forte de Milreu (**Ericeira**); Forte Grande, (**Enxara**).

#### d) História da Arte

- Palácio, Convento e Basílica de Mafra, Jardim do Cerco, Património de Natureza Religiosa e Civil, que podem ser divididos da seguinte forma:
  - *Período Manuelino*: Numerosos exemplares de arquitectura religiosa (igrejas) e civil (pelourinhos), apresentados no Capítulo III dos presentes Estudos de Caracterização.
  - *Período Barroco*: Arquitectura do Convento, Palácio e Basílica de Mafra, constituindo expoente maior deste período em Portugal e um dos maiores da Europa. Os dois carrilhões com 92 sinos e conjunto de seis órgãos de tubos são conjuntos únicos no mundo, onde se apresentaram os melhores músicos deste período. Realizam-se actualmente, com grande repercussão regional e nacional, o Festival Internacional de Música de Mafra, e Concertos de Órgão. Também eram famosos os concertos dos carrilhões de Mafra, actualmente suspensos por necessidade de intervenção de restauro. A arquitectura e o esplendor do Convento de Mafra tiveram repercussão no património das igrejas do concelho.
  - *Jardins*: Jardim do Cerco, de estilo francês, inspirado em Versalhes.
  - *Escultura*: A Basílica conta com 450 esculturas em mármore nas suas 11 capelas e 14 estátuas da autoria de mestres escultores italianos. Aqui funcionou a Escola de escultura de Mafra com obras expostas no Palácio de vários escultores como Machado de Castro.
  - *Artes decorativas*: Mobiliário, baixelas, troféus, constituem hoje o recheio do Museu do Palácio.
  - *Património integrado*: Património azulejar, maioritariamente do séc. XVIII, em várias igrejas do concelho.

Os elementos referidos na aliena anterior distribuem-se de forma uniforme por todo o concelho.

**e) Cultura Tradicional**

- Construções isoladas e conjuntos – Aldeia de Broas, Bairro dos Ilhéus: Arquitectura vernacular.
- Moinhos de vento e azenhas: Arquitectura de produção/ industrial.
- Quintas e solares de vilegiatura (séc. XVII e XVIII): Arquitectura erudita.
- Artes e Ofícios: Tradição cerâmica e de figurado, onde se destaca o barrista José Franco que construiu a aldeia-museu no Sobreiro visitada, actualmente, por público escolar, turistas e excursionistas.
- Gastronomia e produtos alimentares de fabrico tradicional: Peixe e marisco (açorda, caldeirada, massada de marisco, tamboril), Pão de Mafra, queijo saloio curado, queijo fresco e Doçaria de tradição conventual.
- Feiras, Festas e Romarias: As feiras e mercados poderão ser uma excelente e genuína oportunidade de o visitante/ turista tomar contacto com as actividades de natureza sociocultural e económica. Estes eventos encontram-se apresentados Capítulo VI.

Relativamente aos recursos turísticos da cultura tradicional estes distribuem-se por todas as freguesias, destacando-se actualmente aquelas onde a paisagem rural tem uma forte presença, designadamente Azueira, Encarnação, Enxara do Bispo, Gradil, Mafra, Milharado e Sobral da Abelheira.

Importa referir que a Gastronomia e os Produtos Alimentares de Fabrico Tradicional têm uma forte presença em todas as freguesias do concelho de Mafra.



Figura IV.10: Exemplos da cultura tradicional no Concelho de Mafra.

#### 4.4.2 Produtos Turísticos Existentes

A organização da oferta baseada nos recursos e atracções turísticas predominantes poderá ser organizada em grupos de Produtos Estruturantes, que poderão ser analisados de uma forma detalhada no PETCM, a saber:

- Turismo de Lazer ou Touring (em todas as freguesias): Praticado por pessoas que viajam por prazer, sem muitas pretensões, mas que desejam conhecer novos locais, mudar de ambiente, descansar, usufruir da paisagem;
- Turismo Cultural (em todas as freguesias): Apoia-se especialmente em recursos e atracções de índole cultural;
- Turismo de Natureza (associado às paisagens litoral e/ou rural, sendo relevante em quase todas as freguesias): Onde o ambiente físico é o centro, proporcionando uma experiência directa com o ambiente natural;

- Turismo Rural e Turismo de Aldeia (associado às freguesias mais rurais): Fuga ao ambiente urbano, sendo normalmente baseada na participação do turista em actividades rurais típicas do local, ou limitando-se apenas a usufruir do ambiente, das vivências e sociabilidades do mundo rural;
- Turismo Activo e Desportivo (associado às freguesias com capacidade instalada, designadamente ao nível dos equipamentos de maior relevância – Mafra, Ericeira, Malveira e Venda do Pinheiro): Relativo a eventos desportivos, praticados de forma individual ou em grupo, não necessariamente competitivos, como os desportos de ondas, outros desportos náuticos, equitação, pesca desportiva, desportos motorizados, desportos radicais;
- Turismo de “Sol e Praia” (associado à freguesias com frente litoral, nomeadamente Ericeira, Encarnação, Carvoeira e S. Isidoro): com desenvolvimento específico no litoral do concelho, destinado ao gozo de férias de média ou longa duração e destinado principalmente a famílias;
- Turismo de Trabalho ou MICE – Meetings, Incentives, Congresses Expositions (associado às freguesias mais urbanas, designadamente Malveira/ Venda, Mafra e Ericeira): Congressos, Seminários, Conferências, exposições, feiras, Viagens de negócios, lançamento de novos produtos;
- Circuitos e Rotas Turísticas (em todas as freguesias): Rotas relacionadas com a Natureza, cultura, religião, actividades económicas características;
- Turismo de Passagem (em todas as freguesias): captação de turistas em trânsito, campismo;
- Turismo de Eventos (associado às freguesias mais urbanas, designadamente Malveira/ Venda, Mafra e Ericeira): Associado à realização de eventos a nível regional ou nacional, manifestações tradicionais;
- Lazeres de Residência Secundária e Turismo Residencial (em todas as freguesias): Associados ao turismo cultural ou da natureza;
- Turismo Religioso (em todas as freguesias): Associado a acontecimentos religiosos, culturais.

#### 4.4.3 Equipamentos e Serviços Turísticos

A capacidade hoteleira do concelho de Mafra é, segundo o PETCM, composta por 5 hotéis, que absorvem perto de 50% das camas disponíveis, e 76 unidades de tipologias diversas, totalizando o equivalente a 755 quartos e 1 695 camas – ver quadro IV.23.

Trata-se de uma oferta com grandes potencialidades de crescimento, tendo em conta as potencialidades do concelho, que actualmente é insuficiente face à procura.

Na peça desenhada n.º IV.4 foram delimitados os estabelecimentos hoteleiros, os parques de campismo e as unidades de alojamento local. Nesta planta verifica-se que a maioria das unidades de alojamento se localiza na Vila da Ericeira. No entanto, a zona norte do concelho e a Vila de Mafra apresentam alguma dinâmica que importa não descurar.

Quadro IV.23: Capacidade Hoteleira do Concelho de Mafra.

Unidades de alojamento	Localização	Nº Unidades	Dimensão		
			Quartos	Camas	Camas/ Quarto
Hotéis de 4****	Ericeira	1	202	404	2,00
Hotéis de 3***	Ericeira	1	100	320	3,20
Hotéis de 2**	Mafra	1	65	122	1,88
	Ericeira	2			
Subtotal (2004)	-	5	367	846	2,31
Hospedarias	Ericeira	1	5	8	1,60
Residenciais	Ericeira	3	55	96	1,75
Alojamentos Local (2004)	Mafra	2	6	13	2,17
	Ericeira	1			
Alojamentos Local (2007)	Concelho	60	156	304	1,94
Outras	Vários	10	166	428	2,58
Subtotal (2004)	-	17	232	545	2,35
<b>TOTAIS (2004)</b>	-	<b>22</b>	<b>755</b>	<b>1.391</b>	<b>1,84</b>

Fonte: PETCM (2007-2016).

#### 4.4.4 Gastronomia e Restauração

Se a existência de meios de alojamento adequados às necessidades é indispensável para a afirmação de um destino turístico, a oferta de uma cozinha local, de características próprias e qualidade apetecível, constitui um factor igualmente necessário ao êxito desse destino na disputa do interesse e preferência da procura disponível, contribuindo significativamente para o reforço da sua identidade e valorização.

No concelho de Mafra, a oferta de uma cozinha de características próprias é bastante vasta, denotando-se no entanto que poderá vir a ser mais atractiva, com a cada vez maior valorização de produtos característicos desta região.

A existência de algumas Mostras Gastronómicas – “Festival do Marisco”, “Festival das Sopas”, “Semana da Caça”, entre outras, são bons exemplos desta valorização.

A vantagem e a diferenciação do conjunto destes estabelecimentos ao nível da sua frequência, tanto em número de clientes como no leque diversificado de idades e condições sociais, culturais e económicas, reflectem uma situação envolvente em relação aos locais onde estão sedeados, transformando-se num meio privilegiado de animação urbana, fundamental para o desenvolvimento do Turismo.

Na realidade, as experiências gastronómicas revestem-se de um carácter cultural por excelência, sendo até a gastronomia considerada como o veículo facilitador para um rápido acesso ao conhecimento da cultura de um povo. Daí a importância da ligação da componente gastronómica à nova ruralidade, privilegiando-se os produtos do sítio (incluindo a doçaria, os queijos, os vinhos), com métodos de confecção e de apresentação, que articulem a tradição, mas também os princípios contemporâneos de higiene e segurança alimentar.

#### 4.4.5 Calendarização de Eventos

Dos eventos criados no concelho que constituem um suporte ao turismo destacam-se os seguintes:

- Eventos de raiz tradicional (em todas as freguesias): Feiras e mercados periódicos enumerados no Capítulo VI;
- Eventos musicais: Os eventos de natureza musical são, a par dos desportivos, os que conferem notoriedade à agenda de animação cultural, desportiva e de lazer do concelho, destacando-se: o **Verão Cultural** (concertos de música clássica ou erudita em distintos espaços patrimoniais que se distribuem pelo território municipal); as **Noites da Cigarra** (concertos ao ar livre, de características ecléticas, na sede do concelho); o **Cool Jazz Fest** (concertos de jazz ao ar livre, no Jardim do Cerco); o **Festival Internacional de Música de Mafra** (concertos no Convento de Mafra); e **Festival de Órgão de Mafra** (concertos de órgão da basílica, no Convento de Mafra).
- Eventos Desportivos: **Etao do Campeonato do Mundo de Surf**, localizado na Praia da Ribeira de Ilhas, na freguesia da Ericeira;
- Eventos Gastronómicos: realizam-se no concelho vários festivais, de que se destacam o Festival do Marisco, a Semana da Caça e o Festival das Sopas.

#### 4.4.6 Outros Equipamentos e Serviços

Segundo dados do INE (2006), existem diversas Empresas de Serviços associados ao Turismo para além das associadas directamente à hotelaria e à restauração no concelho de Mafra. Podem ser mencionadas:

- Nove “Agências de Viagem”, distribuídas por quatro locais do concelho, (3 na sede do concelho, 4 na Ericeira, uma na Malveira e uma na Venda do Pinheiro);
- Cinco Empresas licenciadas como de “Animação Turística”, encontrando-se duas localizadas na Ericeira e três outras dispersas pelo concelho;
- Existem outros equipamentos e serviços fundamentais para o desenvolvimento do Turismo, nomeadamente que disponibilizam locais para a realização de eventos relacionados com o “MICE” ou “Turismo de Trabalho”, como por exemplo o Auditório Municipal Beatriz Costa e as Casas da Cultura.



V

## CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>189</b>
<b>2. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; ANÁLISE CENSITÁRIA - CENSOS 2001 .....</b>	<b>190</b>
2.1 Evolução de Edifícios e Alojamentos.....	190
2.2 Tipologia de Edifícios e Alojamentos .....	196
2.3 Condições de Alojamento e Época de Construção .....	199
2.3.1 Condições do Alojamento .....	199
2.3.2 Época de Construção .....	201
2.4 Carência de Fogos.....	202
<b>3. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; ANÁLISE DOS LICENCIAMENTOS ENTRE 2001 E 2005 .....</b>	<b>205</b>
3.1 Metodologia.....	205
3.2 Licenças de Construção Destinadas a Habitação .....	206
3.3. Número de Alojamentos Aprovados.....	207
3.4. Tipologia dos Alojamentos (Unifamiliares vs. Multifamiliares) .....	208
3.5. Evolução do Número de Alojamentos 1991-2005 .....	211

## 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, é pretendido identificar as principais dinâmicas do parque habitacional do concelho de Mafra à escala das freguesias, numa perspectiva de identificar as suas principais características, quantitativamente e qualitativamente, de modo a compreender e avaliar:

- Dinâmicas de construção instaladas;
- Formas de ocupação praticadas;
- Carências habitacionais que eventualmente existam;
- Condições do alojamento e níveis de conforto.

À escala dos lugares é avaliada a evolução dos alojamentos de 1991 para 2001, bem como o grau de infra-estruturação dos alojamentos familiares de residência habitual em 2001.

Tal como o referido no capítulo anterior, ao nível das freguesias só se encontram disponíveis os dados dos Censos, o que levou a que a sua apresentação só seja efectuada até ao ano de 2001 (Ponto 2). A actualização desta informação só será possível aquando da execução e publicação do próximo recenseamento geral, a realizar em 2011.

Com o objectivo de tentar apresentar uma evolução do parque habitacional até uma data mais recente, foi elaborado no Ponto 3 do presente capítulo, uma análise aos licenciamentos de construção, concedidos por esta Câmara Municipal até ao ano de 2005.

A junção destes dois pontos permite assim, a percepção possível das principais características do concelho ao nível do seu parque habitacional nos últimos anos, tornando-se extremamente importante reter do Ponto 2 não só os valores totais projectados, mas sim as tendências verificadas ao nível das freguesias do concelho de Mafra, possibilitando algumas análises relevantes para uma melhor compreensão do território concelhio.

## 2. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; ANÁLISE CENSITÁRIA - CENSOS 2001

### 2.1 Evolução de Edifícios e Alojamentos

No concelho de Mafra, os edifícios e os alojamentos familiares clássicos<sup>1</sup> aumentaram cerca de 25% e 35%, na década de 91/2001, tendo-se verificado que o crescimento do número de alojamentos relativamente ao número de edifícios não foi significativo, predominando, ainda, os edifícios com apenas 1 fogo. Pela observação do quadro V.1 verifica-se que, em 1991, o concelho registava 1,25 alojamentos por edifício tendo aumentado, apenas, para 1,36 em 2001.

No âmbito regional, verifica-se que Mafra apresenta, de 1991 para 2001, as mais elevadas taxas de crescimento de edifícios e de alojamentos da média da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da região do Oeste; se bem que, este concelho representa, apenas, 2% do total de fogos da AML. No entanto, contrapondo com os concelhos vizinhos da AML, Mafra possui o menor índice de alojamentos por edifícios, em 2001, o que demonstra uma certa tendência desta unidade territorial para a habitação unifamiliar, à semelhança da região limítrofe do Oeste.

Relativamente às freguesias do concelho de Mafra e através dos valores apresentados no quadro V.1 e no gráfico V.1, destacam-se as seguintes:

- Ericeira e Malveira com valores de alojamentos por edifícios, em 2001, muito superiores à média concelhia, cerca de 1,9 e 2,1, respectivamente, o que revela uma maior capacidade de densificação da habitação nestas duas freguesias.
- Gradil, Santo Isidoro, Enxara do Bispo e Sobral da Abelheira, com 1 fogo por edifício, apresentam valores bastante abaixo da média do concelho, sendo que as duas últimas freguesias possuem, de 1991 para 2001, taxas de crescimento populacional negativas.

---

<sup>1</sup> De acordo com o INE, os alojamentos familiares clássicos correspondem a uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido, se destina à habitação permanente de uma família.

Quadro V.1: Edifícios clássicos e alojamentos familiares, em 1991 e 2001, por freguesia.

	Edifícios Clássicos			Alojamentos Familiares Clássicos			Alojamento por Edifício	
	1991	2001	var. %	1991	2001	var. %	1991	2001
Azueira	993	1.186	19,4	1.074	1.305	21,5	1,08	1,10
Carvoeira	929	1.212	30,5	1.026	1.415	37,9	1,10	1,17
Cheleiros	494	629	27,3	492	709	44,1	1,00	1,13
Encarnação	1.345	1.755	30,5	1.489	1.924	29,2	1,11	1,10
Enxara do Bispo	701	736	5,0	710	775	9,2	1,01	1,05
Ericeira	2.592	3.279	26,5	4.273	6.279	46,9	1,65	1,91
Gradil	353	440	24,6	373	460	23,3	1,06	1,05
Igreja Nova	897	1.056	17,7	969	1.143	18,0	1,08	1,08
Mafra	2.984	3.756	25,9	4.093	5.542	35,4	1,37	1,48
Malveira	939	1.097	16,8	1.590	2.296	44,4	1,69	2,09
Milharado	1.253	1.781	42,1	1.320	2.085	58,0	1,05	1,17
S. Estêvão das Galés	594	723	21,7	619	798	28,9	1,04	1,10
Santo Isidoro	1.283	1.680	30,9	1.369	1.761	28,6	1,07	1,05
S. Miguel de Alcaíça	380	495	30,3	394	578	46,7	1,04	1,17
Sobral da Abelheira	462	526	13,9	493	553	12,2	1,07	1,05
Venda do Pinheiro	1.335	1.523	14,1	1.688	2.098	24,3	1,26	1,38
Vila Franca do Rosário	297	330	11,1	329	388	17,9	1,11	1,18
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>17.831</b>	<b>22.204</b>	<b>24,5</b>	<b>22.301</b>	<b>30.109</b>	<b>35,0</b>	<b>1,25</b>	<b>1,36</b>

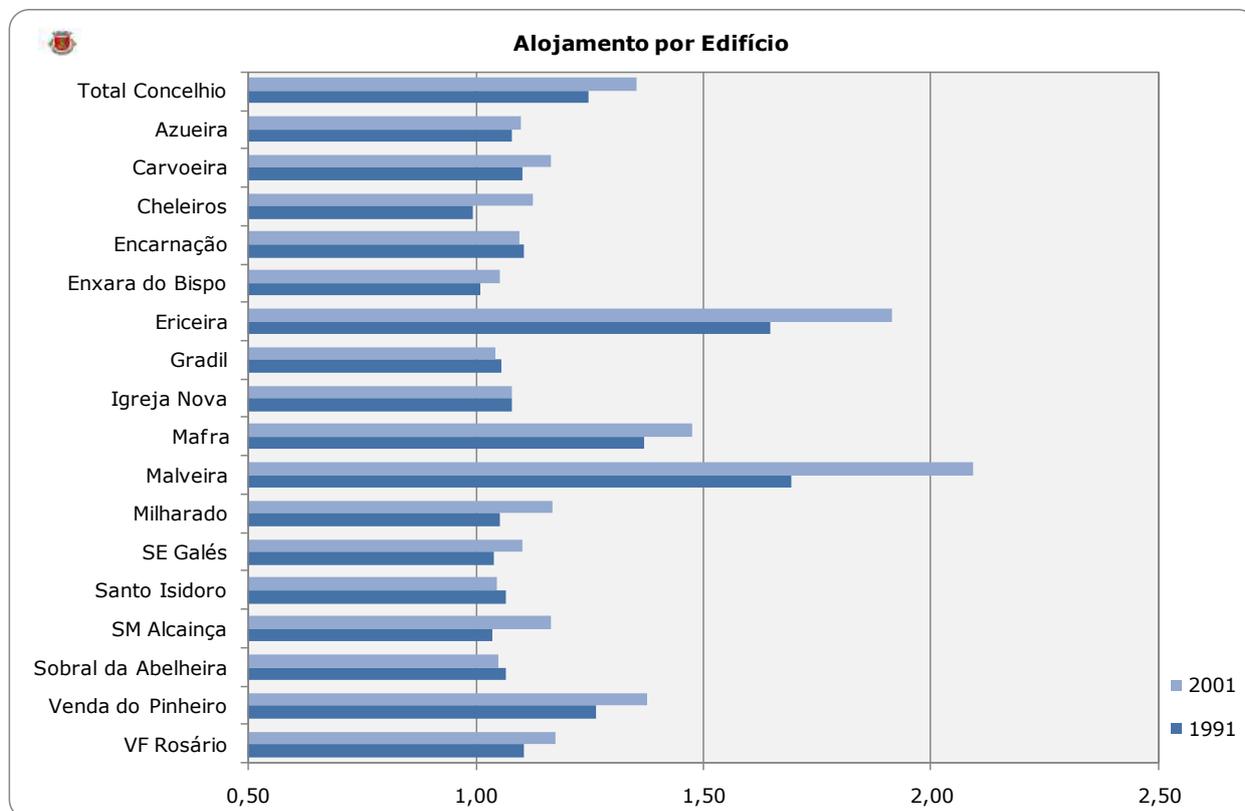


Gráfico V.1: Número de alojamentos por edifício em 1991 e 2001, por freguesia.

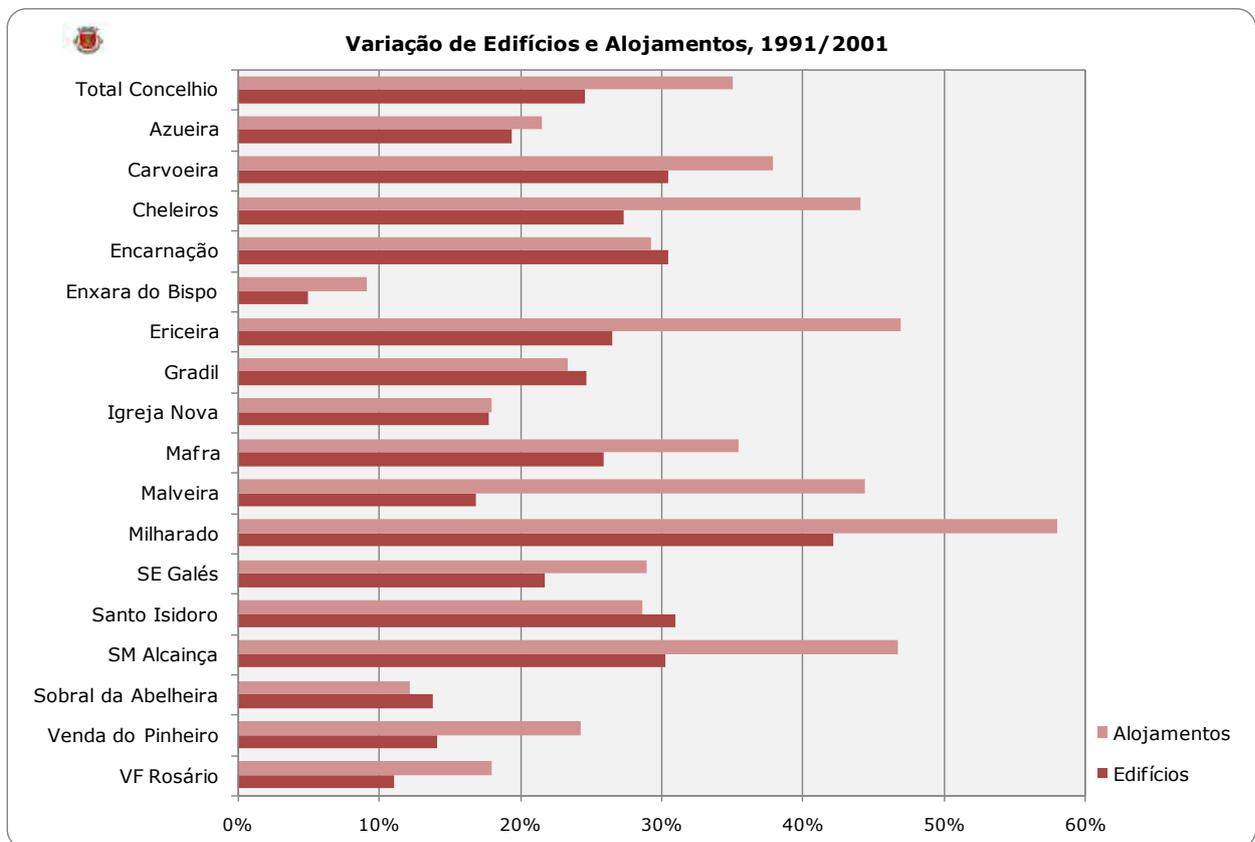


Gráfico V.2: Variação de edifícios e alojamentos de 1991 para 2001, por freguesia.

Em relação às taxas de crescimento de edifícios e alojamentos, apresentadas no gráfico V.2 e figuras V.1 e V.2, os valores apresentados foram bastante positivos na freguesia do Milharado, com cerca de 42% e 58%, respectivamente. Ericeira e São Miguel de Alcainça destacam-se, também, ao nível do crescimento dos alojamentos, embora a última freguesia tenha partido, de 1991, com efectivos muito baixos.

Comparando o crescimento das famílias, de 1991 para 2001, com o crescimento dos alojamentos clássicos, apresentado no quadro V.2, verifica-se que todas as freguesias possuem valores superiores à unidade, o que indica que não existem situações de partilha, apesar de em algumas zonas a variação das famílias ter sido superior à dos alojamentos. Nesta situação destaca-se Carvoeira, Ericeira, Mafra, Milharado, São Miguel de Alcainça e Vila Franca do Rosário.

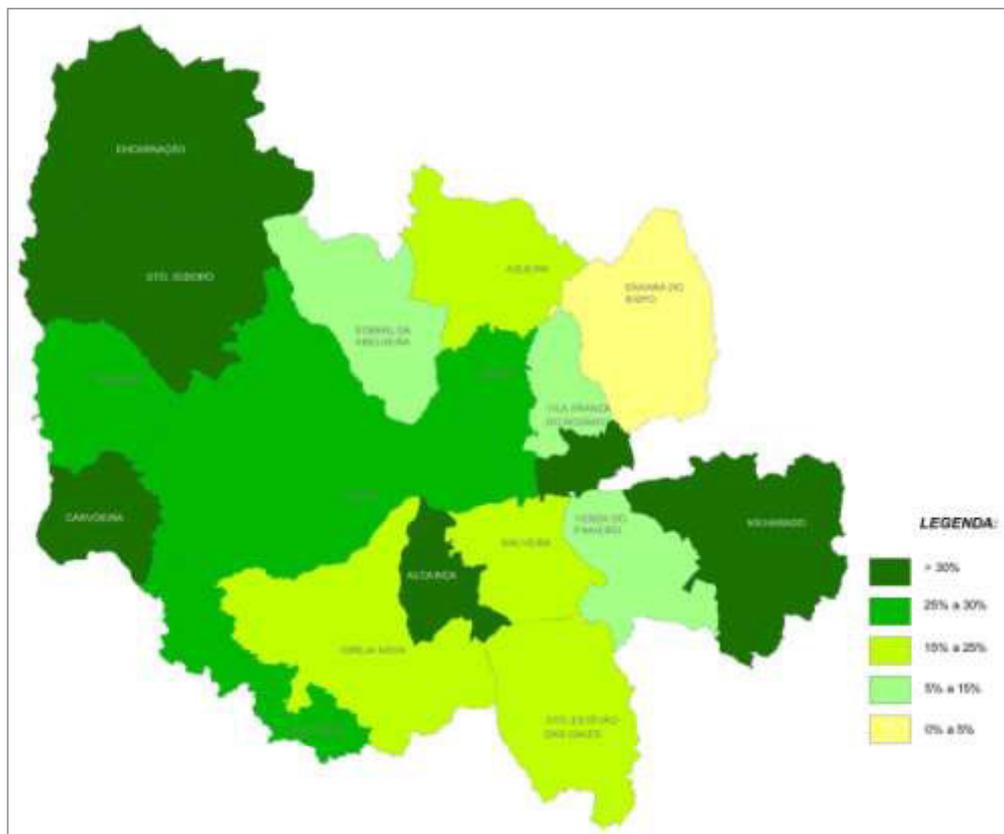


Figura V.1: Variação de edifícios de 1991 para 2001, por freguesia.

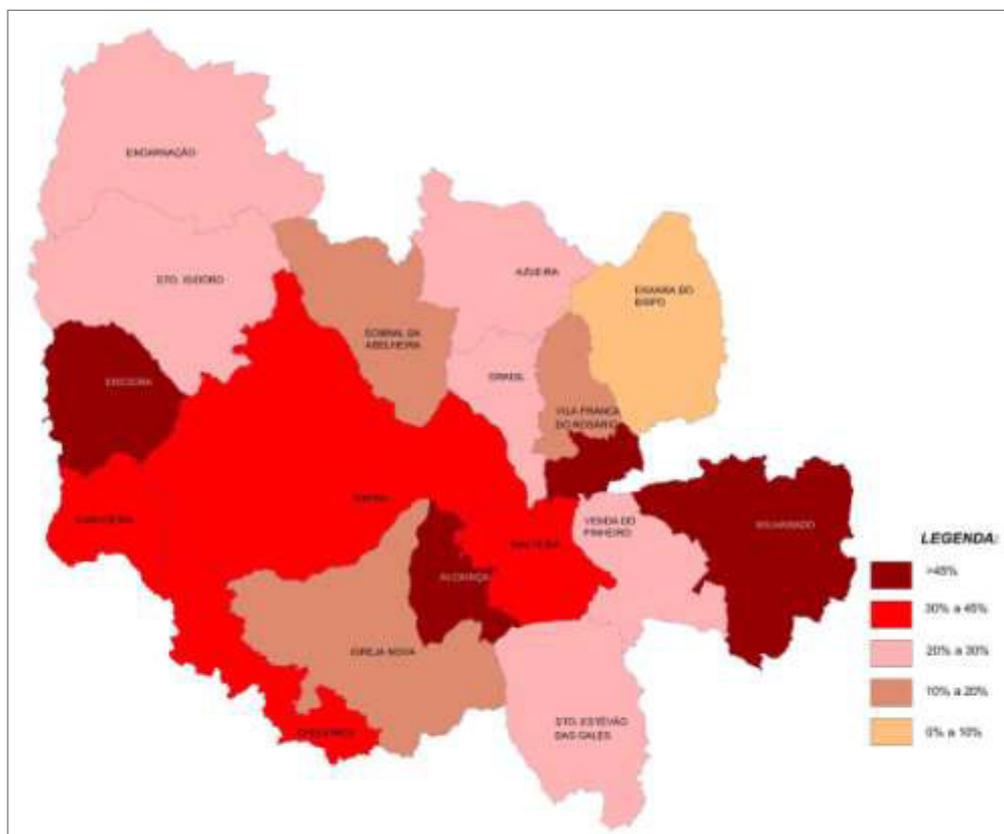


Figura V.2: Variação dos alojamentos de 1991 para 2001, por freguesia.

Quadro V.2: Alojamentos clássicos por famílias, em 2001, por freguesia.

	População	Famílias		Alojamentos Clássicos		Alojamentos/ Família	
	var. 91/01 (%)	v.a	var. %	v.a	var. %	1991	2001
Azeira	13,5	1.045	20,8	1.305	21,5	1,24	1,25
Carvoeira	68,7	551	88,7	1.415	37,9	3,51	2,57
Cheleiros	22,8	531	26,7	709	44,1	1,17	1,34
Encarnação	15,3	1.370	23,8	1.924	29,2	1,35	1,40
Enxara do Bispo	-4,3	612	2,7	775	9,2	1,19	1,27
Ericeira	45,4	2.576	65,2	6.279	46,9	2,74	2,44
Gradil	17,0	306	14,6	460	23,3	1,40	1,50
Igreja Nova	13,1	857	17,6	1.143	18,0	1,33	1,33
Mafra	27,8	4.142	40,7	5.542	35,4	1,39	1,34
Malveira	22,5	1.687	33,9	2.296	44,4	1,26	1,36
Milharado	38,5	1.862	60,7	2.085	58,0	1,14	1,12
S. Estêvão das Galés	10,8	649	24,1	798	28,9	1,18	1,23
Santo Isidoro	11,3	1.077	21,8	1.761	28,6	1,55	1,64
S. Miguel de Alcaíça	50,4	436	59,1	578	46,7	1,44	1,33
Sobral da Abelheira	-2,3	405	3,8	553	12,2	1,26	1,37
Venda do Pinheiro	20,3	1.601	23,9	2.098	24,3	1,31	1,31
Vila Franca do Rosário	30,4	305	26,0	388	17,9	1,36	1,27
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>24,3</b>	<b>20.012</b>	<b>35,2</b>	<b>30.109</b>	<b>35,0</b>	<b>1,51</b>	<b>1,50</b>

A relação alojamento por família diminuiu ligeiramente para quase todas as freguesias, com destaque para a Carvoeira. Esta freguesia, em simultâneo com a Ericeira, apresentava, em 2001, quase 2,5 fogos por família. Os índices registados nestas duas freguesias, podem estar associados à predisposição que esta zona possui para a habitação de uso sazonal, associada às actividades recreativas de uso balnear.

Numa análise mais pormenorizada, registada no quadro em baixo, verifica-se que os lugares de Mafra, Ericeira e Malveira, possuem uma maior dinâmica de construção, apresentando valores superiores a 2 fogos por edifício muito superiores a média concelhia.

**Importa referir que no anexo F procedeu-se à análise da variação dos alojamentos e das famílias de todos os lugares das freguesias, entre 1991 para 2001.**

Quadro V.3: Edifícios e alojamentos familiares, em 2001, por lugares com mais de 500 habitantes.

Freguesias	Lugares > 500 hab.		Alojamentos Familiares		Edifícios		Aloj./ Edifício	
			1991	2001	1991	2001	1991	2001
Azueira	Livramento	769	215	342	183	286	1,2	1,2
Cheleiros	Cheleiros	662	252	394	253	323	1,0	1,2
Encarnação	Barril	765	274	313	262	295	1,0	1,1
	Encarnação	932	401	485	352	383	1,1	1,3
Ericeira	Ericeira	4.721	3.277	4.812	1.703	2.117	1,9	2,3
Gradil	Gradil	561	229	271	211	248	1,1	1,1
Mafra	Achada	736	297	342	282	316	1,1	1,1
	Mafra	5.406	1.942	2.562	932	1.023	2,1	2,5
	Sobreiro	1.143	451	539	419	463	1,1	1,2
Malveira	Malveira	4.157	1.518	2.198	866	1.002	1,8	2,2
Milharado	Póvoa da Galega	1.321	183	555	178	375	1,0	1,5
Santo Isidoro	Ribamar	646	419	509	348	470	1,2	1,1
S. Miguel de Alcinça	Arrifana	749	253	351	244	300	1,0	1,2
Sobral da Abelheira	Sobral A.	560	270	300	244	275	1,1	1,1
Venda do Pinheiro	Asseiceira Peq.	547	194	267	182	244	1,1	1,1
	Charneca	517	179	207	168	191	1,1	1,1
	Venda P.	2.412	883	1.141	592	642	1,5	1,8
Vila Franca do Rosário	Vila Franca do Rosário	682	259	307	231	254	1,1	1,2

## 2.2 Tipologia de Edifícios e Alojamentos

Pela observação do quadro V.4 e do gráfico V.3, constata-se a maioria edifícios existentes, em 2001, tinha apenas 1 a 2 pisos, correspondendo a cerca de 88% do total concelhio. A freguesia de Santo Estêvão das Galés destaca-se das restantes, com a totalidade dos edifícios existentes com 1 a 2 pisos.

As freguesias mais urbanas do concelho apresentam maior número de edifícios de 3 a 4 pisos, sendo a Ericeira a que possui a mais elevada percentagem deste tipo de construções, cerca de 35%.

Quadro V.4: Edifícios segundo o número de pavimentos, em 2001, por freguesia.

	Edifícios	Edifícios Por Número de Pavimentos					
		1 a 2 Pisos		3 a 4 Pisos		5 ou + Pisos	
		v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Azueira	1.186	1.038	87,5	148	12,5	0	0,0
Carvoeira	1.212	1.142	94,2	68	5,6	2	0,2
Cheleiros	629	578	91,9	51	8,1	0	0,0
Encarnação	1.755	1.714	97,7	39	2,2	2	0,1
Enxara do Bispo	736	730	99,2	6	0,8	0	0,0
Ericeira	3.279	2.036	62,1	1.134	34,6	109	3,3
Gradil	440	430	97,7	10	2,3	0	0,0
Igreja Nova	1.056	1.017	96,3	39	3,7	0	0,0
Mafra	3.756	3.293	87,7	405	10,8	58	1,5
Malveira	1.097	869	79,2	173	15,8	55	5,0
Milharado	1.781	1.692	95,0	85	4,8	4	0,2
S. Estêvão das Galés	723	723	100,0	0	0,0	0	0,0
Santo Isidoro	1.680	1.632	97,1	48	2,9	0	0,0
S. Miguel de Alcainça	495	467	94,3	24	4,8	4	0,8
Sobral da Abelheira	526	516	98,1	10	1,9	0	0,0
Venda do Pinheiro	1.523	1.270	83,4	229	15,0	24	1,6
Vila Franca do Rosário	330	321	97,3	9	2,7	0	0,0
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>22.204</b>	<b>19.468</b>	<b>87,7</b>	<b>2.478</b>	<b>11,2</b>	<b>258</b>	<b>1,2</b>

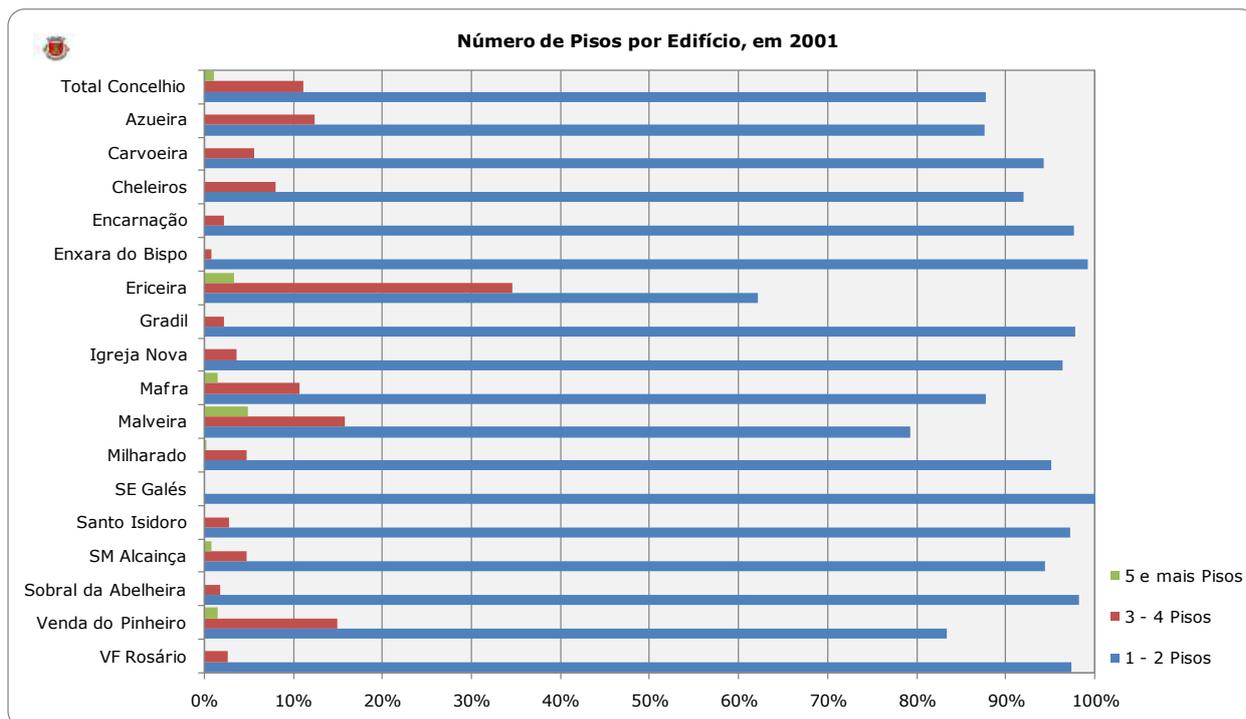


Gráfico V.3: Número de pisos por edifício em 2001, por freguesia.

A presença de edifícios de 5 ou mais pisos é ínfima ou mesmo nula em quase todas as freguesias, à excepção da Malveira e da Ericeira, onde estas construções têm alguma representatividade, cerca de 5% e 3%, respectivamente.

Os impactes decorrentes dos processos de suburbanização do centro da AML e a acentuada procura, na última década, de habitação, na Malveira, tem justificado o crescimento em altura dos edifícios construídos nesta unidade territorial.

Da análise do quadro V.5 e do gráfico V.4, relativo aos alojamentos clássicos segundo as formas de ocupação, verifica-se que, na sua maior parte, são de residência habitual, numa média de 64%, excepto a Ericeira e a Carvoeira, onde mais de 50% dos fogos são para uso sazonal. Esta constatação deve-se, sobretudo à atracção que estas freguesias possuem para actividades de uso balnear.

Relativamente aos alojamentos de residência habitual destaca-se a freguesia do Milharado, com 83% dos fogos afectos a este tipo de ocupação.

Quadro V.5: Alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação, em 2001, por freguesia.

	Alojamentos Clássicos						
	Total	Residência Habitual		Uso Sazonal ou Secundário		Vagos	
		v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Azeira	1.305	1.001	76,7	152	11,6	152	11,6
Carvoeira	1.415	533	37,7	758	53,6	124	8,8
Cheleiros	709	525	74,0	67	9,4	117	16,5
Encarnação	1.924	1.346	70,0	394	20,5	184	9,6
Enxara do Bispo	775	579	74,7	69	8,9	127	16,4
Ericeira	6.279	2.378	37,9	3.243	51,6	658	10,5
Gradil	460	305	66,3	111	24,1	44	9,6
Igreja Nova	1.143	840	73,5	189	16,5	114	10,0
Mafra	5.542	4.069	73,4	856	15,4	617	11,1
Malveira	2.296	1.653	72,0	296	12,9	347	15,1
Milharado	2.085	1.733	83,1	185	8,9	167	8,0
S. Estêvão das Galés	798	619	77,6	132	16,5	47	5,9
Santo Isidoro	1.761	1.048	59,5	557	31,6	156	8,9
S. Miguel de Alcainça	578	435	75,3	100	17,3	43	7,4
Sobral da Abelheira	553	403	72,9	95	17,2	55	9,9
Venda do Pinheiro	2.098	1.571	74,9	266	12,7	261	12,4
Vila Franca do Rosário	388	300	77,3	50	12,9	38	9,8
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>30.109</b>	<b>19.338</b>	<b>64,2</b>	<b>7.520</b>	<b>25,0</b>	<b>3.251</b>	<b>10,8</b>

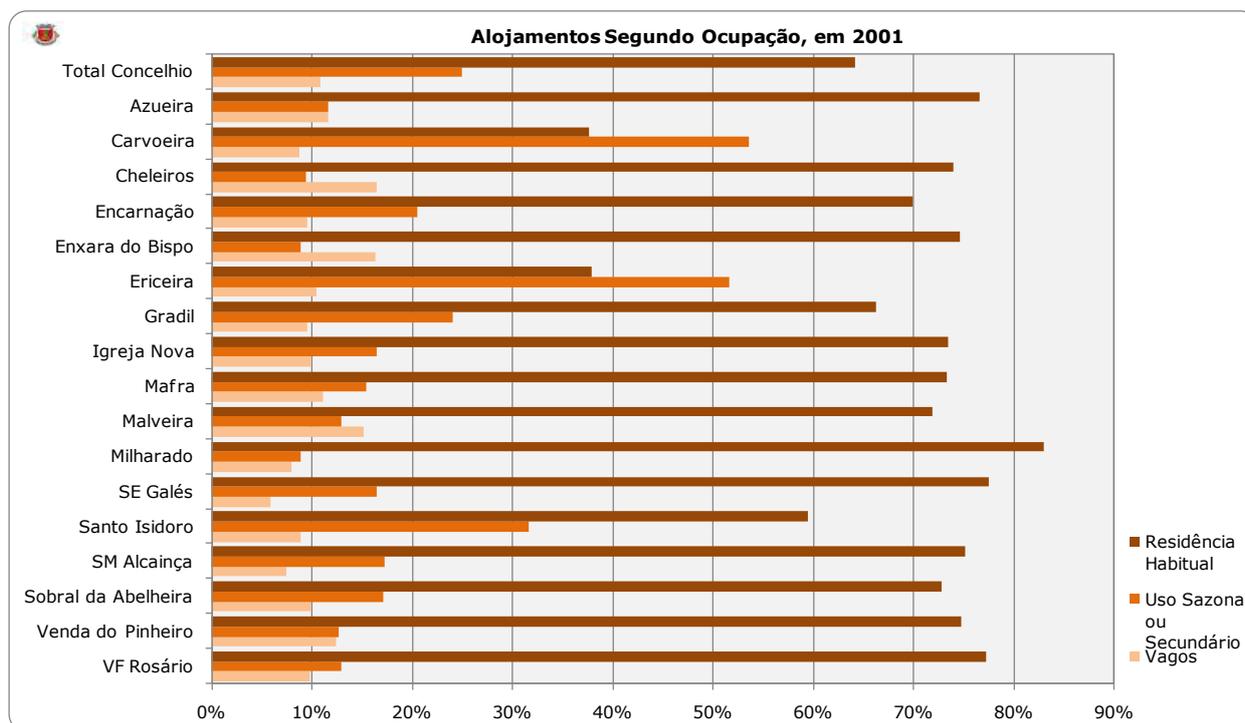


Gráfico V.4: Alojamentos segundo a forma de ocupação em 2001, por freguesias.

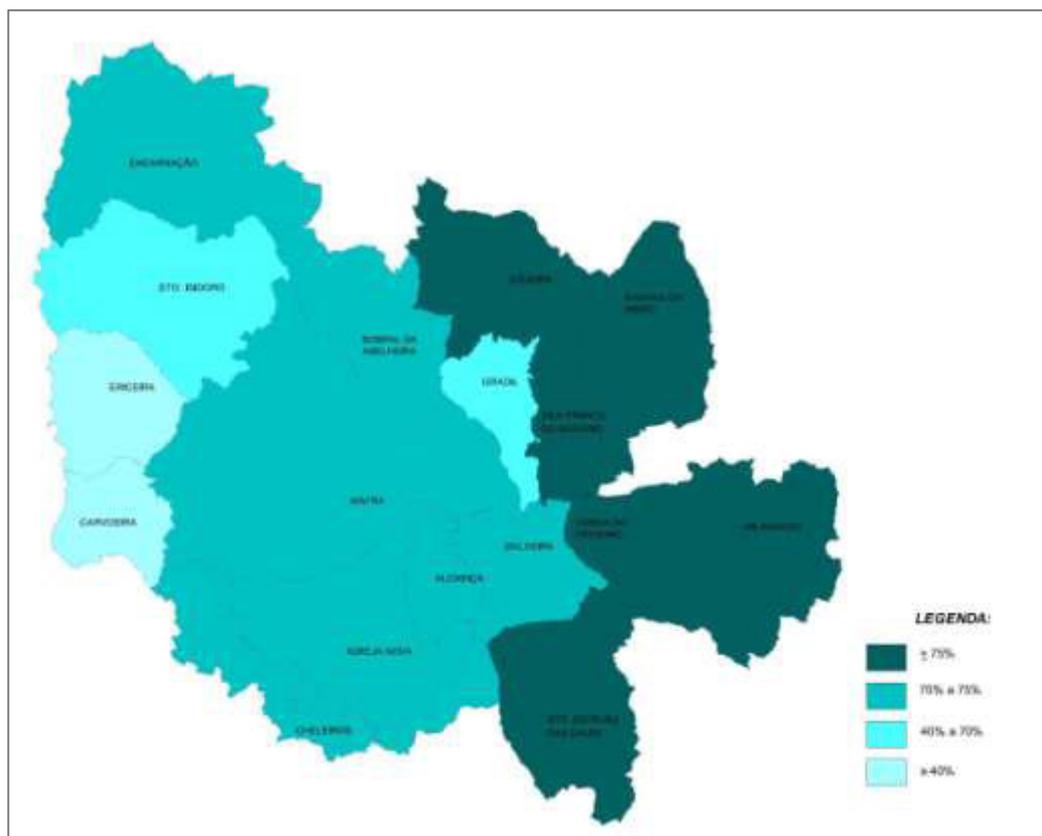


Figura V.3: Alojamentos de Residência Habitual em 2001, por freguesia.

Os fogos vagos são, de modo geral, pouco significativos, destacando-se, no entanto, Cheleiros, Enxara do Bispo e Malveira.

Importa salientar, que ao nível regional o concelho de Mafra destaca-se dos restantes concelhos, que constituem a Grande Lisboa, pela elevada percentagem de fogos para uso sazonal.

## 2.3 Condições de Alojamento e Época de Construção

### 2.3.1 Condições do Alojamento

Da análise dos alojamentos familiares de residência habitual segundo o grau de infra-estruturação de 2001, apresentado no quadro V.6, constata-se que:

- As redes eléctrica e de água atingem quase 100% do total concelhio, destacando-se, pela negativa, a Enxara do Bispo e o Sobral da Abelheira, sendo estas as freguesias mais rurais do concelho.
- A rede de saneamento corresponde a 75% do grau de cobertura do território concelhio, sendo que a Igreja Nova e Santo Estêvão das Galés não chegam aos 30% de fogos afectos a esta infraestrutura. Este estudo não se encontra compatibilizado com a rede pública de saneamento e a *rede de fossas sépticas*, infraestrutura que ainda apresenta algum peso na maior parte das freguesias, de acordo com os relatórios da Divisão de Ambiente.

**No anexo G foi elaborada uma análise por todos os lugares, existentes em 2001, de cada uma das freguesias.**

Quadro V.6: Alojamentos familiares de residência habitual segundo as instalações existentes, em 2001, por freguesia.

	Total	Alojamentos segundo as Instalações existentes							
		Com electricidade		Com água		Com W.C.		Com esgotos (*)	
		v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Azueira	1.003	996	99	990	99	958	96	713	71
Carvoeira	534	531	99	530	99	520	97	275	51
Cheleiros	529	526	99	505	95	489	92	455	86
Encarnação	1.347	1.340	99	1.324	98	1.276	95	779	58
Enxara do Bispo	581	572	98	533	92	530	91	414	71
Ericeira	2.413	2.409	100	2.394	99	2.353	98	2.023	84
Gradil	305	304	100	293	96	294	96	191	63
Igreja Nova	843	840	100	816	97	760	90	248	29
Mafra	4.091	4.080	100	4.040	99	3.874	95	3.261	80
Malveira	1.662	1.656	100	1.632	98	1.595	96	1.607	97
Milharado	1.748	1.737	99	1.682	96	1.527	87	1.372	78
S. Estêvão das Galés	627	623	99	600	96	569	91	142	23
Santo Isidoro	1.059	1.050	99	1.017	96	998	94	709	67
S. Miguel de Alcainça	435	432	99	423	97	416	96	399	92
Sobral da Abelheira	404	389	96	372	92	365	90	313	77
Venda do Pinheiro	1.582	1.578	100	1.561	99	1.520	96	1.442	91
Vila Franca do Rosário	304	301	99	295	97	294	97	229	75
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>19.467</b>	<b>19.364</b>	<b>99</b>	<b>19.007</b>	<b>98</b>	<b>18.338</b>	<b>94</b>	<b>14.572</b>	<b>75</b>

(\*) – Dados relativos a Estatísticas da Divisão de Ambiente da Câmara Municipal de Mafra (2005).

### 2.3.2 Época de Construção

De modo a analisarmos a idade de construção do parque habitacional existente no concelho de Mafra, foram registados os edifícios segundo a época de construção, o que permitiu, por outro lado, compreender os ritmos de construção para cada uma das freguesias, nas diferentes épocas.

Do quadro V.7, podem-se retirar as seguintes conclusões:

- A década de 1991 para 2001, foi a época de maior construção na freguesia de Mafra, à semelhança do país, destacando-se as freguesias da Ericeira e de São Miguel de Alcainça, onde se registaram, também, as maiores dinâmicas em termos populacionais.
- Também na década de 1981 para 1991 foram construídos bastantes edifícios, destacando-se a Carvoeira.
- Os edifícios construídos antes de 1919 representam apenas 8%, destacando-se as freguesias da Azueira, Enxara do Bispo e Gradil

Quadro V.7: Época de construção dos edifícios clássicos existentes em 2001, por freguesia.

	Edifícios segundo a época de construção											
	Antes de 1919		1919 a 1945		1946 a 1970		1971 a 1980		1981 a 1990		1991 a 2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Azueira	247	21	109	9	281	24	229	19	156	13	164	14
Carvoeira	28	2	74	6	206	17	197	16	383	32	324	27
Cheleiros	120	19	80	13	141	22	101	16	90	14	97	15
Encarnação	65	4	176	10	473	27	302	17	322	18	417	24
Enxara do Bispo	249	34	62	8	138	19	98	13	88	12	101	14
Ericeira	122	4	198	6	564	17	450	14	778	24	1.167	36
Gradil	126	29	27	6	83	19	67	15	52	12	85	19
Igreja Nova	52	5	102	10	219	21	175	17	184	17	324	31
Mafra	274	7	217	6	776	21	633	17	779	21	1.077	29
Malveira	69	6	183	17	388	35	171	16	107	10	179	16
Milharado	82	5	206	12	452	25	292	16	238	13	511	29
S. Estêvão das Galés	79	11	142	20	172	24	155	21	69	10	106	15
Santo Isidoro	101	6	68	4	326	19	278	17	465	28	442	26
S. Miguel de Alcaíça	35	7	16	3	117	24	59	12	93	19	175	35
Sobral da Abelheira	17	3	35	7	100	19	100	19	122	23	152	29
Venda do Pinheiro	72	5	101	7	419	28	331	22	297	20	303	20
Vila Franca do Rosário	31	9	21	6	49	15	43	13	67	20	119	36
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>1.769</b>	<b>8</b>	<b>1.817</b>	<b>8</b>	<b>4.904</b>	<b>22</b>	<b>3.681</b>	<b>17</b>	<b>4.290</b>	<b>19</b>	<b>5.743</b>	<b>26</b>

## 2.4 Carência de Fogos

A carência de fogos em sentido lato, desenvolvida no quadro V.8 e no gráfico V.5, permite-nos avaliar, em termos quantitativos, o grau de insuficiência de alojamentos clássicos segundo o número de famílias existentes, em 2001, e resulta da soma de alojamentos não clássicos<sup>2</sup> com os clássicos de residência habitual, necessários para que não exista partilha – dados pela diferença entre o número de famílias clássicas e os alojamentos clássicos de residência habitual.

<sup>2</sup> - Corresponde a instalações improvisadas que se destinam a alojar uma família, no momento censitária, nomeadamente Barraca, Casa Rudimentar de madeira ou construções móveis.

Quadro V.8: Carência de alojamentos clássicos, em 2001, por freguesia.

	Famílias (1)	Alojamentos Clássicos		Alojamentos não clássicos (4)	Carência de alojamentos	
		Residência Habitual (2)	Vagos (3)		Em sentido lato (1-2+4)	Em sentido restrito (1-2+4-3)
Azueira	1.045	1.001	152	2	46	-106
Carvoeira	551	533	124	1	19	-105
Cheleiros	531	525	117	4	10	-107
Encarnação	1.370	1.346	184	1	25	-159
Enxara do Bispo	612	579	127	2	35	-92
Ericeira	2.576	2.378	658	35	233	-425
Gradil	306	305	44	0	1	-43
Igreja Nova	857	840	114	3	20	-94
Mafra	4.142	4.069	617	22	95	-522
Malveira	1.687	1.653	347	9	43	-304
Milharado	1.862	1.733	167	15	144	-23
S. Estêvão das Galés	649	619	47	8	38	-9
Santo Isidoro	1.077	1.048	156	11	40	-116
S. Miguel de Alcainça	436	435	43	0	1	-42
Sobral da Abelheira	405	403	55	1	3	-52
Venda do Pinheiro	1.601	1.571	261	11	41	-220
Vila Franca do Rosário	305	300	38	4	9	-29
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>20.012</b>	<b>19.338</b>	<b>3.251</b>	<b>129</b>	<b>803</b>	<b>-2.448</b>

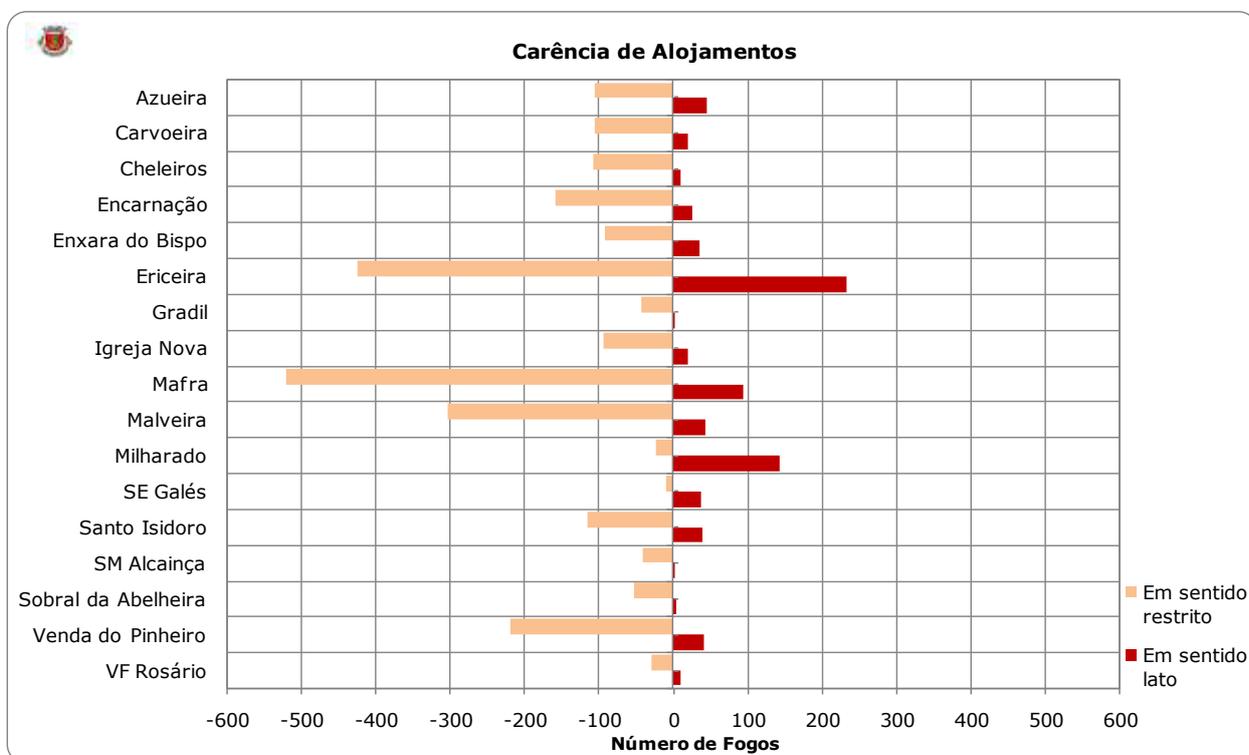


Gráfico V.5: Carência de alojamentos em sentido lato e restrito, em 2001 e por freguesia.

Em 2001, o concelho de Mafra apresentava uma carência de alojamentos em sentido lato de 803 fogos, o que correspondia a 47 unidades, em média, por freguesia. A Ericeira e o Milharado apresentam carência de alojamento mais significativo, com 233 e 144 fogos em défice, respectivamente.

No entanto, se a carência de alojamento for confrontada com o número de fogos vagos, em 2001, as necessidades são bastante diferentes. Desta forma, nenhuma freguesia teria, de facto, carências de alojamento, atingindo um total de 1.471 fogos excedentes, em 2001, nas freguesias mais urbanas. A freguesia de Santo Estêvão das Galés apresenta o valor mais abaixo, no que diz respeito, ao número de fogos excedentes.

### 3. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS; ANÁLISE DOS LICENCIAMENTOS ENTRE 2001 E 2005

#### 3.1 Metodologia

Tal como foi mencionado anteriormente, a análise da evolução do edificado no ponto anterior foi efectuada exclusivamente com base nos **Censos de 1991 e 2001**.

Devido ao facto de nos depararmos com uma grande discrepância entre essa data e o presente trabalho, sentiu a Câmara Municipal necessidade de analisar a informação existente de 2001 até uma data o mais próximo possível da data de elaboração dos presentes estudos de caracterização. Nesta fase, foi apenas possível ser analisada a sua evolução até ao ano de 2005, ficando para o âmbito da elaboração da proposta de plano, a apresentação dos resultados de 2006 e 2007.

Assim, com base nos licenciamentos efectuados entre **2001 e 2005** é apresentada uma análise da sua evolução, bem como uma tentativa de distribuição espacial dos mesmos, com o objectivo de serem apreendidas as dinâmicas habitacionais no concelho.

Com base nas aplicações de Gestão Urbanística existentes nos serviços da Câmara Municipal de Mafra, foram isoladas as licenças de construção cujo destino final fosse a habitação, bem como com o apoio da aplicação de SIG foram as mesmas localizadas geograficamente no território.

A análise destes elementos permite-nos assim compreender os impactos da função habitação pelo território concelhio.

### 3.2 Licenças de Construção Destinadas a Habitação

As licenças de construção emitidas, por si só, podem apenas ser analisadas ao nível da dinâmica da procura de área disponível para construção, já que não nos fornecem o tipo de ocupação (nº de fogos) a que cada licença pode dar origem.

Quadro V.9: Nº de Licenças de Construção para habitação.

	2001	2002	2003	2004	2005	Total	%
Azueira	17	30	22	13	10	92	3,5
Carvoeira	29	29	20	12	22	112	4,3
Cheleiros	5	5	3	5	6	24	0,9
Encarnação	31	33	47	21	23	155	5,9
Enxara do Bispo	6	7	15	3	7	38	1,4
Ericeira	58	104	82	86	70	400	15,2
Gradil	16	44	17	7	12	96	3,7
Igreja Nova	15	23	45	63	19	165	6,3
Mafra	113	94	161	135	114	617	23,5
Malveira	19	15	15	19	14	82	3,1
Milharado	48	37	56	34	32	207	7,9
Sto Estêvão das Galés	10	11	12	5	6	44	1,7
Santo Isidoro	59	43	56	36	55	249	9,5
S. Miguel de Alcainça	14	12	5	5	8	44	1,7
Sobral da Abelheira	5	6	15	4	5	35	1,3
Venda do Pinheiro	24	49	96	43	35	247	9,4
Vila Franca do Rosário	5	5	10	0	1	21	0,8
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>474</b>	<b>547</b>	<b>677</b>	<b>491</b>	<b>439</b>	<b>2.628</b>	<b>100,0</b>

No entanto, é interessante verificar que das 2.628 licenças de construção emitidas entre 2001 e 2005, 52,9% se localizam no Corredor Urbano Central que compreende as freguesias da Ericeira, Mafra, S.Miguel de Alcainça, Malveira e Venda do Pinheiro.

Para além destas freguesias, pode ser referida também a dinâmica verificada em Santo Isidoro, Milharado, Igreja Nova e Encarnação, com 9,5%, 7,9%, 6,3% e 5,9% respectivamente, de licenças de construção emitidas no concelho.

Ao contrário, nas freguesias de Cheleiros e de Vila Franca do Rosário, esta dinâmica representa menos de 1% em cada uma destas unidades territoriais, do número de licenças emitidas no total do concelho.

### 3.3. Número de Alojamentos Aprovados

O resultado do número de alojamentos aprovados com base nas licenças de construção emitidas entre 2001 e 2005, mostra-nos mais uma vez o “peso” do corredor urbano central do concelho.

As freguesias que o compõem (Ericeira, Mafra, Alcaíça, Malveira e Venda do Pinheiro) correspondem a 71,9% do nº de fogos licenciados por todo o território municipal.

Quadro V.10: Nº de Fogos aprovados, com base nas Licenças de Construção para habitação emitidas.

	2001	2002	2003	2004	2005	Total	%
Azueira	17	35	40	14	23	129	2,1
Carvoeira	55	40	21	12	33	161	2,6
Cheleiros	5	5	4	7	6	27	0,4
Encarnação	37	37	62	30	22	188	3,1
Enxara do Bispo	7	8	15	3	16	49	0,8
Ericeira	158	196	201	322	159	1.036	17,0
Gradil	16	44	17	8	30	115	1,9
Igreja Nova	20	32	53	85	27	217	3,6
Mafra	230	330	613	386	342	1.901	31,2
Malveira	168	106	112	66	94	546	9,0
Milharado	121	77	118	63	53	432	7,1
Sto Est. das Galés	10	11	17	5	6	49	0,8
Santo Isidoro	59	48	64	48	60	279	4,6
S. Miguel de Alcaíça	100	16	5	10	11	142	2,3
Sobral da Abelheira	5	6	15	4	5	35	0,6
Venda do Pinheiro	170	114	151	161	157	753	12,4
V. Franca do Rosário	5	9	10	0	2	26	0,4
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>1.183</b>	<b>1.114</b>	<b>1.518</b>	<b>1.224</b>	<b>1.046</b>	<b>6.085</b>	<b>100,0</b>

Se a estes valores juntarmos a freguesia do Milharado, freguesia esta que poderá ser também enquadrada neste grupo central, atingimos os 79% de licenciamentos, o que demonstra bem a importância deste corredor na dinâmica habitacional do concelho.

Pelo contrário, devem ser salientadas, mais uma vez, as freguesias de Cheleiros, Enxara do Bispo, Santo Estevão das Galés, Sobral da Abelheira e Vila Franca do Rosário, todas elas com valores inferiores a 1% do número de fogos aprovados no concelho.

### **3.4. Tipologia dos Alojamentos (Unifamiliares vs. Multifamiliares)**

Tal como foi já referido, o concelho de Mafra destaca-se dos restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa pela predominância de habitação unifamiliar, o que leva a que a diferença entre o número de licenças de construção emitidas se aproxime do número de fogos aprovados.

Ao ser comparado o número de licenças de construção destinadas a habitação emitidas entre 2001 e 2005 (2.628) com o número de fogos correspondentes (6.085), verificamos que nos encontramos em presença de um resultado médio correspondente a 2,32 fogos aprovados por cada licença emitida.

Ao compararmos estes valores com o número de alojamentos por edifício quer em 1991 quer em 2001 (Quadro V.1), concluímos que estes são bastante superiores aos apresentados nessas datas, já que de acordo com os censos 2001, verificamos que o número de alojamentos por edifício no concelho era de 1,25 e de 1,36, respectivamente.

Assim, também estes números nos ajudam a perceber o fenómeno do aumento da densidade habitacional do concelho ao longo dos últimos anos.

Quadro V.11: Relação entre Nº de Alojamentos Aprovados e as Licenças de Construção para Habitação Emitidas.

	Licenciamentos 2001-2005	Alojamentos 2001-2005	Alojamento/ Licença
Azueira	92	129	1,4
Carvoeira	112	161	1,4
Cheleiros	24	27	1,1
Encarnação	155	188	1,2
Enxara do Bispo	38	49	1,3
Ericeira	400	1.036	2,6
Gradil	96	115	1,2
Igreja Nova	165	217	1,3
Mafra	617	1.901	3,1
Malveira	82	546	6,7
Milharado	207	432	2,1
Sto Estêvão das Galés	44	49	1,1
Santo Isidoro	249	279	1,1
S. Miguel de Alcainça	44	142	3,2
Sobral da Abelheira	35	35	1,0
Venda do Pinheiro	247	753	3,0
Vila Franca do Rosário	21	26	1,2
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>2.628</b>	<b>6.085</b>	<b>2,32</b>

Certo é que este aumento, mais uma vez se deve ao fenómeno de densificação habitacional do Corredor Urbano Central do Concelho, onde podemos verificar que as freguesias da Ericeira, com 2.6, Mafra, com 3.1, S. Miguel de Alcainça, com 3.2, Malveira, com 6.7 e Venda do Pinheiro com 3.0 fogos por licença, são as que mais contribuem para este aumento.

Quadro V.12: Relação entre o Nº de Fogos aprovados e as Licenças de Construção para Habitação emitidas, por ano.

	2001	2002	2003	2004	2005
Azueira	1,0	1,2	1,8	1,1	2,3
Carvoeira	1,9	1,4	1,1	1,0	1,5
Cheleiros	1,0	1,0	1,3	1,4	1,0
Encarnação	1,2	1,1	1,3	1,4	1,0
Enxara do Bispo	1,2	1,1	1,0	1,0	2,3
Ericeira	2,7	1,9	2,5	3,7	2,3
Gradil	1,0	1,0	1,0	1,1	2,5
Igreja Nova	1,3	1,4	1,2	1,3	1,4
Mafra	2,0	3,5	3,8	2,9	3,0
Malveira	8,8	7,1	7,5	3,5	6,7
Milharado	2,5	2,1	2,1	1,9	1,7
Sto Estêvão das Galés	1,0	1,0	1,4	1,0	1,0
Santo Isidoro	1,0	1,1	1,1	1,3	1,1
S. Miguel de Alcaíça	7,1	1,3	1,0	2,0	1,4
Sobral da Abelheira	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Venda do Pinheiro	7,1	2,3	1,6	3,7	4,5
Vila Franca do Rosário	1,0	1,8	1,0	0,0	2,0
<b>Média total</b>	<b>2,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>	<b>1,7</b>	<b>2,2</b>

No âmbito da proposta de plano a apresentar na sequência destes estudos de caracterização do território municipal, irão ser aprofundados alguns destes fenómenos de dinâmicas habitacionais, com o objectivo de, quando necessário, melhorar a fundamentação das opções estratégicas tomadas, ao nível de possíveis reformulações dos espaços com capacidade de uso habitacional.

### 3.5. Evolução do Número de Alojamentos 1991-2005

Com base nos dados apresentados anteriormente, é possível verificar a grande dinâmica com que o concelho na sua generalidade se tem deparado nos últimos anos.

Ao analisarmos a variação do número de alojamentos entre 1991 e 2001 (10 anos), foi possível verificar que um grande número de freguesias sofreu aumentos superiores a 20%, tendo-se salientado neste período o Milharado com 58%, Ericeira com 46,9%, S. Miguel de Alcainça com 46,7%, Malveira com 44,4% e Cheleiros com 44,1%.

Quadro V.13: Evolução do número de Alojamentos 1991-2005.

	ANOS EM ANÁLISE			VARIACÃO	
	1991	2001	2005 (*)	91/2001 (%)	2001/05 (%)
Azueira	1.074	1.305	1.434	21,5	9,9
Carvoeira	1.026	1.415	1.572	37,9	11,1
Cheleiros	492	709	736	44,1	3,8
Encarnação	1.489	1.924	2.112	29,2	9,8
Enxara do Bispo	710	775	824	9,2	6,3
Ericeira	4.273	6.279	7.315	46,9	16,5
Gradil	373	460	575	23,3	25,0
Igreja Nova	969	1.143	1.360	18,0	19,0
Mafra	4.093	5.542	7.443	35,4	34,3
Malveira	1.590	2.296	2.842	44,4	23,8
Milharado	1.320	2.085	2.517	58,0	20,7
Sto Estêvão das Galés	619	798	847	28,9	6,1
Santo Isidoro	1.369	1.761	2.040	28,6	15,8
S. Miguel de Alcainça	394	578	720	46,7	24,6
Sobral da Abelheira	493	553	588	12,2	6,3
Venda do Pinheiro	1.688	2.098	2.851	24,3	35,9
Vila Franca do Rosário	329	388	414	17,9	6,7
<b>Concelho de Mafra</b>	<b>22.301</b>	<b>30.109</b>	<b>36.190</b>	<b>35,0</b>	<b>20,2</b>

(\*) – Corresponde ao somatório dos Censos 2001 com o número de Licenciamentos de 2001 a 2005.

Com o crescimento do número de alojamentos inferior a 20%, somente encontramos a Enxara do Bispo com 9,2%, Igreja Nova com 18%, Sobral da Abelheira com 12,2% e Vila Franca do Rosário com 17,9%.

O período de 2001 a 2005 (4 anos), sendo um período mais curto do que o intervalo dos censos, demonstra-nos que as dinâmicas habitacionais se mantêm a um ritmo acelerado, onde podem ser salientadas as freguesias onde já se verificaram aumentos superiores a 1% do número de alojamentos em relação ao ano de 2001. Estas freguesias são a Venda do Pinheiro (35,9%), Mafra (34,3%), Gradil (25%), S. M. Alcinça (24,6%), Malveira (23,8%), Milharado (20,7%), Igreja Nova (19%), Ericeira (16,5%) e Santo Isidoro (15,8%).

As freguesias que apresentaram uma dinâmica mais reduzida são Cheleiros (3,8%), Santo Estevão das Galés (6,1%), Enxara do Bispo (6,3%), Sobral da Abelheira (6,3%) e Vila Franca do Rosário (6,7%).

Estas dinâmicas em algumas freguesias podem-nos levar a ter uma leitura algo distorcida da realidade, já que o peso de um licenciamento de 10 fogos (por exemplo) se reflecte de maneira diferente de acordo com o valor global do número de fogos da totalidade da freguesia, ou seja o seu impacto é totalmente diferente em Cheleiros ou em Mafra, por exemplo. Esta situação pode ser verificada nas dinâmicas resultantes no Gradil com 25% que correspondem a 115 fogos, na Igreja Nova com 19%, que correspondem a 217 fogos, contrapondo com a Ericeira com 16,5%, correspondendo estes a 1036 fogos.

Durante este período pode ser referida a aprovação de alguns alvarás de loteamento de dimensão considerável para os aglomerados onde se inserem, bem como a sua respectiva ocupação.

O impacto das operações de loteamento e de edifícios multifamiliares nestes pequenos aglomerados é grande, podendo vir esta situação a ter um tratamento mais aprofundado no âmbito das propostas que venham a ser elaboradas no âmbito do presente processo de Revisão do PDM.

Para concluir esta pequena análise das dinâmicas habitacionais do concelho, pode ser ainda apresentado um breve comentário à evolução dos resultados referentes ao número de fogos aprovados por freguesia, de 2001 a 2005, tentando perceber a sua evolução ao longo deste pequeno período de 4 anos.

Devido ao facto do espaçamento temporal ser tão curto, os resultados não podem ser considerados de grande relevância no seu interior, já que nos encontramos a tratar de um conjunto de procedimentos, que muitas vezes, devido a inúmeras situações, quer internas, quer externas a esta Câmara Municipal se poder tornar algo morosos, influenciando as datas destes licenciamentos.

Mesmo assim, analisando somente as freguesias do corredor central urbano do concelho, é possível observar que, exceptuando na freguesia da Venda do Pinheiro, onde o número de licenciamentos é extremamente constante ao longo destes quatro anos, em cada uma das outras freguesias pode ser verificado sempre um ano que se destaca dos restantes.

Na Ericeira, o número de licenciamentos veio sempre a aumentar até atingir o auge em 2004, tendo sofrido uma queda em 2005 para valores da ordem dos verificados em 2001.

Em Mafra, da mesma forma se verificou um aumento dos licenciamentos ao longo dos primeiros anos, muito embora aqui o máximo atingido tenha sido em 2003. A partir desta data, verificamos também uma queda acentuada nos valores encontrados.

Na Malveira deve ser salientado que o principal ano de licenciamentos foi o de 2001, tendo após essa data os valores sofrido acentuados decréscimos, tal como o verificado na freguesia de S. Miguel de Alcaíça.

Assim, poder-se-á salientar a queda do número de licenciamentos verificada a partir de 2003/2004 na generalidade das principais freguesias, provocada possivelmente pela adequação do mercado e respectivo aguardar da ocupação do número de fogos disponibilizados.



**VI**

## **CARACTERIZAÇÃO URBANA, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS**

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>217</b>
<b>2.</b>	<b>SISTEMA URBANO .....</b>	<b>218</b>
<b>3.</b>	<b>EQUIPAMENTOS .....</b>	<b>225</b>
3.1	Educação .....	225
3.2	Desporto.....	228
3.3	Cultura.....	230
3.4	Acção Social e Juventude.....	232
3.5	Saúde e Protecção Social .....	233
3.6	Espaços Verdes Públicos.....	235
3.7	Parques Infantis .....	237
3.8	Feiras, Mercados, Festas e Romarias .....	238
3.9	Cemitérios e Casas Mortuárias .....	240
<b>4.</b>	<b>INFRA-ESTRUTURAS E MOBILIDADE .....</b>	<b>241</b>
4.1	Infra-estruturas Básicas.....	242
4.1.1	Abastecimento de Água .....	242
4.1.2	Drenagem de Águas Residuais.....	244
4.1.3	Rede de Gás/ Gasodutos .....	248
4.1.4	Rede Eléctrica .....	248
4.1.5	Energia Limpa/ Parques Eólicos .....	249
4.1.6	Resíduos Sólidos.....	251
4.1	Acessibilidades e Mobilidade.....	252
4.2.1	Rede Rodo e Ferroviária .....	252
4.2.2	Transporte Público .....	259

## 1. INTRODUÇÃO

As recentes tendências demográficas, económicas e sociais, têm evidenciado a mudança de posicionamento do concelho de Mafra no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, que se traduz na emergência de novas oportunidades, mas também configura possíveis ameaças, nomeadamente no que concerne à coesão territorial do concelho.

Os factores determinantes dessas dinâmicas foram, por um lado, as grandes alterações nas acessibilidades rodoviárias e, por outro lado, as transformações económicas e sociais que se verificaram na Área Metropolitana de Lisboa, que conferiram mais centralidade ao concelho. Hoje, Mafra não é um Concelho de cariz rural na periferia Norte da AML, mas sim um espaço essencialmente urbano ou em processo de urbanização, que responde a múltiplas procuras de um território metropolitano de 3 milhões de habitantes. O Concelho deve dar respostas a questões como a residência (permanente e secundária), a oferta de emprego, mormente nos serviços e nas indústrias, sem ter perdido as suas heranças associadas à produção agrícola, que têm evoluído no sentido da logística do abastecimento ao principal mercado nacional.

Pelas suas características fisiográficas, pela sua localização relativa à AML e no todo nacional, pela sua diversificação do mosaico territorial e pela sua base económica que se foi diversificando ao longo de séculos, como resultado das respostas às solicitações da *“capital”*, Mafra terá que apostar no aproveitamento deste potencial fundado sobre a multifuncionalidade.

Sensibilizar e estimular a capacidade de reflexão e caracterização ao nível do sistema urbano, equipamentos e infra-estruturas é o pretendido para este capítulo, de modo a compreender a estrutura territorial do Concelho e como estas se distribuem no espaço.

## 2. SISTEMA URBANO

O posicionamento geoestratégico do território municipal de Mafra, como “charneira” entre o limite norte da Área Metropolitana de Lisboa com a região do Oeste, constituiu desde sempre um factor determinante na dinâmica de evolução do Município de Mafra. O posicionamento, aliado às relações de dependência e de complementaridade funcional contribuíram e acompanharam o processo de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa.

A concretização de vários instrumentos estruturantes, sobretudo ao nível das infra-estruturas viárias, nomeadamente a consolidação da Auto-Estrada nº 8 e recente inauguração da Auto-Estrada nº 21 (Malveira-Mafra-Ericeira), tiveram e continuarão a ter impactos directos e significativos na ocupação do território municipal, contribuindo para uma crescente integração no sistema metropolitano.

No território municipal de Mafra destacam-se três grandes aglomerados, que integram a rede urbana da Área Metropolitana de Lisboa: Mafra, Ericeira e Malveira/ Venda do Pinheiro. Na realidade, são os três únicos centros urbanos, na verdadeira acepção da palavra, encarados como principais pólos de atracção e concentração de povoamento. Neste Corredor Urbano Central (CUC), concentram-se a maioria dos equipamentos e serviços principais, reforçados, recentemente, pela inauguração da A21, entre a Ericeira e a Malveira.

É, neste corredor, onde reside aproximadamente 50% da população do concelho de Mafra. A sede de concelho, a Vila de Mafra, é a referência cultural e patrimonial, que integra e fornece um conjunto de serviços, colocando-a em posição destacada no panorama municipal.

A sua posição central no território concelhio e a configuração da rede viária acentuam e potenciam o seu papel polarizador. As tendências de degradação preconizadas no anterior PDM, sobretudo pela progressiva desqualificação do centro histórico, estão a ser combatidas pela crescente pedonalização do centro, pela diminuição do peso excessivo que o tráfego automóvel de atravessamento tinha no seio da vila.

Por outro lado, escasseiam referências urbanas, relativamente a espaços, edifícios ou lugares, para além da zona limítrofe ao monumento. As limitações de expansão física decorrentes do enquadramento da ocupação actual, bem como a própria morfologia do território, estão na origem de alguns processos de crescimento espontâneo, que pouco têm contribuído para uma melhor qualificação do tecido urbano. Limitado a Sul e a Norte por linhas de água relevantes, “bloqueado” a Nascente pela Tapada e fechado a Poente pela Quinta da Cerca, o crescimento da Vila tem-se centrado em duas vertentes essenciais:

- O preenchimento dos espaços intersticiais com saturação da área central do núcleo urbano;
- A expansão ao longo das “saídas” do sistema viário.

Neste aspecto assume principal relevância o eixo Mafra-Ericeira, através da EN116, integrando, num contínuo urbano, todos os lugares entre Mafra e Ericeira, localizados ao longo desta via.

A Vila de Mafra é assim um pólo turístico-cultural cuja proximidade a Lisboa e a Sintra ajuda na captação e no crescimento urbano de uma vila com elevado valor patrimonial. Também o crescimento do sector terciário e a instalação de serviços de proximidade atraem e favorecem o crescimento urbano de Mafra.

A Ericeira, com raízes num pequeno núcleo costeiro e piscatório tradicional constitui, hoje, o exemplo mais marcante de expansão urbana no concelho, no essencial ligada à sua actual vocação de centro balnear e de turismo.

A grande expansão urbana da Ericeira operada nos dois últimos decénios fez-se ao longo das faixas adjacentes à EN 247, principal ligação costeira regional de acesso à vila, e na coroa de lugares periféricos a Nascente daquela via.

A natureza essencial do processo de expansão da Vila da Ericeira está relacionada com o aumento do parque habitacional, devendo-se sobretudo a segunda habitação. O Plano de Urbanização actualmente em vigor (PUATE), enquanto IGT de hierarquia inferior ao PDM para este núcleo urbano, se por um lado foi um importante contributo para a salvaguarda do seu centro histórico, não se revelou suficiente para responder com eficácia à pressão imobiliária exercida na periferia.

A crescente acessibilidade de Lisboa, da qual a construção da A21 faz parte, favorecem e muito para o aumento da residência permanente na Ericeira em detrimento da segunda habitação, oferecendo a qualidade de vida e a proximidade a Lisboa, local de emprego que tanto se procura.

Na perspectiva de eleger e reforçar a Ericeira enquanto pólo principal do concelho, na vertente turística “Sol e Mar”, há que estimular e promover o remate sul da variante à Ericeira, de modo a combater os crescentes estrangulamentos na rede viária actual, bem como investir em instalações turísticas e hoteleiras, alicerçadas, por um lado, num turismo de excelência e, por outro, num turismo associado às actividades intrínsecas ao Mar, como o Surf, cujas condições naturais favorecem a prática deste desporto, chamando tantos praticantes nacionais como estrangeiros. A Ericeira ao nível do turismo “Sol e Mar” e na AML norte rivaliza apenas com a linha de Cascais, não havendo tanta oferta nos municípios vizinhos de Sintra e Torres Vedras.

Em contraponto a Mafra e, sobretudo, à Ericeira, encontra-se a conurbação Malveira/ Venda do Pinheiro. A Malveira com a sua tradicional feira (semanal) constitui de há muito uma referência obrigatória a nível regional no comércio de gado e de produtos hortícolas.

A sua localização, a Nascente do Município, beneficiada pela proximidade ao nó da A8, permitiu-lhe reforçar o seu papel polarizador de articulação entre o limite norte da AML e a Região do Oeste. Complementarmente, trata-se do único centro urbano principal do município servido pelo caminho-de-ferro. Assim, nos últimos anos tem sido possível assistir a um crescimento contínuo na zona da Malveira e da Venda do Pinheiro, tanto ao nível habitacional como da fixação de actividades industriais e de logística.

O processo de expansão e aglomeração dos núcleos da Malveira e Venda do Pinheiro tem-se apoiado, sobretudo, no preenchimento dos espaços disponíveis, bordejando a EN 8.

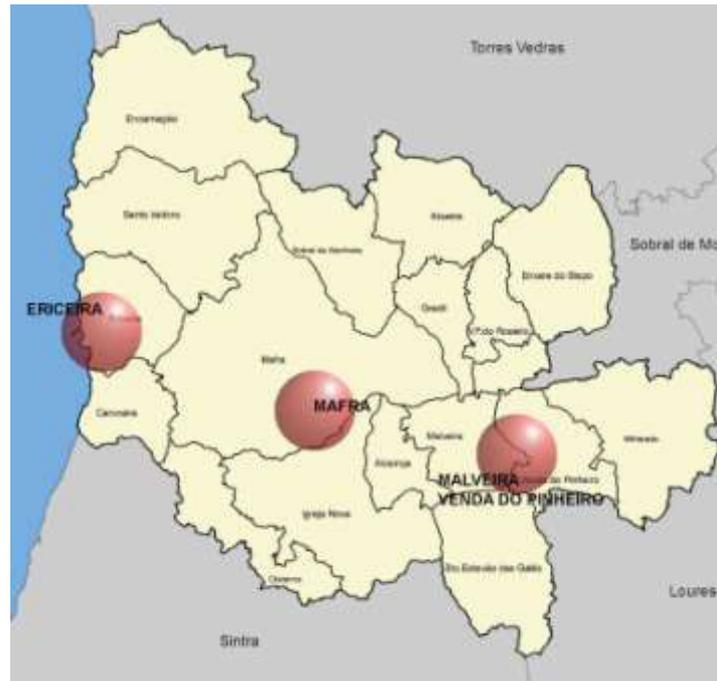


Figura VI.1: Núcleos Urbanos Principais no Concelho de Mafra.

De futuro é necessário estabelecer um controlo urbanístico eficaz sobre estes núcleos urbanos, aproveitando uma dinâmica já instalada e valorizando o quadro de acessibilidades crescentes, nomeadamente, a A8, a A21 e possivelmente a remodelação da Linha do Oeste. Justifica-se, assim, a elaboração de um Plano de Urbanização para aquela conurbação, que dê corpo a um núcleo urbano mais consistente, através da: concentração de funções e actividades; organização do tecido urbano, com a incorporação adequada dos diversos núcleos; criação de uma disciplina do uso do solo que permita, também, investimentos industriais e comerciais em condições adequadas e organizadas.

Na análise da dinâmica recente do concelho de Mafra ressalta o fenómeno da crescente urbanização das populações, contudo, este não é muito acentuado dadas as características de dispersão dos núcleos urbanos e a reduzida expressão, em termos dimensionais, da rede urbana instalada.

A rede secundária de pólos urbanos é assim constituída por um conjunto de aglomerados que não ultrapassam os 1.000 habitantes e que correspondem aos seguintes:

- Livramento/Azueira/ Bandalhoeira;
- Carvoeira;

- Cheleiros;
- Barril;
- Encarnação;
- Enxara do Bispo;
- Santo Isidoro;
- Ribamar;
- Gradil;
- Sobral da Abelheira;
- Vila Franca do Rosário;
- Milharado/ Tituaria;
- Póvoa da Galega;
- Montemuro;
- Alcainça/ Arrifana;
- Igreja Nova;
- Sobreiro/ Achada;
- Salgados/ Paz/ A-da-Pêrra.

Estes pólos urbanos correspondem quase sempre às sedes de freguesia. As exceções, constituídas pelas localidades de Sobreiro/ Achada, Ribamar, Barril, Póvoa da Galega, Salgados/ Paz/ A-da-Pêrra e Montemuro, correspondem a núcleos cujo desenvolvimento e expansão estão associados aos fenómenos de pressão para a ocupação da zona litoral (caso do Sobreiro/ Achada, Ribamar, Barril) ou radicam na importância do desenvolvimento de actividades industriais pela sua proximidade geográfica aos grandes eixos viários que servem o Concelho. Em relação a Montemuro, tem sobretudo a ver com a reduzida dimensão dos núcleos urbanos da área de Santo Estevão das Galés, estando o aumento da importância deste núcleo em relação ao lugar da sede de freguesia possivelmente relacionado com as melhores condições de acessibilidade quer à área vizinha do concelho de Loures, quer ao aglomerado urbano do município mais próximo – Malveira/Venda do Pinheiro. No entanto deve ser referido que o perímetro urbano da sede desta freguesia não foi delimitado no PDM em vigor.

Em todo este cenário, respeitante à rede urbana secundária ressalta a expressão diminuta do seu papel no contexto do sistema geral de ocupação do concelho. No entanto, destaca-se uma resistência significativa destes núcleos à recessão demográfica como de resto os estudos efectuados nos capítulos anteriores demonstraram.

As características gerais do território municipal, todo ele muito ligado à exploração agrícola e sustentado numa vasta rede de pequenos aglomerados, aldeias ou casais, dão corpo a um modelo de ocupação disperso, de importância reconhecida, nomeadamente, devido ao peso global que a população residente tem neste conjunto de pequenos lugares. Destes pequenos aglomerados predominantemente rurais provêm produtos hortícolas de elevada qualidade, que posteriormente serão distribuídos no MARL e na Feira da Malveira, levando ao reconhecimento destes mesmos aglomerados.

Este sistema tem ainda grandes potencialidades no domínio da protecção da paisagem natural, bem como, na preservação de uma significativa parcela de actividades tradicionais da exploração da terra, que associa o sistema urbano do concelho de Mafra à “Região Saloia” e ao “Mundo Rural”.

Estes pequenos núcleos, que não chegam a atingir os 500 habitantes ou os 200 habitantes relativamente aos Casais, correspondem a:

- Aboboreira, Antas, Barras, Caneira Nova, Tourinha, Vermoeira, Almeirinho Clemente, Caneira Velha, Carrascal, Casal da Cerca, Casal das Pedreiras, Casal do Pão Coito, Fórnea, Sevilheira, na freguesia da Azueira;
- Baleia, Barril, Foz do Lisandro, Pobral, Valbom, São Julião, Urzal, na freguesia da Carvoeira;
- Carvalhal, Rebanque, Valverde, na freguesia de Cheleiros;
- Azenha dos Tanoeiros, Casais da Areia, Quintas, Cambaia, Galiza, São Domingos, Valongo, Casal do Talefe, Casal da Breguia, Casal das Azenhas, na freguesia da Encarnação;
- São Sebastião, Terroal, Vila Pouca, Azenhas, Venda das Pulgas, na freguesia da Enxara do Bispo;
- Carapiteira, Picão, Portela, na freguesia do Gradil;

- Boavista, Boco, Lage, Mafra Gare, Murtal, Ribeira dos Tostões, Alqueidão, Funchal, Lexim, Mata Grande, Meã, Poço de Belmonte, Ramilo, na freguesia da Igreja Nova;
- Arrebenta, Barreiralva, Casal da Serra, Longo da Vila, Montesouros, Murtais/ Quintal, Murgeira/ Poço da Serra, Picanceira de Cima, Póvoa, Zambujal, Gonçalves, Monte Godel, Paúl, na freguesia de Mafra;
- Carrasqueira, Casal Moinhos, na freguesia da Malveira;
- Brejos/ Roussada/ Vale do Casal, Cachoeira, Calvos, Jerumelo, Rólia, Vale de São Gião, Vila de Canas, Cabeço de Montachique, Castelo Picão, Chandeirão, Ribeira, Ribeiradas, Casal do Abade, Casal de Vale Bois, na freguesia do Milharado;
- Aversada/ Quintas, Bocal, Choutaria, Monfirre, Montemuro, Rogel, Santa Eulália, Santo Estêvão, Azenha, Portela, Vale de Uge, na freguesia de S. E. Galés;
- Casal da Mangancha, Junqueiros, Monte Bom, Monte Godel, Picanceira, Bairro Alto, Bracial, Caneira, Paço de Ilhas, Pedra Amassada, Pucariça, na freguesia de Santo Isidoro;
- Quinta das Pegas, na freguesia de S. M. Alcainça;
- Chanca, Codeçal, Monte Gordo, na freguesia do Sobral da Abelheira;
- Asseiceira Grande, Charneca, na freguesia da Venda;
- Vale da Guarda, Paços, na freguesia de V. F. Rosário.

### 3. EQUIPAMENTOS

#### 3.1 Educação

A evolução demográfica dos últimos anos, sobretudo nas populações jovens, tem vindo a ser acompanhada pelas políticas municipais, levando o executivo a assumir a Educação como motor primordial de desenvolvimento social, humano e intelectual para o município de Mafra.

Neste domínio, a Carta Educativa Municipal assume-se como um documento estratégico de maior importância para a prossecução duma política municipal consistente, na área da Educação, distinguindo Mafra, neste sector como um exemplo a seguir, a nível nacional.

A implementação e reforço do conceito “*Universidade do Básico*”, conforme as disposições da Carta Educativa, através da construção de vinte novas escolas (das quais quatro se encontram já em funcionamento), recentra o parque escolar em unidades capazes de oferecer condições excepcionais aos alunos e contribui para atenuar a dispersão territorial, indo ao encontro do modelo urbano de consolidação das áreas edificadas. Ao reduzir os custos de exploração e manutenção do parque construído, viabiliza o investimento na melhoria do serviço de transporte escolar entre as diversas localidades e as novas escolas do concelho.

A reformulação das infra-estruturas educativas é complementada com novos equipamentos desportivos, culturais, de recreio e de apoio à juventude, contribuindo para uma melhor cobertura do apoio à população mais jovem do município, salientando-se igualmente:

- Um leque de acções de apoio ao desenvolvimento de actividades curriculares e extracurriculares por parte das escolas, nos diferentes graus de ensino;
- A implementação de actividades de apoio às famílias e aos jovens, em complemento dos horários escolares e nas interrupções lectivas;
- Apoios financeiros a alunos carenciados, que se traduzem no fornecimento de refeições, prolongamento de horário, transporte escolar, entre outros.

O conceito “*Universidade do Básico*” estende-se igualmente pelo ensino pré-escolar, onde a população com cinco anos está 99,7% coberta no concelho, não sendo detectáveis carências a este nível. Por outro lado, a população de quatro anos está coberta em 81,6% e a população de três anos entre 58,8%.

A oferta educativa municipal, actualmente, traduz-se em 95 estabelecimentos de ensino:

- Ensino Pré-Escolar – 29;
- Ensino Básico (1º Ciclo) – 43;
- Ensino Básico (2º e 3º Ciclo) – 4;
- Ensino Secundário – 1;
- Colégios Privados – 2;
- Ensino Técnico-Profissional – 2.

O ensino Técnico-Profissional tem ganho, igualmente, relevância no contexto municipal, sendo garantido pelo sector público e privado, embora com comparticipação da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) relativamente à comparticipação no valor das propinas.

O ensino Técnico-Profissional é encarado como um caminho alternativo ao insucesso e abandono escolar, uma vez que garante empregabilidade no próprio concelho, proporcionando valências profissionais absorvidas pelas actividades empresariais presentes, como sejam a educação de infância, a electrónica e telecomunicações e a gestão de equipamentos informáticos.



### 3.2 Desporto

O concelho de Mafra tem uma oferta diversificada de instalações desportivas sob gestão directa da Câmara Municipal, sendo constituída por cinco pavilhões desportivos municipais localizados na Encarnação, Ericeira, Malveira, Mafra e Venda do Pinheiro, e um Parque Desportivo Municipal, em Mafra. O Parque Desportivo, com uma área de 22 ha onde as instalações desportivas estão integradas em espaços verdes de livre utilização, engloba: pavilhão, piscinas interiores e exteriores, campos de ténis e mini-ténis, estádio e pista de tartan, circuito de manutenção, escola infantil de trânsito, parque infantil e bebédromo.

Completando esta oferta de infra-estruturas e actividades municipais, existem no Município 85 colectividades activas, distribuídas pelas 17 freguesias, que dispõem das mais diversas instalações desportivas, nomeadamente pavilhões, salas de desporto, grandes campos de jogos, polidesportivos descobertos, entre outras. Estas actividades são apoiadas pela Câmara Municipal através de um Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, onde são estabelecidos os princípios e os critérios que orientam a afectação de recursos financeiros a bem do desenvolvimento do desporto e da actividade física.

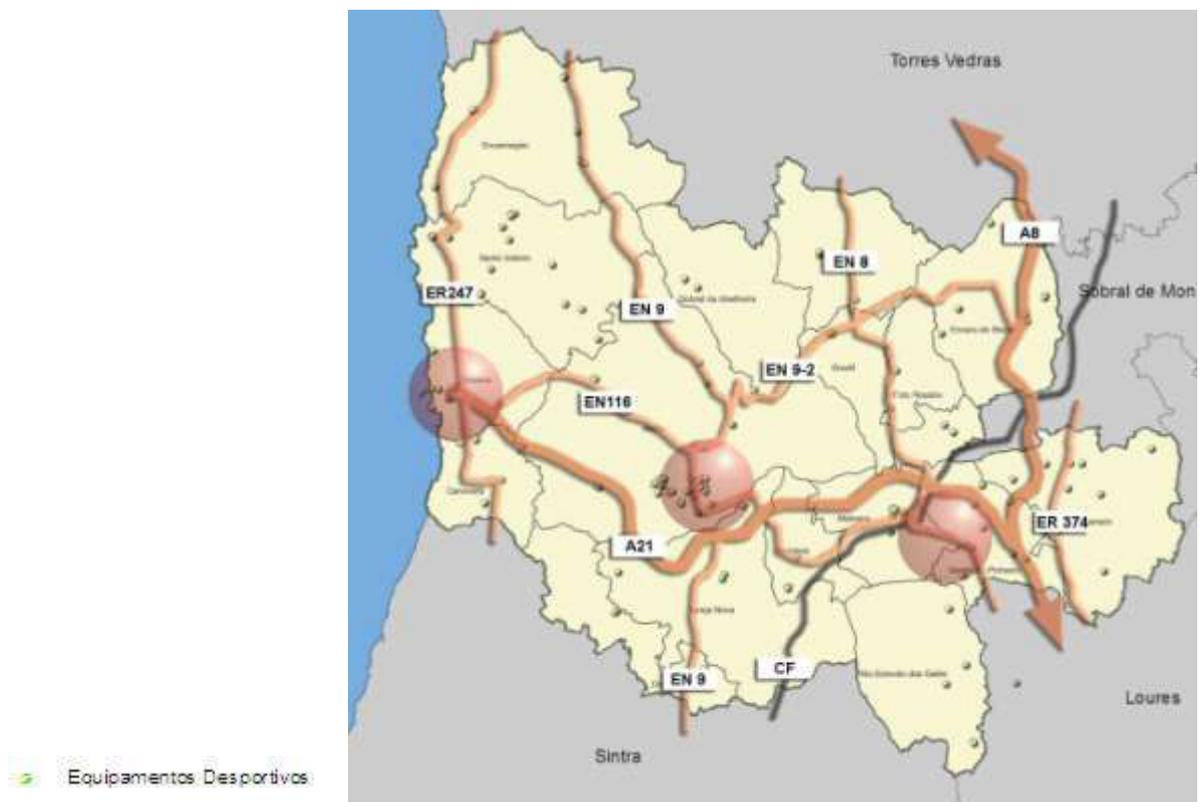


Figura VI.3: Principais equipamentos desportivos, no Concelho de Mafra – Planta VI.2 | Carta de Equipamentos Desportivos (Anexo Peças Desenhadas).

De modo geral, existe no Concelho de Mafra uma área desportiva útil de 376.749 m<sup>2</sup> sendo que a área coberta é de 29.018 m<sup>2</sup> e a área descoberta é de 347.731 m<sup>2</sup>.

Estes valores traduzem uma área desportiva por habitante de 7 m<sup>2</sup>, o que ultrapassa amplamente a média nacional, de 2 m<sup>2</sup>, e os valores de referência da UNESCO, de 4 m<sup>2</sup>. Existem nos diversos sectores desportivos 189 instalações, repartidos por diversas tipologias, nomeadamente grandes campos de jogos, pavilhões, salas de desporto, piscinas cobertas e descobertas, polidesportivos descobertos, pistas de atletismo, entre outros.

Importa referir, que se encontram em construção algumas piscinas ao nível da ampliação de oferta do parque escolar.

### 3.3 Cultura

Existem diversos equipamentos culturais que oferecem um leque diversificado de actividades nesta área, identificados na Planta VI.3 | Carta de Equipamentos Culturais, no Anexo – Peças Desenhadas, a saber:

- Três Casas de Cultura (na Ericeira - Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva, em Mafra – Casa da Cultura D. Pedro V e na Malveira – Casa de Cultura da Malveira);
- Seis Bibliotecas (Encarnação, Ericeira, Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Vila Franca do Rosário). As bibliotecas da Ericeira e Malveira encontram-se implantadas nas Casas de Cultura da respectiva localidade;
- Quatro Auditórios Municipais localizados nas seguintes localidades: dois em Mafra (Auditório Municipal Beatriz Costa e Casa de Cultura D. Pedro V); um na Ericeira – Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva e um na Malveira – Casa de Cultura da Malveira;
- Três Galerias Municipais, sitas nas Casas de Cultura da Ericeira, Mafra e da Malveira;
- Arquivo Histórico Municipal de Mafra e Centro de Documentação e Informação de História Local do Concelho, ambos instalados na Casa de Cultura D. Pedro V;
- Museu Municipal Prof. Raul de Almeida e Complexo Cultural da Quinta da Raposa, sendo que nesta última instalação se insere a Oficina Municipal de Artes Soares Branco e um Pólo Museológico de Arqueologia e História Local;
- Atelier de Artes Plásticas, instalado no Complexo Cultural Quinta da Raposa;
- Gabinete de Antropologia, a funcionar no Museu Municipal Prof. Raul de Almeida, bem como Gabinete de Arqueologia e do Património Histórico, Arquitectónico e Artístico, instalado no Complexo Cultural Quinta da Raposa.

Ao nível da oferta de actividades e serviços nesta área, destacam-se, ainda, os diversos hábitos culturais fortemente enraizados e que se reflectem no Associativismo Cultural, nas áreas da música, dança e teatro. Estão em funcionamento seis bandas de música com escola de formação musical, uma orquestra ligeira, uma tuna académica, três escolas de música, dezassete grupos de teatro, uma Companhia Municipal de Teatro, catorze ranchos folclóricos e dois coros.



Figura VI.4: Equipamentos culturais (Biblioteca Municipal de Mafra; Quinta da Raposa; Museu Municipal Prof. Raul de Almeida).

### 3.4 Acção Social e Juventude

A preocupação do executivo municipal em promover o investimento e reforço em estruturas e serviços sociais à população, traduzem-se em 45 equipamentos sociais, públicos e privados, que desenvolvem um conjunto diverso de acções de proximidade e beneficiação social.

Nesta perspectiva existem equipamentos de diversas índoles, identificados na Planta VI.4 | Carta de Equipamentos de Saúde e Acção Social, no Anexo Peças Desenhadas:

- Acção Social para pessoas idosas: Totalizam 15 equipamentos, onde se incluem casas de repouso, lares de 3ª idade, centros de dia, bem como a Obra Social do Pousal e a Casa Mãe do Gradil.
- Actividade de acção social: Com 8 equipamentos, traduzem-se num Centro de Apoio Social (Venda do Pinheiro), na Fundação para o Desenvolvimento Comunitário – CEBI (Ericeira), em 5 equipamentos associados à Santa Casa da Misericórdia e o Posto de Assistência Social da Malveira.
- Organizações religiosas: Com forte representatividade no concelho, os 15 equipamentos associados às paróquias fazem com que as organizações religiosas, através dos Centros Sociais e Paroquiais constituam os principais equipamentos sociais, em termos quantitativos, no Concelho.
- Actividades de Serviço: Os dois centros de emprego (Mafra e Malveira) e os outros dois pólos da Segurança Social (Azueira e Mafra), completam a oferta de serviços. Inaugurado em 2008, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), localizado no Complexo Cultural Quinta da Raposa, pretende dar resposta às necessidades das populações estrangeiras, numa perspectiva de integração e de proximidade.
- Actividades Educativas: O Atelier de Tempos Livres, na freguesia da Encarnação, a APERCIM, em Mafra e a Quinta Pedagógica da APERCIM, em Santo Isidoro são os três equipamentos ligados às actividades lúdicas e educativas no Concelho de Mafra.

Os projectos relativos à área da juventude são divulgados e operacionalizados através dos ESPAÇOS JOVEM – GABINETES DE APOIO À JUVENTUDE, localizados nas freguesias de Mafra, Ericeira, Malveira e Venda do Pinheiro. Estes espaços tentam esclarecer as dúvidas dos jovens e facultar-lhes instrumentos necessários ao desenvolvimento das suas capacidades, promovendo as seguintes áreas:

- Orientação Escolar e Profissional;
- Emprego;
- Acesso à Internet;
- Ensino de métodos de estudo;
- Atendimento psicológico;
- Informações sobre projectos de ocupação de tempos livres.

### **3.5 Saúde e Protecção Social**

O sector da saúde constitui uma das principais lacunas no concelho de Mafra, sobretudo, devido à inexistência de um pólo hospitalar com valências que satisfaçam as necessidades da população. É notória a falha no sistema de saúde municipal, dado que apenas existe um Centro de Saúde e 13 extensões do mesmo, por todo o território municipal, carente de serviços e especialidades que dêem respostas eficazes à população mafrense.

As deslocações para unidades Hospitalares dos concelhos vizinhos, como para Lisboa, são recorrentes, sobretudo em casos considerados de gravidade mínima, uma vez que os serviços oferecidos de proximidade não respondem, sequer, a essas solicitações.

As 15 farmácias e 2 parafarmácias existentes, em 2006, no Concelho são, actualmente, insuficientes, face à evolução demográfica no Concelho, bem como à sazonalidade que as freguesias do litoral concelhio registam nos meses de Verão.

Por outro lado, a má distribuição das mesmas, denota ineficácia na resposta às solicitações da população, sobretudo a que reside nas freguesias a Sul do Concelho, onde apenas existe uma farmácia na freguesia de Igreja Nova. As freguesias de Carvoeira, Cheleiros e Santo Estevão das Galés não têm qualquer instalação deste tipo.



### 3.6 Espaços Verdes Públicos

A oferta de espaços verdes públicos, com alguma dimensão, cinge-se, sobretudo, às freguesias de Ericeira, Mafra e Malveira. No entanto existem, também, espaços verdes públicos de menor dimensão na localidade do Livramento, freguesia da Azueira, no Gradil e na Igreja Nova. Assim, destacam-se os seguintes elementos:

- Ericeira:
  - Parque de Merendas;
  - Parque Urbano de São Sebastião;
  - Parque Municipal de Santa Marta;
  - Praça da República.
- Mafra:
  - Tapada Nacional de Mafra;
  - Parque Desportivo Eng.º Ministro dos Santos;
  - Praça do Pelourinho;
  - Praça da República;
  - Terreiro D. João V;
  - Jardim do Cerco.
- Malveira:
  - Largo da Feira;
  - Parque de Merendas (Mata Paroquial).
- Livramento (Azueira):
  - Largo da Quinta do Campo.
- Gradil:
  - Jardim dos Combatentes.
- Igreja Nova:
  - Parque de Merendas.
- Venda do Pinheiro:
  - Largo do Freixo.



Figura VI.6: Espaços Verdes (Parque Desportivo Municipal; Jardim do Cerco)

Na peça desenhada n.º Planta VI.5 – Carta de Espaços Verdes Urbanos e de Lazer, são identificados os elementos referidos anteriormente.

Nesta abordagem, uma evocação ao Parque de Santa Marta, na Ericeira, que beneficiou de obras de requalificação, concluídas no primeiro semestre de 2007.

Este Parque possui um conjunto de infra-estruturas que proporcionam um conjunto de funções, como: sala multiusos para realização de eventos, reuniões, colóquios ou palestras, sala de música, anfiteatro, parque de jogo e recreio, ringue para patinagem, sala de musculação e *cardiofitness*, sala de squash, campos ténis, mini-golfe e algumas áreas comerciais.

### 3.7 Parques Infantis

O incremento da população jovem no último decénio, sobretudo a população dos 0-14 anos, tem levado ao reforço do investimento em equipamentos vocacionados para a população mais jovem. Os parques infantis existentes no concelho, municipais e privados, totalizavam, em 2007, 106 unidades, com enfoque para o parque da Mata Paroquial da Malveira, com 2.100 m<sup>2</sup>, o do Jardim do Cerco e o do Parque Desportivo, ambos em Mafra, com 1.288 m<sup>2</sup> e 1.056 m<sup>2</sup>, respectivamente.



Figura VI.7: Parques Infantis (Jardim do Cerco; Carvalhal).

### 3.8 Feiras, Mercados, Festas e Romarias

A importância do Concelho como interface na distribuição de produtos agrícolas e agro-alimentares entre a região Oeste e a Área Metropolitana de Lisboa está na origem de um apreciável dinamismo no comércio local. A sua função comercial configura um dos elementos-chave da afirmação de Mafra no contexto regional do Oeste e da Área Metropolitana, que decorre da valorização dos espaços de tradição, produção e de consumo, bem como da existência de equipamentos, de acessibilidade e mobilidade de apoio ao comércio.

Neste prisma, há que destacar a Feira da Malveira, semanalmente às Quintas-feiras, que exerce uma função de redistribuição comercial supra-regional e que alimenta uma rede dinâmica de transporte de mercadorias agrícolas e alimentares. É ao nível da transacção de gado que o mercado se afirma na sua plenitude como plataforma de comercialização e bolsa de preço de bovinos, ovinos e caprinos. No entanto, esta feira carece de ser requalificada.

Ainda ao nível das Feiras, salienta-se a existência de outras pela sua importância no quadro municipal, sobretudo pela sua periodicidade:

- *Anual:*
  - FexpoMalveira, na freguesia da Malveira, realizada na segunda semana de Agosto;
  - Feira de Santo André, na freguesia de Mafra, a 30 de Novembro;
  - Feira de Santiago ou dos Alhos, na Ericeira a 25 de Julho;
  - Feira de Todos os Santos ou das Castanhas, na localidade do Livramento a 1 de Novembro;
  - Feira de Julho, na localidade da Murgeira, freguesia de Mafra, no terceiro Domingo de Julho;
  - Feira de São Silvestre, no Gradil, no último dia de cada ano.
- *Mensal:*
  - Feira da Encarnação, no primeiro Domingo de cada mês;
  - Feira do Livramento, no segundo Domingo de cada mês;
  - Feira da Enxara do Bispo, no último Domingo de cada mês.
  - Feira de Mafra, no terceiro Domingo de cada mês.

Diariamente, os Mercados da Ericeira, Mafra e Póvoa da Galega asseguram o comércio do quotidiano, sendo alargado o horário de funcionamento nos dois primeiros em períodos de forte atractividade turística, sobretudo na Primavera/ Verão.

As tradições, pelas festas e romarias, perpetuam memórias e recordações que valorizam e reforçam o papel singular do concelho de Mafra no contexto europeu e metropolitano.



Figura VI.8: Cabaz Cultural, Gastronómico e Artesanal do Concelho.

Neste âmbito, destacam-se: a Festa da Senhora do Cabo, que se realiza no mês de Setembro, de 25 em 25 anos, nas freguesias de Igreja Nova e de Santo Estevão das Galés; a Festa da Nossa Senhora da Nazaré, que se realiza durante o mês de Setembro, de 17 em 17 anos, em 13 freguesias do Concelho. Estas duas festas são as mais emblemáticas do concelho, pelo seu simbolismo e periodicidade que percorrem no tempo, traduzindo e eternizando as tradições seculares no Município.

Anualmente, as 11 festas populares e a Romaria à Nossa Senhora do Socorro, a 5 de Agosto, reforçam as tradições culturais no concelho, imortalizando a memória colectiva e cultural municipal.

### **3.9 Cemitérios e Casas Mortuárias**

Os Cemitérios e as Casas Mortuárias constituem-se como equipamentos de práticas religiosas e de reflexão. Sendo que os primeiros constituem um elemento de referência e estruturante do território. No município de Mafra existiam, em 2006, dezoito cemitérios municipais e cinco casas mortuárias.

Os dezoito cemitérios municipais localizam-se nas dezassete sedes de freguesia que constituem o Concelho, sendo que na freguesia de Mafra existem dois cemitérios, um próximo da sede de freguesia e outro na localidade do Sobreiro.

No que concerne às cinco casas mortuárias, estas localizam-se nas freguesias de: Mafra, Malveira, Santo Estevão das Galés, Venda do Pinheiro e Vila Franca do Rosário.

Nesta área de equipamentos, a autarquia prevê investir, durante o ano de 2008, na construção do primeiro crematório do concelho, a localizar na Malveira, em parceria com a Junta de Freguesia local e uma empresa privada.

#### 4. INFRA-ESTRUTURAS E MOBILIDADE

Considerando o crescente desenvolvimento que se tem vindo a verificar no concelho, deverá ser feita uma análise das capacidades disponíveis ao nível dos diferentes serviços de abastecimento, nomeadamente de água, energia, e de drenagem de águas residuais, para que, em função das expectativas de crescimento se cumpram os níveis de serviço com a qualidade adequada.

A análise relativa ao grau de infra-estruturação do concelho teve por base a Planta VI.6 – Carta de Infra-Estruturas Básicas, apresentada em anexo, na qual se demarcou o seguinte:

- Abastecimento de água;
- Drenagem de águas residuais;
- Rede de gás/ Gasodutos;
- Rede eléctrica;
- Energia Limpa/ Parques eólicos;
- Resíduos sólidos.

Relativamente à mobilidade interna e externa, o concelho de Mafra, assistiu a uma forte melhoria nos últimos tempos, resultante da construção da auto-estrada A21 e da CRIMA. Como consequência desta melhoria, o concelho tem vindo a assistir a um aumento da procura, com reflexos no crescimento demográfico e económico, o qual, proporcionalmente, aumentará os fluxos de tráfego no sistema rodoviário, o que importa analisar.

Desta forma, é analisado neste ponto o grau de mobilidade do concelho, através da caracterização da rede viária e do transporte público, conforme as peças desenhadas em anexo, Planta VI.7 – Carta da Rede Viária – Estrutura e Hierarquização, Planta VI.8.a – Carta das Redes de Transporte Público e Planta VI.8.b – Carta das Redes de Transporte Urbano.

## 4.1 Infra-estruturas Básicas

### 4.1.1 Abastecimento de Água

Ao nível dos sistemas de captação, situavam-se na Fonte da Telha, no vale do rio Lizandro, cinco poços e um furo. A água captada era bombeada para o reservatório da Lapa da Serra, sendo posteriormente distribuída para a Vila da Ericeira (zona sul). Estas captações foram encerradas em 2008, sendo actualmente o abastecimento de água do concelho efectuado a partir da EPAL e da Águas do Oeste em Serra da Vila.

No que concerne aos pontos de entrega, a EPAL distribui a água já tratada em Lousa (Concelho de Loures) e a Águas do Oeste em Serra da Vila (Concelho de Torres Vedras).

A água de Lousa é bombeada para o reservatório da Venda do Pinheiro, sendo, então, distribuída a toda a zona sul do Concelho. Nesta estação elevatória encontra-se um analisador contínuo de cloro residual e um sistema injector de hipoclorito que completa o tratamento de desinfecção da água adquirida.

A água recebida na Serra da Vila é aduzida, graviticamente, ao Concelho de Mafra, sendo, depois, distribuída à zona norte e noroeste do Município.

O sistema de abastecimento dispõe, ainda, de 9 estações elevatórias de água em Lousa, Venda do Pinheiro, Vale da Guarda, Milharado, Lapa da Serra, Alcaíça, Enxara do Bispo, Monte Adão e Rólia. Dispõe ainda de oito sistemas hidropressores, localizados em Alcaíça, Carapinheira, Milharado, Covas, Portela da Ginga, Gradil, Telhadouro e Monte Leite.

Ao nível dos reservatórios, o sistema é constituído por 43 reservatórios com capacidade total de 37.450 m<sup>3</sup>. Alguns reservatórios dispõem de mais do que uma célula, existindo 53 células no total.

A rede de abastecimento de água estende-se por cerca de 919,5 km e abrange cerca de 95% da totalidade do concelho, tal como se pode verificar na Carta de Infra-Estruturas Básicas, em anexo. Nesta rede encontravam-se ligados 24.777 ramais, enquanto o número de contadores instalados é de 37.335, conforme os dados em baixo.

Importa referir que ao nível a exploração e gestão da rede de abastecimento de água esta está, actualmente, a cargo da empresa VEOLIA, Água.

Quadro VI.2: Caracterização da Rede de Abastecimento de Água no Concelho de Mafra (\*).

	Valores
Nº de contadores:	37.335
Volume de água distribuída (média diária):	17.385 m <sup>3</sup>
Volume médio mensal distribuído por cliente:	13,96 m <sup>3</sup>
Nº de ramais:	24.777 unidades
N.º de colheitas para controlo regulamentar da qualidade da água:	333
Extensão total da rede de água:	919,492 km
Nº de reservatórios:	43 (37.450 m <sup>3</sup> de capacidade)

(\*) – Dados relativos a 31-08-2007.

#### 4.1.2 Drenagem de Águas Residuais

A Câmara Municipal de Mafra tem a seu cargo importantes competências ao nível da gestão dos recursos hídricos e das redes de saneamento, designadamente:

- Ligação dos efluentes às redes de drenagem municipais (definindo as condições de qualidade das águas residuais aí descarregadas);
- Aplicação de medidas em relação às descargas de águas residuais industriais.

A Câmara Municipal de Mafra concessionou a gestão das redes de saneamento básico à VEOLIA, Águas e à SIMTEJO, agrupando estas redes em *sistema em baixa* e *sistema em alta*.

A concessão à VEOLIA, Águas abrange a construção, extensão, reparação, renovação e manutenção da recolha de efluentes da rede de saneamento em baixa, bem como a gestão do saneamento em alta, no que diz respeito, exclusivamente, às ETAR compactas. A gestão da restante rede de saneamento em alta, concessionada à SIMTEJO, inclui as redes gravíticas, os sistemas elevatórios e as restantes ETAR.

As referidas empresas, bem como os serviços da câmara, têm-se empenhado, nos últimos anos, para incrementar e actualizar periodicamente a informação referente ao traçado e à capacidade dos colectores existentes, quer na perspectiva de procurar efectuar um registo sistemático das ligações dos novos ramais domiciliários ou quer das condições relativas a obras de reparação. Esta actualização tem sido efectuada com o auxílio de cartografia actualizada, que os serviços municipais agora dispõem.

Segundo os últimos dados disponibilizados e validados pelos serviços camarários, datados de 2007, é notória uma evolução quantitativa e qualitativa no incremento e reforço das redes de saneamento e tratamento de águas residuais, relativamente ao PDM publicado em 95.

Aquando da entrada em vigor do actual PDM existiam duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), localizadas em A-da-Pêrra e Encarnação, e dois sistemas de fossa séptica com trincheiras filtrantes a jusante, em Alcaíça e Seixal, sendo as restantes freguesias servidas por fossas sépticas colectivas.

Segundo os dados de 2007<sup>1</sup>, encontravam-se em funcionamento 25 ETAR no território concelhio, prevendo-se a construção de mais 23 infra-estruturas deste tipo num período de 12 anos, o que evidencia o esforço que os serviços municipais têm feito em prol da melhoria da rede de tratamento de águas residuais. Nesta perspectiva, cerca de 57% do total da população do Concelho é servida pela rede de tratamento de águas residuais actualmente existente.

O quadro VI.3 reflecte o levantamento das taxas de cobertura da população em relação às redes de drenagem e ETAR, por freguesia, destacando-se a Malveira como aquela que apresenta uma maior percentagem de serviço, 94%.

---

<sup>1</sup> Fonte: Divisão de Ambiente – Câmara Municipal de Mafra

Quadro VI.3: Caracterização da Rede de Saneamento Básico no Concelho de Mafra, em 2007.

Freguesias	População Residente em 2001	Redes de Drenagem (% de população servida)	ETAR (% de população servida)	Designação
Azueira	2.877	70,9	7,4	ETAR da Caneira Nova e da Caneira Velha
Carvoeira	1.432	52,0	25,9	ETAR da Ericeira
Cheleiros	1.365	84,6	48,5	ETAR de Cheleiros
Encarnação	3.893	58,6	43,6	ETAR do Barril ETAR da Encarnação
Enxara do Bispo	1.647	79,0	24,0	ETAR da Ervideira ETAR de S.Sebastião
Ericeira	6.597	88,9	76,8	ETAR da Ericeira
Gradil	901	62,3	0,0	-
Igreja Nova	2.280	29,8	27,4	ETAR do Boco ETAR de Igreja Nova
Mafra	11.276	80,4	57,8	ETAR da A-da-Perra ETAR de Almada ETAR dos Caeiros ETAR da Qta. Pevides ETAR da Vila de Mafra ETAR do Quintal
Malveira	4.457	94,4	93,8	ETAR da Malveira/Venda do Pinheiro
Milharado	5.251	81,0	65,6	ETAR da Póvoa da Galega ETAR do Milharado
S. Miguel Alcinça	1.170	91,5	91,5	ETAR de Alcinça
Santo Isidoro	2.992	66,0	64,8	ETAR da Lagoa ETAR da Ericeira ETAR da Picanceira
Stº. Estevão das Galés	1.620	23,0	0,0	-
Sobral da Abelheira	1.052	75,8	53,2	ETAR do Sobral da Abelheira
Venda do Pinheiro	4.660	89,7	89,7	ETAR da Póvoa da Galega ETAR da Malveira/Venda do Pinheiro
Vila Franca do Rosário	888	76,8	0,0	-

Espacialmente, as 25 ETAR distribuem-se por todo o Concelho, pese embora 3 das 17 freguesias, actualmente, ainda não são servidas por uma ETAR, como é o caso, do Gradil, Vila Franca do Rosário e Santo Estêvão das Galés.

Presentemente, está em execução a ETAR da Carvoeira que irá servir as populações da Mafra, Carvalhal, Carvoeira, Sobreiro/ Achada e Ericeira. Encontra-se, também, em execução da nova ETAR de Caneira, que irá substituir a ETAR que cobre a população da Azueira (Caneira Nova e Caneira Velha), e irá abranger, igualmente, as populações do Gradil e Vila Franca do Rosário.

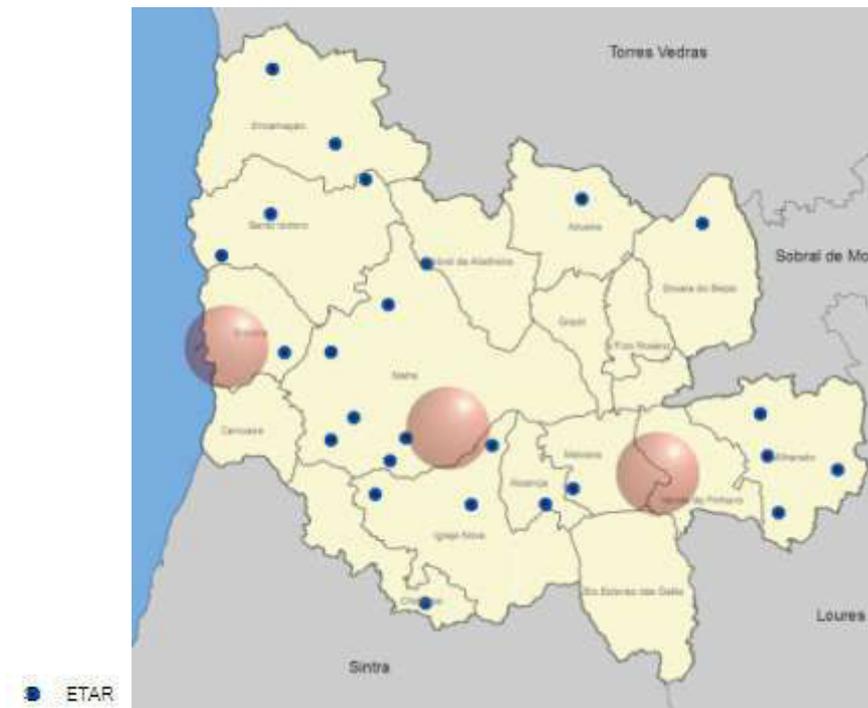


Figura VI.9: Rede de Estações de Tratamento de Águas Residuais, em 2007.

Pela observação da Planta VI.6 – Carta de Infra-Estruturas Básicas, em anexo, verifica-se que existe ainda necessidade de um forte investimento ao nível da construção de redes de saneamento em algumas zonas do concelho, designadamente, Carvoeira, Santo Estêvão das Galés, Vila Franca do Rosário, Sobral da Abelheira, Azueira, Santo Isidoro e Enxara do Bispo.

#### **4.1.3 Rede de Gás/ Gasodutos**

A rede de distribuição de gás natural é relativamente recente no concelho. A construção da rede de abastecimento de gás natural no concelho de Mafra teve início em Dezembro de 2006, destinando-se a abranger, numa primeira fase, as freguesias de Mafra, São Miguel de Alcainça, Malveira e Venda do Pinheiro.

A instalação da rede de gás natural no concelho de Mafra representa um salto qualitativo, dado que o rigor na selecção das opções energéticas é, cada vez mais, um factor crítico de competitividade. Para o efeito, foram construídos 7 km de rede primária, entre o Concelho de Sintra e a freguesia de Alcainça, e mais 20 km de Rede Secundária, a fim de possibilitar a ligação entre as diversas freguesias concelhias.

A tendência de expansão da rede de gás natural está focalizada para os principais centros urbanos e também para os núcleos industriais e empresariais existentes.

#### **4.1.4 Rede Eléctrica**

A rede eléctrica do concelho cobre a totalidade do concelho e é alimentada por uma linha de 60 kv que chega à subestação de Alcainça. Desta subestação partem as linhas que vão alimentar os postos de transformação instalados no concelho, de onde irradiam as redes de baixa tensão que cobrem os diferentes consumidores.

Dado ao aumento do consumo, foi projectada a nova subestação 60/10 kv, instalada na localidade de Murgeira, freguesia de Mafra, que permitiu a substituição das linhas de 10 kv para linhas à tensão de 30 kv, sobretudo na alimentação às duas principais indústrias do concelho (SICASAL e CASO). Actualmente, existe, também, uma linha de muito alta tensão (220 kv) que corre paralelamente ao eixo da A8.

#### 4.1.5 Energia Limpa/ Parques Eólicos

A cimeira da Terra, realizada em Joanesburgo (África do Sul), em 2002, colocou na ordem do dia a problemática do desenvolvimento sustentável como um dos maiores desafios da Humanidade, exigindo a conciliação entre o crescimento económico, a coesão social e a salvaguarda do meio ambiente.

Na área ambiental, todas as Entidades que têm responsabilidade na Administração do Planeta Terra comprometeram-se a promover um aumento da produção de energias alternativas, com o objectivo de se passar dos 4% para uma meta situada nos 12%, onde, as autarquias locais não são excepção.

Neste sentido, e aproveitando um recurso que em outros tempos foi utilizado como fonte energética, nomeadamente, nas actividades de moagem de cereais (que deixaram como reduto histórico diversos Moinhos dispersos pelo concelho), a energia eólica é a solução mais desenvolvida no Município de Mafra:

- Pelas condições naturais existentes no território municipal;
- Pela fonte inesgotável que o vento constitui, assumindo-se com um investimento vantajoso a curto, médio e longo prazo.

A Câmara Municipal de Mafra tem apostado na produção de energia eólica, instalando estruturas que serve o Município em termos de produção de energia eléctrica, de forma não poluente, existindo, actualmente, sete parques eólicos (ver figura em baixo), a saber:

- Parque Eólico da Serra do Funchal: Localizado nas freguesias de São Miguel de Alcaíça e Igreja Nova, é composto por duas torres, dois aerogeradores ou moinhos de vento, com 93 metros de altura (incluindo diâmetro das pás) e com o peso de 196 toneladas cada um. Toda a energia produzida pelas duas torres é canalizada para a sub-estação de Alcaíça, sendo depois distribuída para diversos locais.

Este Parque Eólico deverá produzir energia eléctrica equivalente à do consumo de um aglomerado de cerca de 3.400 fogos.

- Parque Eólico do Cabeço da Jarmeleira: Situado na freguesia de Igreja Nova, funciona como uma ampliação das torres da Serra do Funchal, o Parque Eólico do Cabeço da Jarmeleira é composto

apenas por um aerogerador, com cerca de 93 metros de altura (incluindo torres e pás) e peso de 169 toneladas.

- Parque Eólico do Alto do Sonível: Próximo da localidade da Abrunheira, no alto da Encosta do Sonível, este parque é composto por três aerogeradores, com as mesmas características dos restantes existentes no Concelho.



Figura VI.10: Parques Eólicos no Concelho de Mafra.

- Parque Eólico do Moinho de Manique: Localizado na freguesia de Santo Estevão das Galés, este parque é composto por dois aerogeradores, com semelhantes características dos restantes.
- Parque Eólico de Santo Isidoro: Na freguesia de Santo Isidoro, junto da Fachada Atlântica, este parque é constituído por 3 aerogeradores.
- Parque Eólico de São Mamede: Situado numa das freguesias mais rurais do Concelho, Enxara do Bispo, este parque é constituído por 3 aerogeradores.
- Parque Eólico do Casal da Agueira: Localizado na freguesia de Vila Franca do Rosário, este Parque Eólico é composto por 2 aerogeradores.

Presentemente, existem 16 aerogeradores no município, marcando inevitavelmente a paisagem, misturando-se com os seculares Moinhos de Vento, na grande maioria desactivados, alguns a preservar e a classificar como património municipal.

#### 4.1.6 Resíduos Sólidos

Ao nível da recolha e tratamento de resíduos sólidos, prevêem a curto prazo alterações significativas no sistema instalado.

No decurso dos anos de 2008 e 2009, os resíduos, actualmente encaminhados para um aterro sanitário da VALORSUL, irão ter como destino o ECOPARQUE da Abrunheira, que substituirá o agora selado aterro de Trajouce, no município de Cascais.

Este novo equipamento, de âmbito intermunicipal, cujo projecto inclui uma unidade de digestão anaeróbica com capacidade para tratar 125 mil toneladas de resíduos orgânicos p/ano, e um aterro para os resíduos não aceites nesse processo de tratamento, irá receber os resíduos dos concelhos de Sintra (48%), Cascais (28%), Oeiras (22%) e Mafra (8%). Este parque irá reunir, também, um conjunto de equipamentos, com destaque para o equipamento de digestão anaeróbica, que, através do lixo tratado, irá produzir energia eléctrica pelo biogás.

O município de Mafra, segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE, ao nível dos resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab), de 2002 a 2005 registou uma variação positiva de 112,4%, ou seja, em 2002, em média, eram recolhidos 356 kg por habitante, enquanto em 2005, esse número mais que duplicou, para 752 kg/hab.

Este forte crescimento na recolha de resíduos sólidos urbanos não só confirma, como ultrapassa as tendências de evolução demográfica, perspectivando crescimentos significativos a curto prazo.

O Município, neste âmbito e numa óptica pró-activa, tem apostado no alargamento e maximização da rede concelhia para deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU), incrementando o seu investimento no reforço da contentorização para deposição selectiva de RSU (vidro, papel/cartão; embalagens de plástico e metal, pilhas). O quadro VI.1 reflecte a capacidade instalada no Concelho, em 2008:

Quadro VI.1: Contentorização Selectiva Instalada, em 2008.

Fileira	População Servida	Nº de contentores	Capacidade instalada
Vidro	88%	492	1.222 m <sup>3</sup>
Papel/Cartão	87%	399	1.000 m <sup>3</sup>
Embalagens de Plástico e Metal	87%	392	986 m <sup>3</sup>
Pilhas	84%	336	10 m <sup>3</sup>

## 4.2 Acessibilidades e Mobilidade

### 4.2.1 Rede Rodo e Ferroviária

O posicionamento do território municipal de Mafra, enquanto “*charneira*” entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Região do Oeste, contribuiu desde sempre como factor determinante na dinâmica de evolução do Município.

Esse posicionamento, aliado às relações de dependência e de complementaridade funcional contribuíram e acompanharam tanto o processo de desenvolvimento do município, como da própria Área Metropolitana de Lisboa e dos concelhos adjacentes.

A concretização de vários instrumentos estruturantes, ao nível das infra-estruturas viárias, sobretudo a consolidação da A8 e recente inauguração da A21 (Malveira-Mafra-Ericeira), tiveram e continuarão a ter impactos directos e significativos na ocupação do território municipal, contribuindo para uma crescente integração no sistema metropolitano.

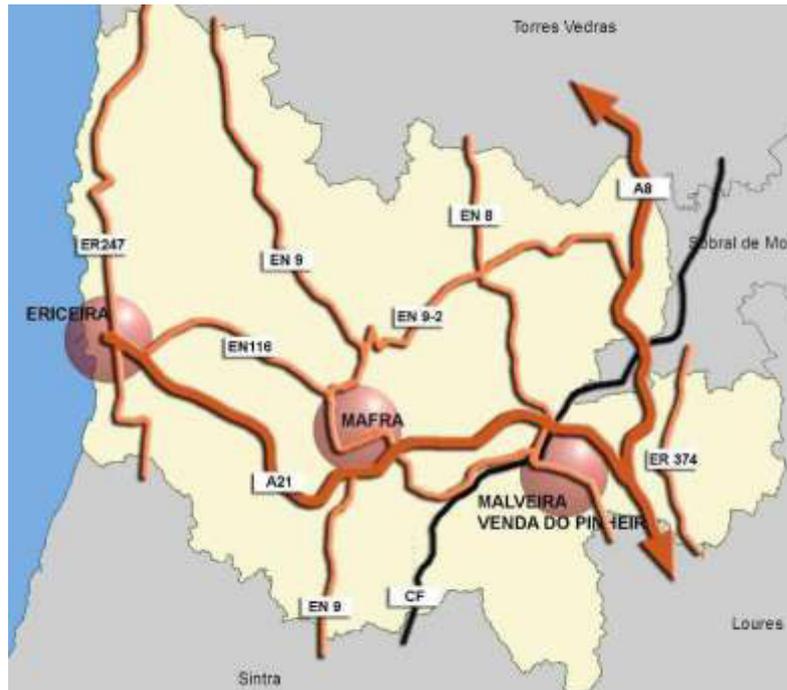


Figura VI.11: Sistema Viário Estruturante.

Importa reter, na figura anterior, que o cruzamento dos principais eixos viários deu origem à distribuição da população em três grandes aglomerados urbanos – Malveira/ Venda do Pinheiro, Mafra e Ericeira, constituindo estes nós um factor de aglutinação, transformação e tendências do território.

A **Rede Rodoviária** que serve o Município, cuja estrutura principal está expressa na figura anterior e na Planta VI.7 – Carta da Rede Viária – Estrutura e Hierarquização, encontra-se hierarquizada em rede nacional (principal e secundária), regional e municipal (principal, secundária e terciária), sendo esta constituída pelas estradas desclassificadas, pela CRIMA (Circular Rodoviária Interna de Mafra) e pelas estradas e caminhos municipais (EM e CM).

A rede nacional principal constitui a **Rede Estruturante do Concelho**, sendo formada pelos principais elementos de articulação rodoviário com o sistema metropolitano de Lisboa e com o País, a saber:

- A A8/IC1, que estabelece a principal ligação a Lisboa e a Loures para sul e, a Torres Vedras e a Leiria no sentido norte, e assegura duas conexões/ nós: saída 5 – Venda do Pinheiro/Malveira, e saída 6 – Sobral de Monte Agraço/ Enxara do Bispo.

- A A21/AEM1, que estabelece a ligação entre a saída 5 da A8, e o interior do município, Malveira/ Mafra/ Ericeira, constituído uma variante à EN116.

É de assinalar o pioneirismo da construção da A21 como a primeira auto-estrada de iniciativa municipal no país. Encontram-se concluídas a 1ª e 2ª fases desta via, entre a Malveira/ Venda do Pinheiro e a Ericeira, estando prevista para meados de 2008 a sua conclusão, através da ligação da Venda do Pinheiro à saída 5 da A8. Este eixo viário, veio descongestionar o trânsito rodoviário de passagem, retirando presentemente à EN116 um considerável número de veículos de passagem.

A rede nacional secundária e a rede regional constituem a **Rede de Distribuição Principal do concelho**, sendo constituídas pelas vias de nível intermunicipal, as quais se apresentam de seguida:

- A EN8 que liga o núcleo urbano Malveira/ Venda do Pinheiro, para norte, a Torres Vedras, às Caldas da Rainha e a Alcobaça e, para sul, a Loures.
- A EN9 que liga Mafra, para norte, a Torres Vedras e Alenquer e, para sul, a Sintra e ao IC30 e à ER19 (via de cintura da AML).
- A EN9-2, via muito sinuosa que liga Mafra ao Gradil, a Enxara do Bispo, à saída 6 da A8 e à ER374.
- A, EN116 que liga a Ericeira a Mafra, à Malveira e à Venda do Pinheiro, sendo considerada um corredor urbano. Esta via esteve durante muitos anos bastante sobrecarregada, pois para além da interligação destes importantes centros urbanos liga, também, outros, de menor expressão, mas de ocorrência quase contínua. A entrada em exploração da A21 até à Ericeira reduziu uma parte importante do tráfego da EN116. A ER374 que passa paralelamente a nascente da A8 ligando o Milharado, para norte, a Dois Portos e a Carmões e, para sul, ao Freixial e a Loures.
- A ER19, relevante ligação da freguesia mais a sul do concelho, Santo Estêvão das Galés, a Sintra e a Loures.
- A ER247, importante via turística litoral, de perfil modesto e com bastante tráfego, que liga a Ericeira, para norte, a Santa Cruz, Peniche e Lourinhã e, para sul, a Sintra, Cascais e ao IC30.
- A ER374 que faz a ligação entre a sede de freguesia do Milharado e os concelhos de Loures e Arruda dos Vinhos.

A rede municipal principal complementa a **Rede de Distribuição Principal do Concelho**, sendo constituída pelas estradas desclassificadas, pela CRIMA e pelas estradas municipais que fazem a ligação entre os principais núcleos urbanos e a rede nacional secundária e a rede regional, a saber:

- Os troços desclassificados das EN116, EN9, EN375 e ER247 (ver Planta VI.7 – Carta da Rede Viária – Estrutura e Hierarquização).
- A CRIMA que liga a Vila de Mafra, na sua parte sul, à EN9, constituindo uma via dissuasora da mistura do tráfego de atravessamento com o tráfego local.
- As EM549 e EM616, que ligam a zona urbana da Vila de Mafra ao litoral, designadamente à Ericeira, através da ER247.
- As EM537 e EM538, a norte da conurbação Malveira/ Venda do Pinheiro e que fazem a ligação à ER374, na zona mais a nascente do concelho.
- E, finalmente, as EM539 e EM539-2, que fazem a ligação de Malveira/ Venda do Pinheiro à ER19, no limite sul do concelho.

A rede municipal secundária e terciária constitui a **Rede de Distribuição Local do Concelho**, sendo constituída pelas restantes estradas municipais e os caminhos municipais, conforme se pode verificar na Planta VI.7 – Carta da Rede Viária – Estrutura e Hierarquização.

Ao nível da **Rede Ferroviária**, o território municipal é servido pela Linha do Oeste – via única não electrificada – que atravessa o concelho no sentido sudoeste nordeste, com estações em Mafra Gare e Malveira e com apeadeiros em Alcainça e Jeromelo. Esta linha apresenta, no concelho, pouca expressão quer ao nível dos passageiros, quer ao nível das mercadorias. Efectivamente, o tempo de acesso a Lisboa não é competitivo com o do transporte rodoviário, principalmente após a construção da A8 e da A21.

Numa óptica prospectiva, ao nível metropolitano, o melhoramento da rede viária e a conseqüente melhoria da mobilidade tem-se efectuado de forma bastante dinâmica. O conjunto de obras realizadas e em curso vai eliminar estrangulamentos graves, e representa uma revolução na acessibilidade rodoviária à AML.

É provável que no horizonte do PDM, em revisão, esteja quase concluída a rede viária estruturante da AML, melhorando também a acessibilidade externa a este território.

Neste âmbito referem-se pela sua importância as radiais e distribuidoras previstas, segundo a classificação do PRN2000, considerando-se acessibilidades externas: o IP1 e o IC1 que se encontram finalizados, o IP7 que já está concluído no interior da AML e futuramente ligará a Elvas, o IC11 ainda por realizar, o IC2 que já tem concluído o troço entre Lisboa e Alverca, faltando ainda a ligação por norte à CREL e o IC13 ainda incompleto. Quanto às acessibilidades internas temos a IC18, a IC19, a IC15, a IC22, a IC21 e a IC20 que se encontram completas, o IC32, o IC17, o IC16, o IC3, o IC30 e a via (intermunicipal) de cintura metropolitana ainda por finalizar. A considerar, finalmente, a recente decisão pela construção de uma nova travessia do Tejo rodo-ferroviária, entre a zona de Chelas, concelho de Lisboa, e o Barreiro, a concluir em 2013/2014, que tenderá a alterar o paradigma gravitacional da Área Metropolitana de Lisboa para Sul e para Nascente.

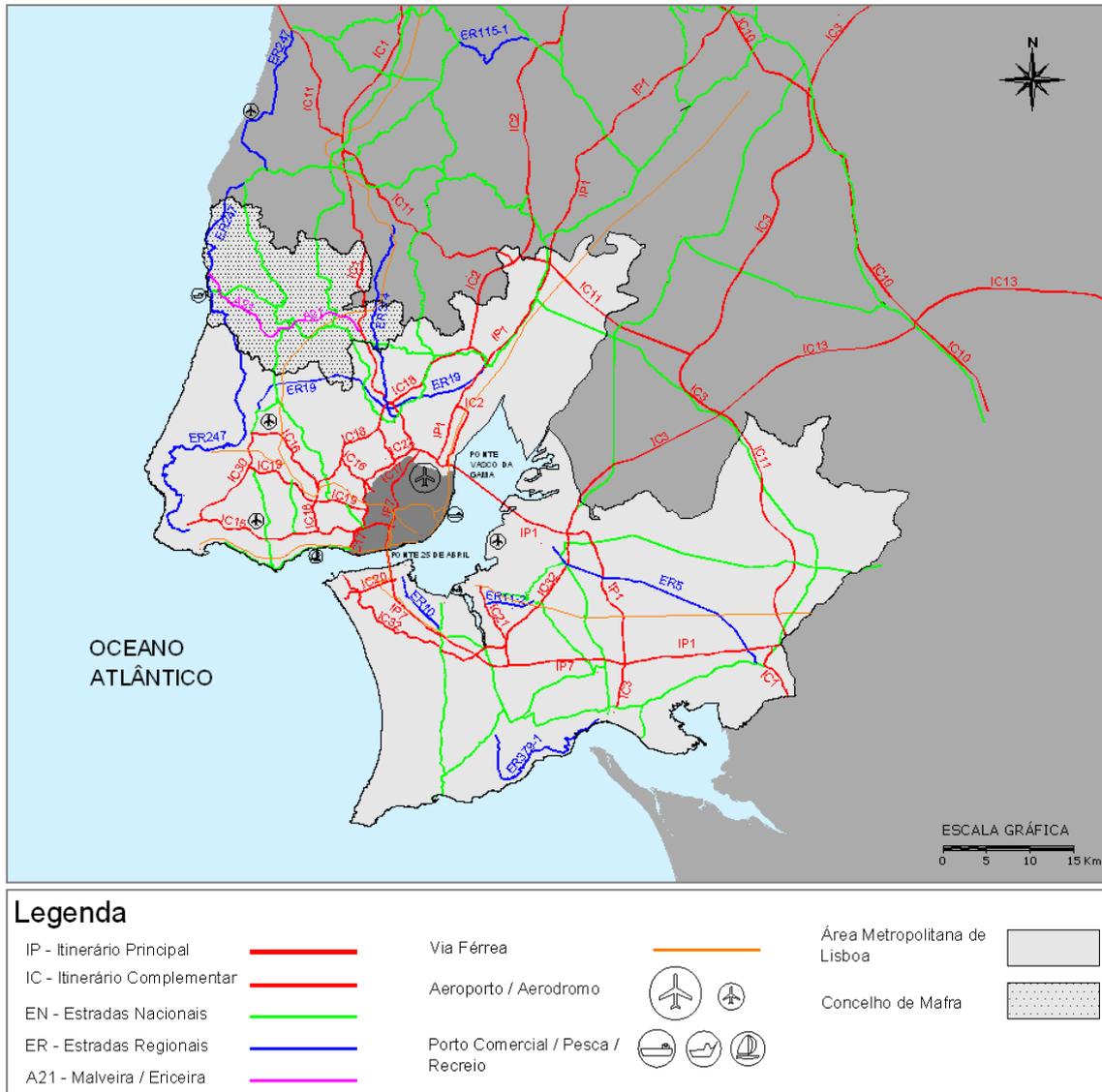


Figura VI.12: Enquadramento Regional e Viário.

A construção da A21 veio proporcionar melhores acessos ao interior do concelho de Mafra, entre a Malveira e a Ericeira, a partir da A8, o que proporciona melhores acessos ao centro urbano da AML.

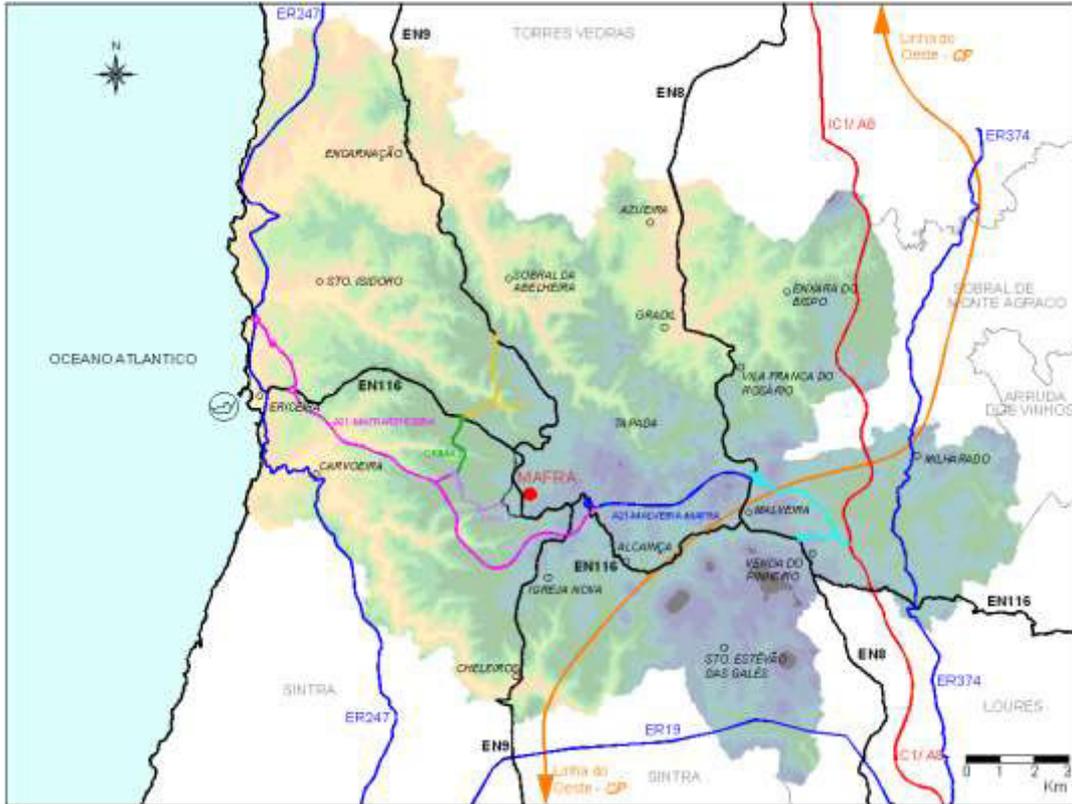


Figura VI.13: Enquadramento no Concelho.

Ao contrário dos investimentos rodoviários, os investimentos no transporte ferroviário ainda não foram suficientes para a sua revitalização, o que veio desfavorecer a importância quer na acessibilidade externa como na interna da AML. Consideram-se as linhas do Norte e do Sul como as redes principais do sistema ferroviário, que permitem as ligações à Rede Ibérica. Existem alguns melhoramentos, a nível qualitativo, principalmente nas linhas de Sintra, Azambuja, Cascais e na Linha do Norte. A considerar, igualmente, as oportunidades a criar pela linha de alta-velocidade a médio prazo e das acessibilidades da AML para Norte e para o centro da Península Ibérica.

#### 4.2.2 Transporte Público

No que diz respeito ao transporte público rodoviário, devem ser destacados três operadores que efectuam carreiras, quer no interior do município, quer nas suas ligações aos concelhos vizinhos, o Grupo Barraqueiro Transportes S.A., composto pelas empresas Mafrense e Barraqueiro Oeste, a Rodoviária de Lisboa e a Isidoro Duarte.

As empresas do Grupo Barraqueiro Transportes S.A. efectuam o maior número de carreiras no concelho de Mafra, sendo este grupo o que detém o maior número de destinos, quer no interior, quer para o exterior do território municipal.

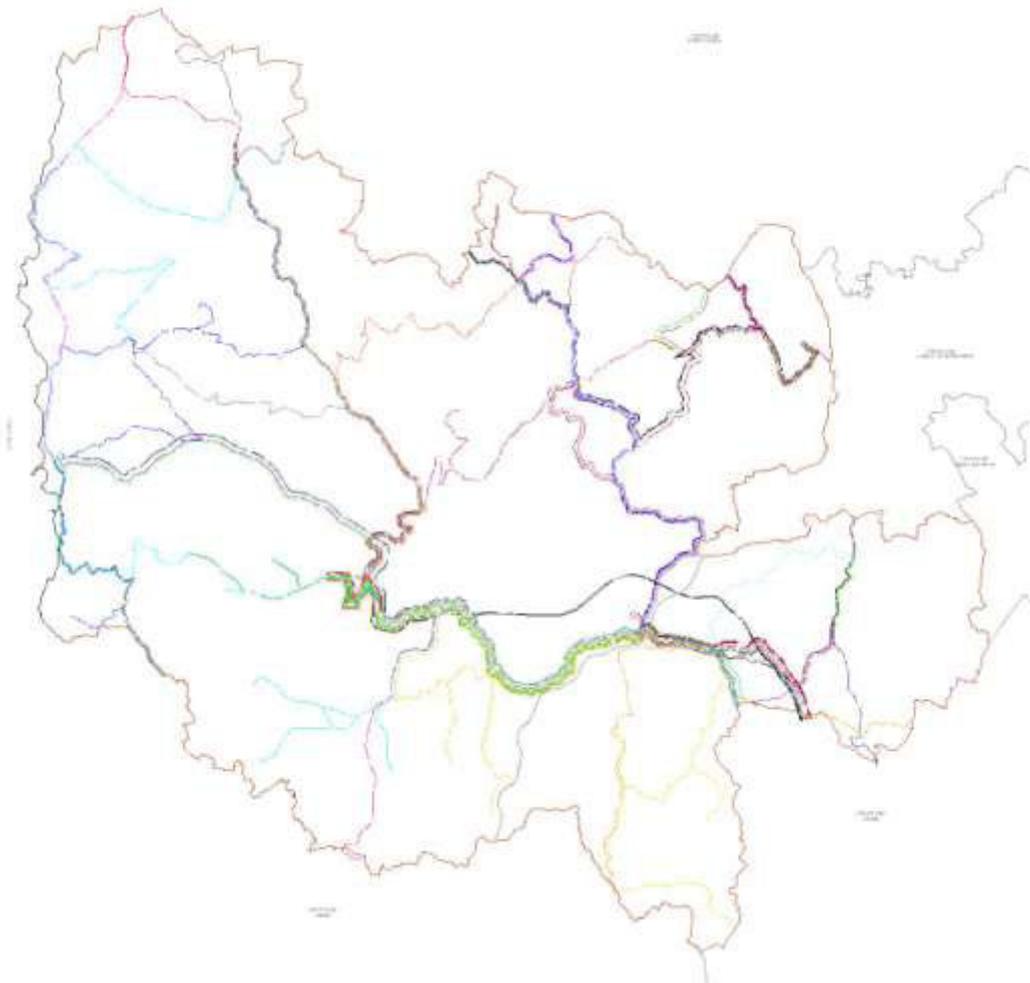


Figura VI.14: Carta da Rede de Transportes Públicos – planta n.º VI.8ª (Anexo Peças Desenhadas).

Devem ser salientadas as cerca de quarenta carreiras que ligam o eixo urbano principal (Ericeira/ Mafra/ Malveira – Venda do Pinheiro) ao centro da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tornando-se o principal percurso coberto por esta rede de transportes públicos. Este número de carreiras permite que se efectuem ligações em períodos inferiores a quinze minutos.

O núcleo urbano Malveira – Venda do Pinheiro, devido à sua localização estratégica em relação ao eixo Lisboa – Torres Vedras, beneficia destas ligações, podendo ser referidas cerca de 20 ligações diárias a Torres Vedras, para além das já referidas ligações ao centro da AML.

Outros eixos com maior frequência de transportes são as ligações das Vilas de Mafra e da Ericeira à Portela de Sintra, com cerca de treze carreiras diárias em cada um dos sentidos, ligando assim o concelho de Mafra ao de Sintra.

Nas ligações a norte, devem ser também referidas as dez ligações da Vila de Mafra a Torres Vedras, bem como as oito que se realizam entre a Ericeira e Torres Vedras. Importa referir, que estas ligações são efectuadas maioritariamente ao início da manhã e ao final da tarde.

Nas ligações ao exterior, efectuadas pelo Grupo Barraqueiro Transportes S.A., podem também ser mencionadas três carreiras para Pêro Negro, no concelho do Sobral de Monte Agraço, cinco carreiras para a Sendieira, no concelho de Torres Vedras e seis entre as localidades de Freiria e Cambelas, ambas pertencentes ao concelho de Torres Vedras mas cujo percurso serve a zona norte do concelho de Mafra, através da freguesia da Encarnação.

Podem ainda ser referidas, algumas carreiras que se realizam exclusivamente no interior do concelho, ligando a Vila de Mafra ao Bocal (quatro), a Antas (quatro) ou a Santo Isidoro (quatro), bem como a Vila da Ericeira à Cambaia (sete) e à Encarnação (oito).

Em relação aos outros operadores, a Rodoviária de Lisboa efectua apenas a ligação entre Malveira, Bucelas e Almargem do Bispo, em média com seis percursos diários em cada sentido.

A operadora Isidoro Duarte efectua cerca de dezoito carreiras diárias entre a Póvoa da Galega e Lisboa, bem como oito carreiras diárias entre o Milharado e a Póvoa da Galega.

Desta forma, é possível concluir que a oferta de transportes públicos, de uma forma geral, é muito frequente nas ligações entre o eixo urbano do concelho e o centro da AML, o mesmo não se verificando para norte, Torres Vedras, e principalmente para o interior, designadamente Sobral de Monte Agraço.

Em relação à rede de transportes existente no interior do concelho, esta é relativamente insuficiente, o que se compreende face ao grande número de aglomerados urbanos dispersos pela totalidade da área do município, o que dificulta a cobertura total deste território. Desta forma, sendo insuficientes as carreiras existentes entre algumas freguesias do concelho de Mafra, denota-se a necessidade de serem efectuados grandes esforços pelas populações afectadas, para utilizarem, em determinadas situações, a rede de transportes públicos.

Importa referir ainda os transportes urbanos existentes na sede de concelho e na Vila da Ericeira.

Na Vila de Mafra existe um percurso de *autocarros urbanos* que funciona nos dois sentidos entre A-da-Pêrra e Almada, com uma periodicidade aproximadamente horária, de nove vezes por dia.



Figura VI.15: Carta da Rede de Transportes Públicos Urbanos na Vila de Mafra – planta n.º VI.8b (Anexo Peças Desenhadas).

Na vila da Ericeira existem cinco circuitos diferentes de autocarros urbanos, cuja periodicidade difere ao longo do dia, podendo ser salientado no entanto que são efectuados aproximadamente sete carreiras diárias por circuito.



Figura VI.16: Carta da Rede de Transportes Públicos Urbanos na Vila da Ericeira – planta n.º VI.8b (Anexo Peças Desenhadas).

Relativamente ao transporte ferroviário, devido às dificuldades já referidas da Linha do Oeste, não pode ser considerado actualmente como uma alternativa ao transporte rodoviário. A existência de apenas dez comboios diários que servem o concelho e que fazem a ligação entre a Figueira da Foz e a Estação de Mira Sintra – Meleças, tem-se demonstrado extremamente insuficiente para serem considerados como alternativa para a maioria da população. Destes, quatro são inter-regionais e só servem a estação da Malveira, sendo os restantes regionais e servem todas as estações e apeadeiros.



## VII

### CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE E AVALIAÇÃO DO PDM EM VIGOR

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>267</b>
<b>2.</b>	<b>ANÁLISE DA SITUAÇÃO EXISTENTE.....</b>	<b>270</b>
2.1.	Ocupação do Solo .....	270
2.2.	Áreas Urbanas de Génese Ilegal.....	277
2.3.	Estrutura Fundiária.....	277
2.4.	Áreas Críticas .....	280
<b>3.</b>	<b>AVALIAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PDM .....</b>	<b>281</b>
3.1	Carta de Ordenamento e Regulamento do PDM-95 .....	282
3.2	Cartas de Condicionantes do PDM-95.....	287
3.2.1	Reserva Ecológica Nacional .....	288
3.2.2	Reserva Agrícola Nacional .....	289
3.2.3	Zona Especial de Protecção .....	290
3.2.4	Imóveis Classificados Ou Em Vias De Classificação .....	290
3.2.5	Outras Condicionantes.....	290
3.3	Grau de Ocupação do PDM-95 .....	291
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE CRÍTICA DO REGULAMENTO E ORDENAMENTO .....</b>	<b>295</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Director Municipal de Mafra (PDM-95), que hoje se encontra em vigor, foi elaborado entre 1990 e 1995 tendo sido ratificado em finais deste último ano, pela RCM n.º 179/95, de 27 de Dezembro, e encontra-se fixado na escala base de 1/25.000. Para este efeito foram utilizados transparentes das cartas militares datadas de 1982, com produção manual de todos os desenhos utilizando as orientações gráficas da época sugeridas pela DGOTDU para preto e branco. Devido à extensão do Concelho, cerca de 292 km<sup>2</sup> e às suas características morfológicas, a qualidade dos suportes gráficos de representação deste instrumento urbanístico constitui uma dificuldade constante na gestão urbanística municipal.

A Câmara Municipal de Mafra dispõe hoje de meios mais eficazes de trabalho, quer no que se refere à cartografia de 2003 (Geral à escala 1/10.000 e Urbana à escala 1/2.000, bem como, ORTOFOTOMAPAS datados de Agosto de 1999, Janeiro de 2003 e 2005), quer no que concerne à base de dados relativa aos indicadores do concelho. A cartografia, referida anteriormente, tem sido actualizada diariamente com base nos licenciamentos de obras, concedidos por esta Câmara Municipal.

Na área concelhia destacam-se pela sua importância os núcleos urbanos da Ericeira, Mafra e Malveira/Venda do Pinheiro, para os quais o PDM-95 previa a execução de Planos de Urbanização (PU), tendo sido delimitadas as respectivas Unidades Operativas. Devido a algumas dificuldades encontradas ao longo da execução dos PU propostos para a Vila de Mafra e para a Malveira/Venda do Pinheiro, estes nunca chegaram a ser concluídos. No entanto, encontra-se actualmente em elaboração Planos de Pormenor para estes dois núcleos urbanos. O núcleo da Ericeira dispõe, actualmente, de PU aprovado e publicado pela Portaria n.º 1248/95, de 18 de Outubro de 1995 (denominado de PUATE – Plano de Urbanização da Área Territorial da Ericeira). Este Plano, tal como o PDM-95, foi produzido sobre cartografia tradicional, na escala base de 1/5.000.

Importa referir, que ao longo da zona costeira e numa faixa de 500 metros para o interior do território concelhio, encontra-se em vigor o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra (POOC), publicado pela RCM n.º 11/2002 a 17 de Janeiro.

A avaliação que se pode fazer do PDM-95 radica, sobretudo, da experiência da sua implementação que evidenciou diversas dificuldades, a saber:

- Dificuldade de análise e interpretação cartográfica nomeadamente no que respeita às fronteiras das diferentes classes de espaço em resultado da reduzida precisão ou mesmo erros, resultantes da falta de qualidade da cartografia disponível àquela data;
- O pouco equilíbrio entre o PDM-95 enquanto referência estrutural e os necessários planos de maior detalhe, designadamente os PU por ele propostos, com o objectivo de cobrir as áreas urbanas mais sensíveis;
- Na elaboração do PDM-95 foi difícil organizar as grandes redes de infra-estruturas como contributo fundamental para uma política equilibrada de uso dos solos urbanos ou urbanizáveis e para a definição de uma estratégia segura do desenvolvimento da rede urbana, nomeadamente a variante da EN116 e o nó da Enxara na saída nº6 da A8;
- Questões que são simultaneamente de política de ordenamento e de política de desenvolvimento, relacionados com as actividades industriais e com as actividades turísticas. No PDM-95 foram reservados e classificados espaços para sustentar a ocupação industrial que devem ser reavaliados face à melhoria das acessibilidades. Quanto ao Turismo, a par das referências pouco operacionais e adequadas à evolução recente do fenómeno da base regulamentar, sustentando a ideia de instalações hoteleiras nos perímetros urbanos e uma certa vocação para alternativas de localização nas freguesias rurais do interior com melhores qualidades ambientais e paisagísticas, a verdade é que se assistiu à contínua pressão para a ocupação costeira, com grande oferta residencial, muitas vezes não acompanhada pelo número de equipamentos complementares, verificando-se algum défice de investimento no segmento da hotelaria de qualidade.

Pretende-se, neste capítulo, analisar a situação actual do território concelhio relativamente à ocupação do solo, à estrutura fundiária e à exposição das actividades humanas aos riscos/ perigos, designadamente naturais, ambientais e tecnológicos.

Pretende-se, ainda, avaliar essa ocupação do território municipal face aos usos e ocupações previstos nos instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente, PDM-95, PUATE e POOC.

Numa primeira fase é analisada a situação existente do território concelhio, tendo como base as cartas de ocupação do solo (COS-2006 e COS-2009), a carta das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), a carta da Estrutura Fundiária e a carta de Riscos.

Por fim, numa segunda fase são avaliados os usos e as condicionantes à utilização do solo, realizados a partir das cartas de Ordenamento e de Condicionantes publicadas no PDM-95. Nesta análise foi, também, determinado o grau de execução do PDM-95, à data de 2006, nomeadamente no que respeita à ocupação das áreas urbanas propostas, de modo a obter indicações que venham a apoiar os ajustes necessários aos actuais perímetros urbanos.



Quadro VII.1: Ocupação do solo, COS-2006, no concelho de Mafra.

Ocupação de Solo <sup>1</sup>	Área	
	ha	%
<b>Áreas Florestais</b>	<b>5.985</b>	<b>20,5</b>
Protecção e Produção	5.972	20,5
Montado (Sobreiro ou Azinheira)	12	0,04
<b>Áreas Agrícolas</b>	<b>17.119</b>	<b>58,7</b>
Áreas em Baixa Aluvionar	1.411	4,8
Outras Áreas Agrícolas	10.473	35,9
Incultos e Agro-Pastoris	4.990	17,1
Com edificação dispersa	244	0,8
<b>Outras Áreas</b>	<b>1.460</b>	<b>5,0</b>
Indústria e Armazenamento	177	0,6
Indústria Extractiva	12	0,04
Praias	28	0,1
Matos	1.243	4,3
<b>Áreas Edificadas:</b>	<b>4.604</b>	<b>15,8</b>
Consolidadas	727	2,5
Núcleos em Espaço Rural	729	2,5
Fragmentadas	1.549	5,3
Dispersas	1.555	5,3
Áreas de Equipamento	19	0,07
Áreas Desportivas (Parque Desportivo)	25	0,09
<b>TOTAL</b>	<b>29.166</b>	<b>100,0</b>

Nas **Áreas Florestais** destacam-se as zonas de Protecção e Produção, as quais correspondem aos seguintes povoamentos, delimitados de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta do Concelho de Mafra (2005): Mistos; Eucalipto; Pinheiro; Sobreiros e Outros carvalhos.

Nas **Áreas Agrícolas** registam-se situações de edificação dispersa ao longo dos eixos viários, apesar dos usos agro-florestais continuarem a predominar.

Nos Incultos e Agro-pastoris a actividade agrícola encontra-se em progressivo desaparecimento, sendo substituída por actividades agro-pecuárias ou de pequena indústria e armazenagem. Algumas destas áreas apresentam-se degradadas, com revestimentos vegetais pobres ou com afloramentos rochosos decorrentes dos incêndios registados nos últimos anos.

<sup>1</sup> Classificação segundo os padrões de ocupação dominante do solo de acordo o Protocolo de Monitorização e Avaliação do PROT-AML.

Nas **Outras Áreas** destacam-se os Matos, os quais correspondem a zonas silvestres, onde a intervenção humana é quase nula, ocorrendo alguma ocupação de revestimento herbáceo disperso.

Salienta-se que, de modo geral a indústria se localiza junto às principais vias do concelho, sobrecarregando-as. Existem, também, alguns pólos industriais no interior dos aglomerados urbanos, que originam problemas de poluição, de algum conflito de usos, devido à proximidade aos edifícios habitacionais, e de circulação decorrente do congestionamento dos arruamentos existentes.

Nas **Áreas Edificadas** destacam-se as zonas de edificação fragmentada e as zonas de povoamento disperso. Estas áreas correspondem à ampliação dos núcleos em *espaço rural* ou das *zonas consolidadas*, onde coabitam diferentes tipologias de uso habitacional, sem relação com a morfologia do edificado local ou da estrutura viária existente e com poucos espaços públicos de dimensão considerável.

Os núcleos edificados em *espaço rural* correspondem à génese dos lugares, tendo-se identificado dois fenómenos distintos de crescimento:

- Ampliação rádio-concêntrico, limitada pelas características físicas da zona envolvente;
- Ampliação linear ao longo das vias existentes, que originou a ligação entre os diferentes núcleos existentes.

As principais *zonas consolidadas* do concelho correspondem à Malveira, Venda do Pinheiro, Mafra, Ericeira e às sedes das freguesias da Encarnação e da Azueira.

A ampliação dos núcleos da Malveira e da Venda do Pinheiro tem sido feita através de operações de loteamento localizadas de forma dispersa. A expansão destes dois núcleos urbanos encontra-se dificultada, devido à existência de fortes barreiras físicas em redor do seu perímetro actual: a A8, a nascente; o relevo acidentado, a sul; os acessos às A8/A21 e as zonas industriais existentes e previstas no PDM-95.

A contenção física da Malveira e da Venda do Pinheiro e o forte incremento populacional, proveniente da primeira coroa da AML e associado à melhoria das acessibilidades, provocou uma maior concentração urbana neste território. No entanto, assiste-se actualmente a fenómenos de rápida ocupação em unidades territoriais mais próximas destes núcleos urbanos, nomeadamente, na freguesia do Milharado, associados à contenção física da Malveira/Venda do Pinheiro.

Estes núcleos têm sofrido, também, fortes pressões para a localização de logística e indústrias, cujas áreas previstas no PDM-95, foram já praticamente todas ocupadas. A ausência de um instrumento urbanístico de maior detalhe para esta área tem levado a que esta ocupação tenha sido feita de forma algo dispersa.

A Vila de Mafra regista, também, a ampliação da sua área de expansão, localizada nas zonas de cumeada e ao longo das vias existentes, tendo nalguns casos dado origem a zonas relativamente fragmentadas.

No núcleo urbano da Ericeira verifica-se uma forte ocupação do anel periférico em torno do núcleo urbano consolidada. A forte ocupação deste território tem sido feita, sobretudo, pela edificação de fogos utilizados como segunda habitação, em resultado da atractividade da zona litoral e da melhoria das acessibilidades (A8/ A21). A ocupação urbana neste anel periférico é caracterizada pela fragmentação dos espaços edificados.

O povoamento disperso decorre, sobretudo, da procura de moradias para primeira ou segunda habitação, e da possibilidade de construção destas tipologias em algumas áreas classificadas como espaço agrícola, sendo a mesma possível em parcelas superiores a 2.500 m<sup>2</sup>, conforme o estabelecido no PDM-95.

A actualização da COS-2006 deu origem à COS-2009, apresentada na peça desenhada Planta VII.1.b – Carta de Ocupação do Solo – 2009. Esta carta foi elaborada pela empresa *TTerra – Engenharia e Ambiente, Lda.*, com base nos seguintes elementos:

- ORTOFOTOMAPAS2005 e ORTOFOTOMAPAS2007;
- Cartas Militares;
- Land Cover Corine (2000), Instituto do Ambiente;
- Carta de ocupação do solo (1990 – folhas n.º 374,388 e 389), Instituto Geográfico Português;
- Áreas ardidas após 2005, Autoridade Florestal Nacional;
- Perímetros urbanos (PDM95).

A elaboração da COS-2009 teve como principal objectivo a sua aplicação ao Plano Municipal de Emergência, o que resultou na definição de padrões de ocupação de solo distintos dos da COS-2006, pelo que a comparação entre as duas cartas não é objectiva.

Para a produção da COS-2009 foi utilizado o Manual de Foto-Interpretação do Inventário Florestal Nacional 5 (DGRF, 2006) e o Manual da Carta de Ocupação do Solo de 2005 para Portugal Continental (IGP, 2006).

Desta forma os principais padrões de ocupação da COS-2009 são os seguintes:

- **Áreas Florestais:** extensão de terreno com área superior a 5.000 m<sup>2</sup> e com 20 m de largura, com um grau de coberto superior a 10%, onde se verifica a presença de arvoredos florestais que, pelas suas características ou forma de exploração tenha atingido ou venha a atingir, porte arbóreo, com altura superior a 5 m, independentemente da fase em que se encontre no momento da recolha de informação.
- **Áreas Agrícolas:** nesta classe incluem-se extensões de terreno, com área superior a 5.000 m<sup>2</sup> e com 20 m de largura, constituídas por terras aráveis, culturas hortícolas e arvenses, pomares de fruto, olival, vinha, prados e pousios. Nestas áreas pode ocorrer a presença de espécies florestais, na forma de árvores dispersas, individualmente, ou agrupadas em bosquetes de área inferior a 5.000 m<sup>2</sup> ou em faixas com menos de 20 m de largura.

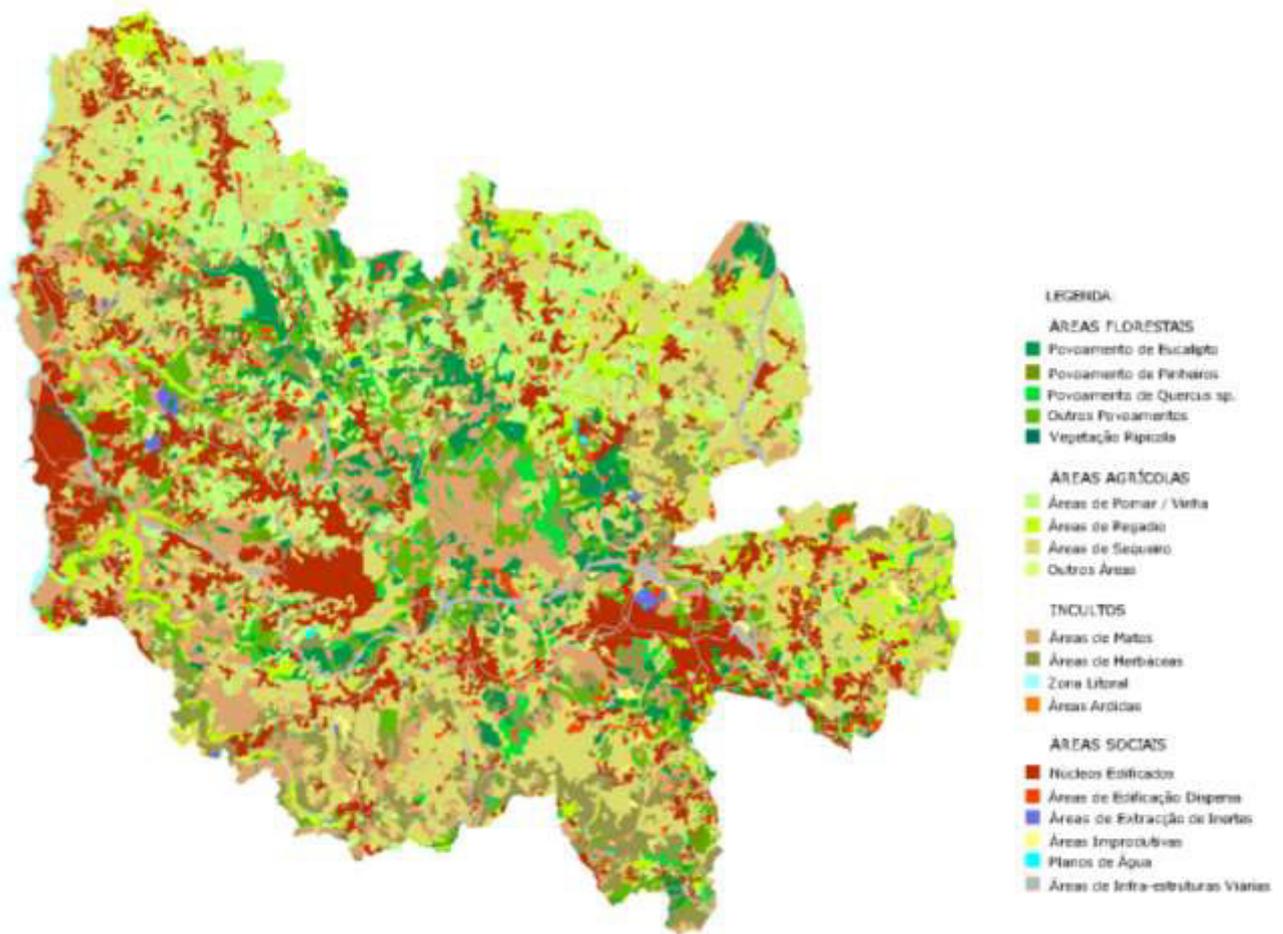


Figura VII.2: Carta de Ocupação do Solo, COS-2009 – ver planta n.º VII.1b (Anexo Peças Desenhadas).

- **Áreas de Incultos:** áreas com coberto vegetal composto principalmente por arbustos e vegetação herbácea. Inclui comunidades de herbáceas, sebes, coníferas anãs, matos, vegetação esclerófita (medronheiro e carrasco), prados e florestas abertas, degradadas ou em regeneração.
- **Áreas Sociais/ Edificadas:** superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a actividades relacionadas com as sociedades humanas.

Inclui núcleos edificados constituídos por áreas urbanas com superfície total impermeabilizada superior ou igual a 80%. Abrange centros urbanos e subúrbios em que os edifícios formem um tecido contínuo e homogéneo, bem como áreas de estacionamento, logradouros, áreas cobertas de betão ou asfalto, etc.

Inclui, também, áreas de edificação dispersa, ocupadas na sua maior parte por construções do tipo residencial sobre mosaicos de zonas cultivadas. Nestas áreas os edifícios e outras superfícies artificializadas estão associados a áreas com vegetação e/ ou solo nu, as quais

ocupam uma superfície significativa, embora descontínua. A superfície impermeabilizada ocupa uma área superior ou igual a 30% e inferior a 80% da superfície total.

Quadro VII.2: Ocupação do solo, COS-2009, no concelho de Mafra.

Ocupação de Solo	Área	
	ha	%
<b>Áreas Florestais</b>	<b>5.482</b>	<b>18,8</b>
Povoamentos de Eucalipto	1.971	6,8
Povoamentos de Pinheiro	378	1,3
Povoamentos de Quercus S.p.	654	2,2
Outros Povoamentos	2.340	8,0
Vegetação Rípica	139	0,5
<b>Áreas Agrícolas</b>	<b>12.266</b>	<b>42,1</b>
Áreas de Pomar/ Vinha	2.797	9,6
Áreas de Regadio	1.304	4,5
Áreas de Sequeiro	7.885	27,0
Outras Áreas	280	1,0
<b>Áreas de Incultos</b>	<b>6.834</b>	<b>23,4</b>
Áreas de Matos	4.108	14,1
Áreas de Herbáceas	2.619	9,0
Zona de Litoral	104	0,4
Áreas Ardidas	3	0,0
<b>Áreas Sociais (Edificadas):</b>	<b>4.574</b>	<b>15,7</b>
Núcleos Edificados	3.454	11,8
Áreas de Edificação Dispersa	367	1,3
Áreas de Extração de Inertes	66	0,2
Áreas Improdutivas	87	0,3
Planos de Água	42	0,1
Áreas de Infra-estruturas Viárias	557	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>29.156</b>	<b>100,0</b>

Pela observação do quadro anterior, identificam-se quatro tipos de ocupação de solo dominantes na COS-2009: áreas agrícolas, que ocupam cerca de 42%, áreas de incultos, que representam 23%, áreas florestais, com 19%, e áreas sociais/ edificadas, com 16%. Desta forma, verifica-se que as áreas agrícolas e incultas mantêm-se como as manchas mais representativas no território municipal.

## **2.2. Áreas Urbanas de Génese Ilegal**

As áreas urbanas de génese ilegal, adiante designadas por AUGI, estão identificadas na peça desenhada n.º VII.2, apresentada em anexo.

Este fenómeno, não constituindo um processo alargado e disseminado pelo concelho de Mafra, não é considerado uma problemática deste território.

Desta forma, em todo o concelho existem apenas cinco AUGI, actualmente em resolução, a saber: Ericeira, Carvoeira, Santo Isidoro, Venda do Pinheiro e Milharado.

## **2.3. Estrutura Fundiária**

Com base nos elementos cadastrais disponíveis, designadamente o cadastro rústico elaborado na década de 50, bem como com o apoio da COS-2009, é possível compreendermos um pouco da estrutura fundiária existente no concelho de Mafra e ainda perceber o seu contributo na organização da ocupação humana no município.

Como se pode observar na figura VII.3, em baixo, e na Planta VII.3 do Anexo Peças Desenhadas, a estrutura fundiária do concelho de Mafra é caracterizada principalmente por um vasto conjunto de pequenas propriedades. No entanto, principalmente na parte norte do concelho verifica-se também a existência de algumas quintas (ou antigas quintas) de dimensões mais significativas.

Deve também ser salientado que os seis grandes artigos matriciais que podem ser observados na área central do concelho correspondem à Tapada Nacional de Mafra.

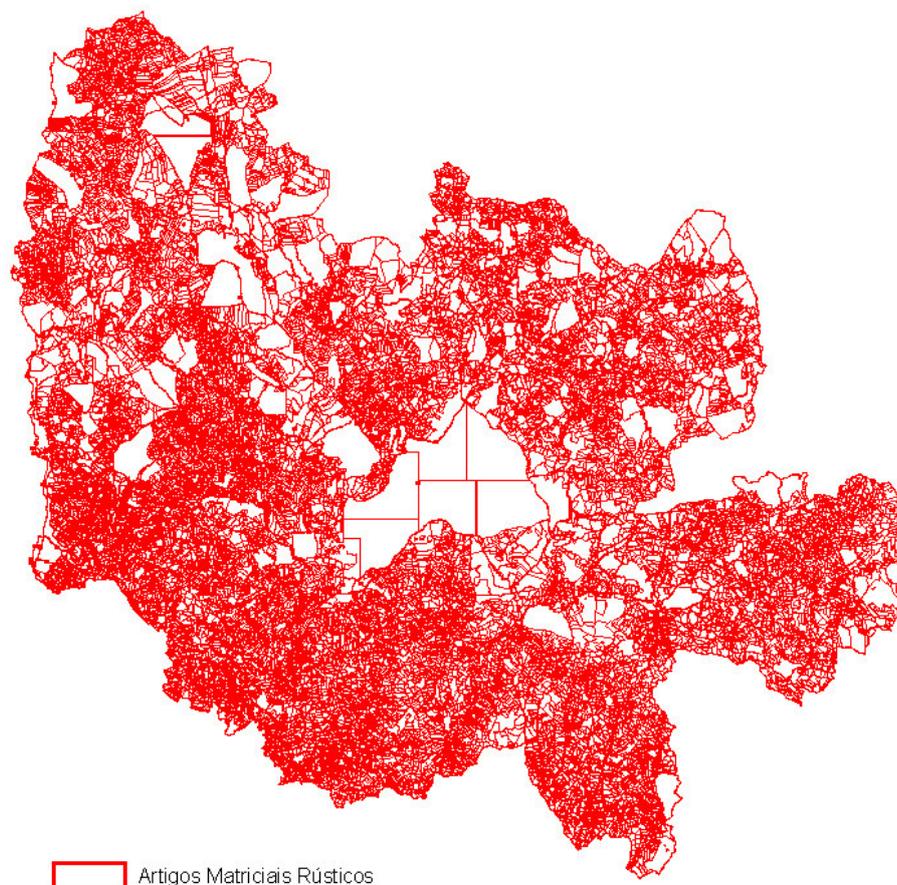


Figura VII.3: Carta da Estrutura Fundiária – ver planta n.º VII.3 (Anexo Peças Desenhadas).

Assim, com o objectivo de serem perceptíveis as principais características dos artigos matriciais rústicos existentes no concelho foram criadas 4 classes e agrupados os diferentes artigos, por dimensão.

Quadro VII.3: Distribuição dos Artigos Matriciais Rústicos, por dimensão.

Classe dos Artigos Matriciais		N.º de Artigos por Classe		Área Total por Classe	
Nível	Classe (ha)	N.º	%	ha	%
1	[0 - 1,0]	24.989	80,7	9.261	33,6
2	[1,1 - 2,0]	3.944	12,7	5.392	19,5
3	[2,1 - 4,0]	1.398	4,5	3.748	13,6
4	[> 4]	648	2,1	9.208	33,3
<b>Total</b>		30.979	100	27.608	100

Analisando o quadro anterior, pode ser observado que 80,7% dos artigos existentes no concelho de Mafra têm menos de 1ha. Estes artigos matriciais correspondem a 33,6% do território rústico.

A segunda classe com maior número de artigos compreende aqueles que detêm uma área entre 1ha a 2ha, que representam 12,7% do número de artigos e 19,5% do território rústico.

Representando 4,5% do número total de artigos, surge a classe 3, que compreende os que têm áreas entre 2ha e 4ha, correspondendo a 13,6% do território rústico municipal.

A classe que representa um menor número de artigos matriciais rústicos, 2,1% dos existentes, compreende os artigos com mais de 4ha. Devido à sua dimensão, representam 33,3% do território rústico municipal. Deve ser salientado que nesta classe é integrada a área da Tapada Nacional de Mafra, com cerca de 1.200ha.

Em relação à sua organização espacial, pode ser referido que a área norte do concelho é a área onde se localiza a quase totalidade dos artigos de maior dimensão, na maioria das vezes associados a quintas onde é possível encontrar produções agrícolas ou pecuárias.

## 2.4. Áreas Críticas

Na peça desenhada n.º VII.4.b – ver figura seguinte – são definidas as áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como áreas degradadas em geral conforme o regime jurídico dos planos. Desta forma foram identificadas as seguintes áreas: Áreas de recuperação e reconversão urbana, Áreas Urbanas em zonas de risco, Linhas de água com situações de estrangulamento, Actividades ruidosas permanentes, Vias de maior pressão urbana, Principais indústrias susceptíveis de ter efeitos no ambiente e Pedreiras licenciadas.

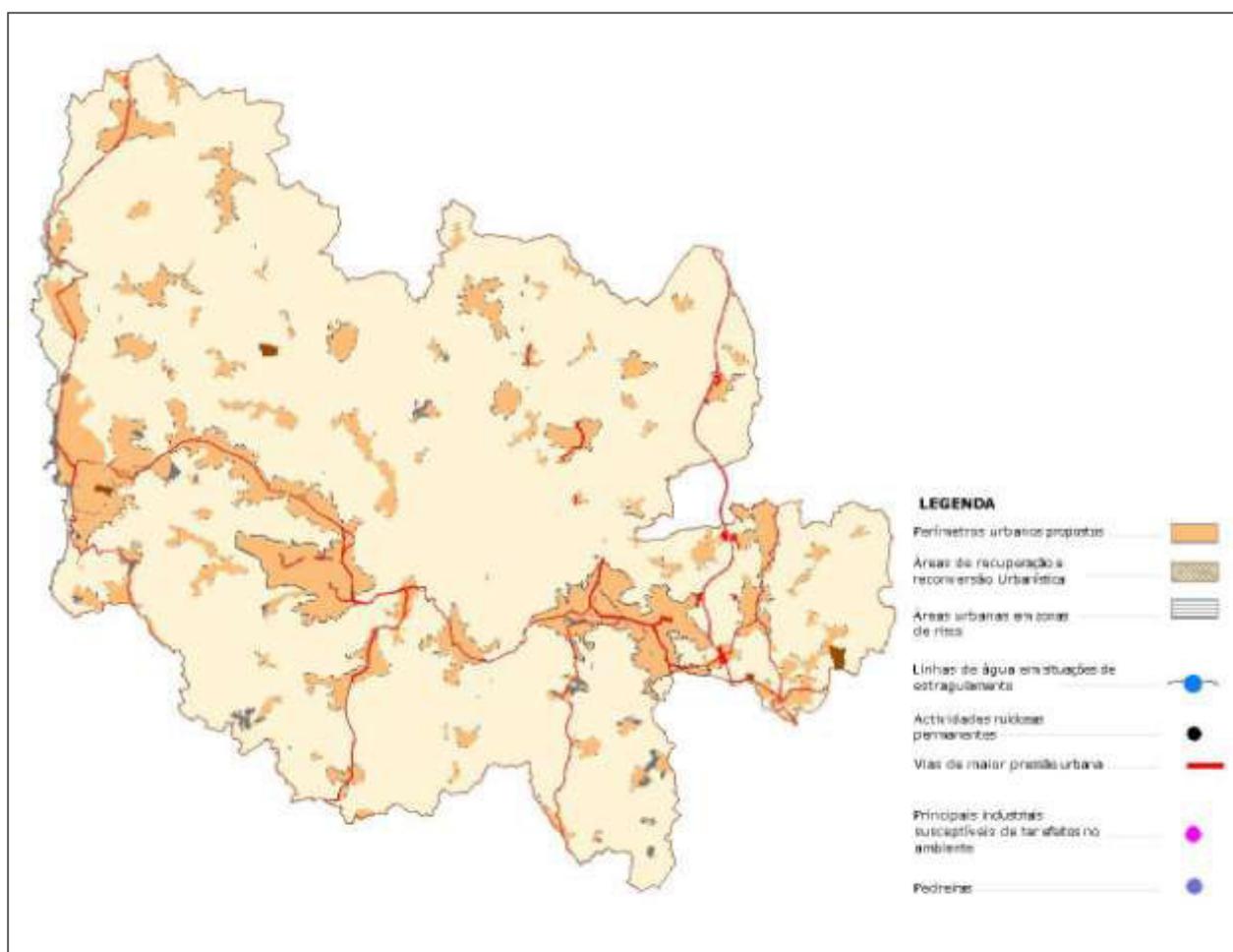


Figura VII.5: Carta das Áreas Críticas – ver planta n.º VII.4b (Anexo Peças Desenhadas).

### 3. AVALIAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PDM

O PDM-95 tem vindo a servir de suporte, como instrumento fundamental para a gestão do território. Enquanto instrumento de gestão, define as acções com incidência directa ou indirecta na ocupação, uso ou transformação do solo municipal.

A análise comparativa da proposta de ordenamento consagrada com a dinâmica de desenvolvimento que o território conheceu desde a sua vigência, reconhece-se a existência de alguns desfasamentos, fruto das dinâmicas verificadas e de alguma caducidade do modelo definido enquanto instrumento de ordenamento.

Embora o plano tenha determinante para a estabilização de algumas condicionantes fundamentais, nomeadamente da RAN e da REN, não conseguiu conter na sua plenitude a expansão em “mancha de óleo” entretanto ocorrida nas áreas de maior dinâmica urbana do concelho.

Contribuíram para este relativo insucesso os seguintes factores:

- Generosidade na delimitação das áreas urbanizáveis dissociada de um mecanismo de programação da sua ocupação, capaz de regular a expansão através da consolidação progressiva dos espaços de ocupação prioritários;
- Excessiva generalização na determinação dos parâmetros urbanísticos, índices líquidos e volumetrias;
- Inexistência de parâmetros de cedência que possibilitem a criação de uma bolsa de terrenos a gerir pelo município destinada a equipamentos e espaço público;
- Flexibilidade na ocupação com construção em espaços agrícolas, contribuindo para a dispersão do parque edificado, com consequências para a gestão das infra-estruturas e da rede de serviços e equipamentos;
- Ausência de mecanismos de gestão para os espaços naturais na óptica da salvaguarda ambiental e para os espaços agrícolas no sentido da viabilidade económica da sua exploração.

### 3.1 Carta de Ordenamento e Regulamento do PDM-95

O território de Mafra no PDM-95 foi ordenado em função das seguintes classes de espaço, conforme o art. 2º do regulamento do PDM:

- Espaços Urbanos, “caracterizados pelo elevado nível de infra-estruturação e concentração de edificações, onde o solo se destina predominantemente à construção”.
- Espaços Urbanizáveis, “assim denominados por poderem vir a adquirir as características dos espaços urbanos e geralmente designados por áreas de expansão”.
- Áreas de Equipamentos, “categoria de espaço urbano ou urbanizável constituído pelas áreas incluídas nos perímetros urbanos e afectas ou a afectar a estabelecimentos de carácter público, cooperativo ou privado, com vista a satisfazer necessidades da população nos domínios da saúde, educação, assistência, cultura, recreio e desporto”.
- Áreas de Verde Urbano de Protecção e Enquadramento, “são as áreas incluídas nos perímetros urbanos e destinadas a serviços de suporte a actividades de recreio e lazer bem como a constituir elementos de enquadramento natural dos espaços edificados adjacentes”.
- Espaços Industriais, “destinados a actividades transformadoras e serviços próprios, apresentando elevado nível de infra-estruturação ou que as venham a adquirir”.
- Espaços para Industriais Extractivas, “destinados a actividades de extracção de recursos do subsolo, incluindo as áreas destinadas a controlar o impacte sobre os espaços envolventes”.
- Espaços Agrícolas, “abrangendo as áreas com características adequadas à actividade agrícola ou as que possam vir a adquirir e que igualmente se caracterizam por constituírem solos não urbanizáveis, isto é, onde não podem ocorrer operações urbanísticas de loteamentos urbanos. Integram os espaços da RAN e os restantes espaços de uso e de vocação agrícola”.
- Espaços Florestais, “abrangem as áreas marginais agrícolas e as áreas de aptidão florestal, nas quais predomina a produção e a protecção florestal ou nas quais seja desejável uma cobertura florestal dominante”.
- Espaços Canais, “correspondendo a corredores activados por infra-estruturas e que têm efeito de barreira física dos espaços que os marginam”.
- Espaços Naturais, “são os espaços nos quais se privilegiam a protecção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, nomeadamente a REN e os que pela sua especificidade patrimonial merecem relevância”.

- Espaços Culturais, “são aqueles nos quais se privilegiam a protecção e salvaguarda dos valores do património cultural, nomeadamente o património natural, arquitectónico, arqueológico e urbanos”.
- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, “áreas que pela sua homogeneidade física, de estrutura de povoamento e actividades e quadro de acessibilidade, deverão vir a ser objecto de particularização em planos municipais de ordenamento do território e onde se incluem as áreas territoriais dos núcleos urbanos principais do concelho: Mafra, Ericeira e Malveira-Venda do Pinheiro”.
- Perímetros Urbanos, “integrando o conjunto dos espaços urbanos e urbanizáveis e perímetros industriais que lhes sejam contíguos”.

Salienta-se, que a categoria de espaço afecta a Infra-estruturas – ETAR / Aterro Sanitário, não foi regulamentada no PDM-95, aparecendo, no entanto, cartografada na carta de ordenamento.

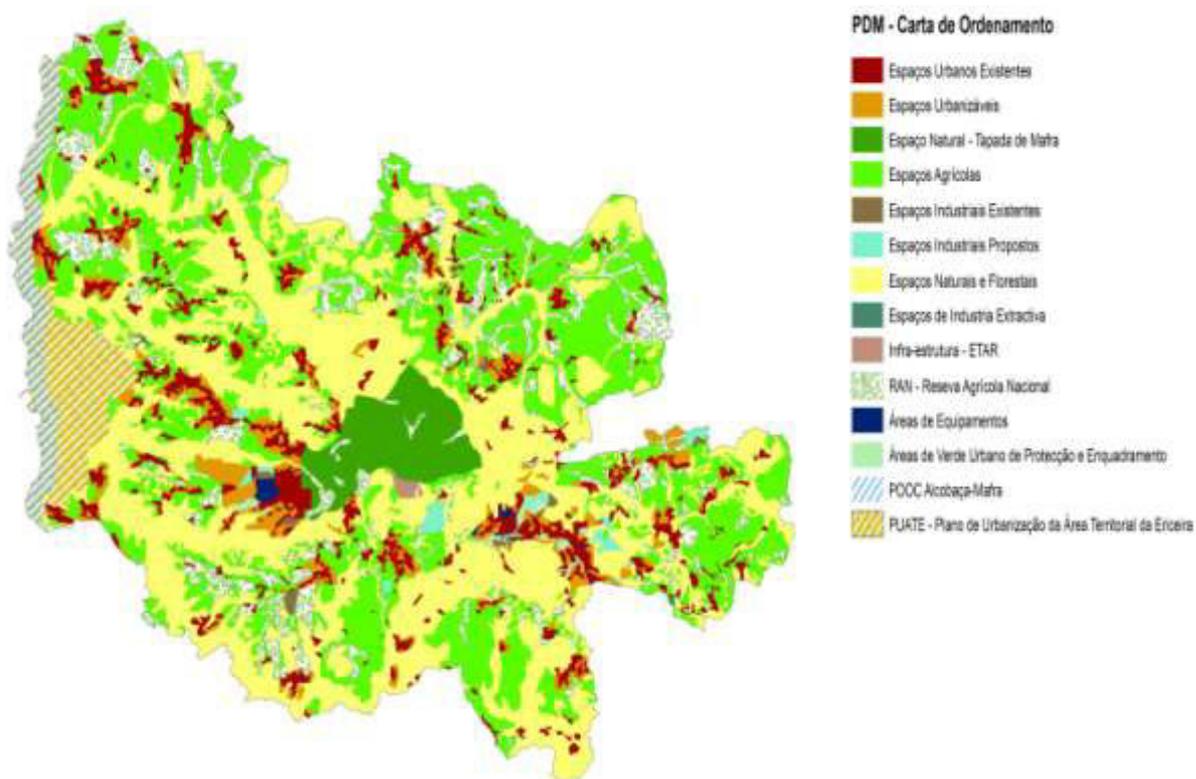


Figura VII.6: Carta de Ordenamento do PDM-95.

Na Figura VII.5, para além das classes da Carta de Ordenamento do PDM-95, são apresentados os limites de intervenção de outros instrumentos de gestão territorial, em vigor no território municipal – POOC e PUATE, quantificados nos quadros seguintes.

Através da quantificação das classes de espaço, cartografadas na carta de ordenamento, verifica-se que predominam os Espaços Agrícolas, com 29,5% do território concelhio, e os Espaços Naturais, com 24% desse mesmo território.

Quadro VII.4: Quantificação das categorias de espaço no PDM-95.

CLASSES DE ESPAÇO (PDM)	Área	
	ha	%
Espaços Urbanos	2.222	7,6
Espaços Urbanizáveis	1.313	4,5
Áreas de Equipamentos	58	0,2
Áreas de Verde Urbano de Protecção e Enquadramento	107	0,4
Espaços Industriais Existentes	99	0,3
Espaços Industriais Propostos	175	0,6
Espaços de Industria Extractiva	19	0,1
Espaços Agrícolas	8.604	29,5
Espaços Agrícolas de RAN	2.621	9,0
Espaços Florestais	1.989	6,8
Espaços Naturais	6.999	24,0
Espaços Naturais e Espaços Florestais	3.223	11,1
Infra-estrutura – ETAR/ Aterro Sanitário	39	0,1
<b>Área Total</b>	<b>27.467</b>	<b>94,2</b>
<b>Perímetro Urbano (*)</b>	<b>3.867</b>	<b>13,3</b>
Fora dos Limites do PDM (PUATE/ POOC)	1.699	5,8

(\*) – Corresponde ao somatório dos espaços urbanos e urbanizáveis, das áreas de equipamento e dos espaços industriais existentes e propostos, conforme o art. 2º do regulamento.

Quadro VII.5: Quantificação das categorias de espaço no PUATE.

CLASSES DE ESPAÇO (PUATE)	Área	
	ha	%
Áreas Urbanas e Urbanizáveis	270	0,90
Áreas de Emprego Diverso	8	0,03
Áreas de Equipamento	20	0,07
Áreas Agrícolas	294	1,01
Áreas Verdes de Protecção e Enquadramento	31	0,11
Áreas Naturais	202	0,69
<b>Área Total</b>	<b>817</b>	<b>2,80</b>

Também neste plano se destacam as áreas agrícolas, sendo que quase metade da área do PUATE se encontra sobre esta classificação – ver art. 3º do regulamento.

Em relação ao POOC, e uma vez que este plano se localiza numa zona de protecção, destacam-se os espaços naturais, nos quais se incluem as áreas de praia - ver art. 12º do regulamento.

Quadro VII.6: Quantificação das categorias de espaço no POOC.

CLASSES DE ESPAÇO (POOC)	Área	
	ha	%
Espaços Urbanos e Urbanizáveis	202	0,69
Espaços Turísticos	18	0,06
Áreas Verdes de Protecção e Enquadramento	42	0,14
Espaços Culturais	111	0,38
Espaços Agrícolas	151	0,52
Espaços Naturais	345	1,18
Espaços Florestais	13	0,04
<b>Área Total</b>	<b>882</b>	<b>3,00</b>

De modo a apresentar uma visão global do território concelhio foram homogeneizadas no quadro VII.7, as diferentes classes de espaço destes instrumentos de gestão territorial, em vigor. Pela observação deste quadro, verifica-se que se destacam os espaços agrícolas com 40% e os espaços naturais com cerca de 26% do total do concelho.

Quadro VII.7: Quantificação das categorias de espaço nos IGT.

CLASSES DE ESPAÇO (PDM  PUATE  POOC)	Área	
	ha	%
Espaços Urbanos e Urbanizáveis	3.999	13,7
Áreas de Equipamentos	78	0,3
Áreas de Verde Urbano de Protecção e Enquadramento	180	0,6
Espaços Turísticos	18	0,1
Espaços Culturais	111	0,4
Espaços Industriais Existentes e Propostos	282	1,0
Espaços de Industria Extractiva	18	0,1
Espaços Agrícolas	11.670	40,0
Espaços Florestais	2.002	6,9
Espaços Naturais	7.546	25,9
Espaços Naturais e Espaços Florestais	3.223	11,1
Infra-estrutura – ETAR/ Aterro Sanitário	39	0,1
<b>Área Total</b>	<b>29.166</b>	<b>100,0</b>

### 3.2 Cartas de Condicionantes do PDM-95

As condicionantes do PDM-95 foram divididas em três cartas, a saber: Reserva Ecológica Nacional (REN); Reserva Agrícola Nacional (RAN); Património Classificado e Infra-estruturas.

O território municipal de Mafra está fortemente marcado pela extensão de terreno em inserido em reserva agrícola e ecológica, cerca de 46% do total concelhio, correspondendo na sua maioria à REN.

Quadro VII.8: Quantificação das principais condicionantes para o território de Mafra.

	Área	
	ha	%
REN	10.823	37,1
RAN	4.654	16,0
Área Total Geral	15.478	53,1
<b>Área Total Sem Sobreposições</b>	<b>13.471</b>	<b>46,2</b>

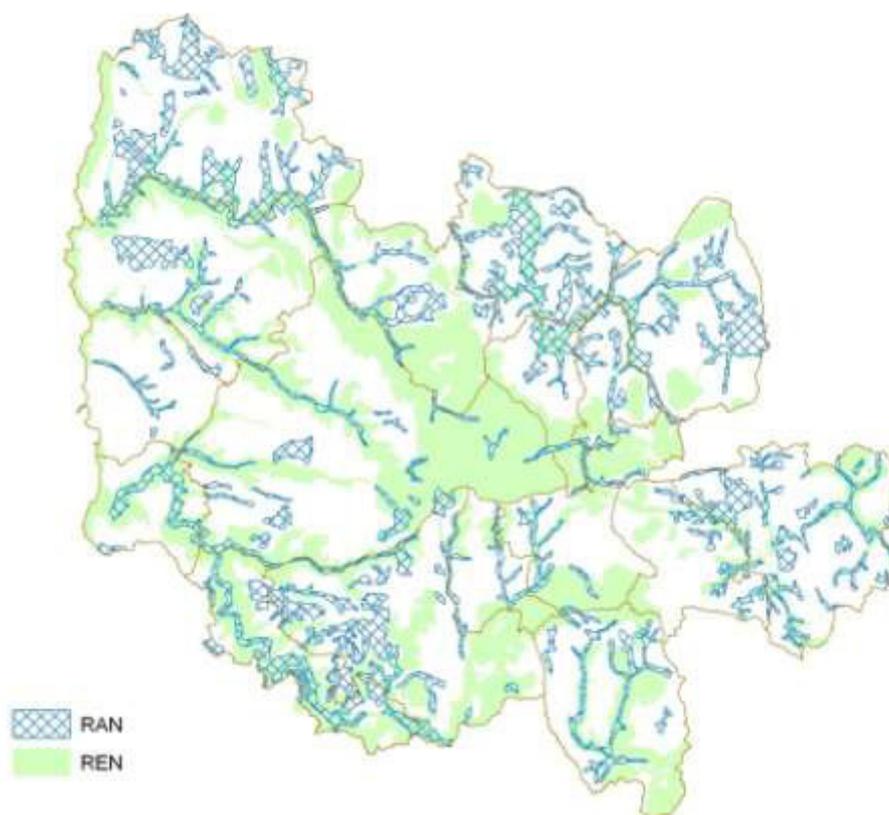


Figura VII.7: Principais Condicionantes do PDM-95.

### 3.2.1 Reserva Ecológica Nacional

A REN define-se como um conjunto de áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio, subdividindo-se, no caso do concelho de Mafra, por:

- Zona Costeira: Praia; Arriba ou falésia; Faixa de protecção à arriba.
- Zona Ribeirinha, Águas Interiores e Áreas de Apanhamento: Leitões do Cursos de Água; Cabeceiras de linhas de água; Zonas ameaçadas por cheias e Áreas de máxima infiltração.
- Zona Declivosa: Áreas com Risco de Erosão.

Foram, também, incluídas a faixa de protecção ao longo da costa, limitada pela batimétrica dos 30 metros, e a Tapada Nacional de Mafra.

A REN foi delimitada aquando da elaboração do PDM-95, tendo sido posteriormente publicada em 2002 pela RCM nº 42/2002, de 12 de Março.

Quadro VII.9: Quantificação da REN, por freguesia.

	Área	
	ha	%
Azeira	274	0,9
Carvoeira	423	1,4
Cheleiros	758	2,6
Encarnação	661	2,3
Enxara do Bispo	355	1,2
Ericeira	170	0,6
Gradil	306	1,0
Igreja Nova	1.035	3,5
Mafra	2.500	8,6
Malveira	442	1,5
Milharado	726	2,5
S. Miguel de Alcainça	224	0,8
Santo Estêvão das Galés	740	2,5
Santo Isidoro	914	3,1
Sobral da Abelheira	813	2,8
Venda do Pinheiro	285	1,0
Vila Franca do Rosário	200	0,7
<b>Total REN</b>	<b>10.823</b>	<b>37,11</b>

Esta reserva corresponde a 10.823 ha distribuídos maioritariamente por zonas de risco de erosão, ou seja, com declives superiores a 30%. As freguesias com mais área incluída em REN são a Igreja Nova, Mafra e Santo Isidoro.

### 3.2.2 Reserva Agrícola Nacional

A RAN do concelho de Mafra foi aprovada e publicada pela Portaria nº 1191/92, de 22 de Dezembro, tendo sido rectificadas na zona do POOC Alcobaça-Mafra.

A reserva agrícola corresponde a 4.654 ha, distribuída, sobretudo, pelas freguesias da Azueira, Encarnação e Igreja Nova.

Quadro VII.10: Quantificação da RAN, por freguesia.

	Área	
	ha	%
Azueira	470	1,6
Carvoeira	136	0,5
Cheleiros	325	1,1
Encarnação	685	2,3
Enxara do Bispo	393	1,3
Ericeira	63	0,2
Gradil	124	0,4
Igreja Nova	503	1,7
Mafra	346	1,2
Malveira	89	0,3
Milharado	423	1,5
S. Miguel de Alcainça	213	0,7
Santo Estêvão das Galés	394	1,3
Santo Isidoro	64	0,2
Sobral da Abelheira	198	0,7
Venda do Pinheiro	109	0,4
Vila Franca do Rosário	121	0,4
<b>Total RAN</b>	<b>4.654</b>	<b>1,6</b>

### **3.2.3 Zona Especial de Protecção**

As zonas especiais de protecção delimitadas nas cartas de Ordenamento e Condicionantes correspondem ao Convento de Mafra, ao Forte de Milreu e ao Penedo Lexim, classificados como Monumento Nacional, no primeiro exemplar, e Imóvel de Interesse Público, nos restantes. Foram apenas demarcadas estas áreas devido à sua dimensão, uma vez que dada a escala de trabalho do PDM-95 ficou decidido não apresentar a totalidade dos imóveis classificados, ficando sujeitos à legislação em vigor.

Nestas zonas, não é permitido executar quaisquer obras de demolição, instalação, construção ou reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, assim como, qualquer movimentação de terras ou dragagens sem o parecer favorável da entidade competente.

### **3.2.4 Imóveis Classificados Ou Em Vias De Classificação**

No concelho de Mafra existem 27 edifícios classificados no PDM-95 e 3 em vias de classificação. Os imóveis classificados sem Zona Especial de Protecção, beneficiam de uma de protecção mínima de 50 metros, contados a partir dos limites exteriores do imóvel. Nestas zonas de protecção não são permitidas quaisquer obras sem o parecer positivo da entidade competente.

### **3.2.5 Outras Condicionantes**

As restantes condicionantes dizem respeito: ao Regime Florestal Total, que corresponde à Tapada de Mafra e ao Jardim do Cerco; aos Edifícios Públicos; às Infra-estruturas Básicas; às Redes Rodo e Ferroviárias; às Telecomunicações; aos Faróis; aos Marcos Geodésicos, regulados pelos respectivos quadros legais.

### 3.3 Grau de Ocupação do PDM-95

Comparando os valores das categorias de espaço previstos no PDM-95 e nos restantes instrumentos de gestão territorial com a actual ocupação das áreas urbanas, teremos, de forma simplificada o seguinte:

Quadro VII.11: Perímetros Urbanos e Espaço Rural por Plano.

Usos	PDM-95 (ha)	PUATE (ha)	POOC (ha)	Ocupação Actual (*) (ha)
Áreas Urbanas e Urbanizáveis	3.867	290	373	4.027
Áreas de Verde Urbano de Protecção e Enquadramento	107	31	-	25
Espaço rural	23.493	202	509	25.114

(\*) – Os núcleos em espaço rural foram incluídos na categoria de Espaço Rural.

Os Perímetros Urbanos incluem os espaços urbanos e urbanizáveis, as áreas de equipamento, os espaços industriais e as áreas verdes urbanas de protecção e enquadramento. Face aos valores expressos resulta um total de 616 ha de perímetro urbano livre no concelho de Mafra.

Importa igualmente conhecer o grau de ocupação das áreas urbanas e urbanizáveis previstas na carta de ordenamento do PDM-95 – ver figura VII.7. Esta figura foi elaborada a partir dos ORTOFOTOMAPAS de 2005, aos quais se sobrepôs a planta de ordenamento do PDM-95.

Com o objectivo de perceber mais pormenorizadamente os níveis de execução do PDM-95, no que respeita à ocupação dos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais, foi elaborado um conjunto de análises em cada um dos aglomerados urbanos definidos na Carta de Ordenamento, tendo sido delimitadas as áreas que se encontram, à presente data, ainda por ocupar. Nesta fase dos trabalhos, apenas são apresentados os valores gerais – ver quadro VII.10 – bem como, um conjunto de considerações sobre os mesmos.

Foram consideradas áreas desocupadas os artigos cadastrais totalmente livres, ou aqueles que embora detenham alguma ocupação possuam uma área restante significativa, que permita, para além da

manutenção de um generoso logradouro, vir a ser urbanizável de acordo com as características do aglomerado onde se insere.

No âmbito das propostas da revisão do PDM, a desenvolver na fase seguinte, serão desenvolvidos alguns estudos complementares com o objectivo de serem melhor apreendidas as principais justificações para os resultados aqui apresentados.

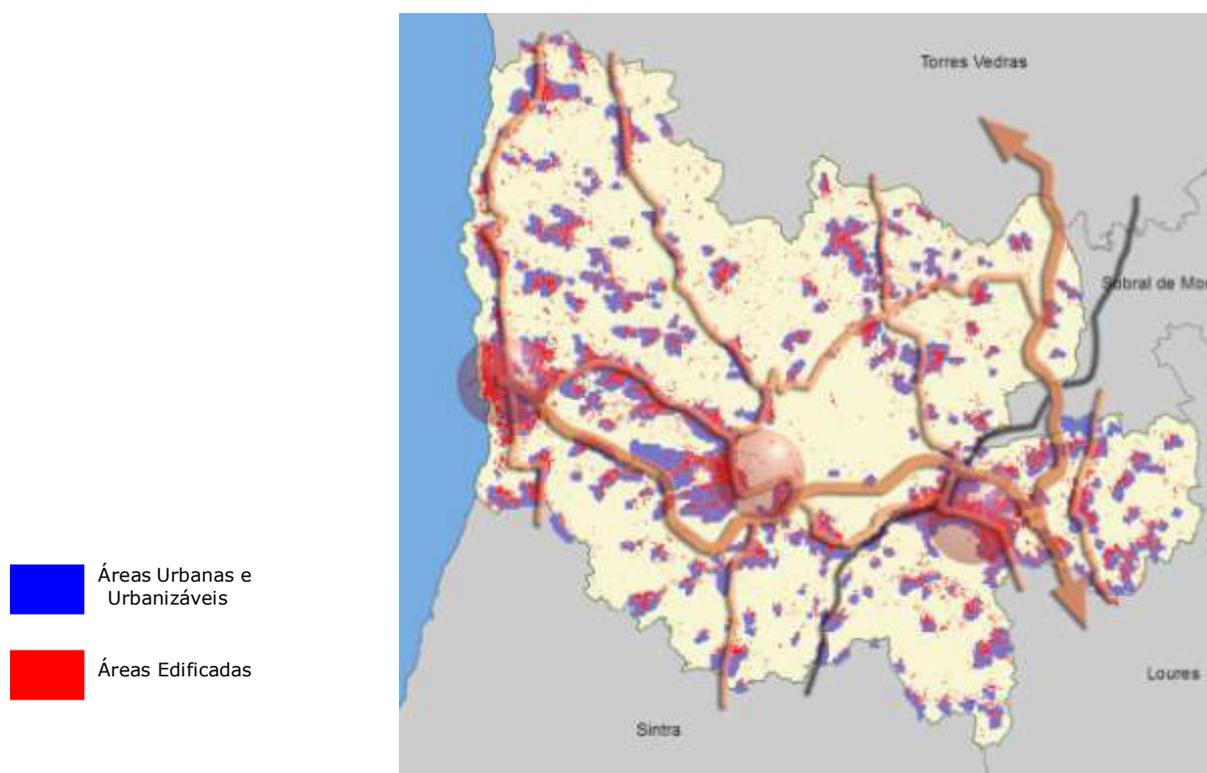


Figura VII.8: Sobreposição da área edificada actual com as áreas urbanas e urbanizáveis do PDM-95.

Quadro VII.12: Área Urbana e Urbanizável Disponível.

	Área Urbana (*)	Área Disponível	
	ha	ha	%
Azueira	188,24	58,00	30,81
Carvoeira	145,82	51,00	34,97
Cheleiros	91,46	39,00	42,64
Encarnação	312,35	115,00	36,82
Enxara do Bispo	81,19	22,00	27,10
Ericeira	401,23	137,00	34,14
Gradil	81,68	36,00	44,07
Igreja Nova	211,95	98,00	46,24
Mafra	911,44	393,00	43,12
Malveira	176,57	61,00	34,55
Milharado	333,38	146,00	43,79
S. Miguel de Alcainça	98,73	45,00	45,58
Santo Estêvão das Galés	153,27	75,00	48,93
Santo Isidoro	361,43	165,00	45,65
Sobral da Abelheira	84,13	33,00	39,22
Venda do Pinheiro	284,08	97,00	34,14
Vila Franca do Rosário	66,11	33,00	49,92
<b>Total</b>	<b>3.983,06</b>	<b>1.604,00</b>	<b>40,27</b>

(\*) – Corresponde ao somatório dos Espaços urbanos com os Espaços Urbanizáveis.

Da análise do quadro anterior, ressalta a existência de uma extensa área disponível dentro dos perímetros urbanos definidos em cada uma das freguesias. A delimitação da área com capacidade construtiva foi feita com base na análise dos ORTOFOTOMAPAS de 2005, com o apoio do Sistema de Informação Geográfica Municipal, que permitiu a localização dos espaços que foram posteriormente ocupados. Nestas áreas disponíveis foram agrupadas aquelas, que muito embora já se encontrem abrangidas por operações urbanísticas (obras de construção ou loteamentos aprovados) não foram, ainda, ocupadas.

Os resultados desta análise, devido ao facto de alguma subjectividade que pode ser salientada na delimitação das áreas “realmente” disponíveis, revelam-se de extrema importância, permitindo ir ao encontro de uma das premissas da revisão do PDM, nomeadamente a de não proceder a amplos alargamentos dos actuais aglomerados urbanos, exceptuando em situações fortemente justificadas.

Por outro lado, na definição dos futuros perímetros urbanos será relevante a identificação das principais razões que levaram à não ocupação dos mesmos, no período de vigência do actual PDM, nomeadamente:

- Especulação fundiária;
- Erros na delimitação dos perímetros urbanos devido à sobreposição com outras condicionantes ou à morfologia do terreno;
- Conveniência do proprietário na manutenção das actividades agro-florestais;
- Extensão elevada dos perímetros dadas as necessidades dos respectivos aglomerados.

Embora as razões referidas anteriormente possam vir a ser apontadas nos inúmeros aglomerados urbanos existentes, subsiste, de facto, a percepção de que a sua delimitação no PDM-95 não foi, por vezes, adequada às necessidades do concelho ou localizada em território aptos à ocupação urbana.

#### 4. ANÁLISE CRÍTICA DO REGULAMENTO E ORDENAMENTO

Em consequência da generosa previsão de áreas afectas a usos urbanos e urbanizáveis apontadas no PDM-95, apesar do elevado índice de crescimento da construção ao longo dos últimos anos, como já foi referido anteriormente, está longe de ficar esgotada a mancha de espaços destinados predominantemente a usos edificados, mesmo nas três áreas sujeitas a maior pressão urbanística (Mafra, Ericeira e Malveira/Venda do Pinheiro).

Por outro lado, as características fundiárias do território, pulverização do cadastro em pequenos prédios rústicos, associada à permissão de construir uma habitação em parcelas com mais de 5.000 m<sup>2</sup>, originaram uma grande dispersão da construção em espaços rurais.

Estes dois factores, amplos espaços com capacidade para acolher edificação e a flexibilidade para construir em parcelas rurais, levaram a que o PDM-95 não conseguisse contrariar a tendência de expansão ao longo das vias, num padrão disperso.

Salienta-se que o actual regulamento do PDM-95 corresponde a uma época e a uma fase da reflexão sobre os problemas do ordenamento do território que foi marcada por alguma ambiguidade, fruto da falta de experiência, e que se reflectiu nalguns casos em normas muito detalhadas, noutros casos em normas excessivamente vagas e com pouco escassa operatividade.

A experiência na utilização do actual regulamento, deverá permitir o desenvolvimento de propostas que superem as ambiguidades ou incoerências anotadas, servindo como esteio efectivo na gestão autárquica do município de Mafra. Assim, o regulamento da revisão do PDM deverá ser mais rigoroso e inequívoco na sua redacção, optando por fórmulas sem ambiguidade e adaptadas ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, em elaboração.

Também no que respeita à protecção e salvaguarda do solo rural as propostas de regulamentação deverão ser mais proteccionistas destas áreas e impeditivas, no que respeita às possibilidades de

construção em espaço agrícola, reduzindo a discricionabilidade e aumentando a área máxima da parcela na qual é permitido construir.

A revisão do PDM deverá, também, salvaguardar as seguintes questões chave:

- **Erros e omissões:**

- Após a aprovação do PDM-95 foram identificados processos de loteamento aprovados, antes da vigência do plano, e que não constavam na cartografia utilizada. A par desta situação alguns lugares do concelho foram omitidos nos registos cartográficos.

- **Grandes Infra-estruturas**

- Conclusão da ligação A21 à A8 (ligação à A10).
- Conclusão da CRIMA.

- **Espaços Naturais**

- A retrospectiva do processo de classificação do território natural de Mafra merece reflexão e decisões mais acertadas com apoio no reconhecimento dos valores em presença e melhor suporte cartográfico, conjugando este trabalho com a revisão das reservas ecológica e agrícola.
- A actual desintegração de todas as classificações em face das características morfológicas do Concelho. A característica sempre acentuada de ser Mafra o Concelho da AML Norte com melhor equilíbrio entre o urbano e o natural deverá ser sublinhada.

- **Espaços Patrimoniais**

- Prever a regulamentação com diferentes níveis de protecção para o património classificado, áreas naturais classificadas, bem como, imóveis inventariados pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Mafra.

- **Turismo e Indústria**

- Reavaliação do papel a desempenhar pelo Concelho na resposta à pressão turística e à necessidade de localização industrial poderá significar o repensar das regras da localização de indústria no meio urbano e a selecção mais rigorosa das actividades a incluir ou excluir do Concelho.
- Para além do controlo da construção ao longo da costa, é necessária uma política que explore as virtualidades do território natural e em especial o das áreas rurais do Concelho.
- Outro aspecto a explorar será, também, o de proceder à selecção de áreas territoriais com aptidão turística no contexto de um programa concelhio e regional consistente, valorizando os segmentos insuficientemente explorados de oferta qualitativamente diferenciada e que colha as virtualidades do património natural.

- **Áreas Urbanas**

- Importa dinamizar os processos de elaboração dos Planos de Pormenor em curso e propor outras áreas como unidades operativas de planeamento e gestão.
- O valor extraordinário do património histórico e monumental existente em Mafra, justifica também a adopção de medidas que valorizem todo o conjunto e orientem a estruturação urbana.

No essencial o processo de revisão do PDM-95 deverá corresponder à clarificação e melhor definição dos perímetros e classificação de solos para os núcleos urbanos principais e secundários, reservando para os pequenos núcleos em espaço rural uma posição de maior contenção, restringindo os seus limites a dimensões que apenas absorvam o existente, os espaços intersticiais, bem como, as áreas que já foram objecto de compromissos, nomeadamente, projectos ou loteamentos aprovados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **ALMEIDA, M. J;** SOUSA, A. C. (1996) - O povoamento rural romano no concelho de Mafra. *Boletim Cultural 1995*. Mafra, p. 205-214.
- **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO DE LISBOA** (2006); Instituto Nacional de Estatística.
- **ARNAUD, J. M;** OLIVEIRA, V. S.; JORGE, V. O. (1971) - O povoado fortificado neo e eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra). *O Arqueólogo Português*. 3ª serie, 5. Lisboa: MNAE. p. 97-132.
- **BOLETINS MUNICIPAIS** (s.d.).
- **CARDOSO, J. L.;** LEITÃO, M.; FERREIRA, O. da Veiga, NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J.; SOUSA, P. F. (1996) - O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135 - 195.
- **CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE MAFRA** (2005); Câmara Municipal de Mafra.
- **CARTA HIDROGEOLÓGICA DE PORTUGAL** (1970); Ex-Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- **CARTAS MILITARES** N.º 374, 388, 389, 402 e 403 (1982); Instituto Cartográfico do Exército.
- Carta de Ocupação do Solo – COS-2009 (2009); elaborada pela *TTerra – Engenharia e Ambiente, Lda*; Câmara Municipal de Mafra.
- **CARVALHO, A.** (s.d.) – *D. João V e a Arte do Seu Tempo*. Ed. Autor.
- **CONSELHO DA EUROPA** (2000).
- **DGOTDU**, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, (2004) UNIVERSIDADE DE ÉVORA, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagística, (2002); *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*; Colecção de Estudos 10, VOLS IV.
- **GANDRA, M. J.** (1989) – *Mafra, da Reconquista ao Foral de 1513*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- **GANDRA, M. J.;** CAETANO, A. (1995) - Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Mafra. *Boletim Cultural 1994*. Mafra, p. 243-306.
- **GANDRA, M. J.** (1996) – *Da Vida, da Morte e do Além: Aspectos do Sagrado na Região de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal.
- **GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C.** (1996) - Estácio da Veiga, Mafra e a sua Arqueologia. Estudo introdutório. In VEIGA, E. *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*. Ericeira: Mar de Letras. p. 5-35.
- **LOPES, F. M. P.** (1996) - Quadros sinópticos e mapas relativos aos subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Mafra. *Boletim Cultural 1995*. Mafra, p. 228-257.

- **LUCENA, A. de (s.d.)** – *Monografia de Mafra*. Mafra.
- **MATIAS, C. (2005)** – A epigrafia romana do concelho de Mafra. *Boletim Cultural*. Mafra.
- **PEREIRA, F. A. B. (2000)** – A arquitectura e a escultura monumental na região de Mafra entre o Gótico e o Classicismo. *Do Gótico ao Maneirismo. A Arte na Região de Mafra na Época dos Descobrimentos*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p.21-31.
- **PIMENTEL, A. F. (1992)** – *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- **PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO CONCELHO DE MAFRA (1995)**; Câmara Municipal de Mafra | Coba – CESO I&D – Atelier da Glória; publicado pela RCM N.º 179/95, de 27 de Dezembro.
- **PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO PARA O CONCELHO DE MAFRA 2007-2016 (2007)**; Câmara Municipal de Mafra | *Quatenaire*.
- **PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2006)**, Câmara Municipal de Mafra | *Florest*; 2006.
- **PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2007)**; aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro.
- **PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA ALCOBAÇA – MAFRA (2002)**; publicado pela RCM N.º 11/2002, de 17 de Janeiro.
- **PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA | Lisboa 2020 – Uma estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa, (2007)**; CCDR-LVT Abril.
- **PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (2006)**; publicado pelo DR N.º 15/2006, de 19 de Outubro.
- **PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (2002)**; publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril.
- **REDE NATURA 2000 (1999)**; adaptada das Directivas Comunitárias N.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e N.º 92/43/CEE (Directiva Habitats) para o direito português pelo Decreto-Lei N.º 140/99, de 24 de Abril.
- **RECENSEAMENTO AGRÍCOLA de 1999**.
- **RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001**; Instituto Nacional de Estatística.
- **SILVA, J. O. L. (1985)** – *Anais da Vila da Ericeira*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

- **SOUSA, A. C.** (1998) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. (Trabalhos de Arqueologia 11). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 275 p.
- **SOUSA, A. C.** (2000) – *O povoado pré-histórico do Penedo do Lexim*. Mafra: Câmara Municipal. (Cadernos de Arqueologia de Mafra. nº 1).
- **SOUSA, A. C.; MIRANDA, Marta e CARVALHO, Jorge** (2001) – *Santo André de Mafra*. Col. Descobrimos a Arqueologia de Mafra. Mafra: Câmara Municipal.
- **SOUSA, A. C., ed.** (2004) – *O núcleo C do concheiro de S. Julião (Carvoeira, Mafra): a escavação de emergência de 1999*. *Cadernos de Arqueologia de Mafra*. nº 2.
- **VEIGA, E.** (1879) - *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*.
- **ZBYSZEWSKI, G.; CARDOSO, J. L.** (1978) - *Achados antigos de Paleolítico na região de Mafra*. *In Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Tomo LXIII. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. PP. 611-629.